



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Unidade Prestadora de Contas	SECRETARIA EXECUTIVA
Consolidadas	Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Subsecretaria de Assuntos Administrativos Diretoria de Tecnologia da Informação Diretoria de Projetos Internacionais Corregedoria Ouvidoria Coordenação Geral da Central de Relacionamento Conselho de Recursos do Seguro Social Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade de Prestação de Contas está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa - IN do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, das Decisões Normativas - DN do TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, e da nº 156, de 30 de novembro de 2016, e Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017; e das orientações do órgão de controle interno, constante da Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016, em que a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento ficou responsável pela consolidação das informações encaminhadas pelas Unidades Gestoras desta Unidade de Prestação de Contas.

1.3 - LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
AGU - Advocacia-Geral da União
AP1MC - Associação Programa Um Milhão de Cisternas
ASCOM – Assessoria de Comunicação
Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPC - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
BSM – Plano Brasil Sem Miséria
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Caisan - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CapacitaSUAS - Programa Nacional de Capacitação do SUAS
CCLIC - Coordenação de Compras e Licitações – CCLIC
CCONT - Coordenação de Contratos
Centro Pop - Centros de Referência para População em Situação de Rua
CEOF - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CGBD – Coordenação-Geral de Banco de Dados
CGCR - Coordenação-Geral da Central de Relacionamento
CGLA - Coordenação-Geral de Logística e Administração
CGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGOI - Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional
CGPA - Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGSS – Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia e Informação
CGU — Controladoria-Geral da União
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CIISC - Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis
CIT - Comissão Intergestores Tripartite
CITI - Comissão Intergestores Tripartite
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CODEP - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas
COGEP - Coordenação de Gestão de Pessoas
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

Congemas - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONJUR – Consultoria Jurídica
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CRPS - Conselho de Recursos da Previdência Social
CRSS - Conselho de Recursos do Seguro Social
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
DDG - Discagem Gratuita
Decau - Departamento do Cadastro Único
DHAA - Direito Humano a Alimentação Adequada
DICDP - Divisão de Concessão de Diárias e Passagens
DN - Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DPI - Diretoria de Projetos Internacionais
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ESAF - Escola de Administração Fazendária
e-SIC - Sistema que suporta a Lei de Acesso a Informação do MDSA
ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança
ExecPrev - Plano Executivo Federal
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization)
FCEP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
FCP - Fundação Cultural Palmares
FLBA - Legião Brasileira de Assistência
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
FRGPS - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
Funpresp-Exe - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
GECC - Gratificação por Encargos de Curso e Concurso
GIC - Gestão da Informação Corporativa
GM – Gabinete do Ministro
GPTes - Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos
GSISTE - Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
HFA – Hospital das Forças Armadas
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDCras - Índice de Desenvolvimento dos Cras

IGDSuas - Índice de Gestão do Suas
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LAI - Lei de Acesso à Informação
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC – Ministério da Educação
MESA - Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MinC – Ministério da Cultura
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MP - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF – Ministério Público da União
MPOG - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MS - Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
OUGPS - Ouvidoria Geral da Previdência Social
PAA Leite - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite
PAC - Plano Anual de Capacitação
PAC - Plano Anual de Capacitação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
Paif - Proteção e Atendimento Integral à Família
PAR - Processo Administrativo de Responsabilização
PCT - Povos e Comunidades Tradicionais
PDRS Xingu - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PES - Projeto Esplanada Sustentável
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Planapo - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS - Compras e Licitações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável
PNA - Plano Nacional de Educação
Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PREVIC - Superintendencia Nacional de Previdência Complementar
PRONATEC Catadores - Educação Profissional e Tecnológica para Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
Rais - Relação Anual de Informações Sociais
SAA - Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN - Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDH - Secretaria de Direitos Humanos
SE – Secretaria-Executiva
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SEI! - Sistema de tratamento/gestão geral de informação
SENAES/MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
SENARC - Distribuição de Renda
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAN - Segurança Alimentar
SESP - Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza
SESSAS - Serviço de Saúde e Seguridade Social – SESSAS
SGD - Sistema de Gestão de Demandas
SG-PR – Secretaria Geral da Presidência da República
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
Sicon - Sistema de Condicionalidades MDSA
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISG - Sistema de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais
SISGR - Cadastro Único através do Sistema Integrado de Segurança
SISP - Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal
SisPAA - Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento da Gestante
SNAS – Assistência Social
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos
SPM/PR - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCQC - Taxa de Cobertura Qualificada do Cadastro
TCU - Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)
UO – Unidade Orçamentária
URA - Unidade de Resposta Audível

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação do Relatório de Gestão Consolidado	18
Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	35
Quadro 3 – Macroprocessos Finalístico	38
Quadro 4 – Ações do OFSS – Ação 2000 - Administração da Unidade	117
Quadro 5 – Ações do OFSS – Ação 2015 - Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	120
Quadro 6 - Ações do OFSS – Ação 2587 - Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social	121
Quadro 7 – Ações do OFSS – Ação 4907 – Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Agrário	122
Quadro 8 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	124
Quadro 9 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	125
Quadro 10 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	125
Quadro 11 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	126
Quadro 12 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	128
Quadro 13 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.	129
Quadro 14 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	130
Quadro 15 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	131
Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação	135
Quadro 17 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	136
Quadro 18 – Concessão de suprimento de fundos	139
Quadro 19 – Utilização de suprimento de fundos	139
Quadro 20 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	139
Quadro 21 - Força de Trabalho do MDSA - Distribuição por Situação.....	157
Quadro 22 - Força de Trabalho do MDSA - Distribuição por Nível de Escolaridade	158
Quadro 23 - Força de Trabalho do MDSA - Distribuição por Faixa Etária	159
Quadro 24 - Força de Trabalho da UPC	162
Quadro 25 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	162
Quadro 26 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	163
Quadro 27 - Despesas com pessoal	165
Quadro 28 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	168
Quadro 29 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	186
Quadro 30 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	187
Quadro 31 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento - TC 033.589/2015-1	241
Quadro 32 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento - TC 033.589/2015-1	243
Quadro 33 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	262
Quadro 34 – Despesas com publicidade	266

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução Orçamentária Acordo de Empréstimo BIRD 7841BR- 2016	53
Tabela 2 - Contratação de Pessoa Jurídica: 2011 a 2016 (excluindo eventos).....	57
Tabela 3 - Contratação de Pessoa Jurídica: 2011 a 2016 (excluindo eventos).....	57
Tabela 4 - Contratação de Pessoa Jurídica-EVENTOS: 2011 a 2016 - UNESCO.....	58
Tabela 5 - Contratação de Pessoa Jurídica-EVENTOS: 2011 a 2016 - UNESCO.....	58
Tabela 6 - Concessão de diárias e passagens (em R\$) - UNESCO	58
Tabela 7 – Macroprocessos Corregedoria.....	59
Tabela 8 - Comparativo de chamadas entre os anos de 2015 e 2016	64
Tabela 9 - PROGRAMA 2012: FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	78
Tabela 10 - Redução da pobreza por meio da transferência direta de renda (objetivo 0619).....	81
Tabela 11 - Acompanhamento do acesso com equidade das famílias beneficiárias nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social (objetivo 0374).....	84
Tabela 12 - Resultados do Cadastro Único (objetivo 1134).....	87
Tabela 13 - Resultados do Índice de Gestão Descentralizada – IGD (objetivo 0375).	90
Tabela 14 - PROGRAMA 2037: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	91
Tabela 15 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial (objetivo 0370)	96
Tabela 16 - Benefícios Assistenciais (objetivo 0371)	99
Tabela 17 - Apoio à gestão do Suas e ao controle social (objetivo 0372).....	101
Tabela 18 - Abastecimento e acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável (objetivo 0380).....	106
Tabela 19 - Combate à insegurança alimentar e nutricional em grupos populacionais específicos (objetivo 0615).....	108
Tabela 20 - Acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural (objetivo 0614).....	110
Tabela 21 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) (objetivo 0377).	113
Tabela 22 - Consumo de alimentos adequados e saudáveis (objetivo 1109).	115
Tabela 23 - Execução da ação 2000 pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos - SAA distribuídos por áreas responsáveis.....	118
Tabela 24 – Restos a pagar da ação 2000 pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos - SAA distribuídos por áreas responsáveis	119
Tabela 25 - FATURAMENTO CONTRATO N° 17/2013 - OUVIDORIA 2016.....	123
Tabela 26 – Distribuição dos servidores da UPC SE/MDSA.....	158
Tabela 27 - Relação entre servidores permanentes (ativo permanente) e temporários (contrato temporário)	159
Tabela 28 – Indicadores CGRH/SAA	161
Tabela 29 - Composição do quadro de estagiários do MDSA	169
Tabela 30 - Evolução das despesas com contratações de estagiários.....	169
Tabela 31 - Contratação de consultores - UNESCO	171
Tabela 32 - Produtos pagos a consultores individuais - UNESCO	171
Tabela 33 - Contratação de consultores - PNUD	173
Tabela 34 - Produtos pagos a consultores - PNUD.....	174
Tabela 35 - Concessão de diárias e passagens - PNUD	174
Tabela 36 - Contratação de Consultores - FAO	175
Tabela 37 - Produtos pagos a consultores - FAO.....	175
Tabela 38 - Concessão de Diárias e Passagens - FAO	175
Tabela 39 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional	186
Tabela 40 - CATÁLOGO DE SISTEMAS SOB GESTÃO DA DTI (*).....	191
Tabela 41 - NECESSIDADES DO PDTI	196
Tabela 42 - TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2016.....	197

Tabela 43 - FORÇA DE TRABALHO DA DTI.....	198
Tabela 44 - Hora de Serviços Técnico – HST.....	199
Tabela 45 - SISTEMAS CONCLUÍDOS NO ANO DE 2016.....	200
Tabela 46 - SISTEMAS EM DESENVOLVIMENTO NO ANO DE 2016 (*).....	201
Tabela 47 - MANUTENÇÕES REALIZADAS NOS SISTEMAS (*).....	202
Tabela 48 - PROCESSOS DE NEGÓCIO MAPEADOS.....	204
Tabela 49 - PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS DA CGS.....	204
Tabela 50 - VALORES INVESTIDOS POR MÊS EM DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS.....	205
Tabela 51 - QUANTITATIVO DE TICKETS EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO EM 2016.....	208
Tabela 52 - VOLUME E QUANTIDADE DOS BANCOS DE DADOS EM 2016.....	212
Tabela 53 - QUANTITATIVO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELO CONTRATO DE SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA EM 2016.....	214
Tabela 54 – Doações ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 2016.....	219
Tabela 55 - Execução das doações ao FCEP em 2016.....	220
Tabela 56 – Volume de ligações, mensalmente, durante o exercício.....	224
Tabela 57 - Total de demandas registradas, mensalmente, durante o exercício.....	224
Tabela 58 – Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação:.....	225
Tabela 59 - Demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria.....	226
Tabela 60 - Resumo: Demandas recepcionadas na Ouvidoria.....	227
Tabela 61 - Média de tempo para resposta das Secretarias à Ouvidoria - 2016.....	227
Tabela 62 - Evolução mensal pedidos de acesso à informação pública entre 2015 e 2016.....	228
Tabela 63 - Evolução mensal de recursos entre 2015 e 2016.....	228
Tabela 64 - Acesso Concedido.....	233
Tabela 65 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.....	267
Tabela 66 - Ministério da Saúde - Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chikungunya.....	269
Tabela 67 - Ministério do Trabalho- Campanha Abono Salarial 2014.....	271

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução Estratégica - OUGPS	63
Gráfico 2 – Execução Estratégica CGSS	65
Gráfico 3 – Indicador Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório	152
Gráfico 4 – Indicador Tempo Médio de Realização de Dispensa de Licitação	153
Gráfico 5 – Índice de Representações Junto ao TCU/Ações Judiciais	154
Gráfico 6 – Índice de Alterações no Termo de Referência	154
Gráfico 7 – Distribuição de Capacitação por Área	160
Gráfico 8 – Capacitações Realizadas e Servidores Capacitados 2016	161
Gráfico 9 - Totais de tickets e de Unidades de Prestação de Serviços Técnicos (UPSTs) demandadas pela CGBD	210
Gráfico 10 - Proporcionalidade entre os tipos de serviço da Administração de Banco de Dados (BD)	211
Gráfico 11 - Proporcionalidade entre os tipos de serviço da Administração de Dados (AD)	211
Gráfico 12 - Proporcionalidade entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD	212
Gráfico 13 - Proporcionalidade entre o volume de dados distribuídos entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD	213
Gráfico 14 – Volume de ligações	224
Gráfico 15 – Demandas registradas na ouvidoria	225
Gráfico 16 – Demandas registradas na Ouvidoria	225
Gráfico 17 – Comparativo entre o valor absoluto e o proporcional das demandas registradas por Estado	226
Gráfico 18 – Percentual de demandas registradas na Ouvidoria que tratam de assuntos relacionados às Secretarias do MDSA	227
Gráfico 19 – Consolidado: Pesquisa de Satisfação	231
Gráfico 20 – Atendimento prestado pela Ouvidoria	231
Gráfico 21 – Avaliação da informação recebida	232
Gráfico 22 – Contribuição da Ouvidoria para melhorar os serviços prestados pelo MDSA	232
Gráfico 23 – Novo contato com a Ouvidoria, caso necessário	233

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Módulo Carta	222
Figura 2 - Módulo Formulário Eletrônico	222
Figura 3 - Módulo Telefonia:	222
Figura 4 – Módulo Atendimento Presencial:	223

Lista de Anexos e Apêndices

ANEXOS E APÊNDICES	272
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64	272
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	272
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	273
BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	275
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	277
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	279
ANEXO II – RELATÓRIO DE LICITAÇÕES/PREGÕES CONCLUÍDOS EM 2016	281
ANEXO III – RELATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	282
ANEXO IV – RELATÓRIO DE ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS EM 2016	284
ANEXO V – RELATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE - ARTIGO 25 DA LEI Nº 8.666/93	287
ANEXO VI – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2016 EXCETO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	288
ANEXO VII – RELATÓRIO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2016	297

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	16
VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	18
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	18
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	20
<i>Secretaria Executiva</i>	20
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	20
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	21
Diretoria de Tecnologia da Informação	22
Diretoria de Projetos Internacionais	23
Corregedoria.....	23
Ouvidoria.....	24
Coordenação Geral da Central de Relacionamento	27
Conselho de Recursos do Seguro Social.....	28
NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE.....	29
AMBIENTE DE ATUAÇÃO	32
ORGANOGRAMA.....	34
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	38
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	48
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	48
<i>Secretaria Executiva</i>	48
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	48
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	49
Diretoria de Tecnologia da Informação	51
Diretoria de Projetos Internacionais	52
Corregedoria	58
Ouvidoria.....	59
Coordenação Geral da Central de Relacionamento	63
Conselho de Recursos do Seguro Social.....	65
<i>Descrição sintética dos objetivos do exercício</i>	66
<i>Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	73
<i>Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos</i>	73
FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	75
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	76
<i>Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançado</i>	76
PROGRAMA 2012: FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	76
PROGRAMA 2019: INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS.....	78
PROGRAMA 2037: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).....	91
PROGRAMA 2069 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	102
<i>Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade</i>	117
Ações do OFSS	117
<i>Fatores intervenientes no desempenho orçamentário</i>	124
<i>Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento</i>	124
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	124
Análise Crítica.....	125
<i>Restos a pagar de exercícios anteriores</i>	126
Análise Crítica.....	126
<i>Execução descentralizada com transferência de recursos</i>	128
Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	128
Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres	129
Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	130
Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	131
Análise Crítica.....	132
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	133
<i>Informações sobre a execução das despesas</i>	135
DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	135

Despesas por grupo e elemento de despesa	136
Análise Crítica	138
<i>Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal</i>	139
Concessão de Suprimento de Fundos	139
Utilização de Suprimento de Fundos	139
Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	139
Análise Crítica	140
DESEMPENHO OPERACIONAL	141
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	142
<i>COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH</i>	142
<i>COORDENAÇÃO - GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA</i>	144
<i>COORDENAÇÃO - GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLC</i>	152
GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	155
DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	155
ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	155
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	156
ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	157
GESTÃO DE PESSOAS	157
<i>Estrutura de pessoal da unidade</i>	157
Força de Trabalho da UPC	157
Distribuição da Lotação Efetiva	162
Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	163
Análise Crítica	163
<i>Demonstrativo das despesas com pessoal</i>	164
<i>Gestão de riscos relacionados ao pessoal</i>	166
<i>Contratação de pessoal de apoio e de estagiários</i>	167
<i>Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais</i>	170
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	178
<i>Gestão da frota de veículos</i>	178
<i>Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições</i>	185
<i>Gestão do patrimônio imobiliário da União</i>	186
<i>Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas</i>	187
<i>Informações sobre imóveis locados de terceiros</i>	187
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	191
<i>Principais sistemas de informações</i>	191
<i>Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)</i>	195
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	216
<i>Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras</i>	216
GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS	218
<i>Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade</i>	218
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	221
CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	221
CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	229
AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	229
MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	234
MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	235
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	236
TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	236
SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	237
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	239
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	241
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	241

<i>Diretoria de Projetos Internacionais - DPI</i>	241
TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	245
<i>Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA</i>	245
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH.....	245
COORDENAÇÃO - GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLC.....	247
<i>Diretoria de Projetos Internacionais - DPI</i>	250
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO.....	262
DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	264
INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	265
INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	266
ANEXOS E APÊNDICES.....	272
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI Nº 4.320/64.....	272
<i>BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS</i>	272
<i>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS</i>	273
<i>BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS</i>	275
<i>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS</i>	277
<i>DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS</i>	279
ANEXO II – RELATÓRIO DE LICITAÇÕES/PREGÕES CONCLUÍDOS EM 2016.....	281
ANEXO III – RELATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.....	282
ANEXO IV – RELATÓRIO DE ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS EM 2016.....	284
ANEXO V – RELATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE - ARTIGO 25 DA LEI Nº 8.666/93.....	287
ANEXO VI – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2016 EXCETO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	288
ANEXO VII – RELATÓRIO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2016.....	297
RELATÓRIO DE INSTANCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	300
DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	304
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	304
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES.....	305
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	306
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	307
DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI.....	308
DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	309
RELATÓRIO ESPELHO DO MONITORAMENTO – SIMPLIFICADO DO PPA 2016-2019.....	311

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta os atos relevantes de gestão praticados pela Secretaria Executiva, considerando as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério, contendo as principais realizações de gestão, as principais dificuldades encontradas pela Unidade Prestadora de Contas – UPC para a realização dos objetivos no exercício de referência e outras informações úteis para despertar a atenção dos usuários do relatório.

O Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: Instrução Normativa - IN do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, das Decisões Normativas - DN do TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, e da nº 156, de 30 de novembro de 2016, e Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017; e das orientações do órgão de controle interno, constante da Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016.

Deve esclarecer que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA foi criado por intermédio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016; por meio do qual foram incorporados ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS as estruturas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS.

Entretanto, no que pese o termo “Agrário” ter sido mantido no nome do MDSA, por meio do Decreto nº 8.865, de 29 de Setembro de 2016, a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário foi subordinada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Não compondo, dessa forma, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Tendo em vista que as a complexidade das alterações institucionais foram complexas realizadas, somente ao final de 2016 foi publicado o Decreto 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para vigorar a partir de 17 de janeiro de 2017.

Cabe registrar que a estrutura do presente Relatório é aquela em conformidade com o Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011, e vigente em 2016: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria de Projetos Internacionais, Corregedoria, Ouvidoria e a Coordenação Geral da Central de Relacionamento; além das informações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP.

Ainda em relação à estrutura deste relatório, deve-se enfatizar que o Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda, determinou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário será responsável pela elaboração do relatório de gestão da Ouvidoria e ao do antigo Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS do extinto Ministério da Previdência Social. Portanto, o Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS também será incluso neste relatório nos itens referentes à Ouvidoria.

Entre Uma das principais realizações da UPC, foi ter intermediado junto às áreas finalísticas da Pasta e a área econômica do governo a absorção do contingenciamento orçamentário e da programação financeira estabelecida pelo Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, minimizando os efeitos do mesmo sobre as políticas públicas de responsabilidade do MDSA.

Destaca-se também a incorporação administrativa e orçamentária das entidades oriundas do Ministério do Trabalho e Previdência (INSS, FRGPS e CRSS) pelo MDSA, sem causar solução de continuidade dos serviços prestados por estes importantes Órgãos. Para tanto, foi imprescindível o apoio desta Secretaria Executiva para que essa transição ocorra da melhor maneira possível, bem como o auxílio dado pelas Secretarias Executivas da Fazenda, do Trabalho e da extinta Previdência.

Outro ponto de destaque foi em relação aos limites para empenho para a contratação de bens e serviços estabelecida pela Portaria MPOG nº 67, de 1º de março de 2016, quando esta Secretaria Executiva atuou no acompanhamento e orientações junto às demais áreas da Pasta, cujo referencial global estabelecido foi de R\$ 91,5 milhões, sendo que o Ministério acabou o exercício com o empenho de R\$ 88,4 milhões, que representa 96,6% do limite autorizado, além de ter liquidado e pago o valor de R\$ 80,0 milhões, que equivale a 87,4% do total autorizado, sem ter interferido significativamente no desenvolvimento das nossas políticas.

As principais dificuldades encontradas foram à adequação das políticas públicas de responsabilidade das Secretarias finalísticas com o contingenciamento imposto pelo governo pelo Decreto nº 8.670/2016 e a limitação de empenho para a contratação de bens e serviços estabelecida pela Portaria MPOG nº 67/2016.

Outro desafio de destaque que está sendo implementado no exercício é a adequação dos espaços físicos da Pasta a mudança de estrutura e a utilização mais racional dos espaços pelas equipes, o que implicou de em mudanças de endereços e adequações das instalações utilizadas.

VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Identificação da unidade

Quadro 1 – Identificação do Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário				Código SIORG: 001945
Identificação da Unidade Prestadora de Contas				
Denominação Completa: Secretaria Executiva				
Denominação Abreviada: SE				
Código SIORG: 72571		Código na LOA: 55101		Código SIAFI: 550003
Natureza Jurídica: Órgão Público				CNPJ: 05.526.783/0001-65
Principal Atividade: Administração Pública em Geral				Código CNAE: 8411-6
Telefones de Contato:		(61) 2030-0006	(61) 2030-0018	(61) 2030-1519
Endereço Eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br				
Página na Internet: http://www.mds.gov.br				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 7º Andar, CEP – 70.050-902 – Brasília (DF)				
Identificação da Unidade Prestadora de Contas Consolidada				
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	550002	05.756.246/0001-01	Ativa	73609
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	550005, 550006 e 550025	05.756.246/0004-54 05.756.246/0003-73	Ativas	106867
Diretoria de Tecnologia da Informação	550016	05.526.783/0001-65	Inativa	106869
Diretoria de Projetos Internacionais	550012, 550014 550017, 550019 550021 e 550022	05.526.783/0001-65	Ativas Ativas Inativas	106868
Corregedoria	-	05.526.783/0001-65	Ativa	107378
Ouvidoria	-	05.526.783/0001-65	Ativa	77778
Coordenação Geral da Central de Relacionamento	-	05.526.783/0001-65	Ativa	107650
Conselho de Recursos do Seguro Social	330006	00.394.528/0006-05	Extinta	-
Ouvidoria Geral da Previdência Social	330018	-	Extinta	34393
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	-	-	-	-
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas				
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas				
Código SIAFI	Nome			
110001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR			
110174	DIRETORIA DE GESTAO INTERNA/SE/CGU			
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC			
114702	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA			
170009	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA			
170013	SUBSEC. DE PLANEJ., ORC. E ADMINISTRACAO-MF			
180077	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – DPGE			
201002	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS			
238012	SECRETARIA DE POLIT. DE PROM. DA IGUALD.RACIAL			
254420	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ			
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE			
290001	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO			
380912	GABINETE DO MINISTRO/M.T.E.			
393003	DEPART. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE			

400040	GABINETE DO MINISTRO/MTPS
440040	SECRET. EXTRATIVISMO DESENV.RURAL SUSTENTAVEL
490002	SUBSEC. DE PLANEJ., ORCAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
490068	MDA – CONDOMÍNIO BLOCO “A”
550002	SETORIAL DE FINANÇAS / MDSA
550003	SECRETARIA EXECUTIVA – MDSA
550005	COORDENACAO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
550006	COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS/ M.D.S.
550007	SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA
550008	SECRETARIA NACIONAL DE SEG.ALIM E NUTRICIONAL
550011	SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
550017	II PROJETO DE APOIO AO PBF E AO CNDS
550018	SECR. EXTRAORD. PARA A SUPER. DA EXTREMA POBREZA
550025	SAA/SE/MDSA – CONDOMINIO BLOCO A
Gestões relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
00001	TESOURO NACIONAL
11401	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ
39252	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110001	00001
110174	00001
110245	00001
114702	11401
170009	00001
170013	00001
180077	00001
201002	00001
238012	00001
254420	25201
257001	00001
290001	00001
280912	00001
393003	39252
400040	00001
440040	00001
490002	00001
490068	00001
550002	00001
550003	00001
550005	00001
550006	00001
550007	00001
550008	00001
550011	00001
550017	00001
550018	00001
550025	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
55101	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Finalidade e competências

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva -SE, na condição de órgão de assistência direta e imediata do Ministro, exerceu em 2016 suas atribuições de supervisão e coordenação das atividades das demais unidades integrantes do Ministério. Participou ativamente do planejamento e da execução das diversas ações implementadas pelas Secretarias do Ministério, para potencializá-las e favorecer o alcance dos resultados desejados. Nesse sentido, a SE tem procurado fortalecer espaços de coordenação interna (com a criação de grupos de trabalho, comitês internos e realização de reuniões bilaterais de discussão), especialmente as voltadas para a gestão das áreas administrativas e operacionais.

Conforme suas atribuições regimentais, a Secretaria Executiva assiste o Ministério no sentido de prover os meios para que as áreas finalísticas possam cumprir sua missão institucional e programática. Essas atividades são desenvolvidas por meio de suas unidades: Gabinete, Corregedoria, Coordenação-Geral de Relacionamento, Ouvidoria, Diretoria de Projetos Internacionais, Diretoria de Tecnologia da Informação, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Nesse sentido, a SE exerce função central no MDSA nas atividades de formulação de estratégias de colaboração com organismos financeiros internacionais, na supervisão de atividades disciplinares e correição, como canal de participação e diálogo com o cidadão (por meio da Ouvidoria e da Central de Relacionamento) e como órgão setorial dos Sistemas de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais -SISG, de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade Federal da Administração Federal, de Administração de Recursos Humanos e Informática (SISP) e de Organização e Inovação Institucional -SIORG.

Por oportuno, convém destacar a articulação estratégica promovida pela Secretaria Executiva com os demais órgãos federais e nas três esferas de governo, integrando o esforço do Governo Federal em prol do fortalecimento de ações intersetoriais de desenvolvimento social.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDS, bem como pelos projetos de organização e de inovação institucional.

Em relação ao planejamento, atua em dois campos que auxiliam a Secretaria Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS:

- a) Planejamento Estratégico e Orçamento; e
- b) Avaliação e Monitoramento.

A SPO é unidade integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, estabelecido pela Lei nº 10.180/2001 e atua como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do PPA. A área é a responsável, no âmbito do MDS, pelo apoio à elaboração e à revisão do PPA e de outros planos de governo, em articulação com o órgão central do sistema federal de planejamento e orçamento nos assuntos pertinentes ao processo de avaliação e monitoramento. Atua, ainda, apoiando as unidades administrativas do Ministério responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação.

Neste sentido, a proposta institucional da Subsecretaria é de avaliar, monitorar, planejar e estudar os planos, programas e ações do MDS, com apoio constante às áreas finalísticas e em articulação com o órgão central de planejamento e orçamento.

Em relação às finanças do MDS, a SPO exerce a coordenação, o acompanhamento, a orientação e a supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao orçamento no âmbito da Pasta.

Dessa forma, está encarregada de participar, acompanhar e orientar, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, bem como a sua execução orçamentária e financeira.

A área também coordenou diversas atividades relacionadas ao seu campo de atuação, como os créditos adicionais, e disponibilizou informações sobre a execução do MDS. Efetuou a instrução processual das propostas orçamentárias dos serviços sociais, Serviço Social dos Transportes - SEST, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Social do Comércio - SESC, vinculados ao MDS. Na área contábil atuou no suporte das contas contábeis das áreas executoras da Pasta e, ainda, na elaboração dos processos de Tomadas de Contas Especiais - TCE.

Quanto à organização e inovação institucional a Subsecretaria supervisionou as atividades relacionadas à gestão do Sistema Eletrônico de informações – SEI/MDS, modernização administrativa, estruturação organizacional, gestão dos sistemas de convênios e manutenção do cadastro de imóveis atualizado da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência - FLBA.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio e de suporte às unidades finalísticas, sendo essencial ao funcionamento administrativo e operacional do MDSA.

Como estratégia de atuação, busca instrumentalizar as Unidades do Ministério, fornecendo os meios necessários para a execução de suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, de forma qualificada e tempestiva, além de agir pro ativamente nas situações que poderiam ocasionar solução de continuidade às ações finalísticas do Ministério.

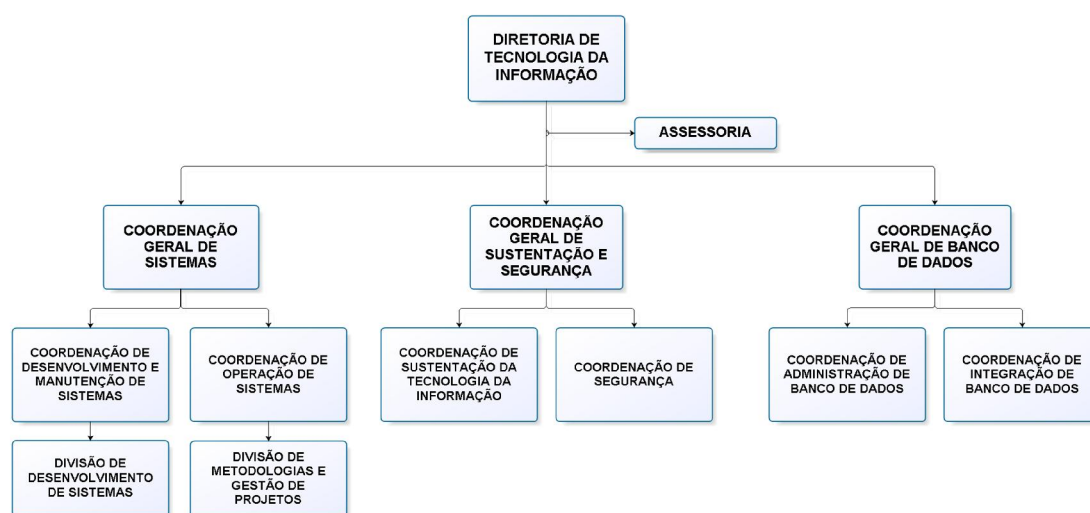
Diretoria de Tecnologia da Informação

Cabe à Diretoria de Tecnologia da Informação -DTI o planejamento, a coordenação e a execução das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação para todo o Ministério, além de atender a requisitos de desempenho do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal - SISP, centralizado na Secretaria de Tecnologia da Informação - STI do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A DTI também executa e implanta as políticas e diretrizes de segurança da informação, elabora normas internas e utiliza procedimentos e padrões para aquisição e uso dos recursos TI, coordena o desenvolvimento e a implantação de software, realiza análises e modelagens de dados, define diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de software, elabora o Plano Diretor de TI em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia e Informação -CGTI, visando ampliar, modernizar e adequar às soluções tecnológicas que suportam as políticas sociais do MDSA.

Para o cumprimento integral de suas atribuições, a DTI também realiza parcerias com outras entidades governamentais, com vistas a garantir uma maior integração de soluções tecnológicas e uso mais racional de recursos informacionais. Ademais, a DTI atua na prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI, oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério, bem como de entidades externas provenientes dos três entes da Federação.

Regimentalmente, a DTI está organizada como uma Diretoria, que possui uma Assessoria, e três coordenações-gerais (Sistemas, Banco de dados e Sustentação e segurança), representada pelo seguinte organograma:



Com o objetivo de adequar suas estruturas internas, garantindo uma maior aproximação entre a TI e as áreas finalísticas do MDSA no desempenho de suas competências regimentais, a DTI, ao longo de 2016, envidou esforços para aprimorar as células especializadas de atendimento,

que perpassam suas coordenações-gerais quanto à integração e concentração de esforços para o atendimento das áreas finalísticas, a saber:

- Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN;
- Célula 2: Assistência Social - SNAS;
- Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI.

Diretoria de Projetos Internacionais

A Diretoria de Projetos Internacionais - DPI foi criada para coordenar, técnica e administrativamente, os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou que sejam objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional. Esta finalidade é atingida por meio de sua atuação na coordenação do processo de planejamento e na supervisão da execução das atividades relativas àqueles projetos, em conformidade com as diretrizes da Secretaria-Executiva.

Por meio do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MDSA, a Diretoria de Projetos Internacionais foi transformada em Diretoria de Cooperação Técnica, e teve suas competências estabelecidas da seguinte forma:

I- planejar e coordenar técnica e administrativamente os projetos de cooperação técnica financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo com organismo internacional; e

II- apoiar o planejamento, acompanhar e monitorar os acordos de cooperação técnica firmados com órgãos e entidades governamentais no âmbito deste Ministério.

Corregedoria

A criação das Corregedorias Seccionais decorreu da necessidade antevista pela Controladoria Geral da União – Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – de constituir unidades responsáveis pelo controle das apurações de irregularidades no âmbito dos Ministérios, na forma institucionalizada pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, publicado no DOU de 01/07/05, pag. 3 e alterado pelo Decreto nº 7.128, de 11 de março de 2010, publicado no DOU de 12/03/2010, pag. 4.

A competência desta Unidade Seccional está inserida no contexto institucional deste Ministério, e no regimento interno da Pasta. Vale ressaltar que por meio da Portaria Ministerial nº 110, de 02 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 04 de dezembro de 2015, Sua Excelência, a Senhora Ministra desta Pasta delega competência à esta Corregedoria/SE/MDS para apuração de atos ilícitos praticados por pessoa jurídica, tipificados na

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta e de pessoa jurídica tipificadas na Lei nº 12.846/13, bem como planejar e coordenar as correções ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, examinar as representações contra servidores, arquivando-as ou propondo sua apuração imediata, e realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União.

Ouvidoria

A Ouvidoria do MDSA, órgão vinculado à Secretaria-Executiva, tem como missão ser uma instância de controle e participação social, responsável pelo acolhimento, tratamento e resposta às sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias dos cidadãos junto a este Ministério, visando ao aprimoramento da gestão pública e dos serviços prestados à sociedade.

Para manter este principal escopo, faz-se necessário uma série de atividades, que são subsidiadas com recursos orçamentários empenhados nesta Unidade de Prestação de Contas.

Dentre elas, destaca-se a manutenção do Sistema de Gestão de Demandas - SGD, ferramenta importante para todo o ciclo de manifestação e atendimento ao cidadão. As manifestações acontecem por diferentes meios, ocorrendo sua primeira escuta e registro no SGD por meio de uma equipe de telemarketing treinada especificamente para demandas de Ouvidoria (1º nível de atendimento), que faz o encaminhamento da demanda para o 2º nível da Ouvidoria, composto por analistas da mesma empresa de Contact Center, treinados para realizar as respostas. Nos casos em que a base de conhecimento não é suficiente, acionam-se as áreas técnicas.

As respostas oferecidas pelo MDSA para as manifestações que entram pelos diversos canais de atendimento (mensagem, telefone, carta, presencial) devem ser produzidas e/ou geridas por responsáveis de cada uma das áreas técnicas, denominados pontos focais. Assim, mais especificamente, têm-se pontos focais para respostas aos pedidos registrados nos sistemas SGD (gerido pela Ouvidoria em parceria com a Central de Relacionamento), e-SIC (sistema que suporta a Lei de Acesso a Informação, dentro do MDSA gerido pela Ouvidoria) e SEI! (tratamento/gestão geral de informação, gerido pela SPO).

Após a finalização, envia-se a resposta ao cidadão pelo meio escolhido por ele (email, telefone ou carta), sendo realizada uma pesquisa de satisfação em relação ao atendimento recebido. Com este ciclo, fica claro o desafio de treinamento e diálogo entre todos estes atores, para a produção de informações céleres e pertinentes às demandas dos cidadãos.

A Ouvidoria também é responsável pela articulação com as demais áreas do Ministério para promover a transparência ativa e passiva. Assim, ela desenvolve um diálogo constante com as áreas finalísticas, para conhecer seus processos, elaborar em conjunto uma Base de Conhecimento com linguagem simples, e se preparar para os eventuais gargalos que a atuação rotineira das áreas técnicas possa gerar em termos de falta de informação ou serviços aos usuários e gestores locais das

políticas do MDSA. Além disso, participa de fóruns colegiados de gestão interna, tais como o Comitê da Transparência, Comitê de Gênero e Grupo de Trabalho da Carta de Serviço ao Cidadão.

Outra atuação cotidiana é a relação da Ouvidoria com a produção de dados sobre as demandas da sociedade. Aqui reside o grande desafio de compor um caráter gerencial a estes dados, que foi aprimorado em grande parte com a implementação do Painel Gerencial da Ouvidoria, ao permitir o monitoramento, em tempo real, de indicadores relacionados a demandas de ouvidoria, possibilitando gerar informações que podem apontar possíveis caminhos e alternativas de aprimoramento das políticas públicas de competência do MDSA.

No âmbito do MDSA cabe à Ouvidoria coordenar, acompanhar e supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como assessorar a autoridade de que trata o art. 40 do referido diploma legal. Dentre suas atribuições, cabe destacar: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de pedidos nas suas respectivas unidades; c) auxiliar os servidores das áreas técnicas acerca das respostas e d) dirimir eventuais dúvidas sobre a LAI e seu decreto regulamentador.

No Ministério, os canais de acesso às solicitações ocorrem:

- ✓ Presencialmente, no Balcão SIC, localizado no térreo do Bloco C da Esplanada dos Ministérios; e
- ✓ Formulário eletrônico do sistema e-SIC - (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>)

Para todas estas atribuições, a equipe da Ouvidoria conta com 2 chefes de divisão, 2 estagiários, 1 analista de políticas sociais, 2 terceirizados de apoio e 1 assessor técnico. A equipe reduzida é também um desafio para realizar todas as entregas trazidas pela missão da Ouvidoria.

Dentro da perspectiva de ser uma área que se relaciona com todas as áreas finalísticas e com a sociedade, a Ouvidoria é procurada para projetos especiais, que não estão necessariamente em suas atribuições regimentais. É o caso da recém-criada agenda da Plataforma da Cidadania Digital (Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016), que teve início em dezembro de 2016 com a criação de um Grupo de Trabalho para mapeamento dos Serviços Públicos prestados pelo MDSA, o chamado Censo de Serviços. É mais um reconhecimento ao papel de promotora da cultura da transparência e do diálogo dentro do Ministério.

Neste sentido, é constante a preocupação da Ouvidoria em qualificar o atendimento ao cidadão e em sensibilizar as áreas finalísticas para a importância da transparência ser um valor que permeie a atuação do MDSA em todos seus programa e ações.

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), instituído pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), funciona no MDSA desde maio de 2012 com as seguintes atribuições: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de pedidos nas suas respectivas unidades; c) auxiliar os servidores das

áreas técnicas acerca das respostas e d) dirimir eventuais dúvidas sobre a LAI e seu decreto regulamentador.

Ouvidoria Geral da Previdência

Com a criação do MDSA, por intermédio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016; foi incorporado ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS as estruturas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS.

Entretanto, a aplicação destas alterações institucionais foi complexa e somente ao final de 2016 foi publicado o Decreto 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para vigorar a partir de 17 de janeiro de 2017.

Neste sentido, durante este período de transição estes órgãos oriundos do extinto Ministério da Previdência foram administradas por suas antigas estruturas, inclusive a Ouvidoria-Geral da Previdência.

À Ouvidoria Geral da Previdência Social - OUGPS compete:

- i. estabelecer e manter um canal de comunicação permanente, imparcial e transparente, sob a forma de pós-atendimento, com os cidadãos que buscam os serviços do Ministério da Previdência Social, de seus órgãos colegiados e entidades vinculadas;
- ii. atuar como ouvidoria interna da Previdência Social e das entidades a ela vinculadas;
- iii. apresentar diagnósticos, relatórios gerenciais técnicos e/ou informações para subsidiar ações de melhoria dos serviços prestados pela Previdência Social;
- iv. encaminhar e responder reclamações, denúncias, sugestões e elogios, recebidos por correspondência (PREVCartas) ou diretamente registrados no Sistema de Ouvidoria, relativos aos serviços oferecidos pela Previdência Social, após adotar os procedimentos necessários em cada caso; e
- v. elaborar estudos e realizar pesquisas para aferição da satisfação dos usuários dos serviços prestados pelo Ministério e suas entidades vinculadas.

As consultas e manifestações da sociedade e de entidades representativas são encaminhadas à Previdência por meio do Serviço de Informação ao Cidadão -SIC e pelos canais da Ouvidoria-Geral da Previdência Social e respondidas pelos técnicos de cada área. Como garantia do acesso à informação, são produzidos e divulgados no site da Previdência Social, boletins quadrimestrais, artigos e notas técnicas. Ademais, destaca-se que informações sobre auxílios-doença acidentários e previdenciários segundo os Capítulos da CID-10 também estão disponíveis na aba sobre Saúde e Segurança do Trabalhador. Destaca-se, ainda, a publicação da Portaria no 573/2016, que dispõe sobre a publicação de dados de acidentalidade por estabelecimento da empresa, normatizando a divulgação destes dados na internet.

Dando efetividade a esta nova regulamentação, foi desenvolvida ferramenta de pesquisa online do número de acidentes de trabalho por estabelecimento empresarial. Tal publicação garante à sociedade e, em especial ao trabalhador, o direito de saber o risco de se acidentar no ambiente em que trabalha, propicia um debate sobre a proteção à saúde e segurança, direito fundamental assegurado na Constituição Federal.

Os canais de atendimento possibilitaram à Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OUGPS estreitar a relação entre a sociedade e a administração pública. Esses canais de atendimento permitiram ao cidadão expressar suas opiniões, com críticas, questionamentos e sugestões que colaboram de forma substancial para a melhoria do serviço público. O acesso do público à Ouvidoria-Geral da Previdência Social foi realizado por meio de quatro canais de atendimento:

- **Auto-Atendimento** - Via Internet: Pelo site www.previdencia.gov.br, na opção Contato e Ouvidoria, o cidadão pode acessar o Sistema de Ouvidoria (SouWeb) e cadastrar diretamente sua manifestação. Ao término do registro, o sistema gera um código que permite o acompanhamento da manifestação no portal da Previdência Social. A geração do protocolo da manifestação atende ao Decreto no 6.932/09, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão.
- **Central 135** - Via Telefone: A Central de atendimento 135 oferece um grande número de serviços da Previdência Social. Via telefone, o cidadão pode obter serviços como: agendamentos para atendimento nas agências, disponibilização de informações, requerimento de benefícios e registros de manifestações para Ouvidoria. Dentro da equipe da Central 135, há um grupo de atendentes capacitado especialmente para atender as demandas direcionadas à Ouvidoria-Geral. O cidadão pode realizar sua ligação por um telefone público ou residencial fixo. Nestes casos a ligação é gratuita. Pelo celular, o custo da ligação é local.
- **PREVCartas** – Correspondências: As cartas são enviadas à PREVCartas – Caixa Postal 09714, CEP 70.040-976, Brasília/DF, Ouvidoria-Geral da Previdência Social. Todas as correspondências recebidas são cadastradas no Sistema de Ouvidoria (SOU-Web) e seguem o fluxo correspondente aos tipos de manifestações. O cidadão recebe sua resposta por meio de correspondência.
- **Atendimento Presencial** – serviço destinado aos usuários que buscam, pessoalmente, orientações a respeito de demandas e processos que tramitam na Previdência Social e para cadastrarem suas manifestações. O atendimento é realizado de segunda à sexta, das 8h às 18h. É importante ressaltar que poderão ser solicitados documentos como carteira de identidade, para o fornecimento de informação ao interessado; ou procuração, que poderá ser pública ou particular, no caso de fornecimento de informações a terceiros.

Coordenação Geral da Central de Relacionamento

A Coordenação-Geral da Central de Relacionamento é responsável pela gestão e manutenção da Central de Relacionamento do MDSA. Possui a atribuição de assessorar as áreas técnicas quanto ao atendimento ao cidadão, de disponibilizar os registros históricos e estatísticos

das demandas recebidas pelos canais de atendimento (0800 707 2003 – Fale com o MDSA) por meio da disponibilização do Portal Central em Números e relatórios operacionais/gerenciais. Destaca-se ainda o gerenciamento da qualidade do atendimento, do conteúdo da base de conhecimento, da capacidade e melhoria do atendimento.

A função da Central de Relacionamento do MDSA é prestar serviços especializados em telemarketing, incluindo os serviços de Teleatendimento Receptivo Eletrônico e Humano (0800 707 2003 – ligações de telefonia fixa), Teleatendimento Ativo, Multimeios (e-mail, formulário eletrônico e ativo de e-mail) e de suporte aos usuários de sistemas de informações do MDSA (Help Desk), abrangendo o atendimento aos beneficiários, gestores e técnicos municipais dos programas sociais, bem como a sociedade em geral, localizados em todo território brasileiro, com propósito de prestar informações e esclarecer dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do Ministério, operacionalizados pelos contratos administrativos firmados com a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda. (Contrato nº. 17/2013 – serviços de telemarketing) e OI S.A (Contrato nº. 48/2014 – serviço de DDG/0800).

Conselho de Recursos do Seguro Social

O Conselho de Recursos do Seguro Social tem sua origem no Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, órgão do extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social. Por intermédio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, suas atribuições foram transferidas ao recém criado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Compete a este conselho o controle jurisdicional das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nos processos de interesse dos segurados e dos contribuintes da seguridade social e do próprio Instituto, conforme dispõe a legislação. É composto de 29 Juntas de Recursos, distribuídas pelas unidades da federação, 04 Composições Adjuntas e 04 Câmaras de Julgamento, localizadas em Brasília. As Composições de Julgamento são compostas por representantes dos empregadores, dos trabalhadores e do Governo. O Conselho Pleno, com a competência para dirimir divergências de entendimento jurisprudencial, é constituído pelos Presidentes e Conselheiros Titulares das Câmaras de Julgamento.

Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

Normas Relacionadas à Unidade de Prestação de Contas Secretaria Executiva do MDS
Normas de criação e alteração da UPC SE
LEI Nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
LEI Nº 10.869, de 13 de maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016 (Convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016) (DOU Edição extra e retificada em 19.5.2016): Altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
LEI Nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 (DOU 30.9.2016): Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC SE
DECRETO Nº 5.074, de 13 de maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 5.550, de 22 de setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 7.492, de 02 de junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;
DECRETO Nº 7.493, de 02 de junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.
DECRETO Nº 8.218, de 28 de março de 2014 (DOU de 31.3.2014): Altera o Anexo II ao Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e remaneja cargos em comissão.
DECRETO Nº 8.786, de 14 de junho de 2016 (Revogado pelo Decreto nº 8.865, 29 de setembro de 2016) (DOU 30.9.2016): Subordina a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.
DECRETO Nº 8.865, de 29 de setembro de 2016 (DOU 30.9.2016): Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
DECRETO Nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016 (DOU 30.12.2016): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
PORTARIA Nº 115, DE 20 DE MARÇO DE 2017 (DOU 21.03.2016): Aprova o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (Revoga a Port. 416/2005) (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDS Nº 120, de 12 de junho de 2012 (Revoga a Port. 330/2006) (DOU 16.07.2012): Aprovar o

Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na forma dos anexos a esta Portaria.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC SE
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria
Normas Relacionadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP
Normas de criação e alteração do FCEP
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, de 14 de dezembro de 2000 (DOU 18.12.2000): Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, de 22 de dezembro de 2010 (DOU 23.12.2010): Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 de julho de 2001 (DOU 09.07.2001): Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
DECRETO Nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003 (DOU 01.01.2003): Define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.
LEI Nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura do FCEP
DECRETO Nº 5.074, de 13 de maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 5.550, de 22 de setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 7.493, de 02 de junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (Revoga a Port. 416/2005) (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDS Nº 120, de 12 de junho de 2012 (Revoga a Port. 330/2006) (DOU 16.07.2012): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na forma dos anexos a esta Portaria
PORTARIA MDS Nº 2, de 08 de janeiro de 2016: Delega à Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a competência para atuar como órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.
DECRETO Nº 5.997, de 21 de dezembro de 2006 (DOU 22.12.2006): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2006, e dá outras providências .
DECRETO de 6 de março de 2007 (DOU 07.03.2007): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2007, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.636, de 5 de novembro de 2008 (DOU 06.11.2008): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2008.
DECRETO Nº 6.978, de 8 de outubro de 2009 (DOU 09.10.2009): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2009.
DECRETO Nº 7.316, de 22 de setembro de 2010 (DOU 23.09.2010): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2010.
Manuais e publicações relacionadas às atividades do FCEP
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/

Ambiente de atuação

A Secretaria Executiva atua ativamente em diversos espaços colegiados, como relatado abaixo. Coordena duas instâncias específicas (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Comitê MDSA de Políticas para as Mulheres e de Gênero) e articula a representação institucional do Ministério em diversos espaços colegiados (Comitês, Comissões, Grupos de Trabalho, Conselhos, etc).

O Gabinete da SE, em especial, é responsável pela representação do MDSA em instâncias que envolvem temáticas transversais, o que requer diálogo mais constante e articulação com as demais áreas do Ministério. A esse respeito, vale destacar as agendas relacionadas à promoção da igualdade racial, ações indigenistas, promoção e defesa de direitos humanos, direitos da juventude, promoção do trabalho decente (incluindo o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil), além das já citadas agendas de povos e comunidades tradicionais e de políticas para mulheres e de gênero. Além disso, a SE, por integrar a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais coordenada pela SG/PR, encaminha e acompanha as pautas dos movimentos sociais relativas às demandas ao Ministério.

1. Presidência da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) tem como missão pactuar a atuação conjunta de representantes da Administração Pública direta e membros do setor não governamental pelo fortalecimento social, econômico, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais. A Comissão Nacional é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (por meio da Secretaria Executiva), e tem a Secretaria Executiva exercida pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

Entre suas principais atribuições está coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/07. A CNPCT também propõe princípios e diretrizes para políticas relevantes ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal.

Criado pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004 e modificado pelo Decreto de 13 de julho de 2006, o órgão tem caráter deliberativo e consultivo. É presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA e secretariado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. É constituído, ainda, por outros representantes de órgãos e entidades federais e de organizações não governamentais, que se reúnem de quatro em quatro meses.

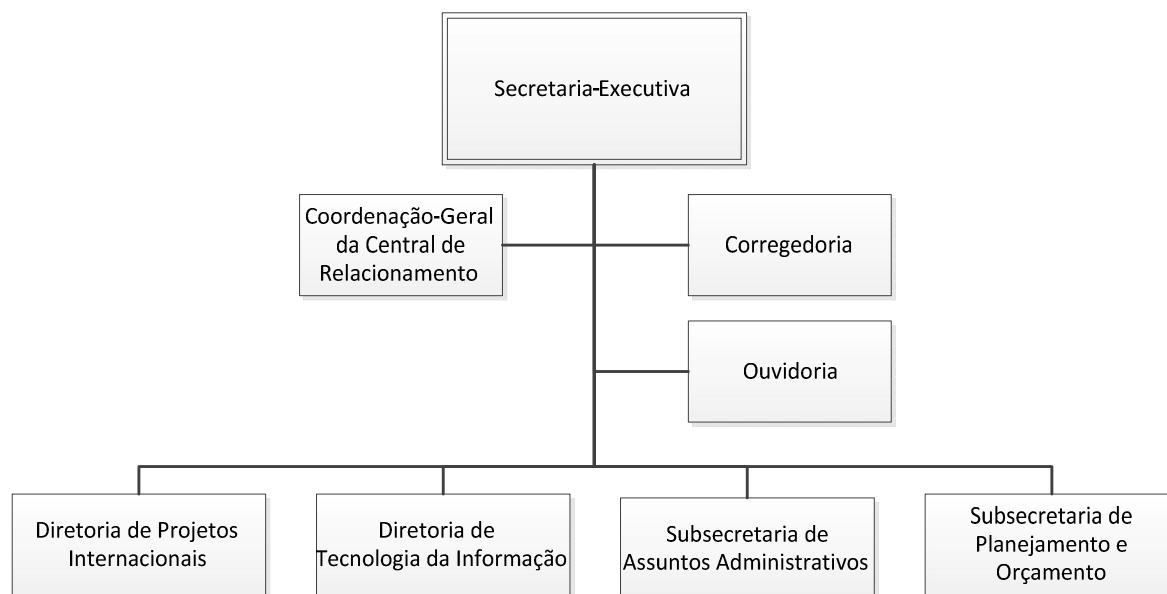
Como resultado direto de atuação da instância, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais foi elaborada tendo como principal objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável desses grupos com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, formas de organização e instituições.

O CNPCT realizou, ainda, a criação de instâncias que buscam propor e monitorar ações voltadas ao alcance dos objetivos específicos dessa política pública. São as Câmaras Técnicas Permanentes de Infraestrutura, Fomento e Produção Sustentável, Inclusão Social e Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais.

2. Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero

A SE coordena as atividades do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, instituído pela Portaria GM nº 381, de 17 de novembro de 2009. Trata-se de um importante espaço de articulação das ações do MDS relacionadas ao tema, que envolve diversas unidades do Ministério.

Organograma



Quadro 2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria-Executiva	Supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil, de serviços gerais e de organização e inovação institucional;	Marcelo Cardona Rocha	Secretário Executivo	22/10/2013 a 18/05/2016
	Assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; Supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério; Receber, analisar, encaminhar e responder as denúncias, reclamações e sugestões da sociedade referentes às ações do Ministério;	Alberto Beltrame	Secretário Executivo	19/05/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Tecnologia da Informação	Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração de Recursos da Informação e Informática;	Paulo Ricardo Carvalho de Oliveira	Diretor	23/06/2015 a 17/04/2016
	Propor diretrizes e subsidiar a alta administração e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação na implementação de política de tecnologia da informação e tomada de decisões referentes aos projetos de tecnologia da informação, bem como na implantação das políticas e diretrizes de segurança da informação no âmbito do Ministério;	Fernando Escobar	Diretor	20/04/2016 a 02/08/2016
	Responsabilizar-se pela prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério e de entidades externas ao Ministério; Representar institucionalmente o Ministério em assuntos de tecnologia da informação, junto a órgãos do governo e da sociedade civil; Elaborar e propor normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de tecnologia da informação do Ministério;	Cicero Padilha de Almeida	Diretor Substituto	02/08/2016 a 31/12/2016

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de gestão de documentos e de arquivos, bem como as relacionadas com Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal e de Serviços Gerais (SIPEC e SIASG). Supervisionar as atividades relacionadas à capacitação, saúde e seguridade social dos servidores do Ministério. Supervisionar as atividades relativas à avaliação de desempenho individual e progressão funcional dos servidores do Ministério. Supervisionar as atividades relativas à licitação e compras no âmbito do Ministério.	Luiz Cláudio Monteiro Morgado	Subsecretário	09/04/2015 a 10/07/2016
		Paulo Roberto de Mendonça e Paula	Subsecretário	11/07/2016 a 31/12/2016
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	Planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de gestão de convênios e contratos de repasse e de organização e inovação institucional; Realizar as tomadas de contas especiais dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; Acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;	Antonio José Gonçalves Henriques	Subsecretário	23/04/2014 a 13/07/2016
		Ayrton Galiciani Martinello	Subsecretário	14/07/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Projetos Internacionais	Coordenar, acompanhar e monitorar a execução técnica, administrativa e financeira os projetos financiados, no todo ou em parte, por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional; Coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas à administração e execução orçamentária e financeira dos projetos de cooperação técnica e de acordos de empréstimo; Gerir processos de contratação de pessoa física nas modalidades previstas pela legislação nacional e pelos organismos internacionais de cooperação técnica, bem como os respectivos processos de pagamento de produtos; Gerir o processo de emissão de passagens e concessão de diárias nacionais e internacionais para cumprimento de atividades previstas nos projetos de cooperação técnica internacionais; Gerir os processos de contratação de pessoa jurídica bem como os	Iara Cristina da Silva Alves	Diretora	08/10/2010 a 19/04/2016
		Leonardo Martins Prudente	Diretor	20/04/2016 a 06/10/16
		Alice Amaral de Campos Garcia	Diretora Substituta	07/10/2016 a 30/10/2016
		Maurício Viana	Diretor	31/10/2016 a 31/12/2016

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	respectivos processos de pagamento de produtos e de recebimento de bens e serviços;			
Corregedoria	Acolher e analisar denúncias de irregularidades praticadas por servidores, arquivando-as ou propondo apuração, quando for o caso, mediante processo disciplinar.	Miguel Ferreira Peres	Corregedor	2016
Ouvidoria	Receber, analisar, encaminhar e responder a denúncias, reclamações, sugestões, críticas e elogios referentes às ações do Ministério;	Mônica Vasconcelos Ribeiro	Ouvidora	2016
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento	Gerir e manter a Central de Relacionamento do Ministério, inclusive quanto ao acompanhamento, supervisão e prestação de informações técnicas dos Programas, Projetos e Ações do MDS.	José Augusto Mello Athayde	Coordenador Geral	2016

Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Secretaria-Executiva				
Levantamento de dados e informações do MDS relativos a políticas para as mulheres e de gênero.	Foram realizadas reuniões na SNAS, SENARC e SAGI, respectivamente, para apresentação e discussão dos dados levantados relativos a ações nas áreas da proteção social básica e especial, do Programa Bolsa Família, CadÚnico e das ferramentas desenvolvidas pela SAGI que tenham interface com o tema da promoção dos direitos das mulheres e igualdade de gênero. Também foram apresentados relatórios com indicadores dos programas Cisternas, PAA, Fomento às Atividades Produtivas Rurais e das ações do Plano Brasil Sem Miséria que dialogam com questões de gênero.	Relatório com dados consolidados	SNAS, SAGI, SESEP, SENARC, SESAN, GM.	
Promoção da integração de políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência	Representantes do Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero têm apoiado as discussões junto à SNAS e à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) para elaborar protocolos e fluxos de atendimento entre a rede socioassistencial e a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.	Apresentação feita à Comissão Intergestores Tripartite - CIT sobre o tema, seguida de discussão; Plano de Trabalho para ampliação das ações de enfrentamento à violência contra a mulher; e Documento de referência sobre enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.	SPM/PR; SNAS; SE	
Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Foram realizadas as 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Reuniões Ordinárias da CNPCT e a 3ª Reunião Extraordinária. As reuniões além de discutirem os temas afetos à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também foi apresentada a proposta de criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, uma das deliberações do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e	Reuniões realizadas.	MMA, MDA, CONAB, ICMBIO, SEPPIR, SDH, SAE, FUNAI, MinC, SG-PR, FCP, INCRA, SPU/MPOG, MS, MEC, MPF, MPA, MCTI. Conselho Nacional das Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho	

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	encaminhada questões referentes à Lei 13.123/2015 e ao desastre provocado pela mineração da Samarco em Mariana/MG		Amazônico, Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia, Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Rede Puxirão, Movimento Nacional dos Pescadores, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Centro de Estudos e Discussão Romani, Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Fórum de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, Rede Caiçara de Cultura, Fórum de Cultura Caiçara, Rede Cerrado, Articulação Pacari, Movimento das Catadoras de Mangaba, Associação dos	

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
			Retireiros do Araguaia.	
Diretoria de Tecnologia da Informação				
Garantia de integridade de dados e informações	Elaboração do Modelo de Entidades e Relacionamentos - MER das bases de dados; e Normalização do MER e segregação dos dados federados Documentação do MER.	Modelo de dados documentado; Dicionário de dados armazenado; e Dados e métodos segregados e documentados.	Parceiros internos: SENARC, SAGI, SESEP, SNAS, SESAN. Parceiros externos: Empresa contratada para prestação de serviços de administração de bancos de dados	CGBD
Documentação e Execução da Política de Segurança da Informação e Comunicações	Revisão das normas e procedimentos de SIC; Aprovação das normas e procedimentos de SIC pelo CSIC; e Publicação das normas e procedimentos de SIC.	Política de Segurança da Informação e Comunicações atualizada e divulgada; Normas e procedimentos de SIC atualizados e divulgados; Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança (ETIR) em atividade; e Comitê de Segurança da Informação e Comunicações em atividade.	Parceiros internos: Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC), Secretaria-Executiva, Gabinete da Ministra Parceiros externos: empresa contratada para prestação de serviços de monitoramento de redes de comunicação de dados, empresa contratada para manutenção da central de serviços da DTI, Imprensa Nacional.	CGSS
Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação	Levantamento de requisitos de sistemas de informação Projeto e implementação de sistemas de informação Homologação e produção de sistemas de informação Avaliação, correção e melhoria de sistemas de informação	Sistemas de informação documentados, em operação e em ciclo de melhoria contínua	Parceiros internos: SENARC, SAGI, SESEP, SNAS, SESAN Parceiros externos: empresa contratada para produção de software (fábrica de software)	CGS
Gestão e governança de TI	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); Aprovação do PDTI pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; e Acompanhamento da execução orçamentária do PDTI.	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) atualizado e publicado; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação em atividade; e Execução orçamentária vinculada ao PDTI.	Parceiros internos: Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, SPO	GM/DTI Assessoria/DTI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Aquisição de equipamentos de comunicação, processamento e armazenamento de dados	Elaboração dos artefatos definidos na Instrução Normativa no 4/2010/SLTI/MPOG; Elaboração do mapa estimativo de preços; Realização da licitação pela SAA; e Acompanhamento da execução contratual.	Equipamentos especificados e adquiridos de acordo com as necessidades do Ministério; e Equipamentos cobertos por contratos de manutenção e garantia.	Parceiros internos: SAA Parceiros externos: Empresas contratadas	Assessoria/DTI CGSS CGS CGBD
Gestão de contratos de TI	Recebimento de Relatórios de Atividades e Termos de Aceite; Inspeção dos serviços prestados; Ateste das notas fiscais; Pagamento das notas fiscais; Proposição de aditivos e revisões contratuais; e Atualização dos Termos de Referência.	Contratos aderentes aos padrões dos Órgãos de Controle; e Termos de Referência atualizados e compatíveis com o mercado.	Parceiros internos: SAA, CGTI Parceiros externos: Empresas contratadas, TCU, CGU	Assessoria/DTI CGSS CGS CGBD
Subsecretaria de Assuntos Administrativos				
Gestão Logística e Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar a manutenção das instalações prediais e serviços de engenharia; • Gerenciar o recebimento, expedição, controle, classificação, distribuição e arquivo de documentos e processos; • Coordenar os serviços de transporte de pessoas e documentos; • Gerenciar os serviços de limpeza, vigilância, e demais serviços gerais necessários ao funcionamento do Ministério; • Coordenar a gestão de material e patrimônio. • Gerenciar os serviços de telefonia fixa e móvel. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalações do MDS mantidas em perfeitas condições de funcionamento, com suas estruturas em estado de conservação e segurança. • Serviços diversos prestados em conformidade com as demandas do Ministério, sem interrupções. 	Parceiros Internos: CGLC, CGRH, DTI, SAGI, SENARC, SESAN, SNAS, SESEP, CONJUR, ASCOM. Parceiros Externos: MPOG, Ministério do Esporte, DNIT, MPS.	Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicações/CPMT Coordenação de Serviços Gerais/COSEG Coordenação de Material e Patrimônio/CO MAP Coordenação de Documentação e Arquivo/CDA
Gestão de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar atos de gestão de recursos humanos; • Orientar as demais áreas do Ministério quanto aos assuntos relativos a recursos humanos; • Propor diretrizes gerais quanto à preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Servidor admitido nomeado/designado; • Quadro de Pessoal remunerado; • Servidor com estágio probatório acompanhado; • Servidor progredido na carreira; 	-Parceiros Internos: ASCOM, AECI, CGLA, CGLC, SPO, CONJUR -Parceiros Externos: CGU, SERPRO, MF, Presidência da República/Casa Civil,	Coordenação-Geral de Recursos Humanos –

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	<p>e gestão de recursos humanos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciar os planos e programas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e valorização relativos aos recursos humanos do Ministério; • Planejar, coordenar e acompanhar as atividades de recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, progressão funcional, cadastro, pagamento e legislação de pessoal, saúde e seguridade social; • Orientar as ações de adequação e distribuição dos servidores; • Subsidiar nas medidas necessárias para a realização de concursos públicos com o objetivo de prover o quadro de pessoal do Ministério; • Supervisionar o programa de estágio remunerado; <p>Gerenciar o pagamento de diárias e emissão de passagens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Capacitação elaborado; • Servidor Capacitado; • Avaliação de Desempenho realizada; • Estagiário selecionado e contratado. 	<p>MPOG, ESAF, ENAP e demais Escolas de Governo, Universidades Públicas e Privadas, CIEE, Empresas prestadoras de serviços de Capacitação e Treinamento, SIASS, ASSEFAZ, HFA, GEAP, CEUB</p>	<p>CGRH</p> <p>Coordenação de Gestão de Pessoas/COGEP</p> <p>Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CODEP</p> <p>Serviço de Saúde e Seguridade Social – SESSAS</p> <p>Divisão de Concessão de Diárias e Passagens DICDP</p>
<p>Gestão de Licitações, Contratos e das atividades de execução financeira</p>	<p>• A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos é a Unidade responsável pela gestão de processos licitatórios, por meio de realização de Pregões, Sistema de Registro de Preços – SRP e outras modalidades; gestão de contratos para aquisição/prestação de serviços de interesse do MDS; supervisionar a execução orçamentária e financeira no âmbito das unidades gestoras sob sua administração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão dos procedimentos licitatórios, visando à realização de aquisições e das contratações no âmbito do Ministério; • Realização de aquisições/contratações mais céleres, por meio de adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos; • Padronização, otimização e agilidade na realização de pesquisas de preços; • Realização das aquisições/contratações, via dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, obedecendo aos normativos legais das excludentes de licitação; 	<p>Parceiros Internos: Todas as unidades do MDSA; Gestores de Contratos.</p> <p>Parceiros Externos: MP, SERPRO, MTF-CGU, TCU, ENAP e ESAF; Fornecedores em Geral.</p>	<p>Coordenação de Compras e Licitações – CCLIC;</p> <p>Coordenação de Contratos – CCONT; e</p> <p>Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – CEOF.</p>

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		<ul style="list-style-type: none"> • Orientação às áreas demandantes das aquisições/contratações, visando a conclusão dos processos licitatórios dentro dos prazos estabelecidos. • Padronização dos procedimentos para formalização, acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do MDS; • Análise e pagamento de Faturas e Notas Fiscais de compras/serviços. 		
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento				
Gestão do PPA	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação dos atributos do Plano que necessitem de ajustes a fim de refletir a realidade das alterações efetivadas nas políticas públicas a que se referem; e - Atualização dos atributos do Plano em decorrência de mudanças promovidas pela alteração da Lei Orçamentária (LOA). 	- Revisão do PPA não foi realizada por decisão do órgão central de planejamento.	Parceiros Internos: SAGI, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS. Parceiros Externos: Secretaria de Planejamento e Investimentos – SPI/MP e Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP	CGPA
Execução Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da PLDO, da PLOA e suas alterações; - Assistência às demais UG's do Ministério na Execução Orçamentária e Financeira; - Efetuação dos registros contábeis; e - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira. (Via SIAFI, SIOP e SISPOAD (sistema interno de informações e relatórios de execução orçamentária e financeira)). 	<ul style="list-style-type: none"> - LDO; - LOA; - Créditos adicionais; - Sistema SISPOAD; e - Relatórios de acompanhamento. 	Parceiros Internos: SAGI, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS. Parceiros Externos: Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP e Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.	CGOF
Tomada de Contas Especial	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos processos de Prestação de contas não aprovados, com posterior abertura e encaminhamento dos processos de TCE para a CGU e TCU; e - Registro na conta Diversos Responsáveis dos processos simplificados. 	- TCE instruídas.	FNAS e SESAN CGU e TCU	CGOF
Diretoria de Projetos Internacionais				

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Aprovação e Planejamento dos Projetos de Cooperação Técnica e Projetos Financiados com recursos Externos (Acordos de Empréstimo)</p>	<p>- Análise dos planos de trabalho / planos de aquisições anuais dos projetos UNESCO/ BIRD/ PNUD/ FAO, elaborados pelas secretarias finalísticas.</p>	<p>- Planejamentos anuais e planos de aquisições elaborados e aprovados.</p>	<p>Externos: Organismos Internacionais Cooperantes (PNUD, FAO e UNESCO), Agentes Financiadores Externos: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE; Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MPOG, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF. Internos: Secretarias Finalísticas cujas políticas e ações serão beneficiadas por meio do projeto de cooperação técnica ou pelo acordo de empréstimo firmado.</p>	<p>DPI</p>
<p>Gestão Técnica, Orçamentária e Financeira dos Projetos e Acordos de Empréstimo.</p>	<p>- Gestão e monitoramento mensal da execução física, orçamentária e financeira dos projetos vigentes com UNESCO/BIRD, PNUD e FAO; - Elaboração de relatórios financeiros para prestação de contas de recursos do BIRD; - Elaboração de relatórios de progresso dos projetos vigentes; - Gestão das UGs dos Projetos: UG 550017 e UG 550019 (para o Acordo de Empréstimo 7841/BR e o Projeto UNESCO 914BZ3002) e UG 550003 (nos casos dos Projetos PNUD BRA/12/006 e FAO</p>	<p>- Execução técnica monitorada; e - Execução orçamentária e financeira acompanhadas.</p>	<p>Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial; Secretaria do Tesouro Nacional. Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.</p>	<p>DPI</p>

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	UTF/BRA/085/BRA; e - gestão da conta designada com recursos externos do BIRD.			
Gestão de contratos de pessoa física (via recursos externos e recursos do tesouro)	- Assessoria ao processo de elaboração de Termos de Referência (TR); -Análise dos termos de referência elaborados pelas Secretarias; - Verificação da adequabilidade e correição dos processos de seleção de candidatos; - Condução do processo de contratação; - Análise dos produtos entregues para verificação quanto ao cumprimento do contrato pelos consultores; e - Condução do processo de pagamento de produtos.	- Consultores contratados; e - Produtos recebidos e pagos.	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial. Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.	DPI
Gestão de contratos de pessoa jurídica (via recursos Externos e recursos do tesouro)	- Assessoria às Secretarias na elaboração do termo de referência ou especificação técnica; - Elaboração de edital/ solicitação de manifestação de interesse/ solicitação de proposta; - Condução do processo licitatório de acordo com as diretrizes do Banco financiador; - Condução do processo de contratação da empresa selecionada; e - Supervisão e gestão dos contratos.	-Contratos de pessoa jurídica firmados; e -Produtos e serviços recebidos e pagos.	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial. Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP; Subsecretaria de Assuntos Administrativos; e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.	DPI
Gestão do processo de concessão de diárias e emissão de passagens (via recursos externos e recursos do tesouro)	- Assessoria às Secretarias na elaboração de planos de viagem; - Emissão de passagens e concessão de diárias; e - Análise e gestão da prestação de contas.	- Passagens emitidas; - Diárias concedidas; e - Prestação de contas realizada.	Externos: Organismos Internacionais (PNUD, FAO e UNESCO) e Banco Mundial; Internos: Secretarias Finalísticas do MDS: SENARC, SAGI, SNAS, SESAN e SESEP.	DPI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ouvidoria				
Serviços de Ouvidoria	<p>Recepcionar, analisar e encaminhar denúncias, elogios, reclamações, solicitações e sugestões relacionadas aos programas e ações desenvolvidos por este Ministério;</p> <p>Estabelecer canais de comunicação com o cidadão, que venham facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução dos pleitos; e</p> <p>Coordenar, acompanhar e supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como assessorar a autoridade de que trata o art. 40 do referido diploma legal.</p>	<p>Grupo de Trabalho – Carta de Serviços ao Cidadão;</p> <p>Projeto Lado a Lado: acompanhamento e avaliação de ligações recepcionadas na Ouvidoria por meio de Telefonia (0800 707 2003 – opção 5), com o objetivo de identificar pontos de melhoria e aprimorar o atendimento ao cidadão;</p> <p>Calibração de Ligações: análise de um quantitativo de ligações, para avaliar diversos pontos do atendimento e propor melhorias. Ação conjunta com Coordenação Geral da Central de Relacionamento do MDS;</p> <p>Monitoria de Qualidade: avaliação mensal de demandas tratadas pela equipe da Ouvidoria. Tem por objetivo mensurar a qualidade das respostas, bem como e aprimorar o atendimento ao cidadão;</p> <p>Adaptação do Sistema de Gestão de Demandas - SGD aos termos da Instrução Normativa nº 01, da OGU/CGU, de 2014: realização de evoluções no SGD, trabalho paralelo de conscientização junto às áreas finalísticas do MDS.</p> <p>Painel Gerencial da Ouvidoria: ferramenta de bussiness intelligence que permite realizar o cruzamento de diversos dados e informações, além de possibilitar a extração</p>	Cidadãos e Beneficiários dos Programas Sociais desenvolvidos e ações deste Ministério	Ouvidoria

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		de relatórios gerenciais, com base em dados constantes no Sistema de Gestão de Demandas – SGD.		
Coordenação-Geral da Central de Relacionamento				
Serviço de atendimento ao Cidadão	Prestação de serviços especializados em teleatendimento, por meio dos canais 0800 707 2003 e e-mails/formulários eletrônicos.	Serviços de teleatendimento Receptivo, Ativo, Multimeios (<i>e-mail</i> /formulário eletrônico, carta, fax, <i>chat</i> e atendimento presencial), de suporte aos usuários de sistemas de informações do MDS (<i>Help Desk</i>).	Secretarias finalísticas do MDS. Cidadãos Gestores e técnicos municipais Sociedade em geral	Coordenação-Geral da Central de Relacionamento
Conselho de Recursos do Seguro Social				
Gestão de Regime Geral de Previdência Social	Consiste na gestão do seguro social para assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente; por meio dos processos de reconhecimento do direito, das decisões dos recursos, pagamento de benefícios, prestação de serviços auxiliares do seguro social e da prevenção contra os riscos ambientais do trabalho.	Prestação jurisdicional e o controle das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos processos de interesse dos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, no âmbito administrativo.	Segurados	Conselho de Recursos do Seguro Social

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Planejamento Organizacional

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva - SE, na condição de órgão de assistência direta e imediata do Ministro, exerceu em 2016 suas atribuições de supervisão e coordenação das atividades das demais unidades integrantes do Ministério. Participou ativamente do planejamento e da execução das diversas ações implementadas pelas Secretarias do Ministério, para potencializá-las e favorecer o alcance dos resultados desejados.

Conforme suas atribuições regimentais, a Secretaria Executiva assiste o Ministério no sentido de prover os meios para que as áreas finalísticas possam cumprir sua missão institucional e programática. Essas atividades são desenvolvidas por meio de suas unidades, conforme estabelece o Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011, com as alterações decorrentes da mudança da Pasta que absorveu o INSS em meados de 2016 e tomou providências no sentido de preparar as transferências da Ouvidoria da Previdência e do Conselho de Recursos do Seguro Social a partir de 2017, nos termos do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016.

Nesse sentido, a SE exerce função central no MDSA nas atividades de formulação de estratégias de colaboração com organismos financeiros internacionais, como canal de participação e diálogo com o cidadão (por meio da Ouvidoria e da Central de Relacionamento) e como órgão setorial dos Sistemas de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e Orçamento Federal, de Contabilidade Federal da Administração Federal, de Administração de Recursos Humanos e Informática (SISP) e de Organização e Inovação Institucional (SIORG).

Por oportuno, convém destacar a articulação estratégica promovida pela Secretaria Executiva com os demais órgãos federais e nas três esferas de governo, integrando o esforço do Governo Federal em prol do fortalecimento de ações intersetoriais de desenvolvimento social.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDSA, bem como pelos projetos de organização e de inovação institucional.

Em relação ao planejamento, atuou com as áreas finalísticas no sentido de se manter os dados da execução física e financeira no SIOP no sentido de auxiliar no acompanhamento da

execução das ações finalísticas da Pasta, bem como na avaliação e monitoramento de seus Programas.

Em relação ao orçamento e finanças do MDSA, a SPO desempenhou um papel fundamental, no sentido de ter intermediado junto às áreas finalísticas da Pasta e a área econômica do governo a absorção do contingenciamento orçamentário e da programação financeira estabelecida pelo Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, minimizando os efeitos do mesmo sobre as políticas públicas de responsabilidade do MDSA. Dessa forma, a Pasta como um todo empenhou 100% e pagou 97% da dotação final de 2016.

Como citado anteriormente, outro ponto de destaque foi em relação aos limites para empenho para a contratação de bens e serviços estabelecida pela Portaria MPOG nº 67, de 1º de março de 2016. Nesse sentido, a SPO atuou no acompanhamento e orientações junto às demais áreas da Pasta, cujo referencial global estabelecido foi de R\$ 91,5 milhões, tendo o Ministério encerrado o exercício com o empenho de R\$ 88,4 milhões, que representa 96,6% do limite autorizado, além de ter liquidado e pago o valor de R\$ 80,0 milhões, que equivale a 87,4% do total autorizado, sem ter interferido significativamente no desenvolvimento das nossas políticas.

A SPO também efetuou a instrução processual das propostas orçamentárias dos serviços sociais, dentre os quais o figuram o Serviço Social dos Transportes - SEST, o Serviço Social da Indústria - SESI e o Serviço Social do Comércio – SESC.

Quanto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia vinculada ao MDSA, foi efetuada a consolidação da proposta orçamentária para 2017, inclusive da Ouvidoria da Previdência e do Conselho de Recursos do Seguro Social.

Na área contábil, além de auxiliar no suporte das contas contábeis das áreas executoras da Pasta, também atuou na elaboração dos processos de Tomadas de Contas Especiais – TCE, com a análise de 538 processos de prestações de contas durante o exercício, culminando na abertura de 207 processos de TCE.

Em relação à organização e inovação institucional destaca-se a implantação do Sistema Eletrônico de informações – SEI no âmbito do MDSA.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio e de suporte às atividades finalísticas, sendo essencial ao funcionamento administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.

Em 29 de dezembro de 2016, o Decreto nº 8.949 aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário, no qual a SAA manteve suas 3 (três) áreas principais de atuação: Logística e Administração, Recursos Humanos, Licitações e Contratos.

Esta Subsecretaria desenvolve suas atividades em consonância com os objetivos estratégicos do Ministério, de forma a prover, adequada e tempestivamente, as unidades finalísticas com os instrumentos necessários para operacionalizar suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, além de agir de forma proativa na identificação e situações que poderiam causar risco de solução de continuidade em suas ações.

Conforme estabelecido no Plano Plurianual 2016-2019, a SAA está inserida no Programa de Gestão, ação 2000 – Administração da Unidade, que compreende os serviços administrativos, recursos humanos, manutenção e uso de frota veicular (própria e de terceiros), manutenção e conservação de imóveis, tecnologia da informação (sob a ótica meio) incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção, sistemas de informações gerenciais internos, estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou fornecer subsídios à formalização de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre a missão finalística e institucional do Ministério, e demais atividades meio necessárias à gestão.

Nesse contexto, as ações estão focadas na adequação da infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal, aprimoramento da gestão de contratos, investimento na capacitação técnica dos servidores do MDSA, entre outros.

No tocante à adequação da infraestrutura física destaca-se, em especial, a ocupação e acomodação dos espaços do Ministério. Quanto aos investimentos em infraestrutura tecnológica, destaca-se a modernização de rede telefônica e lógica.

Em relação à gestão de contratos, destaca-se a busca constante pelo aprimoramento e instituição de normativos internos a fim de regulamentar os procedimentos e responsabilidades nos assuntos afetos ao tema.

Quanto à agenda socioambiental, o Ministério segue as diretrizes e programas do governo federal com ênfase na implantação da coleta seletiva solidária e a adoção de medidas de redução do consumo de energia, de água e outros recursos naturais utilizados.

Nesse sentido apresentamos, abaixo, algumas das diversas ações realizadas por meio de suas unidades jurisdicionadas:

- a) Coordenação-Geral de Logística e Administração – CGLA - aperfeiçoamento do serviço de distribuição de documentos por meio de malote, objetivando a otimização dos gastos; realização de trabalho em conjunto com a Secretaria-Executiva, por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), buscando soluções ecologicamente sustentáveis; promoção do uso de papel reciclável, com o apoio das Unidades; realização de projetos voltados à adequação do espaço físico, com foco na melhoria do ambiente de trabalho e na redução de gastos.
- b) Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGLC - normatização de procedimentos visando orientação aos gestores e fiscais contratuais, em face do

desempenho de suas competências, com foco na efetividade na execução do trabalho; gestão e execução dos procedimentos licitatórios, buscando a realização de aquisições/contratações mais céleres e vantajosas para a administração.

- c) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH - elaboração, divulgação e execução do Plano Anual de Capacitação – PAC; condução dos Processos necessários ao ingresso de novos servidores de cargos efetivos e contratados temporários; acompanhamento, adoção de procedimentos e elaboração de normas objetivando a melhoria da qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho, sua qualificação e desempenho.

Diretoria de Tecnologia da Informação

O Planejamento da Diretoria de Tecnologia da Informação está materializado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é um instrumento de planejamento dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), cuja elaboração está prevista na Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014.

O plano tem como intuito registrar objetivos, diretrizes, metas e ações de planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) alinhados com os objetivos institucionais, de forma a apoiar e suportar as políticas, programas e ações públicas de forma organizada, a saber:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TI:

Processos Internos:

- Aprimorar os processos de gestão e governança de TI;
- Melhorar os controles da gestão de contratos e serviços de TI;
- Garantir a integridade dos dados e informações;
- Prover soluções de segurança da informação e infraestrutura tecnológica; e
- Desenvolver e manter os sistemas de informações.

Pessoas, Aprendizado e Crescimento:

- Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores.

Financeira:

- Gerir os recursos orçamentários de TI.

Diretoria de Projetos Internacionais

As principais atividades previstas para o exercício de 2016, em linhas gerais, compreenderam:

- a) execução do Projeto “Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria”, objeto do Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR;
- b) execução do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO (914BRZ3002) – “Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza”;
- c) execução do Projeto PNUD/BRA/12/006 – “Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – SUAS”; e
- d) execução do Projeto FAO UTF/BRA/085/BRA – “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Relativamente ao Plano Plurianual, observa-se que as ações da DPI/SE não estão explicitamente inseridas no PPA, embora a Unidade esteja contemplada no Programa de Gestão da Secretaria-Executiva do MDSA. Entretanto, as atividades desenvolvidas pelas secretarias finalísticas no âmbito dos projetos internacionais (sejam recursos externos ou nacionais) são parte do Plano Plurianual. Os projetos são elaborados com base no planejamento das secretarias para até cinco anos, considerando-se as metas do PPA e o orçamento disponível para cada unidade.

Deve-se destacar que o orçamento previsto para os projetos está distribuído nas ações das secretarias técnicas e executoras. A DPI não possui orçamento próprio, uma vez que esta tem a competência regimental de “coordenar técnica e administrativamente os projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional”, não sendo executora orçamentária ou financeira dos projetos.

No exercício de 2016, a Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) realizou a gestão e coordenou a execução do Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR e de três acordos de cooperação técnica por meio da UNESCO, PNUD e FAO, já citados anteriormente.

Além das atividades efetivas de gestão e monitoramento dos projetos de cooperação vigentes, foram realizadas ações relevantes da DPI para a consecução dos seus objetivos estratégicos, tais como:

- Desenvolvimento de duas Missões do Banco Mundial de implementação do Acordo de Empréstimo N.º 7841/BR, nos meses de agosto e novembro de 2016;
- Participação em reuniões tripartites (MDSA/Organismos/ABC) dos projetos FAO, PNUD e UNESCO;
- Apoio às secretarias executoras do Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) na elaboração da proposta orçamentária para 2017;

A execução financeira do empréstimo se dá na modalidade “antecipação de recursos do credor”, ou seja, o MDSA efetua pedidos de saque/retiradas da conta designada do Projeto em US\$,

mediante necessidade de utilização e obedece à modalidade *pari passu* de fontes (47% das despesas são financiadas pelo Banco e 53% são financiadas pelo Tesouro Nacional), com exceção do componente 6 do Acordo, que é totalmente financiado pelo Banco (fonte 0148). A DPI/SE/MDSA realiza a gestão financeira do Projeto, de modo a evitar antecipações desnecessárias dos recursos do credor e, em consequência, o pagamento de juros por parte do Tesouro Nacional.

Em 2016, foi desembolsado o valor US\$ 337.162,84 como adiantamento para a conta designada do Acordo.

Até 31/12/2016, dos recursos antecipados pelo credor, somados aos recursos de contrapartida nacional, foram transferidos à UNESCO R\$ 36.772.073,26 para custear a contratação de estudos avaliativos e realização de capacitação de gestores do Programa Bolsa Família, dos programas de inclusão produtiva rural, entre outras oficinas e seminários relacionados ao Plano Brasil Sem Miséria.

Relativamente à prestação de contas, o MDSA apresentou, em 2016, à STN e ao Banco Mundial 7 (sete) demonstrativos de despesas (SOE's), referentes aos recursos adiantados. Foram os SOEs 18 a 24, que comprovaram o uso de US\$ 1.030.175,45 da fonte 0148 (47% do total gasto, financiado pelo BIRD).

O orçamento do MDSA destinado ao empréstimo foi executado da seguinte forma:

Tabela 1 - Execução Orçamentária Acordo de Empréstimo BIRD 7841BR- 2016

R\$ 1,00

LOA	Empenho Fonte 0148 (a)	Empenho Fonte 1151 (b)	Total Empenhado (c= a+b)	Total Pago (d)	A Pagar ¹ (e = c-d)	% Pago (f = d/c)
Restos a Pagar	2.618.801,00	2.934.848,00	5.553.649,00	2.421.738,00	3.131.910,00	44%
LOA	3.014.239,00	2.812.931,00	5.827.169,00	723.046,00	5.104.123,00	12%
Total	5.633.040,00	5.747.779,00	11.380.818,00	3.144.784,00	8.236.033,00	28%

Fonte: SISPOAD – Tesouro Gerencial

A execução registrada no ano de 2016 é considerada baixa, e foi devida às dificuldades e contratemplos encontrados durante o período. Nos primeiros meses de 2016, o ambiente de incerteza político-administrativa resultou em desaceleração significativa da execução das ações das secretarias finalísticas. As mudanças político-administrativas profundas nesse ano ensejaram a redefinição de prioridades por parte dos novos gestores e da cadeia de comando respectivamente, comprometendo toda a execução em face da reorientação das prioridades políticas do MDSA. Dessa forma, mais da metade desse ano foi comprometida com a revisão das políticas.

Relativamente às ações realizadas no âmbito do acordo de empréstimo do Banco Mundial e de cada projeto de cooperação técnica, é importante destacar:

Projeto BIRD – Acordo de Empréstimo 7841-BR - Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil Sem Miséria

Objetivo BIRD 7841-BR:

O objetivo de desenvolvimento do Projeto é auxiliar no desenvolvimento de capacidade institucional para consolidar a principal política de transferência de renda do País, o Programa Bolsa Família (PBF), fomentar um Plano Nacional em torno das questões da desigualdade social, além de criar mecanismos eficientes de monitoramento e avaliação de resultados dos investimentos no desenvolvimento de políticas sociais, um passo necessário para estabelecer uma gestão baseada em desempenho.

Termo aditivo: Assinado em 03/09/2014 vigente até 30/06/2017.

Áreas executoras: SAGI, SE, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS.

Vigência BIRD 7841-BR: 21/09/2011 a 30/06/2017

Estrutura/Resultados esperados:

Componente 1: Transferência direta de renda com condicionalidades (Benefícios do Bolsa Família)

Por envolver transferência de recursos na modalidade SWAp, relacionados ao repasse dos Benefícios do PBF, **o componente 1** foi concluído em menos de dois anos de execução do projeto, tendo atingido **100%** de execução.

Componente 2: Fortalecimento do Cadastro Único como o Principal Instrumento de Seleção para os Programas Sociais

Trata-se de componente técnico executado pela SENARC e pela SNAS, com vistas a desenvolver melhorias no Cadastro Único (CadÚnico), assim como na utilização deste para aprimoramento das políticas sociais.

Subcomponente 2.A - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família.

Trata-se da continuidade do desenvolvimento de sistema informatizado para dar suporte à gestão do PBF, facilitando o armazenamento de dados e a atualização constante de informações sobre a execução do Programa, com o objetivo de aumentar a capacidade de análise e proporcionar maior segurança à tomada de decisões de seus gestores. O Sistema fornecerá os dados para análise de performance, grau de atendimento e ocorrências registradas, entre outros.

Subcomponente 2.B - Fortalecimento do Cadastro Único.

Trata-se da consolidação do CadÚnico como base de dados a ser utilizada para o registro de informações socioeconômicas das famílias com menor renda, para melhorar a concessão de benefícios do PBF e sua focalização nos mais pobres e, ainda, para constituir-se em referencial de informações para organizar e compatibilizar as políticas dos diversos atores públicos direcionadas à mitigação das adversidades enfrentadas por esses segmentos sociais.

Componente 3: Fortalecimento Institucional para a Consolidação do Programa Bolsa Família

Subcomponente 3.A - Capacitação de gestores e membros de instâncias de controle social do PBF.

Tem como objetivo elaborar e executar programas de capacitação, presenciais e à distância, para gestores locais, regionais e federais e membros de instâncias de controle social do PBF, com conteúdos relativos ao próprio Programa e a áreas relacionadas ao mesmo.

Subcomponente 3.B - Melhoria da gestão do Programa Bolsa Família

Visa complementar o desenho de gestão do Programa Bolsa Família mediante o fortalecimento da relação federativa e o controle social sobre o Programa, a instituição de estratégias de comunicação e informação com as famílias beneficiárias e o aperfeiçoamento dos correspondentes processos operacionais já desenvolvidos ou em desenvolvimento pelo MDSA.

Subcomponente 3.C - Aperfeiçoamento de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família

Tem como objetivo a melhoria na gestão e na logística de pagamento de benefícios diretamente às famílias, por meio da introdução de inovações na área e do aperfeiçoamento de instrumentos em vigor, tanto no âmbito do MDSA quanto do Agente Operador do PBF.

Subcomponente 3.D - Melhorias na Gestão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Aperfeiçoar a estratégia de acompanhamento das condicionalidades do PBF, com vistas à ampliação de informações, à maior integração entre o monitoramento de condicionalidades e instrumentos que reforcem o direito de acesso das famílias aos serviços de saúde e de educação e, ainda, à articulação entre o monitoramento de condicionalidades e o acompanhamento das famílias que não as cumprem.

Componente 4: Consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do MDSA

Tem como objetivo a produção de informações por meio de estudos, avaliações e acompanhamento de programas sociais, bem como eventos e oficinas, com a finalidade de disseminar os seus trabalhos e também propiciar, a equipe interna, treinamento e atualização dos

avanços na área de monitoramento, avaliação e capacitação. As informações que produzidas subsidiarão os gestores e formuladores das políticas sociais na tomada de decisões, tendo em vista o aprimoramento dos programas e projetos, e a consequente otimização dos recursos públicos. Essas iniciativas viabilizam o controle social e fortalecem a transparência sobre as ações do governo na área social.

Componente 5: Apoio ao Plano Brasil sem Miséria (PBSM)

O componente 5 do presente Projeto contempla atividades de apoio à operacionalização do Plano Brasil Sem Miséria-PBSM e está organizado em quatro subcomponentes, a seguir descritos, que definem ações e atividades afins, tais como a de promover a gestão integrada com as demais Secretarias do MDSA e a de dotar seus servidores de instrumentos e de metodologias que lhes propiciem melhores condições para o cumprimento de suas atribuições.

Subcomponente 5.A - Apoio à Integração das Ações e dos Programas do MDSA e de Outros Órgãos Públicos para obter uma maior sinergia e eficácia frente ao público-alvo do PBSM.

Ao lado da garantia de renda e do acesso a serviços públicos, a inclusão produtiva representa um dos três eixos que compõem o Plano Brasil Sem Miséria. Esse eixo tem como objetivo propiciar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda e apresenta estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural. O estímulo ao aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade.

Subcomponente 5.B - Apoio ao Gerenciamento e à Operacionalização do PBSM e Desenho e Desenvolvimento de Mecanismos para a Geração de Informação.

O objetivo do subcomponente é o apoio a identificação e organização das ações do Plano Brasil Sem Miséria, dando base para a operação de sistema informatizado que possibilite o aprimoramento de sua gestão, e que busque convergência com os demais programas do MDSA.

Subcomponente 5.C - Desenho e desenvolvimento de uma estratégia de informação e capacitação para o pessoal da SESEP/SESAN e, principalmente, dos Estados conveniados para implementação do PBSM.

A fim de subsidiar a pactuação do PBSM na gestão descentralizada dos programas que o compõem, este subcomponente visa promover atividades de disseminação de informação, capacitação, discussão intersetorial, e interação com beneficiários das políticas.

Subcomponente 5.D - Desenho e Desenvolvimento de instrumentos para promover a inclusão socioprodutiva do público elegível para o PBSM, incluindo estudos e avaliações.

Neste subcomponente são desenvolvidos estudos para o levantamento contínuo de soluções inovadoras para o desenvolvimento de novos instrumentos de promoção da inclusão socioproductiva dos beneficiários do PBSM. Serão avaliadas, ainda, experiências na área, e realizado o constante acompanhamento das atividades do PBSM.

Arranjo de Execução:

A execução dos componentes técnicos e de fortalecimento institucional cabe às Secretarias finalísticas do MDSA, além da Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) e das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento (SPO) e de Assuntos Administrativos (SAA). Para implementar o Projeto, existe uma Comissão Especial de Licitação no âmbito da DPI e a UNESCO foi selecionada para a execução de algumas atividades do Projeto: contratação de pessoa física, emissão de diárias e passagens e contratação de eventos.

Contratações pela Comissão Especial de Licitação

Tabela 2 - Contratação de Pessoa Jurídica: 2011 a 2016 (excluindo eventos)

R\$ 1,00

Secretarias MDSA	2011	2012	2013		2014		2015		2016	
			Nº Contrat.	Valores Contratados	Nº Contrat.	Valores Contratados	Nº Contrat.	Valores Contratados	Nº Contrat.	Valores Contratados
SAGI			0	0	2	5.870.559	2	84.075	0	0
SENARC			1	552.000	2	164.698	1	206.125	2	538.955
SESAN			0	0	0	0	1	20.125	0	0
SESEP			0	0	1	8.151	0	0	0	0
SNAS	Não houve		0	0	0	0	0	0	1	270.000
Total			1	552.000	5	6.043.408	4	310.325	3	808.955

Fonte: CLC/CGEACT/DCT/SE/MDS

Tabela 3 - Contratação de Pessoa Jurídica: 2011 a 2016 (excluindo eventos)

R\$ 1,00

Secretaria	Objeto	Valor
SENARC	Consultoria para Gestão de Processos - DEBEN	455.704,63
SENARC	Contratação de empresa para realização de serviços relacionados ao Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais” (Prêmio)	83.250,00
SNAS	Contratação de empresa para criação e desenvolvimento de série com episódios, de caráter institucional, objetivando disseminar conceitos sobre a importância do Cadastro Único	270.000,00

Fonte: CLC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Tabela 4 - Contratação de Pessoa Jurídica-EVENTOS: 2011 a 2016 - UNESCO

Secretarias MDSA	R\$ 1,00							
	2013		2.014		2.015		2.016	
	Nº de Eventos	Valor Contratado	Nº de Eventos	Valor Contratado	Nº de Eventos	Valor Contratado	Nº de Eventos	Valor Contratado
SAGI	1	56.534	2	121.026	0	0	1	38.284
SE	1	1.079.907	0	0	2	218.790	0	0
SENARC	2	43.449	10	536.036	2	27.598	5	514.077
SESAN	2	847.986	5	1.369.560	0	0	1	40.466
SESEP	1	88.535	5	754.042	0	0	0	0
SNAS	1	4.270	12	3.408.950	1	106.736	2	66.010
Total	8	2.120.681	34	6.189.614	5	353.124	9	658.837

Fonte: CLC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Tabela 5 - Contratação de Pessoa Jurídica-EVENTOS: 2011 a 2016 - UNESCO

Secretaria	Evento - UNESCO
SAGI	Oficina técnica sobre estudos longitudinais e suas aplicações nas políticas sociais
SENARC	Seminário Internacional sobre Integração de Bases de Dados e Sistemas de Informação
SENARC	Encontro de Trabalho Nacional dos Coordenadores Estaduais
SESAN	Simpósio Compras de Alimentos Agricultura Familiar
SENARC	9º Encontro dos Gestores do Cadastro Único nas Metrôpoles
SNAS	Encontro sobre Trabalho Social com Famílias Indígenas
SENARC	10º Encontro dos Gestores do Cadastro Único nas Metrôpoles
SNAS	Encontro Nacional Sobre Fator Amazônico
SENARC	Cerimônia de premiação do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social

Fonte: CLC/CGEACT/DPISE/MDSA

Tabela 6 - Concessão de diárias e passagens (em R\$) - UNESCO

Secretarias MDSA	R\$ 1,00									
	2012		2013		2014*		2015		2016	
	Diárias Conced.	Passagens Emitidas	Diárias Conced.	Passagens Emitidas	Diárias Conced.	Passagens Emitidas	Diárias Conced.	Passagens Emitidas	Diárias Conced.	Passagens Emitidas
SAGI	2.885	5.093	152.137	84.989	20.996	39.476	43.560	51.646	4.394	16.123
SENARC	84.642	124.172	492.464	804.158	572.130	713.479	699.804	527.794	320.005	386.629
SESAN	0	0	19.331	109.144	98.896	361.378	0	-22.995	11.626	8.604
SESEP	0	0	22.295	184.891	37.522	352.797	740	-26.403	-340	0
SNAS	0	0	83	0	12.162	1.573.703	14.972	304.729	150.843	245.765
Total	87.527	129.265	686.310	1.183.182	741.705	3.040.833	759.076	834.771	486.528	657.122
Total geral	216.792		1.869.492		3.782.538		1.593.847		1.143.650	

Corregedoria

Dentro da estratégia de apoio as áreas finalísticas e administrativas da Pasta e para potencializar os resultados no desempenho de suas atribuições se encontram a adoção de medidas preventivas, tais como revisão de procedimentos e processos, além da implantação da capacitação de servidores para integrar comissões disciplinares, o que traz ganho de produtividade aos trabalhos em execução.

Dando prosseguimento ao seu papel institucional, cumpre registrar que, por meio de pareceres técnicos e notas técnicas, a Corregedoria orienta as autoridades desta Pasta, com relação às recomendações emanadas, principalmente, do Órgão Central de Controle acerca de indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos, sem fechar os olhos, é claro, para as demandas oriundas de outros segmentos, inclusive a sociedade civil.

A partir da instalação da Corregedoria estão sendo armazenados em bancos de dados e arquivos físicos as informações sobre os processos disciplinares concluídos e/ou em tramitação, bem como as denúncias passíveis de apuração, ocorridos desde a criação deste Ministério pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003, até o momento.

Tabela 7 – Macroprocessos Corregedoria

Macroprocessos	Principais Produtos e Serviços
Instaurar sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares e Processo Administrativo de Responsabilização-PAR	Atendimento às denúncias e/ou representações, quer de público interno ou externo, após o crivo do Juízo Prévio de Admissibilidade, mediante constituição de comissões disciplinares, compostas por servidores estáveis, podendo-se, conforme o caso (e não raras as vezes), fazer uso de servidores pertencentes a outros órgãos e entidades.
Treinamentos de servidores	capacitação de servidores que possam integrar comissões disciplinares (sindicância ou PAD) mediante cursos e/ou treinamentos específicos a serem ministrados no âmbito desta Pasta e/ou utilizando a expertise do Órgão Central de Controle do Poder Executivo, no caso a Controladoria-Geral da União que mantém permanentemente cursos e treinamentos para os servidores da União.

Ouvidoria

A equipe da Ouvidoria é composta, atualmente, por 10 pessoas. Dentre elas estão a Ouvidora, 1 assessor, 1 assessor técnico, 3 chefes de divisão, 1 servidor, 1 técnico em secretariado terceirizado, 1 auxiliar de escritório terceirizado e 2 estagiários de nível superior, responsáveis pelas atividades desempenhadas na Ouvidoria e no SIC.

Os serviços de teleatendimento são realizados por uma empresa terceirizada por meio de contrato administrativo (Contrato nº 17/2013), composta, atualmente, por 8 operadores, 1 supervisor, 1 monitor, 4 analistas I, 2 analistas II, 1 analista III e 1 coordenador de analistas, totalizando 18 pessoas.

A Ouvidoria é responsável por fiscalizar e monitorar os serviços prestados pela empresa contratada, por meio de conferência mensal qualitativa e quantitativa da fatura a ser paga, analisar

documentos expedidos, avaliar atendimento e serviço prestado pelos 1º e 2º níveis, além de propor soluções para a melhoria dos serviços.

Além disso, a Ouvidoria ainda coordena e acompanha assuntos estratégicos, comitês internos e intergovernamentais, tais como o Comitê da Transparência da Informação, o Comitê MDSA de Políticas para as Mulheres e de Gênero, o Grupo de Trabalho da Carta de Serviços ao Cidadão e o Fórum de Ouvidorias de Pauta Social – FOPS.

Cabe ressaltar que a Ouvidoria possui três níveis de atendimento. Cada nível possui atividades distintas, mas que se correlacionam, como explicado a seguir:

1º nível: Composto pelos operadores da Célula de Ouvidoria da Central de Atendimento. Os operadores do 1º nível são responsáveis por atender e registrar as demandas de ouvidoria recebidas pelo canal de telefonia.

2º nível: Composto pelos analistas I, II e III. Os analistas I e II são responsáveis por analisar, tratar/encaminhar e concluir todas as demandas de Ouvidoria (via formulário eletrônico, telefonia, carta, email e presencial). Já o analista III é responsável por compilar e tratar os dados extraídos do SGD, além de elaborar relatórios que auxiliam na gestão estratégica da Ouvidoria.

3º nível: Composto pelas áreas técnicas do Ministério e da Ouvidoria. O 3º nível é responsável por subsidiar as respostas de Ouvidoria.

No planejamento organizacional de 2016, foram definidas ações estruturadas num Plano de Ação, organizadas, em sete dimensões: rotina, conscientização, comunicação, capacitação, comitês e outros, infraestrutura e sistemas.

Na dimensão rotina, destacamos as seguintes ações:

- Revisar e atualizar a matriz de informação: a matriz de informação é a base de conhecimentos por meio da qual os operadores de *Contact Center* extraem informações para oferecer respostas às demandas de Ouvidoria. Essa ação desdobra-se, dentre outras, nas seguintes subações:
 - Realizar o levantamento dos assuntos mais demandados.
 - Revisar as respostas contidas na base de respostas atuais.
 - Levantar a necessidade de inserção de novas informações.
 - Propor e encaminhar para validação.
- Realizar ativo de respostas da ouvidoria por meio de telefonia: essa atividade tem como finalidade devolver para o cidadão uma resposta que não foi possível dar no momento do atendimento.
- Executar o Projeto Lado a Lado: acompanhamento e avaliação das ligações recebidas na célula de Ouvidoria, em conjunto com os operadores, com o objetivo de identificar pontos de melhoria e aprimorar o atendimento ao cidadão.
- Realizar reuniões mensais de monitoramento de ligações: Esta ação consiste em fazer a análise conjunta com a equipe de Atendimento da Ouvidoria e Coordenação Geral da Central de Relacionamento do MDSA, de um quantitativo de ligações, para avaliar diversos pontos do atendimento e propor melhorias.
- Fiscalizar as atividades previstas no contrato n.º 17/2013, de *Contact Center*.
- Revisar o Termo de Referência para contratação de empresa de *Contact Center*, tendo em vista o vencimento do contrato n.º 17/2013 em maio de 2017. Ação

realizada em parceria com a Coordenação Geral da Central de Relacionamento do MDSA.

A dimensão conscientização abarca um conjunto de ações que dependem de articulações com outros setores internos do Ministério ou externos a ele. As ações listadas nessa dimensão são as seguintes:

- Realizar oficina sobre Lei de Acesso à Informação com os pontos focais do SIC. Foram realizadas duas turmas do MDSA para curso promovido pela CGU, articulados pela Ouvidoria e que capacitaram 52 servidores do Ministério.
- Monitorar o atendimento por parte das áreas finalísticas aos prazos da Instrução Normativa nº 1 da Ouvidoria Geral da União da Controladoria Geral da União, de 05 de novembro de 2014. Isso envolveu a realização de sucessivas reuniões com os pontos focais de cada área a fim de pactuar fluxos e procedimentos de tratamento das demandas com base nos termos da IN.
- Acompanhar ação orçamentária Ouvidoria.
- Revisar Regimento Interno MDSA, no âmbito da Ouvidoria, para adaptação à nova estrutura do Ministério.

Para informações sobre o registro de dados gerenciais e estatísticos referentes à quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, sugerimos acesso aos 'Relatórios da Ouvidoria' dos anos de 2010 a 2016, disponível no link: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/contato/relatorios-de-atendimento>.

Outra dimensão é comunicação. Nela encontram-se ações relacionadas à divulgação institucional da Ouvidoria, incluindo a Carta de Serviços ao Cidadão e promoção da cultura da transparência. As ações são as seguintes:

- Carta de Serviço ao Cidadão. Com a disponibilização da Carta em Hotsite, cabe, sua divulgação e atualização periódica, tanto pela equipe da Ouvidoria, como estruturalmente pelo Grupo de Trabalho da Carta de Serviços (com todas as Secretarias do Ministério).
- Produzir boletim da Ouvidoria mensal para GM/SE/Secretarias.
- Produzir relatórios da ouvidoria para a transparência ativa.
- Promover o uso do Painel Gerencia da Ouvidoria pelas áreas finalísticas.

Na dimensão Comitês e Outros foram listadas ações relacionadas à coordenação e/ou participação da Ouvidoria em instâncias colegiadas do Ministério. Em alguns casos, a Ouvidoria é responsável pela coordenação, em outros, apenas participa e presta sua contribuição na sua esfera de competência. Neste sentido, a Ouvidoria coordenou nos primeiros meses do ano ações e reuniões do Comitê de Políticas para Mulheres e Gênero MDSA.

A dimensão Infraestrutura apresenta ações relacionadas à otimização das atividades da Ouvidoria, com vistas a suprir a necessidade de aumento de equipe, acompanhamento da reforma e layout de novo espaço físico da Ouvidoria no Bloco A da Esplanada.

Por fim, a dimensão Sistemas apresenta ações relacionada a ações que visam implementar melhorias dos sistemas utilizados pela Ouvidoria e SIC. Em 2016, teve início a

implementação no MDSA do Software de Governo “Sistema Eletrônico de Informação” (SEI!), que é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. Ele permitiu que a tramitação dos pedidos de acesso à informação deixasse de ser comunicada às áreas via e-mail, passando a ter a agilidade, confiabilidade de registro e possibilidade de monitoramento da tramitação dentro de um sistema de gestão da informação. Esta nova forma de tramitação exigiu empenho da equipe da Ouvidoria tanto em sensibilizar as áreas, como em ações de treinamento da nova ferramenta.

Além disso, uma das ferramentas do SEI! possibilitou que a equipe do SIC desenvolvesse modelos de respostas, o que significou uma padronização na estruturação e conteúdo destas, trazendo um ganho significativo na qualidade da resposta elaborada.

Ouvidoria Geral da Previdência Social

Entre o período de agosto de 1998 a dezembro 2016 foram cadastradas 3.160.653 e solucionadas 3.112.778 o que representa 98,49% de manifestações solucionadas.

O índice de resolatividade, que é o instrumento utilizado para aferir o percentual de resolatividade das manifestações cadastradas e solucionadas na própria Ouvidoria sem que haja a necessidade de enviá-las às áreas técnicas solucionadoras, em 2016 foi de 34,44%, ou seja, receberam resposta conclusiva realizada diretamente por meio de pesquisas e consultas aos sistemas corporativos e à legislação previdenciária, realizadas pela própria Ouvidoria-Geral. E o Índice Mensal Interno, que é o instrumento utilizado para mensurar o tempo médio mensal em que as manifestações cadastradas pelos cidadãos permanecem na OUGPS antes de uma tomada de decisão, foi de 3,24 dias.

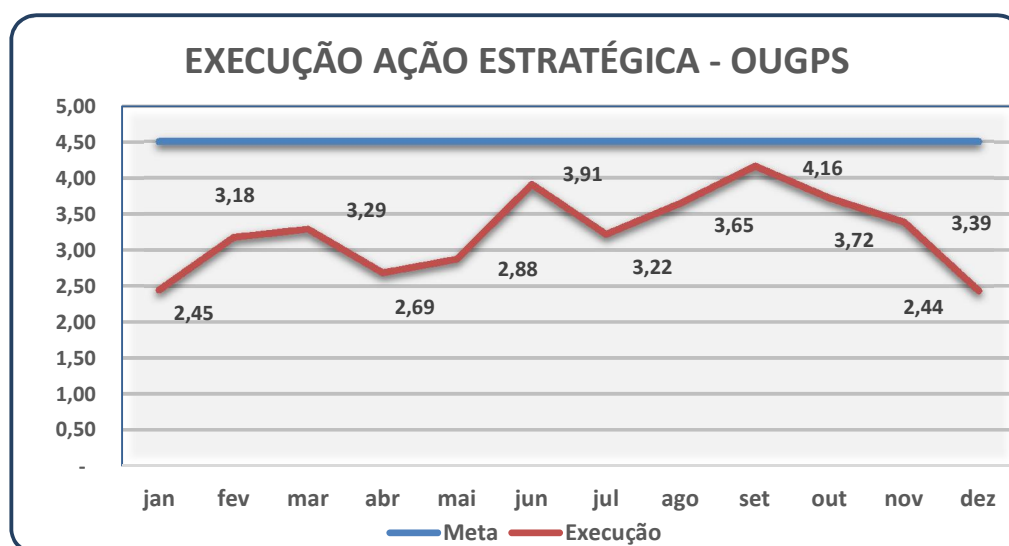
O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC iniciou-se na Previdência Social em maio de 2012, sendo parte do projeto de Gestão da Informação Corporativa - GIC. Desde então, foram mais de 31 mil solicitações de informação demandadas para os órgãos da Previdência Social, incluindo o extinto Ministério da Previdência Social, PREVIC, INSS e Dataprev. Em 2016, foram 7.214, correspondendo à média mensal de 601,2 solicitações. O Tempo Médio de Resposta de Solicitação do SIC (TMRS - SIC) é de 7,88 dias e apresenta um baixo número de interposições de recursos, o que comprova a efetividade dos atendimentos no SIC.

Dentro do Planejamento Estratégico do Extinto Ministério da Previdência, a Ouvidoria foi responsável por 1 ação: *Atender as manifestações de reclamações, denúncias, solicitações diversas, sugestões e elogios, que tem como objetivo realizar a análise das manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria da Previdência Social em até quatro dias e meio, contados a partir da data de seu registro: analisar a manifestação, elaborar e enviar resposta direta ao interessado ou encaminhar manifestação à área técnica solucionadora.*

A referida ação tem como índice o Tempo Médio de Atendimento da OUGPS e é apurada pela Soma {(Data da atribuição do encaminhamento ou resposta final listado da manifestação) - (Data de cadastro da manifestação)} / (Quantidade de manifestações cadastradas).

O resultado acumulado de 2016 atingiu 127,81% da meta estabelecida programado. Conforme segue:

Gráfico 1 – Execução Estratégica - OUGPS



Coordenação Geral da Central de Relacionamento

No ano de 2016, o planejamento da unidade teve de ser adequado à redução de aproximadamente 3,8% do valor empenhado do orçamento da ação 4907 (Planos Internos de Call Center e Atendimento 0800), em comparação ao ano de 2015, o que tornou necessário ajustar o volume de chamadas recebidas para adequação da execução financeira anual ao faturamento dos contratos que operacionalizam a Central de Relacionamento.

No que tange à empresa OI S.A foi reduzida a capacidade de entrega de chamadas a mantenedora da Central de Relacionamento. Passou-se de 300 (trezentas) chamadas simultâneas para 120 (cento e vinte) chamadas simultâneas, isto é, havia 10 (dez) feixes E1 de 30 (trinta) canais habilitados, que foram reduzidos para 04 (quatro) feixes E1, a partir de 2 de maio de 2016, com objetivo de reduzir os atendimentos faturáveis no serviço receptivo humano, previsto no Contrato nº. 17/2013(Call Tecnologia). Assim, houve impacto significativo no atendimento da Central de Relacionamento com redução de 20% no volume de chamadas recebidas, conforme dados da concessionária de telefonia (OI S.A).

Tabela 8 - Comparativo de chamadas entre os anos de 2015 e 2016

Comparativo de Chamadas entre os anos de 2015 e 2016			
Ano	Chamadas Entregues	Chamadas Recebidas	Chamadas Perdidas
2015	4.822.678	4.193.106	629.572
2016	4.757.794	3.340.777	1.417.017
Varição % 2015 x 2016			
	-1,35%	-20,33%	125,08%

Observa-se que no ano de 2015 foram recebidas mais de 4 milhões de chamadas e no ano de 2016 foram recebidas aproximadamente 3,34 milhões de chamadas. Essas chamadas são recebidas no equipamento da Unidade de Resposta Audível – URA do 0800 707 2003, e não necessariamente geram atendimento. Um dos motivos é o caso do usuário por algum motivo desligar a chamada antes de ser atendido. A ligação é totalizada como chamada recebida, porém não houve geração de demanda para atendimento.

Contudo, manteve-se o foco na qualidade do atendimento prestado ao cidadão. Para tanto, prosseguiu-se com a utilização de instrumentos de Calibração de Monitoria, Escutas Lado a Lado, Atualização da Base de Conhecimento, Capacitações e Pesquisa de Satisfação eletrônica, seguem os resultados:

- a) Atualização do Formulário de Avaliação do atendimento por meio da telefonia;
- b) Alteração da metodologia da reunião de Calibração de Monitoria;
- c) 813 escutas lado a lado com os operadores nas células do 1º Nível de Atendimento. Essa atividade se resume na visita diária de um servidor da Coordenação-Geral, o qual fica ao lado do operador acompanhando com um *headfone* adicional o atendimento prestado. Nesse procedimento são verificados itens como: completude da informação, cortesia/cordialidade, condições de atendimento e estabilidade dos sistemas que suportam o atendimento. Os dados são consolidados e apresentados à empresa para ações de melhoria no atendimento;
- d) Reestruturação da Base de Conhecimento (Perguntas Frequentes) e dos Roteiros de Atendimento;
- e) 17 capacitações para os colaboradores do 1º e 2º nível de atendimento da Central de Relacionamento.
- f) Implantação da pesquisa de satisfação de e-mail a partir de junho de 2016.

Apesar de todos os esforços empreendidos para qualificar e buscar a excelência no atendimento ao cidadão, observa-se a necessidade de reforçar a equipe de servidores do setor para execução das atividades inerentes às competências regimentais da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento, em especial a gestão de conteúdos da base de conhecimento, de capacitações e da qualidade do atendimento, pois conta em sua estrutura atualmente, apenas com um Coordenador-Geral, um Assessor Técnico, um servidor anistiado e três postos de apoio administrativo, além da equipe da empresa Contratada de teletendimento, denominada de 2º nível de atendimento.

Conselho de Recursos do Seguro Social

O Conselho de Recursos do Seguro Social é originário do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), órgão do extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social. Por intermédio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, suas atribuições foram transferidas ao recém criado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

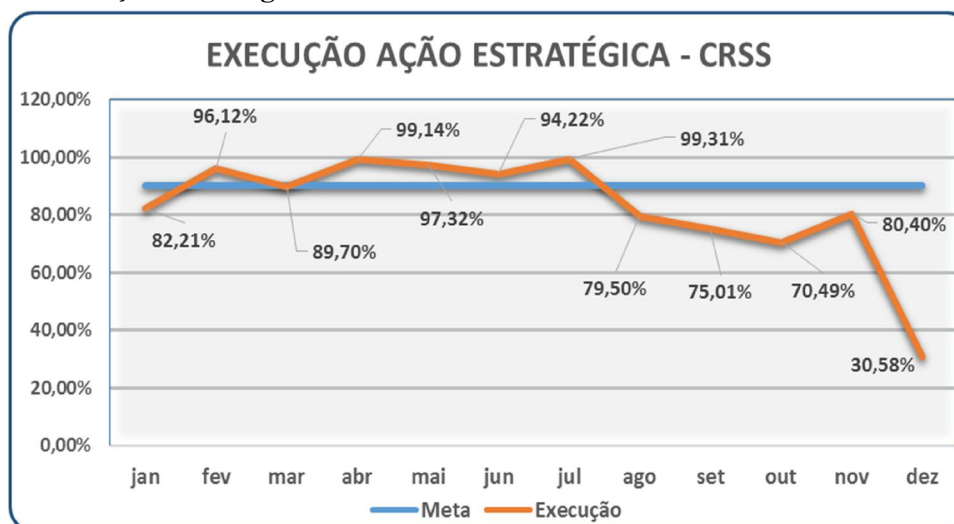
Neste sentido, tendo em vista que a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário foi regulamentado somente em dezembro de 2016 (por intermédio do Decreto nº 8.949, de dezembro de 2016), este conselho está em fase de transição e readequação de seu planejamento estratégico.

Dentro do Planejamento Estratégico do extinto Ministério da Previdência, o CRSS é responsável por 1 ação: *Julgar recursos administrativos em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, que visa solucionar os conflitos previdenciários e assistenciais entre o INSS/Beneficiários/Empresas, produzindo decisões com celeridade, reduzindo o tempo de tramitação dos processos de recursos nas Unidades Julgadoras, e qualidade, conferindo melhoria na motivação e exposição do convencimento do julgador.*

A referida ação tem como índice a quantidade de Recursos Administrativos Analisados – IRAA e é apurada pela $[(\text{Quantidade de Recursos analisados no mês})/(\text{Total de recursos recebidos}) + (\text{Resíduos de recursos não analisados no mês anterior})] * 100$.

O resultado acumulado de 2016 atingiu 92,04% da meta estabelecida programado. Conforme segue:

Gráfico 2 – Execução Estratégica CGSS



Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos fundamentais do MDSA estão dispostos no PPA 2016-2019 e são direcionados aos grupos de maior vulnerabilidade da população brasileira, contribuindo para o combate à pobreza e redução das desigualdades, para a promoção do acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade. Esses objetivos do PPA sob a responsabilidade do Órgão estão concentrados em três Programas que refletem as linhas mestras de atuação do MDSA no período 2016-2019: Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais (Programa 2019), Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Programa 2037) e Segurança Alimentar e Nutricional (Programa 2069).

O **Programa Bolsa Família (PBF)**, cuja totalidade dos objetivos se encontra sob a responsabilidade do MDSA, visa melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, as extremamente pobres, essencialmente por meio da política de transferência de renda, proporcionando o alívio imediato da pobreza.

Além de reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda, os objetivos do Programa se propõem a reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência social.

A gestão do Bolsa Família está ancorada no Cadastro Único de Programas Sociais (Cadastro Único), instrumento fundamental para se conhecer o perfil do segmento que se encontra em estado de vulnerabilidade social e que serve de subsídio para a formulação de políticas destinadas a este público que, em geral, é difícil de ser alcançado pelas políticas públicas. O Fortalecimento do Cadastro como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda, um dos objetivos do Programa, ocupa papel central na estratégia do MDSA alcançar a totalidade das famílias afastadas da presença efetiva do Estado, não só para a realização da transferência de renda, mas também para a oferta dos serviços públicos.

Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais é também um de seus objetivos.

Objetivos do Programa:

Objetivo 0374 - Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Metas:

- 00SV – Acompanhar 50% de famílias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão, por descumprimento de condicionalidades, nos serviços socioassistenciais, prioritariamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- 00SW – Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com as condicionalidades de saúde;
- 00SY – Ampliar para 89,5% a média anual de crianças e adolescentes do Programa Bolsa Família com frequência escolar informada no Sistema Presença;

- 04HW – Fomentar o acesso a creche de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Objetivo 0375 - Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais

Metas:

- 00T2 – Ampliar o número de municípios com padrão de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único que estão aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD);
- 04I1 – Aumentar o desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD);
- 04I2 – Apoiar o fortalecimento das equipes de gestão do PBF e do Cadastro Único nos municípios, Distrito Federal e estados;
- 04I3 – Aperfeiçoar mecanismos de qualificação do Cadastro Único e da gestão do PBF por meio da institucionalização dos procedimentos de verificação da consistência e atualidade das informações das famílias.

Objetivo 0619 - Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda

Metas:

- 03U4 – Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família.

Objetivo 1134 - Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda

Metas:

- 04I4 – Construir mecanismos de governança e coordenação dos programas usuários do Cadastro Único;
- 04I5 – Aperfeiçoar os instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único.

A política de assistência social, centrada no Sistema Único de Assistência Social (Suas), é um dos pilares da atuação do MDSA. Esta Política, que está representada no PPA 2016-2019 pelo **Programa Consolidação do Sistema Único de Assistência Social**.

Os princípios fundamentais do Suas encontram-se na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), base normativa da Assistência Social, que determina que a Assistência Social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil. O Programa foi estruturado em objetivos relacionados à gestão da Proteção Social Básica e Especial, dos Benefícios Assistenciais e ao apoio à gestão do Suas e ao Controle Social.

A Proteção Social Básica é direcionada a famílias em situação de vulnerabilidade social, a fim de prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras), por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É oferecido um conjunto de ações, em que se destacam os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além dos programas Acessuas Trabalho e do recém-lançado Criança Feliz. Essa inovadora iniciativa destinada às crianças de até seis anos de idade está sendo implementada nas três esferas de governo,

permitirá o acompanhamento especializado de famílias do Bolsa Família com crianças e gestantes, de modo a reduzir os riscos de um desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial que seja prejudicado por fatores relacionados à pobreza e subnutrição.

Os serviços são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), em outras unidades públicas ou entidades de assistência social. Atualmente a rede de Cras é formada por 8.273 unidades.

Por sua vez, a Proteção Social Especial é destinada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, de ameaça ou violação de direitos, como violência física, psicológica, abandono e negligência, abuso ou exploração sexual, trabalho infantil e discriminação em razão de orientação sexual ou raça/etnia. Em muitos casos, as pessoas encontram-se afastadas do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção ou ainda em situação de rua e mendicância.

Ao final de 2016, o Governo Federal cofinanciava a oferta dos serviços de média complexidade em 2.516 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) municipais e regionais; serviços de Abordagem Social (265 Municípios); medidas socioeducativas em meio aberto (1.009 Municípios); e 230 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centros Pop (205 Municípios).

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é uma transferência de renda de natureza individual, que transfere mensalmente 1 salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal, seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em dezembro de 2016, o BPC alcançava 4,41 milhões de beneficiários (2,44 milhões de pessoas com deficiência e 1,97 milhão de idosos), com o investimento anual de R\$ 46,4 bilhões.

A melhoria da gestão encontra-se entre os principais objetivos do MDSA. Nesse sentido, no âmbito do Suas, foram criados o Índice de Gestão do Suas (IGDSuas), que é o instrumento de mensuração da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e o Programa Nacional de Capacitação do Suas (CapacitaSUAS), por meio do qual são capacitados técnicos, gestores e conselheiros da assistência social.

Objetivos do Programa:

0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal

Metas:

- 00IU – Ampliar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 100% dos municípios brasileiros, expandindo sua cobertura aos 532 municípios ainda não cofinanciados;
- 00J0 – Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), com 650 novas unidades em municípios com população acima de 100 mil habitantes, referenciando 100% da população registrada no CadÚnico nesses municípios;
- 00J1 – Ampliar a cobertura de serviços ofertados às famílias e indivíduos residentes em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes, totalizando 2.224 equipes;

- 00RI – Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1.500 novos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando 73% dos municípios desse porte;
- 00RV – Adequar 80% das vagas ofertadas nos serviços de acolhimento para população em situação de rua aos parâmetros do Suas;
- 00S1 – Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 1 vaga/2.000 crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais;
- 049S – Implantar em todas as capitais o serviço de proteção social básica no domicílio, para pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC;
- 049T – Acompanhar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) as famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 15% das residentes em municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes;
- 049Y – Ampliar a cobertura das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 municípios, atingindo 100% dos municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil.

0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF

Metas:

- 00S8 – Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária;
- 00SA – Mobilizar e acompanhar 100% das famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar a sua inclusão e permanência na escola e o acesso aos demais direitos sociais.

0372 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e os mecanismos democráticos de participação e controle social

Metas:

- 00SH – Qualificar a gestão do Suas nos municípios com um Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-Suas) inferior a 0,6, reduzindo o percentual desses municípios de 25% para 20%;
- 00SI – Qualificar 120 mil gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social, por meio das ações de capacitação e de formação da Política Nacional de Educação Permanente do Suas;
- 00SS – Fortalecer o controle social do Suas, fomentando a organização dos Conselhos de Assistência Social, de forma a garantir a paridade e proporcionalidade das representações;
- 04A3 – Desenvolver e implantar sistema nacional de monitoramento do Suas, definindo instrumentos e metodologias que contemplem todos os benefícios, serviços e programas socioassistenciais (co)financiados com recursos federais.

No âmbito do **Programa Segurança Alimentar e Nutricional** destaca-se o papel fundamental que tem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) na articulação de ações para a ampliação do abastecimento e do acesso regular à alimentação adequada e saudável. Atualmente o Sisan conta com a adesão de todos os estados e do Distrito Federal, além de 191 municípios (destes, 104 aderiram em 2016). Em 2016 foi aprovado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reúne as ações em segurança alimentar e nutricional de 20 órgãos, com vigência até 2019. Entre estas, incluem-se as tecnologias sociais de acesso à água, ações em inclusão produtiva rural e o incentivo às compras públicas da agricultura familiar.

Quanto ao acesso à água, o governo federal tem investido em ações de infraestrutura para minimizar os efeitos da estiagem prolongada em diversos municípios do país, garantindo acesso à água de qualidade.

Tem-se reconhecido, também, a importância de promover ações que possibilitem ao público em situação de extrema pobreza a produção de alimentos, a geração de renda e a garantia da segurança alimentar e nutricional. No meio rural, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais beneficia famílias que recebem recursos financeiros não reembolsáveis para investir em atividades produtivas com acompanhamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater.

O Governo Federal busca ampliar as compras públicas de alimentos da agricultura familiar para alcançar, até 2019, um valor de R\$ 2,5 bilhões. O objetivo é assegurar o acesso, especialmente dos mais vulneráveis, a alimentos saudáveis, menos processados, de acordo com os hábitos alimentares locais e, ao mesmo tempo, abrir oportunidades para comercialização da produção da agricultura familiar.

Para tanto, está coordenando ações de compras realizadas pelos órgãos públicos nas três esferas de governo, especialmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com destaque para a modalidade Compra Institucional, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e das aquisições dos órgãos da União em atendimento ao Decreto nº 8.473/2015. Com isso, busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade. Além de incentivar o pequeno produtor, o PAA promove o acesso à alimentação, com doações da produção adquirida pelo Governo Federal em todo o País.

Dentre as perspectivas para o futuro das políticas de desenvolvimento social e agrário é o aperfeiçoamento da integração do público das famílias mais pobres do país à economia nacional, permitindo ampliar a sua autonomia e contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. Nesse sentido foi iniciada em 2016, o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva, voltado para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que deverá ser implantada por meio de um conjunto de ações realizadas nos municípios, com foco num conjunto de ações voltadas tanto para a inserção quanto a permanência no mundo do trabalho.

Objetivos do Programa:

0377 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

Metas:

- 00TD – Promover a elaboração de Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todos estados;
- 00TE – Promover a adesão de 600 municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com prioridade aos municípios com população acima de 200.000 habitantes;
- 00TI – Realizar um Pacto Federativo pela garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) com estados e municípios.

0380 Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Metas:

- 00U3 – Ampliar as compras públicas da Agricultura Familiar alcançando R\$ 2,5 bilhões;
- 00U5 – Ampliar a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos de 41% para 45% do total de fornecedores;
- 04EF – Alcançar 30% do recurso federal repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

0614 Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural

Metas:

- 01Y1 – Implantar 8.000 cisternas nas escolas;
- 01Y6 – Implantar cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano;
- 01Y7 – Implantar 60 sistemas de dessalinização de água, incorporando cuidados técnicos, sociais e ambientais na gestão destes sistemas;
- 04QP – Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento.

0615 Combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais

Metas:

- 04EQ – Reduzir 25% do déficit de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan);
- 04ER – Reduzir 20% do déficit de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan);
- 04ES – Atender 100.000 famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza por meio de uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de

assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção.

1109 Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação

Metas:

- 04DY – Reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial de 20,8% para 14% da população, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan);
- 04DZ – Ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan);
- 04E0 – Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan);
- 04E1 – Reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

Ainda no âmbito do **Programa Segurança Alimentar e Nutricional** destaca-se o papel fundamental que tem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) na articulação de ações para a ampliação do abastecimento e do acesso regular à alimentação adequada e saudável. Atualmente o Sisan conta com a adesão de todos os estados e do Distrito Federal, além de 191 municípios (destes, 104 aderiram em 2016). Em 2016 foi aprovado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reúne as ações em segurança alimentar e nutricional de 20 órgãos, com vigência até 2019. Entre estas, incluem-se as tecnologias sociais de acesso à água, ações em inclusão produtiva rural e o incentivo às compras públicas da agricultura familiar.

Quanto ao acesso à água, o governo federal tem investido em ações de infraestrutura para minimizar os efeitos da estiagem prolongada em diversos municípios do país, garantindo acesso à água de qualidade.

Tem-se reconhecido, também, a importância de promover ações que possibilitem ao público em situação de extrema pobreza a produção de alimentos, a geração de renda e a garantia da segurança alimentar e nutricional. No meio rural, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais beneficia famílias que recebem recursos financeiros não reembolsáveis para investir em atividades produtivas com acompanhamento de assistência técnica e extensão rural (Ater).

O Governo Federal busca ampliar as compras públicas de alimentos da agricultura familiar para alcançar, até 2019, um valor de R\$ 2,5 bilhões. O objetivo é assegurar o acesso, especialmente dos mais vulneráveis, a alimentos saudáveis, menos processados, de acordo com os hábitos alimentares locais e, ao mesmo tempo, abrir oportunidades para comercialização da produção da agricultura familiar.

Para tanto, está coordenando ações de compras realizadas pelos órgãos públicos nas três esferas de governo, especialmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com destaque para a modalidade Compra Institucional, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e das aquisições dos órgãos da União em atendimento ao Decreto nº 8.473/2015. Com isso,

busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade. Além de incentivar o pequeno produtor, o PAA promove o acesso à alimentação, com doações da produção adquirida pelo Governo Federal em todo o País.

Dentre as perspectivas para o futuro das políticas de desenvolvimento social e agrário é o aperfeiçoamento da integração do público das famílias mais pobres do país à economia nacional, permitindo ampliar a sua autonomia e contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. Nesse sentido foi iniciada em 2016, o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva, voltado para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que deverá ser implantada por meio de um conjunto de ações realizadas nos municípios, com foco num conjunto de ações voltadas tanto para a inserção quanto a permanência no mundo do trabalho.

Estágio de implementação do planejamento estratégico

O ano de 2016 foi caracterizado por duas gestões distintas no comando do Governo Federal, o que acarretou alterações na condução das políticas públicas a cargo do MDSA. Naturalmente, a mudança no comando do ministério teve como consequência um novo direcionamento nas suas atividades, o que incluiu o entendimento das instâncias decisórias acerca do Planejamento Estratégico do MDSA.

Sabe-se que o Planejamento Estratégico de um órgão da Administração Pública é dependente do direcionamento político e das escolhas a respeito das políticas públicas que passarão a integrar a agenda de compromissos firmados com a sociedade. Houve um momento de inflexão nessa condução no primeiro semestre de 2016, que refletiu diretamente sobre as expectativas a respeito do Planejamento Estratégico do órgão.

Desde então a SPO vem se estruturando para realizar o Planejamento Estratégico do ministério, com a construção da metodologia e capacitação da equipe responsável para entregar esse produto de forma qualificada. Ainda em 2016 iniciou-se o contato com áreas do Ministério para implementação das ações, e em 2017 espera-se que os seus planos estejam concluídos, o que servirá de base para a formulação do Plano do MDSA como um todo.

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O Plano Brasil sem Miséria congrega, desde 2011, esforços com o objetivo de superar a extrema pobreza no país. Uma de suas principais características é o de considerar a pobreza como uma condição multifatorial, indo para além das questões de renda e alcançando áreas como segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e à energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho

Sob a coordenação da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (Sesep/MDS), o Plano teve como meta superar a extrema pobreza ao longo do período 2011-2014.

No entanto, algumas ações continuaram a ser executadas sob a chancela do BSM até 2016, mesmo com as alterações no âmbito do MDSA, quando foram estabelecidas novas diretrizes para a execução das políticas, resultando em redesenho de programas e mudanças nas estruturas regimentais dos órgãos.

Teve início, também em 2016, a elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva, denominada de Programa Incluir, visando a inclusão social e produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com a publicação do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, a Sesp foi então extinta e criada a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (Sisp/MDSA), tendo como um dos objetivos a implantação do novo programa a partir de 2017. Desta forma, as ações de inclusão social e produtiva previstas nos Decretos nº 7.492, de 2 de junho de 2011, e nº 6.393, de 12 de março de 2008, serão incorporadas, no que couber, à Estratégia Nacional de Inclusão Social e Produtiva / Programa Incluir.

A iniciativa é uma evolução do Plano Brasil sem Miséria, executado entre os anos de 2011 e 2014, uma vez que enfrenta a questão da pobreza por meio da promoção do desenvolvimento social de base territorial. A implementação da Estratégia conta com uma forte atuação intersetorial, inter e intrafederativa para integração de ações e políticas públicas para o enfrentamento da pobreza em sua múltiplas dimensões.

Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Tendo em vista que o principal instrumento de planejamento do Governo Federal é o Plano Plurianual e que a Secretaria-Executiva atua como órgão setorial que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, conforme dispõe a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, esta unidade utiliza o PPA como elemento central de acompanhamento das políticas públicas, coordenando seu monitoramento e execução junto às demais secretarias finalísticas do Ministério.

Para tanto a Secretaria-Executiva, por meio de sua Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/SE) orienta tecnicamente as demais unidades do Ministério para a realização das atividades de monitoramento apoiadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), que é o sistema estruturante do governo brasileiro para o monitoramento dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas, bem como do acompanhamento orçamentário.

Desempenho Orçamentário

Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançado

O MDSA é responsável pelas políticas de assistência social, renda de cidadania e segurança alimentar e nutricional, além de ter papel central na coordenação de uma estratégia que visa alcançar os cidadãos em sua integralidade, articulando ações de garantia de renda com iniciativas de inclusão produtiva e de acesso aos serviços públicos.

A atuação da Secretaria-Executiva tem caráter estratégico na condução de políticas públicas mas esta UPC não é diretamente responsável pela execução de objetivos de responsabilidade do MDSA no PPA 2016-1019. Os Programas a seguir são os que contemplam os objetivos sob responsabilidade do MDSA, e as análises realizadas acerca do grau de atingimento de objetivos e metas serão tratados em seguida. Em relação à execução de ações orçamentárias, essas estão expressas nos relatórios de gestão da unidade Prestadora de Contas a quem cumpre seu desenvolvimento de forma mais direta, a saber:

- Programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar (2012) – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Programa Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais (2019) – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
- Programa Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (2037) – Secretaria Nacional de Assistência Social;
- Programa Segurança Alimentar e Nutricional (2069) – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em relação ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Programa 2122), de responsabilidade da Secretaria-Executiva do Órgão, cabe esclarecer que se trata de um programa de gestão, não possuindo, portanto, objetivos, indicadores, metas ou iniciativas.

A seguir, são consignadas análises que contemplam visão geral e uma análise situacional sobre os objetivos do Plano Plurianual afetos ao órgão, por programa temático.

PROGRAMA 2012: FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar traz em seus objetivos compromissos e medidas no intuito de promover instrumentos de crédito e mitigação dos riscos e de garantia de renda para a agricultura familiar. Além disso, o programa busca ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater); fortalecer o cooperativismo e associativismo e promover a autonomia econômica das mulheres rurais.

Por ter uma conexão com o PPA 2012-2015, neste Programa permanecem alguns objetivos daquele PPA que incluíam instrumentos de crédito e mitigação dos riscos climáticos e de mercado, de Ater e inovação, de apoio à organização econômica, de promoção da produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, de promoção da autonomia das mulheres rurais e de promoção das políticas voltadas à agricultura familiar brasileira nos foros internacionais. O Programa ganhou um objetivo de inclusão produtiva rural, este sob responsabilidade do MDSA e tem obtido grande sucesso na redução da pobreza rural e na dinamização da agricultura familiar. O objetivo mantém e amplia a estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de Ater, e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção.

O objetivo de responsabilidade do MDSA envolve a execução e articulação direta de ações relacionadas a três programas: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, o Programa Cisternas e o Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar. O Programa de Fomento objetiva atender famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais que se encontram em situação de extrema pobreza, envolvendo a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) e o repasse de recursos financeiros não reembolsáveis, de forma a proporcionar a implantação e melhoria da estrutura produtiva dos beneficiários, o acúmulo do patrimônio produtivo, mudanças em relação à forma de produzir, ampliação e diversificação da produção de alimentos e a geração de renda, viabilizando a comercialização de excedentes dos produtos nos mercados locais e institucionais (tais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar). Em 2016, além das 18.327 famílias diretamente beneficiadas com as ações do Programa, também foram firmados 12 acordos de cooperação técnica com governos estaduais, na perspectiva de que sejam atendidas outras 32.646 famílias com serviços de assistência técnica, tornando-as aptas a receberem os recursos não reembolsáveis associados.

No que se refere à garantia do acesso à água, a perspectiva é dotar as famílias com infraestrutura hídrica para captação e armazenamento de água para a produção de alimentos, a partir de projetos apoiados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas. Em 2016, foram beneficiadas diretamente 15 mil famílias, sendo que a previsão é de que outras 25 mil sejam atendidas em 2017 a partir de instrumentos ainda vigentes ou da formalização de novos instrumentos com os recursos orçamentários a serem disponibilizados.

Por fim, em relação ao Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar, o objetivo é propiciar o acesso descentralizado de agricultores familiares a sementes, assegurando condições de identificação, produtividade, adaptação, resistência e qualidade das sementes utilizadas pelas famílias agricultoras, reduzindo com isso os riscos envolvidos nas atividades agrícolas e viabilizando a produção agrícola. Apoiar também o uso, a produção e a pesquisa de cultivares locais, tradicionais ou crioulas, fortalecendo os processos sociais de manejo e conservação dessas sementes, considerando sua importância na autonomia dos agricultores familiares. Em 2016 foram implantados 600 bancos de sementes, beneficiando diretamente 12 mil famílias de agricultores localizados no meio rural de 202 municípios em 9 estados abrangidos pelo semiárido. Além disso, também foi ampliada parceria na região, de forma que foi viabilizada a implantação de mais 72 bancos de sementes comunitários em 2017, que deverão beneficiar mais 1.440 famílias.

Em 2016, foram atendidas com ações de inclusão produtiva rural 33.327 famílias. 18.327 foram beneficiadas com o Programa de Fomento e mais 15.000 famílias receberam tecnologia social de água para produção. No ano de 2016, deu-se início ao replanejamento das

ações de inclusão produtiva rural, considerando as mudanças no contexto fiscal e na estrutura administrativa dos órgãos do governo federal responsáveis pela execução dos programas. Por exemplo, dadas as restrições orçamentárias, foram firmados acordos de cooperação técnica com unidades federativas para execução do Programa de Fomento, de modo que o custo dos serviços de assistência técnica e extensão rural sejam em parte assumidos pelos entes subnacionais. A tabela abaixo ilustra o acompanhamento da meta relativa ao objetivo em questão, de responsabilidade do MDSA.

Tabela 9 - PROGRAMA 2012: FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

OBJETIVO	Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada
1138 - Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares	04MX - Atender 350 mil famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção	sim	unidade	350.000	33.327

Fonte: Siop

PROGRAMA 2019: INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Na última década, o fortalecimento do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) foram conquistas fundamentais para a continuidade da construção do Sistema de Proteção Social, a redução da pobreza e desenvolvimento mais inclusivo da sociedade brasileira, ao lado da implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), com sua rede de serviços socioassistenciais. Os avanços sociais do Brasil na última década são evidentes e os índices de pobreza e extrema pobreza caíram significativamente.

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio dos compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. Em 2016 o Programa alcançou em média 13,83 milhões de famílias beneficiárias, com benefício médio de R\$ 181,15 em dezembro.

As condicionalidades do PBF representam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo Poder Público. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia; o Poder Público deve prover os serviços de saúde, de educação e de assistência social que garantam o exercício desses direitos sociais. O Programa monitora bimestralmente, cinco vezes por ano, a frequência escolar de mais de 14

milhões de estudantes, entre os quais mais de 95% efetivamente cumprem uma presença mínima de 85% (de 6 a 15 anos de idade) ou 75% (de 16 a 17 anos de idade). Também monitora semestralmente o cumprimento das obrigações com o sistema de saúde de mais de 8 milhões de famílias beneficiárias.

As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos significativos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa. Além disso, o acompanhamento do descumprimento das condicionalidades pode indicar vulnerabilidades, risco social ou violação de direitos sociais das famílias e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo. O impacto das condicionalidades sobre a situação das famílias decorre tanto da exigência do cumprimento das condicionalidades, quanto do esforço articulado para que as famílias inadimplentes voltem ao cumprimento.

Sobre o Cadastro Único, vale ressaltar que atualmente há mais de 28 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, a parcela mais pobre da população brasileira. A ampliação do alcance do cadastramento, nos últimos anos, com o processo denominado de Busca Ativa, resultou no cadastramento de mais de 1,35 milhão de famílias extremamente pobres e que passaram a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do Programa nos municípios e estados.

Os indicadores estabelecidos no PPA do Programa Bolsa Família apresentaram os seguintes resultados em 2016:

- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação: 92,13%. No bimestre de outubro e novembro de 2016, 16,1 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos constavam no público para acompanhamento das redes municipais e estaduais de ensino. Desse total, 14,8 milhões (92,13%) tiveram frequência escolar registrada no Sistema Presença, e destes, mais de 95% cumpriram a frequência exigida pelo PBF.
- Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças: 69,87%. Dados do primeiro semestre de 2016 mostram que das 7,5 milhões de crianças com perfil para acompanhamento, 5,2 milhões (69,87%) tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e destas, 98,9% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde.
- Taxa de atualização cadastral: 74%, segundo apuração de dezembro de 2016. A atualização deve ser realizada pela família sempre que houver alguma mudança em sua situação; não havendo mudança, as informações precisam ser confirmadas, no máximo, a cada dois anos.

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa.

Redução da pobreza por meio da transferência direta de renda (objetivo 0619).

Durante o ano de 2016, o eixo da transferência de renda do PBF atendeu em média a cerca de 13,83 milhões de famílias por mês, finalizando o ano com 13.569.576 famílias na folha de pagamento de dezembro, o que equivale a aproximadamente 45,87 milhões de pessoas. Dessas, 5,4 milhões de famílias receberam o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, que é o benefício pago às famílias que, mesmo recebendo as demais parcelas do PBF, ainda permanecem em situação de extrema pobreza com renda per capita abaixo de R\$ 85,00.

Ressalte-se que, para além do foco no segmento de renda mais baixa da população, as ações do Governo Federal buscaram atingir também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis, como mulheres, jovens, população negra e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – GPTE. Na medida em que, no âmbito do PBF 91,9% das famílias são chefiadas por mulheres, 86,7% dos beneficiários são negros ou pardos e 1,47 milhão das famílias beneficiárias pertencem aos GPTE, a ação federal de transferência direta e condicionada de renda contribui para o processo de reforço à cidadania.

Além da transferência de renda, o MDSA autorizou medidas especiais de atendimento e pagamento a 161.263 famílias de municípios que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, totalizando mais de R\$ 24,3 milhões. São medidas especiais que visam a facilitar o acesso ao pagamento, tais como a realização de saque dos benefícios a partir do primeiro dia do Calendário de Pagamentos de cada mês; a adoção da Declaração Especial de Pagamento, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e seus documentos de identificação; e a mobilização da Caixa para operações especiais de pagamento.

Em 2016, o MDSA inovou ao lançar simultaneamente os processos de “Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral”¹, e ao incluir, no público de “Revisão Cadastral”, além das famílias beneficiárias do PBF, as famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e as famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Buscou-se, com a simultaneidade dos processos, dar às gestões municipais uma visão integrada da demanda de atualização cadastral a ser atendida prioritariamente em seu território, assim como possibilitar o planejamento integrado dos processos anuais de atualização cadastral. Com a medida, foram convocadas para atualização cadastral cerca de 7,18 milhões de famílias cadastradas.

Em continuidade ao processo de aprimoramento e integração dos processos operacionais do PBF e do Cadastro Único, foi instituído em 2016 Grupo de Trabalho Interinstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e à melhoria da qualidade das bases de dados do MDSA. No âmbito dos trabalhos do colegiado, foram realizados cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único (junho/2016) e da folha de pagamento do PBF (julho/2016) e aquelas dos seguintes registros administrativos do Governo Federal: 1) Rais (2014); 2) Caged (janeiro/2015 a junho/2016); 3) Sistema de benefícios permanentes e auxílios pagos pelo INSS (junho/2016); 4) Sistema de Controle de Óbitos (2002 a 2016); 5) Siape (junho/2016); e 6) CNPJ. No PBF, foi identificado 1,1 milhão de famílias beneficiárias com divergências cadastrais, resultando nas seguintes providências imediatas: 654 mil famílias tiveram o pagamento de seus benefícios do PBF bloqueados até a atualização cadastral, e

¹ O objetivo dos referidos processos é buscar as máximas qualidade e atualidade dos dados declarados no Cadastro Único.

469 mil famílias tiveram seu benefícios PBF cancelados em novembro de 2016. Esse contingente ampliou-se a partir da identificação de outras inconsistências realizada pelo processo anual de Averiguação Cadastral. A atualização cadastral permitiu novas concessões do PBF até o limite do número de pessoas registradas no Cadastro Único com o perfil para o programa, mas que ainda não haviam sido atendidas.

Ainda em relação às medidas de controle, foi firmado acordo de cooperação técnica entre o MDSA e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e prosseguem as tratativas para a assinatura de ajustes entre o Ministério e o Tribunal de Contas da União – TCU e o Ministério Público Federal – MPF, e entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, órgão encarregado da gestão nacional do PBF, e o Departamento de Polícia Federal – DPF do Ministério da Justiça e Cidadania – MJ.

Para manutenção do poder aquisitivo dos beneficiários do PBF, foi concedido, em julho de 2016, aumento de 12,38%, na medida em que foi atualizados os valores das linhas de pobreza – de R\$ 154,00 para R\$ 170,00 – e de extrema pobreza – de R\$ 77,00 para R\$ 85,00.

No transcurso do ano de 2016, o eixo de transferência de renda atendeu em média cerca de 13,83 milhões de famílias por mês, superando a estimativa de 13,73 milhões. Cabe destacar que, a meta estipulada vem sendo alcançada permanentemente desde 2012. Todavia, houve uma pequena redução no último bimestre de 2016. Dessa forma, o Programa Bolsa Família beneficiou, no mês de dezembro de 2016, 13.569.576 famílias, que receberam benefícios com o valor médio de R\$ 181,15. O valor total disponibilizado pelo Governo Federal em benefícios às famílias beneficiárias alcançou R\$ 2.458.172.701,00. Em dezembro de 2016 o PBF alcançou 98,77% da meta relativa a estimativa de famílias pobres e extremamente pobres.

Aprimorar o monitoramento da folha de pagamento do PBF ao longo do próximo ano, com vistas a aperfeiçoar a definição de metas e eventuais reprogramações em 2017, tendo em vista o orçamento previsto na LOA, são as providências que serão tomadas pelo Ministério. A tabela abaixo ilustra o acompanhamento da meta relativa ao objetivo em questão.

Tabela 10 - Redução da pobreza por meio da transferência direta de renda (objetivo 0619).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
03U4 - Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família	sim	%	100	98,77	2017-01-01

Fonte: Siop

Acompanhamento do acesso com equidade das famílias beneficiárias nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social (objetivo 0374).

Os números levantados pelo acompanhamento das condicionalidades, por parte do Poder Público, revelam efeitos positivos na saúde e educação das famílias beneficiárias do

Programa. Estudos demonstram que o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola: as taxas de abandono entre beneficiários do Programa são menores do aquelas apresentadas pelos demais alunos da rede pública – tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio – e as taxas de aprovação são equiparadas às dos demais alunos². Esses impactos positivos são ainda maiores no Nordeste, região com maior número de beneficiários do PBF. Na saúde, estudo publicado em 2013³ mostrou que o PBF contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil geral e por causas relacionadas à pobreza, como desnutrição e diarreia. Em 2015, nova pesquisa demonstrou que o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase nas comunidades com alta cobertura do PBF⁴.

Na área de educação, em 2016, 14,8 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em média, por bimestre de acompanhamento, tiveram a frequência escolar registrada, entre os quais mais de 95%, em média, cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família.

Na área de saúde, dados do primeiro semestre de 2016⁵ mostram que, nas 7,5 milhões de crianças monitoradas, 5,2 milhões de crianças tiveram seus cartões de vacinação acompanhados, e dessas, 98,9% estavam com a imunização em dia, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde. O resultado da primeira vigência de 2016 foi inferior ao obtido no mesmo período do ano anterior (73,9%). Entretanto, foi registrado, no período, um salto de mais de 50% na identificação das gestantes das famílias beneficiárias do PBF, fato explicado pela integração do Sistema de Gestão do PBF na Saúde com o SisPréNatal do Ministério da Saúde. Das mais de 371 mil gestantes identificadas no período, 99,6% estavam realizando pré-natal.

As famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que tiveram os benefícios suspensos, são público prioritário para inclusão nos serviços socioassistenciais de acompanhamento familiar, conforme preconiza, em seu art. 19, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A partir da publicação da Portaria GM/MDS nº 251, de 12 de dezembro de 2012, iniciou-se o monitoramento das famílias em fase de suspensão dos benefícios que tiveram registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (Sicon/MDSA). Esse monitoramento é feito a cada mês de aplicação dos efeitos decorrentes do descumprimento de condicionalidades, ou seja, 5 vezes ao ano, e considera o número de famílias em fase de suspensão acompanhadas em relação ao total de famílias em fase de suspensão a cada bimestre. A quantidade alcançada de 18,6% de famílias em fase de suspensão com registro de acompanhamento familiar no Sicon representa a média das cinco apurações no ano. Em 2016, foi observada uma evolução positiva no percentual de famílias em fase de suspensão com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (Sicon) em relação a 2015. Embora os resultados de crescimento sejam positivos, o registro do acompanhamento de pouco mais de 30 mil famílias em fase de suspensão no Sicon, em média, a cada bimestre, ainda é baixo em comparação ao público total médio de famílias em fase de suspensão (162 mil). No âmbito do projeto de cooperação técnica e financeira entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA e

² CIRENO, F.; VIANA, I. A.V.; ALVES, C. B. A. Ensino Básico e trajetória escolar de estudantes do Programa Bolsa Família. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 18, p. 50-60, 2014.

³ RASELLA, D. et al. *Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. The Lancet*, v. 382, n. 9.886, p. 57-64, 2013.

⁴ NERY, J. S. et al. *Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy. PLoS Neglected Tropical Disease*, November 20, 2014.

⁵ Até o fechamento deste relatório, o período de registro das informações do acompanhamento do segundo semestre de 2016 ainda estava aberto.

o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS contratou, em 2015, uma consultoria para qualificar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (Paif) de modo a aprimorar a intervenção dos profissionais da equipe de referência dos Centros de Referência de Assistência Social – Cras no atendimento e acompanhamento de famílias indígenas. O trabalho, acompanhado pelo Departamento de Proteção Social Básica, deu origem ao Caderno de Orientações Técnicas para o Trabalho Social com Famílias Indígenas, que foi disponibilizado para consulta pública, no sítio do MDSA, em janeiro de 2017. O Caderno apresenta discussões acerca do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF levando em conta o modo de vida e a organização social indígenas, e chama a atenção para a importância de que a equipe técnica do Cras faça reflexões sobre a temática e imprima um olhar diferenciado ao lidar com a situação. A Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 13, de 4 de julho de 2013, que estabelece prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – Suas, para o quadriênio 2014-2017, estabelece em seu Art. 2º que: “Constituem prioridades e metas específicas para os municípios no âmbito da Proteção Social Básica: e) acompanhar pelo Paif as famílias beneficiárias do PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, com registro no respectivo sistema de informação, cujos motivos sejam da assistência social com a meta de atingir a taxa de acompanhamento do Paif de 50% (cinquenta por cento)”. Foi criado e disponibilizado para consulta no sítio do MDSA o Relatório de Informações Sociais (RI) do Pacto de Aprimoramento do Suas – Gestão Municipal, um sistema que gera informações consolidadas sobre o atingimento das metas, caracterizando-se como instrumento relevante para o planejamento da política de Assistência Social no município e no estado. O Pacto de Aprimoramento atual se encontra em período de vigência até dezembro de 2017. Em julho e dezembro de 2016, o Departamento de Proteção Social Básica – DPSB, da SNAS, esteve presente nos Encontros dos Gestores do Cadastro Único das Metrôpoles para discutir, com os gestores e em conjunto com equipes da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – Senarc, as principais questões que afetam a gestão do Cadastro Único e os trabalhos relacionados ao Programa Bolsa Família – PBF nas metrôpoles. Dentre os temas tratados, destacaram-se os desafios e avanços do acompanhamento familiar pelo Paif no âmbito das condicionalidades do PBF; o atendimento do Cadastro Único nos Cras; as visitas domiciliares e pareceres técnicos dos profissionais de nível superior da equipe de referência do Cras. Foi identificada pelo grupo a necessidade de uma discussão mais ampla sobre a relação entre o Cadastro Único, o PBF e a Política de Assistência Social com as gestões estaduais.

Este objetivo também contempla o “Brasil Carinhoso”, concebido em uma perspectiva de atenção integral que envolve aspectos do desenvolvimento infantil ligados à renda, educação e saúde. No âmbito do MDSA, o Brasil Carinhoso é operacionalizado por meio de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creches, complementarmente às ações voltadas à primeira infância. Até maio de 2016, o objetivo era incentivar matrículas em creches de crianças entre 0 e 48 meses de famílias beneficiárias do PBF, conforme previsto na Lei 12.722/2012. Em 10 de outubro de 2016, data do repasse dos recursos do Brasil Carinhoso aos municípios, estava em vigor a Medida Provisória 729/2016. A partir da vigência dessa norma, foram realizados ajustes no programa relativos (i) aos critérios de elegibilidade dos municípios a serem contemplados, (ii) ao percentual calculado com base no piso nacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passou a ser definido pelo MDSA conforme disponibilidade financeira e (iii) ao público-alvo do programa (inclusão de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do BPC). A meta de crianças atendidas estabelecida, em princípio, em 295.917

crianças, foi ultrapassada. O MDSA repassou recursos a 3.177 municípios e Distrito Federal, relativos a matrículas de 519.788 crianças de famílias beneficiárias do PBF em creches.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 11 - Acompanhamento do acesso com equidade das famílias beneficiárias nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social (objetivo 0374).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00SV - Acompanhar 50% de famílias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão, por descumprimento de condicionalidades, nos serviços socioassistenciais, prioritariamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif)	sim	%	50	18,6	2016-12-31
00SW - Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com as condicionalidades de saúde	sim	%	73	65,38	2016-12-31
00SY - Ampliar para 89,5% a média anual de crianças e adolescentes do Programa Bolsa Família com frequência escolar informada no Sistema Presença.	sim	% ao ano	89,5	87,87	2016-12-31
04HW - Fomentar o acesso a creche de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família	sim	crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do PBF		0	2017-01-23

Fonte: Siop

Resultados do Cadastro Único (objetivo 1134)

O Cadastro Único, coordenado pelo MDSA, é um instrumento informatizado de coleta de dados de famílias de baixa renda, que permite a articulação de diversas políticas públicas para esse público. As informações do Cadastro Único são autodeclaratórias e incluem características socioeconômicas, tais como condições de moradia, acesso a serviços de água, luz, esgotamento sanitário e também dados de identificação e caracterização de cada uma das pessoas da família (escolaridade, documentação, trabalho, rendimentos, etc.).

Constituem o público alvo do Cadastro Único todas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou de três salários mínimos por família. Entretanto, podem também se cadastrar famílias com renda superior ao limite máximo, desde que essa inclusão esteja vinculada à seleção e acompanhamento de programas sociais de iniciativa de qualquer dos três entes da Federação. Atualmente, no Cadastro Único existem mais de 28 milhões de famílias cadastradas –

mais de 80 milhões de pessoas -, dentre as quais 16,9 milhões são pobres e extremamente pobres (renda per capita mensal de até R\$ 170,00).

A boa qualidade das informações registradas no Cadastro Único assegura que as famílias beneficiadas pelas diversas políticas sejam, de fato, aquelas que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Para tanto, o MDSA executa ações contínuas de fomento à atualização cadastral, que, em regra, deve ser realizada pelas famílias a cada dois anos. Atualmente, 74,0% das famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa estão com os dados atualizados. Em 2016, os processos de Revisão Cadastral e de Averiguação Cadastral foram conjugados. Até o momento, 3.334.411 das famílias que foram incluídas em Revisão e Atualização Cadastral já atualizaram seus dados. Os dois processos ainda estão em andamento, com previsão de conclusão para 2017.

Os trabalhadores do Cadastro Único também estão preparados para atender e identificar de maneira correta quinze Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos – GPTEs. Grande parte destas famílias é localizada e cadastrada em ações de Busca Ativa, chegando a 2,14 milhões de famílias em 2016. As famílias dos GPTEs já são 7,6% do total de famílias cadastradas, com destaque para famílias de agricultores familiares, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

Em 2016 ocorreram ações que visaram a identificar e premiar práticas de gestão bem sucedidas nos governos municipais e estaduais e entrevistadores sociais de atuação destacada. Essas ações culminaram, em dezembro, na realização do “Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social: Edição Especial Cadastro Único para Programas Sociais”, em que os municípios, Estados e os entrevistadores finalistas foram reconhecidos pelo MDSA pela excelência de seu trabalho.

O esforço de qualificação da base do Cadastro Único e a existência da rede de atendimento dos municípios e Estados permitem e incentivam o uso do instrumento por mais de 20 programas sociais federais. A exemplo do PBF, programas como o Bolsa Verde, a Isenção de Taxa de Concurso Público, a Água para Todos, o Minha Casa Minha Vida e outros, constroem pontes efetivas para a superação da pobreza.

A consolidação da Rede de Programas Usuários do Cadastro Único, a partir de 2015, com o objetivo de ratificar o papel do Cadastro Único como instrumento para seleção de beneficiários e integração de programas sociais voltados ao atendimento das famílias brasileiras de baixa renda, foi intensificada a articulação com os programas usuários do Cadastro Único. Ao longo de 2016, o Departamento do Cadastro Único (Decau) deu continuidade à aproximação com as gestões dos 22 principais programas usuários, visando estimular o correto uso dos dados do Cadastro Único para efetivação de suas políticas e aperfeiçoar os processos de acesso, transferência e uso desses dados. Para embasar o trabalho de coordenação dos programas usuários do Cadastro Único, foram desenvolvidas duas pesquisas. A primeira pesquisa, empreendida pelo próprio Decau, teve como objetivos entender o papel do Cadastro Único em relação aos programas usuários e o nível de integração entre os programas usuários e seus atores. Como resultado dessa pesquisa foi elaborado um mapa do fluxo de informações necessárias para o processo de concessão de benefícios dos programas sociais estudados. Também foi feito levantamento da perspectiva dos gestores desses programas sobre a importância da relação com o Cadastro Único e dificuldades, principalmente para acessá-los. A segunda pesquisa foi objeto de uma consultoria que realizou cruzamentos das bases de dez programas usuários com o Cadastro Único, com o objetivo principal de elaborar o perfil socioeconômico das famílias e pessoas beneficiárias de cada programa e identificar os públicos comuns existentes entre eles. Assim, os resultados de ambas as pesquisas trouxeram subsídios importantes para o aprofundamento das estratégias de integração entre os programas usuários do Cadastro Único planejadas para 2017. Termo de Adesão dos Programas Usuários ao

Cadastro Único: tendo em vista a ampliação do uso do Cadastro Único por diversos programas federais nos últimos anos, foi identificada a necessidade de se aperfeiçoar a sua regulamentação, para que acolha os diferentes contextos de utilização dos dados cadastrais. Nesse sentido, foram propostas alterações no Decreto nº 6.135/2007, com o objetivo de fixar critérios e procedimentos que devem ser observados pelos programas por ocasião da formalização do acesso aos sistemas, aplicativos e base de dados identificados. De acordo com a proposta, “a utilização do Cadastro Único por órgãos e instituições federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, tem como requisito a adesão formal às regras deste instrumento, na forma disciplinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário”. Logo, a principal novidade será a criação de um termo de adesão, o qual fixará compromissos do MDSA e do órgão responsável por cada programa usuário, de modo que sejam respeitadas as normas, conceitos, procedimentos e a capacidade operacional da rede de implementação do Cadastro Único nos municípios.

Ao longo de 2016, o Departamento do Cadastro Único realizou diversos ajustes nos formulários de cadastramento e no Sistema de Cadastro Único, junto à Caixa Econômica Federal, com o objetivo de tornar esses instrumentos mais adequados aos conceitos do Cadastro Único, aperfeiçoar o processo de coleta das informações, bem como uniformizar os campos entre formulário impresso e sistema operacional. Em relação ao Sistema de Cadastro Único, foram implementadas diversas melhorias, por meio das versões 7.15.0, 7.15.01.28 e 7.15.02, dentre as quais se destacam: (i) acesso ao Sistema de Cadastro Único através do Sistema Integrado de Segurança – SISGR, o que permitiu disponibilizar o “Termo de Compromisso e Responsabilidade” a todos os usuários do Sistema com benefício do login único para sistemas integrados como o Sibec; (ii) validação do NIS junto ao Cadastro NIS de forma online; (iii) adequação do campo 5.01 para certidões civis emitidas a partir de 01/JAN/2010 conforme determinado pelo Conselho Nacional de Justiça, que possuem um código numérico formado por 32 caracteres, denominado Matrícula Única; (iv) desvinculação do indicador de Condição Cadastral Atualizado “Sim/Não/Atualizado por Confirmação” da Situação Cadastral Válido “Sim/Não”; (v) exibição do motivo de exclusão lógica da família/pessoa na Base do Cadastro Único, bem como a data em que a exclusão foi efetuada e o complemento do motivo de exclusão; (vi) disponibilização da funcionalidade “CONFIRMAR CADASTRO FAMILIAR” para todas as famílias da base do Cadastro Único (Cadastradas e Sem registro civil), exceto aquelas migradas da versão 6 e ainda não atualizadas na versão 7; (vii) registro no “Histórico de Movimentação da Pessoa”, todas as alterações que ocorrem nos dados de pessoa; (viii) disponibilização de nova rotina de busca e localização de pessoa no Cadastro Único, de modo a usar a mesma regra de unicidade utilizada na inclusão e na localização.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 12 - Resultados do Cadastro Único (objetivo 1134)

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
0414 - Construir mecanismos de governança e coordenação dos programas usuários do Cadastro Único	não				
0415 - Aperfeiçoar os instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único	não				

Fonte: Siop

Resultados do Índice de Gestão Descentralizada – IGD (objetivo 0375).

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) foi instituído com o objetivo de medir os resultados da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle. Com base nos Índices obtidos por cada ente da federação, os recursos são calculados e transferidos aos Estados, aos municípios e ao Distrito Federal. Em 2016 foram repassados R\$ 12,45 milhões para os Estados (IGD-E), sendo R\$ 8,72 milhões referentes ao ano de 2016; e R\$ 480,82 milhões para os Municípios e o Distrito Federal (IGD-M), sendo R\$ 366,98 milhões referentes a 2016. A execução orçamentária de 2016 foi de R\$ 441,10 milhões para o IGD-M e de R\$ 10,35 milhões para o IGD-E.

No contínuo processo de fortalecer o trabalho dos estados, municípios e DF no aprimoramento da Gestão Descentralizada do PBF e Cadastro Único, no ano de 2016, foi realizada uma Mesa Técnica e Encontro Nacional com os coordenadores Estaduais do PBF e Cadastro Único. Em 2016 foram capacitados aproximadamente 120 agentes como instrutores de Gestão do Bolsa e do Cadastro somando-se aos quase 6.000 já capacitados de 2012 e 2015. Pode-se notar que este processo vem trazendo resultados positivos, pois o número de municípios que estão recebendo o IGD-M vem se elevando ao longo dos anos e se mantendo nos últimos meses, mesmo após as alterações normativas referidas na Análise Situacional do Objetivo que, entre outros aperfeiçoamentos, suprimiram a avaliação de quesito cujo desempenho de quase todos os municípios já haviam alcançado o limite máximo. No ano de 2016 tivemos uma redução de aproximadamente 1,58 % (passando de 5.442 em dez/15 para 5.356 em out/16, ou 96,15% do total de municípios do país) do número de municípios que durante o ano cumpriram com os requisitos necessários para fazer jus ao recebimento de recursos. Esta diminuição se deve ao fato do prazo para a comprovação da prestação de contas dos recursos recebidos em 2014 ter sido prorrogado de maio de 2015 para dezembro do mesmo ano, gerando, para 2016, duas repercussões de prestação de contas, a de 2014 e a 2015. Assim, observaram-se variações anômalas dos quantitativos, com elevação em 2015 e redução em 2016, ambas acima do normal.

Na comparação do desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único de dezembro de 2015, 0,8244 e dezembro 2016, 0,7856, podemos ver uma redução

aproximada de 0,04. Para realizar uma avaliação sem distorções destes números, é necessário considerar o impacto da alteração normativa que entrou em vigor em agosto de 2015. Neste mês, a Taxa de Cobertura Qualificada do Cadastro (TCQC) deixou de compor a fórmula de cálculo do Fator de Operação do IGD-M. Em razão do aperfeiçoamento do sistema de cadastramento, praticamente todos os municípios estavam alcançando o índice máximo e por isso esta taxa tornou-se inadequada para avaliar o desempenho das gestões municipais do programa, impactando, portanto na evolução global do indicador. Até julho de 2015 a TCQC impactava positivamente na média do Fator de Operação, o que tornava razoável projetar uma Meta de 83,80 ao final do PPA. A retirada dessa taxa gerou uma redução no resultado da nova medida de avaliação do desempenho dos municípios quanto à gestão do Cadastro Único. O impacto na média geral do indicador não representa redução no desempenho dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, mas é decorrente apenas da retirada de um indicador que já estava com o alcance no seu máximo por todos os municípios brasileiros. É importante lembrar que neste nível de alcance de meta, próximo a 100%, há grande resistência para ganhos marginais.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é instrumento para identificação, caracterização e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais das três esferas de governo. Hoje, o Cadastro Único contém informações de quase 80 milhões de pessoas, ou seja, 40% da população brasileira. Em função do aumento da quantidade de programas que utilizam sua base de dados para seleção e acompanhamento de beneficiários, o Departamento do Cadastro Único (Decau) da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) vem trabalhando para que a qualidade do Cadastro Único seja aprimorada continuamente. Com esse objetivo, a partir do início de 2013, o Decau passou a acompanhar com maior profundidade a operação e a qualidade das gestões municipais por meio do Plano de Monitoramento da Gestão Municipal do Cadastro Único (Plano). O Plano é composto de uma série de atividades articuladas entre as gestões federal, estaduais e municipais do Cadastro Único, visando o aprofundamento de análises quantitativas, expressas por indicadores de monitoramento, análises qualitativas a partir de oficinas com municípios e visitas in loco, bem como pela ampliação de espaços para reflexões e debates acerca das experiências, gargalos e êxitos obtidos na gestão do Cadastro Único. Através do Plano, o Decau identificou diversos fatores de diferentes naturezas (políticos, de infraestrutura, de recursos humanos, relacionados ao conhecimento, capacitação, acesso à informação, etc.) que podem influenciar na qualidade da gestão municipal do Cadastro Único. A partir da identificação desses fatores, além de iniciar um processo de geração de conhecimento sobre a gestão local do Cadastro Único que pode se traduzir em materiais de capacitação mais aderentes à realidade, o Decau buscou documentar boas práticas que podem servir como modelo para outras gestões locais. Assim, o Plano de Monitoramento tem duas frentes principais de atuação: (i) a identificação e disseminação de boas práticas de gestão, e (ii) a formulação de materiais de capacitação, orientações e regulamentações que sirvam como norte para a gestão dos processos de cadastramento e atendimento das famílias para os municípios que ainda tem dificuldades de organizar o Cadastro Único de forma adequada. A primeira frente de atuação teve como principais atividades: (i) Estudos sobre a operação e a qualidade da gestão do Cadastro Único em âmbito municipal, a partir do monitoramento dos indicadores do Cadastro Único, com a identificação de boas práticas que possam ser utilizadas para o aperfeiçoamento da gestão do Cadastro Único e a implantação de metodologia para transferência ou adaptação dessas práticas em municípios de gestão crítica, incluindo intervenção junto a municípios específicos e propostas complementares para aperfeiçoamento da gestão do Cadastro Único em âmbito federal e estadual; (ii) Estudo técnico sobre a Equipe de Referência do Cadastro Único, com identificação dos entrevistadores registrados no Cadastro Único e análise de perfil de permanência, vínculo com a administração municipal e

escolaridade; (iii) Encontros com os Coordenadores Estaduais e Gestores do Cadastro Único nas Metrópoles; (iv) inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Entrevistador Social do Cadastro Único; (v) realização do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, que recebeu mais de 150 inscrições municipais e estaduais de práticas de gestão do Cadastro Único, bem como candidatas a Entrevistador do Cadastro Único de destaque. Os resultados dessas ações dão subsídios para a segunda frente de atuação, referente à elaboração de materiais de capacitação, orientações e regulamentações que sirvam como norte para a gestão dos processos de cadastramento e atendimento das famílias.

A Senarc desenvolve diferentes estratégias de qualificação do Cadastro Único. Atualmente, três processos se destacam (i) a Revisão Cadastral, que promove a mobilização para a atualização cadastral daqueles que estão a mais de 2 anos sem fazê-lo; (ii) a Averiguação Cadastral, que consiste do cruzamentos dos dados inseridos no Cadastro Único com outros de registros administrativos ou análises estatísticas, com vista a identificar possíveis inconsistências nas informações declaradas, conforme Portaria nº 94/2013; e (iii) a exclusão lógica, hoje comandada pelos municípios ou pela Senarc. Para esta última, a Senarc atua somente nas situações em que as famílias estão com registro desatualizado há mais de 48 meses ou não atenderam à convocação atinente ao processo de averiguação cadastral. foram realizadas duas ações de exclusão lógica no ano de 2016: 1) No dia 01/08/2016, 1.267.345 famílias foram excluídas e 2) No dia 14/12/2016, 1.721.758 famílias foram excluídas. Em todas essas ações, os municípios são orientados por meio de informativos e instruções operacionais específicas, e as famílias são convocadas por meio do envio de mensagens e cartas. Em 2016, a Senarc unificou os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral (método já utilizado em 2015). Para a definição do público-alvo da Averiguação Cadastral, foi realizado batimento entre as famílias com cadastros atualizados no Cadastro Único de dezembro de 2015 e as bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) do ano de 2015 (bases resultantes dos cruzamentos realizados no âmbito do Contrato entre a Dataprev e MDSA) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2014 (apenas Regime Jurídico Único), ambos do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Também foram incluídas famílias identificadas em averiguações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme apontamentos de inconsistência de renda do acórdão do TCU nº 1.009, de abril de 2016, e pelos Achados do 39º e 40º sorteio público da CGU (Controladoria Geral da União). Já a Revisão Cadastral identificou as famílias beneficiárias de programas sociais (PBF, Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), que estavam a mais de 2 anos sem atualização cadastral. No ano de 2016, além da Revisão Cadastral das famílias beneficiárias do PBF, a Senarc coordenou também, no nível federal, o processo de atualização cadastral das famílias beneficiárias da TSSE e das famílias beneficiárias do BPC. A ação coordenada destes dois processos teve o objetivo de dar maior transparência às gestões municipais sobre o público alvo a ser mobilizado, bem como possibilitar o planejamento integrado dos processos de atualização cadastral. O processo de Atualização Cadastral 2016 está em andamento. Outra importante ação de melhoria da qualidade do Cadastro Único foi a celebração em 20/11/2014 do Termo de Execução Descentralizada nº 01, entre o IBGE e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do MDS, com o objetivo de realizar o batimento entre a base do Cadastro Único e base do CNEFE, para promover o intercâmbio e o aperfeiçoamento de técnicas e metodologias para o tratamento de endereços, com permuta de informações entre as instituições e a identificação do setor censitário onde se localiza o endereço fornecido pelas famílias ao Cadastro Único. Este objetivo está em pleno desenvolvimento e em dezembro de 2016 foi recebida a base resultante deste cruzamento. Das 27.578.385 famílias cadastradas em agosto/2016, 22.720.074 tiveram correspondência de setor censitário na base do CNEFE (82%).Em continuidade ao processo

de aprimoramento e integração dos processos operacionais do PBF e do Cadastro Único, foi instituído em 2016, Grupo de Trabalho Interinstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e à melhoria da qualidade das bases de dados do MDSA. No âmbito dos trabalhos do colegiado, foram realizados cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único (junho/2016) e da folha de pagamento do PBF (julho/2016) e aquelas dos seguintes registros administrativos do Governo Federal: 1) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2014); 2) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged (janeiro/2015 a junho/2016); 3) Sistema de benefícios permanentes e auxílios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (junho/2016); 4) Sistema de Controle de Óbitos (2002 a 2016); 5) Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape (junho/2016); e 6) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. No que tange ao PBF, foi identificado 1,1 milhão de famílias beneficiárias com inconsistências cadastrais, resultando nas seguintes providências imediatas: 654 mil famílias tiveram o pagamento de seus benefícios do PBF bloqueados até a atualização cadastral, e 469 mil famílias tiveram seu benefícios PBF cancelados em novembro de 2016.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 13 - Resultados do Índice de Gestão Descentralizada – IGD (objetivo 0375).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00T2 - Ampliar o número de municípios com padrão de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único que estão aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	sim	Municípios	5383	5356	2016-12-30
04I1 - Aumentar o desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	sim	%	83,8	78,56	2016-12-31
04I2 - Apoiar o fortalecimento das equipes de gestão do PBF e do Cadastro Único nos municípios, Distrito Federal e estados	não				
04I3 - Aperfeiçoar mecanismos de qualificação do Cadastro Único e da gestão do PBF por meio da institucionalização dos procedimentos de verificação da consistência e atualidade das informações das famílias	não				

Fonte: Siop

PROGRAMA 2037: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) organiza em todo o território nacional um conjunto de ações voltadas à redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população. A magnitude e dispersão territorial do contingente populacional que enfrenta situações diversas de vulnerabilidade e risco social constituem grandes desafios que exigem do Suas, simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso dos usuários, integração das ações e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

Com base nos registros do Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), a tabela seguinte permite visualizar a magnitude e distribuição regional da vulnerabilidade decorrente da renda.

Tabela 14 - PROGRAMA 2037: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal até R\$ 85 (situação de extrema pobreza)	1.545.857	6.720.084	2.837.595	636.468	512.905	12.252.909
Famílias com renda <i>per capita</i> mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170 (situação de pobreza)	455.083	1.362.037	1.460.997	448.030	371.999	4.098.146
Fonte: CadÚnico	* famílias registradas, com cadastro atualizado (<24 meses), extração em 19/01/17.					

Observa-se a existência de 12,2 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, das quais 55% se encontram na região nordeste. Outros 4,1 milhões de famílias, distribuídas principalmente nas regiões sudeste e nordeste (1/3 em cada uma delas), encontram-se em situação de pobreza.

Situações diversas de vulnerabilidade e riscos comprometem o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, favorecendo a incidência de evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce (entre 10 e 19 anos), trabalho infantil, exploração sexual, drogadição, dentre outras situações que apresentam efeitos prejudiciais à convivência familiar e comunitária, às condições de saúde, educação, qualificação educacional e profissional, resultando em inserção precária e redução das oportunidades de trabalho. Em relação aos idosos (60 ou mais anos), ampliam-se os riscos de isolamento e exclusão do acesso à convivência familiar e comunitária, bem como a um conjunto de atividades essenciais ao seu bem estar, em consequência dos processos de envelhecimento e da violência urbana.

Com efeito, a cada ano ocorrem aproximadamente 556 mil casos de gravidez precoce⁶. Além disso, os jovens (15 a 29 anos) são a maioria das vítimas fatais de agressões (28,9 mil jovens assassinados, o que corresponde a 53% dos 54,4 mil óbitos por agressões no país)⁷. Em relação à escolaridade, apesar da tendência consistente de melhoria em todas as regiões, em 2013 a média de anos de estudo dos adultos (com 25 ou mais anos de idade) variava entre 6,4 a 8,4 anos, no nordeste e sudeste, respectivamente. Por um lado, essa reduzida escolaridade resulta da combinação do acesso precário à educação, com o conjunto de riscos e vulnerabilidades já mencionados. Por outro,

⁶ Média de 2010 a 2013. Fonte: SIH/Datasus/MS.

⁷ Média de 2010 a 2013. Fonte: SIM/Datasus/MS.

se constitui em séria limitação à capacidade de superação desses riscos, reforçando a tendência de volatilidade e precarização do trabalho e da renda, com reflexos diretos na capacidade de manutenção dessas pessoas e de suas famílias, especialmente nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias das grandes metrópoles.

Para enfrentar os desafios colocados à política de Assistência Social, o programa 2037 – Consolidação do Suas articula três objetivos, resumidamente expressos como: manter e qualificar as ações de proteção social básica e especial; qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e fortalecer as estratégias de inclusão social de seus beneficiários; e qualificar a gestão do Suas e os mecanismos de participação e controle social.

Os serviços e programas do Suas estão estruturadas em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. A proteção social básica tem um papel proativo e preventivo, visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Esses serviços e programas são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), em outras unidades públicas ou entidades de assistência social.

Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial (objetivo 0370)

Atualmente a rede de Cras é formada por 8.273 unidades (fonte: CadSuas, 02/12/17), distribuídas por quase todos os municípios do País, das quais 7.458 (90%) são cofinanciadas pelo Governo Federal. Essa rede permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para Programas Sociais – Cadastro Único (outubro/2016). Para acompanhar o desenvolvimento dessa rede, foi criado o Índice de Desenvolvimento dos Cras (IDCras), calculado a partir de dados do Censo Suas, realizado anualmente. Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento, passou de 59% (2011) para 76,4% (2015). No 1º semestre de 2016, os Cras realizaram mais de 9 milhões de atendimentos e acompanharam por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (Paif), principal serviço ofertado nessas unidades, quase 1,5 milhão de famílias a cada mês (fonte: dados preliminares do RMA/SNAS).

Para ampliar e viabilizar o acesso dos usuários às ações socioassistenciais, o Governo Federal tem cofinanciado a oferta de serviços por equipes volantes, vinculadas a unidades Cras em funcionamento, para atuarem junto a populações que vivem em áreas isoladas ou de difícil acesso, bem como a doação e a manutenção de lanchas de assistência social, para o transporte hidroviário dessas equipes a comunidades ribeirinhas de municípios da região amazônica e pantanal. Atualmente o Governo Federal cofinancia a oferta de serviços por 1.251 equipes volantes, existentes em 1.081 municípios, e a manutenção de 123 lanchas. Em 2017 serão doadas 15 lanchas de maior porte (oceânicas), destinadas a áreas com ondas ou ventos, correntezas ou marés, que dificultam o tráfego das embarcações.

Na proteção social básica, o trabalho social com famílias é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), realizado com grupos, organizados por faixa etária, visando a socialização e convivência familiar e comunitária. Atualmente o Governo Federal cofinancia a oferta do SCFV por 4.971 municípios (89,2%), que apresentam capacidade de atendimento a 1,6 milhão de usuários, existindo incentivos para que metade dessas vagas sejam

destinadas ao público prioritário. No último trimestre de 2016, os municípios informaram o atendimento de 1,5 milhão de usuários, dos quais 732 mil identificados em uma ou mais situações prioritárias (fonte: Sisc/SNAS).

A proteção social especial é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos (situações de violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua e mendicância, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (média e alta complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e especificidade dos serviços ofertados.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2016, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.516 Creas municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes, tendo sido adotada a estratégia de oferta regionalizada para os 3.917 municípios de pequeno porte. Em 2016 a cobertura dos serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%, em dezembro/2015) para 336 municípios (8,6%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do Suas (CadSuas). Os Creas também podem ofertar o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) em meio aberto, de liberdade assistida (LA) e prestação de serviço a comunidade (PSC). O serviço objetiva criar condições para a (re)construção de projetos de vida, a ruptura com a prática do ato infracional, o estabelecimento de autoconfiança e construção de autonomias e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Ao final de 2016, o governo federal cofinanciava a oferta desse serviço em 1.009 municípios. Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, os Creas acompanharam a cada mês 224 mil casos (pessoas ou famílias), além de outros 53,6 mil adolescentes em Medidas Socioeducativas (fonte: RMA/SNAS).

Ao final de 2016, o Governo Federal também cofinanciava a oferta de serviços em 230 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 205 municípios. Esse serviço oferece orientação individual e grupal e encaminhamento a outros serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, visando contribuir para a construção da autonomia, a inserção social e proteção em situações de violência. Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, essas unidades atenderam 156 mil pessoas (fonte: RMA/SNAS).

Essas unidades (Creas e Centro Pop) podem ofertar o serviço de abordagem social, que busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando a inserção desses indivíduos e famílias na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas e a resolução de necessidades imediatas. Ao final de 2016, o Governo Federal cofinanciava a oferta desses serviços em 265 municípios. Dados preliminares apontam que, no 1º semestre de 2016, o conjunto das unidades (Creas e Centro Pop) realizou quase 500 mil abordagens, a quase 215 mil pessoas (Fonte: RMA/SNAS).

Uma das situações que recebem especial atenção da Assistência Social é o trabalho infantil, enfrentado por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). As famílias identificadas nessas situações são incluídas no CadÚnico, beneficiadas com a transferência de renda (Bolsa Família) e acompanhadas pelo Paif/Cras ou Paefi/Creas e as crianças/adolescentes são inseridas em serviços socioeducativos, por meio do Serviço de Convivência (SCFV). Além disso, os estados, o Distrito Federal e 957 municípios identificados no Censo IBGE (2010) com alta incidência de trabalho infantil, passaram a contar com recursos federais para o apoio à gestão. De acordo com a Pnad/IBGE, o quantitativo de crianças e adolescentes (05 a 15 anos) em situação de trabalho caiu de 1,4 milhão (2014) para 1,0 milhão (2015), equivalentes a 3,2% do grupo etário que constitui o público alvo do programa.

A proteção social especial de alta complexidade oferta serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras, repúblicas, residências inclusivas), destinados a indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em razão de rompimento ou inexistência de vínculos familiares e comunitários. O Censo Suas 2015 captou a existência de 5.573 unidades de acolhimento, que atenderam no ano anterior a 162,7 mil usuários. Ao final de 2016 o Governo Federal cofinanciava a oferta de 88,9 mil vagas, destinadas a idosos e mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência, população em situação de rua e migrantes.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço realizado com grupos, organizados por faixa etária, de forma a estimular, por meio da organização do trabalho em percursos, as trocas culturais e a partilha de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade e fortalecer os vínculos familiares, incentivando a socialização e a convivência familiar e comunitária. O SCFV é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Paif/Cras e do Paefi/Creas. Possui um caráter preventivo e proativo, visando o desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, contribuindo para a melhoria da acolhida, do convívio familiar e comunitário, e estimulando o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Com o reordenamento do SCFV (2013), 5.038 municípios (90%) aceitaram o cofinanciamento federal. Após o aceite, os municípios têm dois anos para implantar o serviço, entendendo-se por implantação o atendimento, em pelo menos um trimestre, de usuários em quantidade equivalente a 25% da capacidade de atendimento aceita, sendo cancelado o cofinanciamento aos municípios que não tenham atingido esse patamar. Assim, o cofinanciamento federal para a oferta do SCFV atinge atualmente 4.971 municípios (89,2%), o que corresponde a uma capacidade de atendimento potencial de 1.627.500 usuários, com incentivos para que metade dessas vagas (813.750) sejam destinadas ao público prioritário. No último trimestre de 2016 foram atendidos 1.491.120 usuários, sendo 732.018 do público prioritário, conforme registros do Sistema de Informações do SCFV (Sisc). Em razão das limitações fiscais, em 2016 não houve disponibilidade para expansão do cofinanciamento federal à oferta do SCFV.

O Centro de Referência da Assistência Social (Cras), unidade pública e estatal, é o principal equipamento da Proteção Social Básica, onde são ofertados serviços continuados destinados às famílias. Cada Cras oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), o principal serviço da proteção básica. O Paif é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos, que podem ser ofertados pelos municípios e DF de forma direta, nos Cras e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos da área de abrangência do Cras. Atualmente a rede de Cras é composta por 8.273 unidades (Fonte: CadSUAS, 02/12/2017), das quais 7.458 recebem cofinanciamento federal. Essa rede permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadúnico (outubro/2016). Em relação aos municípios com população acima de 100 mil habitantes, existem atualmente 1.988 unidades Cras (sendo 1.589 cofinanciadas), o que representa uma cobertura de 72,1% da população registrada no Cadúnico nesses municípios. Em razão das limitações fiscais, em 2016 não ocorreu expansão do cofinanciamento federal para essa finalidade.

Equipes Volantes são equipes adicionais que integram um Cras em funcionamento, com objetivo de prestar serviços no território de abrangência da referida unidade, para famílias referenciadas que vivem isoladas, em locais de difícil acesso, distantes da unidade física, ou que

estão dispersas no território (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros). A equipe volante é responsável por realizar a busca ativa destas famílias, cadastrá-las no CadÚnico, ofertar o Paif e demais serviços de proteção social básica e realizar encaminhamentos necessários para acesso à renda, a serviços da proteção social especial e a outras políticas, conforme o caso. Atualmente o governo federal cofinancia a oferta de serviços por 1.251 equipes (56,2% da meta proposta no PPA), existentes em 1.081 municípios. Em razão das limitações fiscais, em 2016 não houve disponibilidade para expansão desse cofinanciamento.

A proteção social especial de média complexidade oferta serviços destinados ao atendimento/acompanhamento às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento dessas situações, é demandado um acompanhamento especializado, individualizado e coletivo, continuado e articulado em rede. A PSE de média complexidade tem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) como sua principal unidade de referência para a prestação de serviços, que oferta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), obrigatoriamente ofertado no Creas; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Em 2013 foi definido que a oferta dos serviços de proteção social de média complexidade nos municípios com população de até 20 mil habitantes seria ampliada por meio da implantação de serviços regionalizados, organizados sob gestão da esfera estadual. Em dezembro de 2015 a cobertura desses serviços alcançava 272 (6,9%) dos 3.917 municípios desse porte. De acordo com os registros do Cadastro de Unidades do Suas – CadSuas, ao final de 2016 essa cobertura tinha sido ampliada para 336 municípios (8,6% dos municípios desse porte).

Os serviços de acolhimento para população em situação de rua são destinados a pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autosustento. Os serviços devem ofertar acolhimento provisório com estrutura que garanta privacidade para pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. Com base no Censo Suas, em 2015 haviam 31.890 vagas ofertadas para população em situação de rua, das quais 16,75% estavam adequadas aos parâmetros do Suas. O Censo Suas 2016 ainda se encontra em processamento.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (0 a 18 anos) oferecem acolhimento provisório nos casos de aplicação de medida protetiva pela autoridade judicial, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (ECA, Art. 101). Para ampliar a cobertura desse serviço nos municípios com população de até 50 mil habitantes, que não possuem unidades de acolhimento para crianças e adolescentes e não foram elegíveis em ofertas anteriores de cofinanciamento, foi definida em 2013 uma estratégia de regionalização, na qual as gestões estaduais assumem a responsabilidade de apoiar a implantação dessas unidades e organizar a ocupação das vagas por meio do estabelecimento de centrais de vagas estaduais. Com base nos registros do Cadastro de Unidades do Suas – CadSuas, em 2016 foram implantadas 330 vagas, resultando na variação da taxa de acolhimento de crianças e adolescentes, de 0,00/2000 (dez/2015) para 0,04/2000 crianças e adolescentes (dez/2016).

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (SD) para Pessoas com Deficiência e Idosas tem por finalidade o enfrentamento de barreiras atitudinais das famílias, prevenindo ou

superando situações de risco, exclusão e isolamento, agravos que podem provocar inclusive o rompimento de vínculos familiares e sociais. Atua na promoção do acesso aos direitos, no desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, na igualdade de oportunidades, na participação e no desenvolvimento da autonomia das pessoas idosas ou com deficiência, a partir de suas necessidades, contribuindo também para a promoção de seu acesso a toda a rede socioassistencial e a outras políticas públicas. Embora ainda não possua cofinanciamento federal, diversos municípios têm declarado no Censo Suas que já realizam algum tipo de oferta desse serviço. Contudo, essa informação deve ser vista com atenção, sendo necessário qualificar o que esses entes têm considerado como oferta do SD, isto é, se se tratam apenas de visitas domiciliares esporádicas ou a oferta do serviço previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Nesse sentido, considerando a necessidade de orientar os municípios sobre a concepção do serviço e de fornecer metodologias específicas para sua execução, o MDSA elaborou o documento "Orientações Técnicas do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas", que foi disponibilizado em consulta pública, para contribuições, ajustes e posterior publicação.

Em dezembro/2015 haviam 13.936.791 famílias beneficiárias do Bolsa Família, das quais 643.949 (4,62%) estavam em acompanhamento pelo Paif. Nos municípios com até 20 mil habitantes, haviam 3.535.205 famílias no Bolsa Família, sendo 279.756 (7,91%) acompanhadas pelo Paif (Fonte: RMA-2015). Com isso, apenas 716 municípios (18,26% dos 3.919 existentes) atingiram a meta de acompanhar no Paif/Cras pelo menos 15% dessas famílias. Nos municípios com mais de 20 mil habitantes, existiam 10.401.586 famílias beneficiárias do Bolsa Família, das quais 364.193 (3,5%) foram acompanhadas pelo Paif (Fonte: RMA-2015). Apenas 225 municípios (13,63% dos 1.651 existentes) atingiram a meta de acompanhar 10% desse público. Assim, de forma consolidada, 941 dos 5.570 municípios (16,9%) já alcançavam a meta em 2015. As informações relativas a 2016 deverão estar disponíveis no 1º semestre de 2017.

As ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Aepeti (Resoluções CNAS nº 08/2013 e nº 10/2014) visam fortalecer a gestão e articulação da rede de proteção, para acelerar o enfrentamento do trabalho infantil. De acordo com o Censo Suas 2015 (preenchido por 5,5 mil municípios), os municípios com alta incidência de trabalho infantil que recebem recursos do Aepeti vêm demonstrando atuação diferenciada em relação ao enfrentamento do trabalho infantil: 90% desses municípios realizam campanhas, mobilização e sensibilização (61% entre os não cofinanciados); o encaminhamento de crianças e adolescentes para o Serviço de Convivência (SCFV) é realizado por 91% dos cofinanciados (60% entre os não cofinanciados); 86% dos municípios cofinanciados encaminham famílias com situação de trabalho infantil para atendimento nos Cras (61% entre os não cofinanciados) e para os Creas (78% dos cofinanciados e 23% dos não cofinanciados); e, o encaminhamento para atendimento por outras políticas é realizado por 70% dos cofinanciados (35% dos não cofinanciados). Além disso, metade das 113 mil crianças com registro de trabalho infantil que participam do Serviço de Convivência (SCFV) está localizada nos municípios cofinanciados. Em razão das limitações fiscais, em 2016 não houve disponibilidade para expansão do cofinanciamento federal para execução do Aepeti.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 15 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial (objetivo 0370)

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00IU - Ampliar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 100% dos municípios brasileiros, expandindo sua cobertura aos 532 municípios ainda não cofinanciados	sim	Municípios	532	0	2016-12-31
00J0 - Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), com 650 novas unidades em municípios com população acima de 100 mil habitantes, referenciando 100% da população registrada no CadÚnico nesses municípios	sim	Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	650	0	2016-12-31
00J1 - Ampliar a cobertura de serviços ofertados às famílias e indivíduos residentes em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes, totalizando 2.224 equipes	sim	Equipes Volantes	970	0	2016-12-31
00RI - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1.500 novos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando 73% dos municípios desse porte	sim	Municípios	1500	64	2016-12-31
00RV - Adequar 80% das vagas ofertadas nos serviços de acolhimento para população em situação de rua aos parâmetros do Suas	sim	%	80	16,75	2015-12-31
00S1 - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 1 vaga/2.000 crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais	sim	vaga/2.000 crianças e adolescentes	1	0,04	2016-12-31
049S - Implantar em todas as capitais o serviço de proteção social básica no domicílio, para pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC	sim	capitais estaduais	27	0	2016-12-31
049T - Acompanhar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) as famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 15% das residentes em municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes	não				
049Y - Ampliar a cobertura das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 municípios, atingindo 100% dos municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil	sim	Municípios	1913	0	2016-12-31

Benefícios Assistenciais (objetivo 0371)

A União também é responsável pelo financiamento e gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência ou idosas, cuja renda familiar per capita mensal, em ambas as situações, seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Ao final de 2016, o BPC beneficiava aproximadamente 4,4 milhões de beneficiários, sendo 2,4 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

Com a publicação do Decreto nº 8.805/2016, todos os requerentes e beneficiários do BPC passarão a ser necessariamente registrados no Cadastro Único, o que favorece o acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais, amplia o acesso dos beneficiários a serviços e programas que utilizam o Cadastro Único como instrumento de seleção de seu público alvo e amplia a capacidade da administração pública conhecer a realidade desse conjunto de cidadãos, permitindo o aperfeiçoamento das ações direcionadas a este público. Até julho de 2016 apenas 37,8% dos beneficiários do BPC estavam inseridos no Cadastro Único, prevendo-se a inclusão dos demais beneficiários até o final de 2018. A normativa que regulamentará o Decreto deverá definir a descentralização e desburocratização de procedimentos de requerimento, agilizando o processo e ampliando a transparência do gasto com os benefícios.

Além do benefício, outras iniciativas são implementadas visando a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, com destaque para o BPC na Escola, programa que visa promover o acesso e a permanência na escola às pessoas com deficiência em idade escolar, assim como o seu acompanhamento e de suas famílias. Até o final de 2016, o programa contava com a adesão de 4.838 municípios, incluindo todas as capitais, onde residem mais de 472 mil beneficiários. Contudo, o cruzamento de dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC), em 2016, mostrou que 203,7 mil (40,6%) dos 501,6 mil beneficiários com idade até 18 anos encontrava-se fora do sistema escolar.

A SNAS/MDSA vem debatendo internamente a identificação de ações para a ampliação do acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais. Vale salientar que os beneficiários do BPC já compõem o público prioritário dos serviços e programas da assistência social, inclusive aqueles que integram a agenda prioritária do Governo Federal – Primeira Infância e Inclusão Produtiva. A inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único – que a partir do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, passou a ser um dos requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do BPC – possibilitará a inclusão dos requerentes e beneficiários do BPC em ações de diversas políticas públicas, como educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo e habitação, que se utilizam das informações do Cadastro Único para, por exemplo, a seleção de pessoas e a priorização de atendimentos. Além disso, deverá ser contratada consultoria para a realização de estudo propondo princípios, diretrizes e parâmetros de atuação para a oferta de serviços socioassistenciais de proteção básica e especial, no contexto de uma Política de Cuidados para Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas e Primeira Infância. Os resultados desse estudo deverão ampliar o entendimento quanto às necessidades da população e qualificar as atenções que devem ser prestadas pela assistência social aos beneficiários do BPC.

O cruzamento dos dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC), denominado de Pareamento do Programa BPC na Escola, possibilita a identificação dos beneficiários do BPC de 0 a 18 anos de idade que estão no sistema educacional ou fora da escola. A lista de beneficiários com a identificação da situação escolar é disponibilizada aos municípios, visando a realização pelas equipes técnicas municipais da assistência social de ações: de busca ativa a beneficiários; confirmação da situação escolar; encaminhamento para os serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas; articulação com as escolas para a efetivação das matrículas; e desenvolvimento de ações para superação de barreiras de acesso e permanência na escola. Em 2016 foi aperfeiçoado

o sistema eletrônico de apoio à gestão do BPC na Escola, com o objetivo de possibilitar a identificação da trajetória dos beneficiários no Programa. Em 2016 também foi iniciado processo visando definir as estratégias de acompanhamento dos beneficiários identificados no Pareamento do Programa e elaborar orientações aos municípios, inclusive quanto ao registro das informações. Os resultados do Pareamento divulgado em 2016 demonstram que, dos 501.606 beneficiários do BPC com idade até 18 anos, 297.883 (59,4%) encontram-se registrados no Censo Escolar. Para a ampliação deste percentual, as ações do Programa devem proporcionar a matrícula do público beneficiário em escolas regulares, na perspectiva inclusiva.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 16 - Benefícios Assistenciais (objetivo 0371)

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00S8 - Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária	não				
00SA - Mobilizar e acompanhar 100% das famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar a sua inclusão e permanência na escola e o acesso aos demais direitos sociais	sim	%	100	59,38	2016-11-01

Fonte: Siop

Apoio à gestão do Suas e ao controle social (objetivo 0372).

O Índice de Gestão Descentralizada do Suas (IGD-Suas) é um instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada no âmbito dos Municípios, Estados e DF. Com base nos resultados alcançados pelos demais entes, a União transfere um incentivo financeiro para o aprimoramento da gestão. Em 2017 será definido um novo formato de cálculo do indicador, que apresentou no 2º semestre de 2016 apenas 13,9% dos municípios com resultados insatisfatórios.

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSuas), pelo qual o MDSA apoia os estados e o Distrito Federal na implementação de seus planos de capacitação de técnicos, gestores e conselheiros do Suas, se constitui na principal estratégia para execução da Política Nacional de Educação Permanente do Suas. No período 2012-2016 foram certificados pelo programa aproximadamente 33 mil pessoas, das quais 10,3 mil foram certificadas em 2016.

Para realizar o monitoramento das ações do Suas, ao longo do tempo foram criados diversos instrumentos, a exemplo do Censo Suas, CadSuas e Registro de Mensal de Atendimentos (RMA) das unidades. Em razão da diversidade, complexidade e capilaridade das ações do Suas, uma das prioridades da atual gestão é a integração de dados em um sistema nacional de monitoramento, que resulte em ganhos de informação para o processo decisório e transparência para a sociedade.

Por fim, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) está implantando o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), que registra dados fornecidos pelos gestores municipais de assistência social sobre os serviços socioassistenciais prestados pelas entidades. A base de dados do Cneas já conta com 18,9 mil entidades, das quais 9 mil já concluíram o processo de cadastramento. O registro no Cneas passará a ser requisito para a realização de parcerias das entidades com o poder público, abrangidas pela Lei Nº 13.019/2014 (novo marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC). Como instrumento de financiamento indireto dessas entidades, o MDSA realiza a concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas). Ao final de 2016, aproximadamente 5,4 mil entidades estavam usufruindo da certificação concedida pelo MDSA, das quais aproximadamente mil foram concedidas ou renovadas no ano.

Em 2016, em parceria com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), foram realizados encontros com os gestores municipais do Suas (5 encontros regionais e um encontro nacional) e um Encontro de Apoio Técnico voltado especificamente para as gestões municipais com dificuldades na execução dos recursos repassados fundo a fundo, que também tratou da Portaria dos Blocos de Financiamento. O percentual de municípios com IGD-Suas inferior a 0,6 foi de 13,9% no segundo semestre de 2016. Nesse sentido, a meta estipulada no PPA para 4 anos, foi alcançada no 1º ano de vigência. A principal causa para esse resultado em tão curto período foi o aumento do nível de execução financeira dos municípios, principalmente a partir da nova sistemática de repasses adotada pelo governo federal. Deve-se salientar que o Índice de Gestão Descentralizada do Suas (IGD-Suas) terá um novo formato de cálculo a partir de janeiro de 2017, o qual deverá ser definido por meio de Portaria ministerial.

O Programa CapacitaSUAS é uma das estratégias para execução da Política Nacional de Educação Permanente do Suas. No período 2012-2016 foram certificados pelo programa aproximadamente 33 mil trabalhadores. Em 2016, 10.298 trabalhadores, dentre profissionais do provimento, da gestão e do controle social do Suas, foram certificados nos oito cursos disponíveis no Programa:

- Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do Suas e Implementação de Ações do Plano Brasil sem Miséria (em atualização)
- Atualização em Indicadores para diagnóstico e acompanhamento do Suas do Plano Brasil Sem Miséria (em atualização)• Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do Suas (em atualização)• Introdução ao Exercício do Controle Social do Suas
- Atualização para Elaboração de Planos de Assistência Social• Atualização em Vigilância Socioassistencial do Suas
- Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do Suas
- Atualização sobre Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial.

Para execução dos cursos, os estados e DF contratam instituições de ensino credenciadas na Rede Nacional de Educação Permanente do Suas, selecionadas por meio de chamamento público e avaliadas pelo MDSA a partir de critérios estabelecidos com base em indicadores do MEC. Apenas três estados (AL, AP, RO) ainda não iniciaram a execução do Programa. O MDSA tem realizado apoio técnico e acompanhamento aos estados, por meio de visitas técnicas, orientações e sistema de monitoramento do CapacitaSUAS e dos Planos de Educação Permanente dos estados e DF.

A Loas define a necessidade de que as instâncias deliberativas do Suas – notadamente, os conselhos de assistência social – sejam de composição paritária entre representantes governamentais e não governamentais. Esta paridade, apesar de geralmente constar das leis de criação e dos regimentos internos dos conselhos, nem sempre se concretiza no funcionamento desses. Assim, o CNAS tem tratado deste tema em reuniões de apoio técnico e o decreto de regulamentação da eleição da sociedade civil, que se encontra em trâmite para publicação, deve ampliar a participação quando houver eleições, efetivando a paridade. Com relação à proporcionalidade entre as representações de usuários, trabalhadores e entidades de assistência social nos Conselhos Estaduais de Assistência Social, a SNAS propôs sua adoção como meta do Pacto de Aprimoramento do Suas, a ser pactuado com os gestores estaduais do Suas, na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), estando prevista sua formalização no primeiro semestre de 2017.

O monitoramento das ações do Suas tem sido realizado por meio de diversos instrumentos, como: a) Censo Suas, processo anual de coleta de dados e monitoramento da estrutura física, recursos humanos, dinâmica de funcionamento e serviços realizados pelas unidades socioassistenciais, gestão municipal e estadual e conselhos; b) Registro Mensal de Atendimentos (RMA), que coleta dados dos atendimentos e serviços realizados pelas unidades Cras, Creas e Centro POP; c) Cadastro Nacional do Suas (CadSUAS), que coleta dados sobre a gestão, conselhos, equipamentos e trabalhadores do Suas; d) Indicadores de Desenvolvimento e Qualidade das Unidades (IDCRAS, IDCREAS, IDCentro-POP e IDAcolhimento), que monitoram as dimensões Estrutura Física, Recursos Humanos e Serviços das respectivas unidades; e) Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-Suas), que informa resultados alcançados na gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito dos municípios e estados; f) Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Sisc), que coleta dados sobre os usuários e técnicos do Serviço de Convivência. A diversidade e complexidade das ações do Suas e desse conjunto de instrumentos tem demandado a integração de dados e informações em um Sistema Nacional de monitoramento, o qual ainda não foi implementado.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 17 - Apoio à gestão do Suas e ao controle social (objetivo 0372).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00SH - Qualificar a gestão do Suas nos municípios com um Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-Suas) inferior a 0,6, reduzindo o percentual desses municípios de 25% para 20%	sim	%	20	13,9	2016-07-01

00SI - Qualificar 120 mil gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social, por meio das ações de capacitação e de formação da Política Nacional de Educação Permanente do Suas	sim	Agentes qualificados	120000	10298	2016-12-31
00SS - Fortalecer o controle social do Suas, fomentando a organização dos Conselhos de Assistência Social, de forma a garantir a paridade e proporcionalidade das representações	não				
04A3 - Desenvolver e implantar sistema nacional de monitoramento do Suas, definindo instrumentos e metodologias que contemplem todos os benefícios, serviços e programas socioassistenciais (co)financiados com recursos federais	não				

Fonte: Siop

PROGRAMA 2069 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nos últimos anos, ocorreram vários avanços na área de segurança alimentar e nutricional, fruto de um conjunto de ações intersetoriais e participativas voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza. Entre os resultados, pode-se mencionar a acentuada redução do percentual de domicílios brasileiros com insegurança alimentar grave (passando de 5,0% em 2009 para 3,2% em 2013), da desnutrição infantil, medida pelo déficit de peso em crianças menores de 5 anos de idade (redução de 4,2% em 1996 para 1,8% em 2006) e da taxa de mortalidade infantil, aferida pelo número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos (de 26,1 em 2001 para 14,4 em 2014). Em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pois a prevalência de subalimentação na população brasileira caiu para menos de 5%, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é mais um problema estrutural no país.

A despeito desses avanços, novos desafios se apresentam na agenda política da segurança alimentar e nutricional para a população brasileira. No PPA 2016-2019, a garantia do direito humano à alimentação adequada está expressa como uma diretriz estratégica, qual seja a “garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional”.

Os principais desafios no campo do Programa Segurança Alimentar e Nutricional para o período abrangido no PPA 2016-2019 estão sintetizados em seus objetivos, descritos resumidamente abaixo.

Abastecimento e acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável (objetivo 0380)

No que diz respeito ao objetivo de contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável, uma das principais frentes de atuação do governo reside no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, em termos sumários, consiste na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais, no abastecimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e na recomposição dos estoques e comercialização. Entre as iniciativas que se destacaram em 2016, vale ressaltar a realização de iniciativas para a estruturação de equipamentos públicos para recebimento e distribuição dos alimentos, especialmente os produtos in natura, da agricultura familiar, por meio das Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar (Udafs), que são estruturas públicas para recebimento e distribuição de alimentos adquiridos por meio de compras públicas da agricultura familiar. Em 2016, 36 unidades foram modernizadas, com entrega de kits compostos por caminhão frigorífico, balança eletrônica, freezer, monoblocos, entre outros equipamentos. Destaca-se, também, a estruturação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos (Portaria MDS 17, de 14 de abril de 2016), que tem por objetivos fortalecer e integrar a atuação dos bancos de alimentos de modo a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos e para a ampliação da garantia do direito humano à alimentação adequada no Brasil.

O PAA se realiza também por meio de compras de alimentos pelos diversos entes da administração pública, com recursos próprios, na modalidade de compras institucionais, em que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) atua na articulação e capacitação dos atores envolvidos na execução. Neste campo, o destaque de 2016 foi o lançamento do portal www.comprasagriculturafamiliar.gov.br, para aproximar compradores e fornecedores deste setor, publicar chamadas de aquisição de alimentos, cadastrar organizações e divulgar conteúdo relacionado ao tema. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), executado pelo FNDE (vinculado ao MEC), contribui de forma considerável para a composição deste objetivo, por meio do estímulo às aquisições da agricultura familiar e do abastecimento das unidades públicas de educação com alimentos saudáveis.

Produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Embora tenha sido incrementada a produção agrícola nos últimos anos, em especial a proveniente da agricultura familiar, outro desafio que se coloca para a agenda de segurança alimentar e nutricional, como objetivo do PPA, é ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, o que envolve, entre outros aspectos, a integração e a articulação de ações de diferentes órgãos governamentais relacionados aos temas da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade. Em 2016, foi lançado o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). Com vigência igual à do PPA, o II Planapo reúne ações de mais de dez órgãos federais e tem como objetivos fortalecer a produção agrícola de base agroecológica e orgânica, além de ampliar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis, apoiar o uso sustentável dos recursos naturais e disseminar o conhecimento em agroecologia, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O I Planapo, finalizado em 2015, apresentou bons resultados, beneficiando mais de 330 mil famílias de agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais e de produtores orgânicos, com ações de crédito, assistência técnica e extensão rural (Ater), tecnologias de acesso à água para a produção, fomento e acesso aos mercados públicos por meio do PAA (com aquisição de sementes de qualidade e alimentos orgânicos ou de base

agroecológica) e do Pnae. Com o II Planapo, a expectativa é de seguir avançando na temática, com resultados ainda mais expressivos para os próximos anos.

Retomando a temática do desafio da promoção do abastecimento e do acesso regular e permanente da população à alimentação adequada e saudável, a estratégia tem sido aprimorar os instrumentos e programas de compras públicas da agricultura familiar, visando alcançar, até 2019, um valor anual de R\$ 2,5 bilhões, meta do PPA. Houve avanços em 2016 na articulação e na coordenação das ações de compras deste segmento realizadas pelos órgãos públicos, nas três esferas de governo, especialmente por meio da modalidade de compra institucional do PAA, além do Pnae e das aquisições dos órgãos da União, em atendimento ao Decreto 8.473/2015, que prevê um mínimo de 30% de produtos da agricultura familiar nas aquisições de alimentos de órgãos públicos federais. O intuito é estimular estados e municípios a adquirirem, com recursos próprios, os produtos da agricultura familiar para suprir as demandas de alimentos de restaurantes institucionais e universitários, hospitais, quartéis, presídios, entre outras instituições. Com isso, busca-se consolidar um mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

Somados os recursos investidos no PAA, inclusive na compra institucional, foram executados cerca de R\$ 588 milhões em 2016. Os dados referentes ao Pnae ainda não estão disponíveis para o ano de 2016. Considerando-se os valores de aquisição da agricultura familiar destinados à alimentação escolar nos últimos anos, nota-se um aumento consistente dos percentuais adquiridos a cada ano, ainda que não se tenha conseguido, até o momento, alcançar a meta dos 30% previstos. Destaca-se, ainda em 2016, o andamento da execução de iniciativas de capacitação junto às organizações da agricultura familiar e aos potenciais compradores institucionais, além do lançamento do portal de compras públicas da agricultura familiar, que sistematiza e divulga informações para esse segmento. Para se alcançar a meta de totalizar R\$ 2,5 bilhões em compras da agricultura familiar até 2019, será intensificado o trabalho de articulação, assim como as atividades de capacitação para promover as compras institucionais pelos diversos entes da administração pública, mas será necessário, também, aumento do orçamento disponível para execução do PAA.

Para a articulação, efetivação e acompanhamento das políticas de segurança alimentar e nutricional, de forma intersetorial e participativa, tem sido fundamental o fortalecimento do Sisan e de seus componentes (Conferência, Conselho e Câmara Interministerial e Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional) nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Reconhece-se como desafio no PPA a consolidação do Sisan, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social. Quanto à relação federativa, até o início de 2016, todos os estados já haviam aderido ao Sisan, além de 89 municípios. Também em 2016, foram intensificadas as atividades junto aos estados (com realização de oficinas, seminários, eventos de capacitação, publicação de materiais de apoio e repasse de recursos para estruturação local) para estimular a mobilização e a adesão municipal (que já pode ser feita de forma on-line, por meio de sistema próprio) com vistas ao cumprimento, até 2019, da meta de adesão de 600 municípios ao sistema. Como resultado, houve 123 adesões municipais em 2016, totalizando 212 municípios que estão aderidos ao Sisan. Cabe destacar que, para atender aos requisitos de adesão municipal ao sistema, é necessária a criação e instalação dos componentes municipais: Conselhos (presididos pela sociedade civil), Câmaras Intersetoriais e o compromisso de elaboração de um plano local de segurança alimentar e nutricional. É, portanto, um processo técnico e político, que envolve a mobilização, a sensibilização e a capacitação da sociedade civil, dos gestores públicos e dos legisladores.

Com relação aos planos de segurança alimentar e nutricional, no âmbito nacional, destaca-se que, no processo de elaboração do II Plansan, referente ao período de 2016 a 2019, em

conjunto com o Consea nacional e com base nas deliberações da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (realizada em novembro de 2015), foram definidas 121 metas e ainda estipulados os indicadores utilizados para o monitoramento do plano. No âmbito estadual, também em 2016, a Paraíba elaborou seu plano de segurança alimentar e nutricional, totalizando 13 estados que possuem planos publicados. Além de dar continuidade ao processo de adesão de municípios e de elaboração dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional, os principais desafios para a consolidação do sistema nos próximos anos estão relacionados aos seus mecanismos de financiamento e gestão, à formalização do processo de pactuação federativa e à instituição de mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.

O alcance desta meta se relaciona com execução de dois principais programas que têm por finalidade promover o abastecimento alimentar com alimentos saudáveis e fortalecer a agricultura familiar, a saber, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae. O PAA é coordenado pelo MDSA e executado por meio de seis modalidades – Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite, Aquisição de Sementes e Compra Institucional. De acordo com dados preliminares, sua execução com recursos deste Ministério alcançou R\$ 516.505.397,00 em 2016. Neste mesmo exercício, vários avanços foram implementados na execução do PAA, entre os quais podemos elencar: nova metodologia de distribuição de recursos, com priorização de público mais vulnerável, especialmente na execução da modalidade Compra com Doação Simultânea via Conab; novas pactuações de execução com 130 municípios e 8 estados aderidos ao Programa; e, aprimoramentos do sistema de execução e monitoramento do PAA-Leite, o SisPAALeite. A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Sead também aporta recursos ao PAA por meio da modalidade Apoio à Formação de Estoques. Neste contexto, registra-se uma execução de R\$ 9.572.262,79. Ressaltamos outra modalidade do PAA – Compra Institucional – por meio da qual os diversos entes/órgãos da administração pública podem utilizar seus próprios recursos para comprar da agricultura familiar com dispensa de processo licitatório. O valor de execução identificado, correspondente às Compras Institucionais em 2016, foi de R\$ 61.994.276,00. Destacamos que a conclusão deste valor depende de pesquisa nos diversos documentos oficiais, tendo em vista que não existe um sistema informatizado que consolide essas informações em rede nacional ou qualquer outro instrumento que regulamente a unificação desse conteúdo. Portanto, esses valores podem estar subestimados. No âmbito das Compras Institucionais, o MDSA tem trabalhado na articulação e capacitação dos atores envolvidos, com o intuito de promover a ampliação das compras dos produtos da agricultura familiar em todo o país. Várias ações foram desenvolvidas neste escopo, das quais podemos citar: lançamento do portal de compras da agricultura familiar (www.comprasagriculturafamiliar.gov.br) que tem como finalidade aproximar potenciais compradores aos potenciais fornecedores de produtos da agricultura familiar, publicar chamadas de aquisição, cadastrar organizações e etc.; elaboração de material de orientação a gestores públicos e empreendimentos da agricultura familiar; projeto piloto de Ensino à Distância para área de compras de órgãos públicos; e, seminários regionais em parceria com o Conselho Federal de Nutrição. Quanto ao Pnae, executado pelo FNDE/MEC, consideramos que as informações relativas à execução de 2016 serão consolidadas pelo órgão após o primeiro trimestre de 2017, motivo pelo qual seus dados não estão computados ao total informado no cumprimento da meta. Portanto, os valores consolidados até o momento (preliminares) totalizam R\$ 588.071.935,79.

A participação de mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi efetivamente priorizada com a publicação da Resolução nº 44/2011 do Grupo Gestor do PAA que fomenta o acesso das mulheres no Programa. Ademais, as atividades de formação, divulgação e

capacitação que MDSA e Sead vêm realizando em parceria com a Conab e os movimentos sociais também contribuem para o alcance da meta.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. Vale mencionar que são atendidos pelo Programa, em caráter suplementar, os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. Em 2016, foram empenhados recursos de R\$ 3,44 bilhões para o Pnae, beneficiando o total de 40,6 milhões de estudantes. A partir da publicação da Lei nº 11.947/2009, foi instituída a obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos federais destinados à alimentação escolar sejam investidos na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Ao longo dos anos, os percentuais foram evoluindo de forma consistente, de modo que, em 2010, foram investidos cerca de 5% do total de recursos transferidos; em 2011 atingiu 7,7%; em 2012 o índice foi de 11,1%; em 2013 alcançou 16,4%; em 2014 o percentual apurado foi de 19,4%; em 2015 os valores preliminares são da ordem de 21,5%; para 2016 ainda não há valores contabilizados, já que os dados são apurados após o 1º trimestre do ano seguinte.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 18 - Abastecimento e acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável (objetivo 0380)

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00U3 - Ampliar as compras públicas da Agricultura Familiar alcançando R\$ 2,5 bilhões	sim	Bilhões de reais	2,5	0,58	2016-12-31
00U5 - Ampliar a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos de 41% para 45% do total de fornecedores	sim	%	45	44	2016-12-31
04EF - Alcançar 30% do recurso federal repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	sim	%	30	19,4	2014-12-31

Fonte: Siop

Combate à insegurança alimentar e nutricional em grupos populacionais específicos (objetivo 0615)

Quanto ao objetivo de combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, apesar dos avanços expressivos alcançados nos últimos anos, ainda persistem situações de vulnerabilidade em alguns povos e comunidades tradicionais. Sabendo-se que os indicadores apontam que nesse segmento há uma prevalência de situações de insegurança alimentar e nutricional superior à média nacional, duas metas foram incluídas neste objetivo, visando reduzir o déficit de peso em crianças indígenas e quilombolas. No sentido de se obter um diagnóstico da situação, foi publicado em 2016 o Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional, elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) nacional, que traz o mapeamento das famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal em que ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional, considerando como critério a desnutrição em crianças menores de 5 anos de idade acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família. Para o alcance dessa população, se faz necessário um conjunto de ações articuladas, entre as quais a estratégia de inclusão produtiva rural, que estimule a geração de trabalho e renda e que garanta o acesso a alimentos para as famílias de povos e comunidades tradicionais vivendo em áreas rurais e em situação de extrema pobreza. Por meio dessa estratégia, em 2016, mais de 4,4 mil famílias de povos e comunidades tradicionais receberam assistência técnica e recursos financeiros não reembolsáveis para estruturar a produção, pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, e/ou foram beneficiadas com tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos pelo Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Cisternas).

Com relação aos principais resultados alcançados nessa questão do combate à insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais (PCT), vale salientar que, apesar da fome já não ser mais considerada um problema estrutural, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ainda havia 3,2% dos domicílios brasileiros com pelo menos uma pessoa reportando alguma experiência de fome, o que correspondia a 7,2 milhões de pessoas em 2013.

Um primeiro passo para se alcançar esse objetivo do PPA dá-se por meio da realização de um diagnóstico mais acurado das famílias nas quais ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional, a fim de ajustar e convergir as políticas públicas para superar tal situação. Com base no Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional, elaborado em 2016 pela Caisan nacional, foram identificados os municípios em situação de maior vulnerabilidade, elencados como prioritários para as estratégias que concentram um conjunto de ações coordenadas e intersetoriais de forma a melhorar o acesso à alimentação das famílias.

Entre essas ações, estão aquelas que compõem uma estratégia de inclusão produtiva rural para estimular a geração de trabalho e renda e garantir o acesso a alimentos para as famílias de povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza. Assim, além das 4,4 mil famílias de PCT atendidas em 2016, estão sendo articulados, para os próximos anos, novos arranjos para possibilitar a ampliação do atendimento a esse público, para que a meta de atendimento a 100 mil famílias de PCT, prevista no PPA, seja alcançada até 2019.

O cálculo desta meta depende do pareamento entre a base de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan, gerida pelo Ministério da Saúde (MS), e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Ressalta-se que a base do Sisvan ainda não foi disponibilizada ao MDSA para a realização do cálculo do indicador, razão pela qual os dados para o ano de 2016 ainda não estão disponíveis.

A meta envolve a execução e articulação direta de ações relacionadas a dois programas: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa de Acesso à Água e outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas. O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais objetiva o atendimento a famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais que se encontram em situação de extrema pobreza. Para tanto, desenvolve ações para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) e o repasse de recursos financeiros não reembolsáveis visando à implantação e melhoria da estrutura produtiva dos beneficiários. Tais ações resultam no acúmulo do patrimônio produtivo, mudanças em relação à forma de produzir e gestão da propriedade agrícola, com ampliação e diversificação da produção de alimentos e a geração de renda, viabilizando a comercialização de excedentes dos produtos nos mercados locais e institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Especificamente com relação a povos e comunidades tradicionais, em 2016, 1.911 famílias foram diretamente beneficiadas com as ações do Programa de Fomento. Adicionalmente, foram firmados contratos e acordos de cooperação técnica (ACT) para atendimento, a partir de 2017, de mais 13,8 mil famílias. No que se refere à garantia do acesso à água, foram construídas cerca de 2,5 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos para as famílias pertencentes aos segmentos de povos e comunidades tradicionais. Para quantificação da meta, foram incluídas as famílias de povos e comunidades tradicionais que receberam tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos e as famílias que receberam no mínimo a primeira parcela de recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, totalizando mais de 4,4 mil famílias beneficiadas.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 19 - Combate à insegurança alimentar e nutricional em grupos populacionais específicos (objetivo 0615)

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
04EQ - Reduzir 25% do déficit de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	sim	%	25	0	2017-01-31
04ER - Reduzir 20% do déficit de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	sim	%	20	0	2017-01-31
04ES - Atender 100.000 famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza por meio de uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção	sim	Famílias	100000	4411	2016-12-31

Fonte: Siop

Acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural (objetivo 0614).

No contexto de contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural, cumpre salientar a ênfase no aspecto transversal desse programa, com a participação de três órgãos: o MDSA (Cisternas), o Ministério do Meio Ambiente (Programa Água Doce) e o Ministério da Integração Nacional, cujo desafio é aperfeiçoar os mecanismos para a condução da política de forma integrada. Em termos de resultados obtidos em 2016, o destaque é para as 49.690 famílias beneficiadas pela entrega de novas cisternas, sendo 48.132 implantadas no território abrangido pelo semiárido e 1.471 sistemas de captação de água de chuva implantados na região da Amazônia, onde o acesso à água de qualidade é escasso, além de 87 tecnologias sociais implantadas em Goiás e 998 cisternas em escolas rurais do semiárido. No âmbito do Programa Água Doce, foram entregues 15 sistemas de dessalinização de água, bem como implantados 267 sistemas coletivos de abastecimento. Entre os desafios, é importante ressaltar também a necessidade de ampliar a expansão do programa para a Amazônia.

Nesse sentido, avançar na ampliação do acesso à água para consumo pelas populações vulneráveis residentes no meio rural é um desafio que se coloca para os próximos anos. Com os instrumentos ainda vigentes e com o orçamento disponível, está prevista a entrega de mais 100 mil cisternas de água para consumo humano. Ademais, prevê-se a entrega de mais 7 mil cisternas escolares, totalizando 8 mil atendimentos com cisternas às escolas públicas do meio rural do semiárido previstas durante o período do PPA. No âmbito do Programa Água Doce, além dos 15 sistemas de dessalinização de água entregues em 2016, mantido o ritmo de execução, provavelmente a meta prevista no PPA, de implantação de 60 desses sistemas, será cumprida até o final de 2019. Quanto aos 267 sistemas coletivos de abastecimento implantados em 2016, fica constatada a necessidade de se intensificar o ritmo de execução desta ação, a fim de viabilizar, nos próximos anos, o alcance da meta de 13 mil sistemas até o final de 2019.

Em 2016, 998 escolas rurais foram diretamente beneficiadas com cisternas, todas a partir de parcerias firmadas com Consórcios Públicos de municípios na Bahia e em Minas Gerais e com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas – AP1MC, que realizou entregas em Estados de todo o semiárido. Ainda em 2016, foram firmadas novas parcerias com os estados de Alagoas e do Maranhão e ampliada a parceria com a AP1MC e com o Memorial Chico Mendes (com atuação na Amazônia). Por meio das pactuações firmadas, prevê-se cumprir a meta até 2019.

Houve a continuidade do processo de ampliação do acesso à água para consumo humano para a população rural, com a entrega de 49.690 tecnologias, com destaque para 48.132 cisternas implantadas no território abrangido pelo semiárido, 1.471 sistemas de captação de água de chuva implantados na região Amazônica e outras 87 tecnologias sociais implantadas no estado de Goiás. Registra-se que se encontram vigentes 27 instrumentos que viabilizarão a continuidade do processo de expansão da ação no ano de 2017 em 13 estados.

Os recursos previstos para a ação 8695 - Dessalinização de Água – Água Doce, visam apoiar a implementação do Programa Água Doce, cujo objeto é estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização no semiárido brasileiro, levando-se em consideração a característica da grande presença de sais nas águas subterrâneas desta região. Para tanto encontram-se em execução 10 convênios com os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, visando a recuperação/implantação de 1200 sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis, que totalizam aproximadamente R\$ 240 milhões de reais e que beneficiará cerca de 500 mil pessoas com acesso à água de qualidade para consumo humano. Os convênios estão estruturados em três

fases: 1) Diagnósticos técnico social e ambiental; 2) Recuperação/implantação dos sistemas de dessalinização e; 3) Acompanhamento e Monitoramento dos sistemas de dessalinização implantados. Quanto à execução da meta, os recursos orçamentários previstos para o ano de 2016, no valor de R\$ 3.914.205,00, permitiram a execução da meta anual prevista no PPA 2016-2019, de implantação de 15 sistemas de dessalinização. Quanto à execução dos objetos dos convênios firmados no âmbito do Programa Água Doce, foram diagnosticadas, até 2016, 3.145 comunidades em 298 dos municípios mais críticos da região semiárida brasileira. Também foram capacitados 1091 operadores dos sistemas de dessalinização até o momento. A segunda fase contempla a recuperação e implantação dos sistemas de dessalinização. A terceira fase compreende as atividades de manutenção e monitoramento dos sistemas.

A meta foi estabelecida em um cenário de expectativas diferentes para o período do Plano. O forte contingenciamento de recursos impediu a continuidade da velocidade da execução. Permanecendo este cenário, a execução não deve sofrer grandes alterações, apesar de haver por volta de 4 mil sistemas de abastecimento pactuados entre o MI e Estados ou Vinculadas para execução, número este que deve diminuir, devido a alguns cancelamentos contratuais ou desistências que já vêm ocorrendo devido à falta de recursos.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 20 - Acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural (objetivo 0614).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
01Y1 - Implantar 8.000 cisternas na escolas	sim	Cisternas	8000	998	2016-12-05
01Y6 - Implantar cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano	sim	Tecnologias sociais de acesso à água		49690	2016-12-05
01Y7 - Implantar 60 sistemas de dessalinização de água, incorporando cuidados técnicos, sociais e ambientais na gestão destes sistemas	sim	sistemas de dessalinização de água	60	15	2016-12-08
04QP - Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento	sim	sistemas coletivos de abastecimento	13000	267	2017-01-09

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) (objetivo 0377).

Relacionado ao objetivo de consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social, cabe destacar a elaboração do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019) – Plansan 2016-2019. Elaborado em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, esse plano foi instituído a partir das deliberações da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em novembro de 2015, e foi estruturado a partir de nove grandes desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos,

cabendo salientar a forte correlação entre o PPA 2016-2019 e o II Plansan. Dos 54 programas temáticos que compõem o PPA 2016-2019, 22 possuem metas e iniciativas que são afetas à segurança alimentar e nutricional.

Outro importante desafio consiste no estímulo à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população. Dados recentes apontam que o sobrepeso já atinge 52,5% da população adulta brasileira e que a obesidade alcança 17,9% do total. Entre as crianças, um terço apresenta excesso de peso. Além da perda na qualidade de vida, este quadro repercute no aumento dos gastos do Sistema Único de Saúde. Neste contexto, foi elaborada, em 2014, no âmbito da Caisan, que reúne 20 órgãos federais, com a participação do Consea e da Organização Pan Americana de Saúde da Organização Mundial de Saúde (Opas/OMS), a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, com orientações sobre modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira. O objetivo é organizar as orientações de forma articulada, conjunta e intersetorial para o enfrentamento do sobrepeso, da obesidade e de seus determinantes. Também com este escopo, foram publicadas as Diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho, por meio da Portaria MS 1.274, de 7 de julho de 2016, do Ministério da Saúde, que tem por objetivo contribuir para a promoção da saúde dos trabalhadores e para a redução dos agravos relacionados às doenças crônicas não transmissíveis e dos seus fatores de risco modificáveis.

Os órgãos e entidades do Distrito Federal, estados e municípios, integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), devem elaborar, implementar, monitorar e avaliar seus respectivos planos de SAN, com base no disposto pelo Decreto nº 7.272/2010 e nas diretrizes emanadas das respectivas conferências e conselhos de segurança alimentar e nutricional. De acordo com o art. 18 do Decreto nº 7.272/2010, a prerrogativa de construção do plano de SAN é da Caisan, ouvidas as prioridades estabelecidas pelo Consea, a partir das deliberações da Conferência de SAN. O art. 7º, II, a, do mesmo normativo estabelece como atribuição do Consea a apreciação e o acompanhamento da elaboração do plano, bem como a manifestação sobre o seu conteúdo final. Assim, o Consea deve estar presente desde o início, com sua inclusão no grupo de trabalho de elaboração do plano, até a conclusão do processo, por meio da apreciação do documento antes da aprovação final feita pela Caisan. O processo de elaboração do Plano Estadual de SAN exige um amadurecimento e empoderamento da gestão da Caisan Estadual em coordenar e planejar de forma intersetorial as ações de SAN. É um processo técnico e político que envolve a sensibilização e a mobilização dos gestores públicos e, também, da Sociedade Civil. Até o final de 2015, 11 estados (BA, CE, MA, MG, MS, PA, PE, PR, RS, SC e TO) e o Distrito Federal já haviam produzido o I Plano Estadual de SAN. Desde 2012, o MDSA tem aportado recursos nos Estados tanto para fortalecimento dos componentes estaduais do Sisan (Caisan e Consea), como para a elaboração e produção do Plano em si. Em 2016, foram formalizados mais 11 novos Convênios com Estados (AP, BA, CE, ES, MA, MS, PB, RO, RR, SP e SE), sendo que, entre estes, 06 ainda não elaboraram os seus planos. Também foram prorrogados o prazo de vigência de 11 Convênios com Estados (AC, DF, GO, MG, PR, PE, RJ, RN, RS, SC, TO); destes, 04 ainda não finalizaram os seus planos. No mesmo sentido, foram ampliados os prazos de parcerias com universidades públicas, para apoiar os estados neste processo de capacitação e mobilização de atores sociais para o tema de SAN e DHAA (UEA, UFSC, UFT e UFRPE). E foram realizadas oficinas e reuniões nos Estados para estimular e orientar as Caisans e Conseas Estaduais e Municipais quanto ao processo de produção, revisão e monitoramento dos Planos de SAN, que envolveram a participação de gestores estaduais e municipais (AC, AL, AP, AM, CE, ES, MA, MG, PI, PB, PR, RJ, RN e RO). Em 2016, o estado da Paraíba formalizou o seu Plano Estadual, totalizando agora 13 Estados com Planos de SAN publicados.

O processo de mobilização e de organização para a adesão dos municípios iniciou-se em 2013. Junto às Caisans Estaduais, foi estabelecido um novo fluxo de adesão municipal, que coloca os estados com um papel mais proativo no processo: além da mobilização, os estados devem orientar, analisar e formalizar a adesão de seus municípios, cabendo à Caisan Nacional a responsabilidade de referendar a adesão, por meio de resolução. Para atender os requisitos de adesão municipal ao Sisan, é necessária a criação e a instalação de seus componentes municipais: conselhos de SAN (presididos pela sociedade civil), câmaras intersetoriais e o compromisso com a elaboração de um plano local de SAN. É um processo técnico e político que envolve a mobilização, a sensibilização e a capacitação da sociedade civil, dos gestores públicos e dos legisladores, que depende finalmente de uma aceitação política dos poderes executivo e/ou legislativo municipais. Entre 2013 e 2015 foram formalizadas as adesões de 89 municípios ao Sisan. Desde 2012, o MDSA tem aportado recursos para os Estados promoverem oficinas e estimularem a adesão de seus municípios. Em 2016, foram formalizados mais 11 novos Convênios com Estados (AP, BA, CE, ES, MA, MS, PB, RO, RR, SP e SE), sendo que, entre estes, em 05 Estados ainda não ocorreu nenhuma adesão municipal. Também foi prorrogado o prazo de vigência de 11 Convênios com Estados (AC, DF, GO, MG, PR, PE, RJ, RN, RS, SC, TO); destes, 02 ainda não tiveram nenhuma adesão municipal. No mesmo sentido, foram ampliados os prazos de parcerias com universidades públicas, para apoiar os estados neste processo de capacitação e mobilização de atores sociais para o tema de SAN e DHAA (UEA, UFSC, UFT e UFRPE). Em 2015-2016, foi desenvolvido e tornado público o sistema para adesão dos Municípios ao Sisan – AdeSAN, disponibilizado no portal da Caisan Nacional, facilitando o processo de adesão destas unidades federativas. Por meio desse sistema, os municípios poderão iniciar o processo de adesão de forma on-line. Como resultado de todo o processo de mobilização, sensibilização e capacitação, em 2016 foram publicadas sete resoluções de adesão municipal ao Sisan em atos de adesão coletiva: 1) Resolução Caisan nº 1/2016, com a adesão de 36 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 56, de 23 de março de 2016; 2) Resolução Caisan nº 2/2016, com a adesão de 4 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 83, de 3 de maio de 2016; 3) Resolução Caisan nº 3/2016, com a adesão de 6 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 30 de maio de 2016; 4) Resolução Caisan nº 4/2016, com a adesão de 5 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 114, de 16 de junho de 2016; 5) Resolução Caisan nº 5/2016, com a adesão de 43 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 155, de 12 de agosto de 2016; 6) Resolução Caisan nº 6/2016, com a adesão de 8 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 208, de 28 de outubro de 2016; 7) Resolução Caisan nº 7/2016, com a adesão de 21 municípios, publicada no Diário Oficial da União nº 208, de 28 de outubro de 2016. Em resumo, em 2016 foram realizadas 123 adesões municipais, totalizando agora 212 municípios com adesão formalizada ao Sisan. Outros 9 municípios devem ter adesão formalizada por resolução no início de 2017. Quanto à distribuição e prioridade de adesão dos municípios com população acima de 200 mil habitantes, do total de 144 municípios brasileiros que possuem esta característica, 27 (18,75%) tiveram as suas adesões formalizadas. Considerando que o total de 212 adesões representam 3,8% dos municípios brasileiros, tem ocorrido um movimento de maior adesão entre os maiores municípios. Em 2016, entre os 123 municípios que aderiram, 10 se enquadram nestas características.

A realização de pactos de gestão no âmbito da Política Nacional de SAN foi autorizada pelo Decreto 7.272/2010 como um mecanismo de pactuação e cooperação federativa. Esta pactuação deverá ser realizada em fóruns tripartites, com representação das 03 escalas de unidade federativa (governos federal, estaduais e municipais). Nos anos de 2012 a 2014, a Caisan Nacional centrou os seus esforços para a implementação do Sisan nos estados, a partir da mobilização dos entes para a adesão ao Sistema, da capacitação dos atores sociais e dos gestores e do apoio técnico,

político e financeiro para a estruturação dos componentes estaduais (Conseas, Caisans e Planos estaduais de SAN). A partir de 2014, há um movimento para incentivar a adesão dos municípios. Todos os Estados, o Distrito Federal e 212 municípios aderiram ao Sisan. Desde 2013, já existe a cultura de se realizar reuniões bi ou trimestrais entre a Caisan Nacional e as Caisans Estaduais, onde já existe um processo de cooperação e pactuação entre as duas escalas federativas. No entanto e por enquanto, o número de municípios ainda é muito incipiente para constituir uma representatividade efetiva para compor um Fórum de Decisão Tripartite.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 21 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) (objetivo 0377).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
00TD - Promover a elaboração de Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todos estados	sim	Planos estaduais	27	1	2017-01-12
00TE - Promover a adesão de 600 municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com prioridade aos municípios com população acima de 200.000 habitantes	sim	Municípios	600	212	2017-01-12
00TI - Realizar um Pacto Federativo pela garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) com estados e municípios	não				

Fonte: Siop

Consumo de alimentos adequados e saudáveis (objetivo 1109).

Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação é imperativo para que o país enfrente o desafio de controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação. O aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias resulta na maior incidência das doenças crônicas não transmissíveis, como as do coração, a hipertensão, o diabetes e o câncer, responsáveis por mais de 70% das causas de mortes no Brasil. É preciso orientar a população brasileira sobre estilos de vida e alimentação adequados e saudáveis, ampliando o consumo de frutas e hortaliças e reduzindo o consumo de bebidas açucaradas, por exemplo, para deter o crescimento do excesso de peso.

Ainda no âmbito das estratégias de prevenção e controle da obesidade, deu-se início, em 2016, à realização de estudos voltados a estabelecer uma proposta de taxaço de bebidas açucaradas, incluindo os refrigerantes, junto ao Ministério da Fazenda e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Também em 2016, iniciou-se o processo de pactuação com os estados para ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo para uma alimentação saudável e o combate ao sobrepeso e à obesidade, no escopo do Pacto pela Alimentação Saudável (Decreto 8.553, de 2015). Destaca-se, também, o lançamento pelo Ministério da Saúde, em 2014, da 2ª

edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, que traz as recomendações oficiais para a promoção da alimentação adequada e saudável. No mesmo ano de 2016, foram publicadas as Ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho (Portaria 1.274/2016), com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores e para a redução dos agravos relacionados às doenças crônicas não transmissíveis e dos seus fatores de risco modificáveis. Com base nessas diretrizes, foram desenvolvidas, pelo Ministério da Saúde, ações em mídias sociais ao longo de 2016. Para os próximos anos, reconhece-se a necessidade de maior participação intersetorial para enfrentamento da obesidade e de mais avanços nas medidas regulatórias para a promoção de ambientes saudáveis.

Considerando que refrigerantes e refrescos são marcadores de consumo não saudável, a redução no consumo desses produtos constitui estratégia de promoção da alimentação adequada e saudável. Desenvolvimento de ações em mídias sociais do Ministério da Saúde com base nas Diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho, instituída pela Portaria nº 1.274, de 7 de julho de 2016, que tem por objetivo contribuir para a promoção da saúde e saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, contribuindo para a redução dos agravos relacionados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e dos seus fatores de risco modificáveis, especialmente sobrepeso e obesidade e alimentação inadequada. Em relação à informação quantitativa para 2016, a área técnica não tem os dados, pois o monitoramento é feito anualmente pelo Vigitel e ainda não foi publicado. Na publicação do Vigitel, em 2016, com dados referentes a 2015, informa que no conjunto das 27 cidades, a frequência do consumo de refrigerantes em cinco ou mais dias da semana foi de 19,0%, sendo mais alta entre homens (22,4%) do que entre mulheres (16,1%). Pontos Críticos: Mudança de práticas alimentares da população que não contribuem para promoção da saúde.

Considerando que frutas e hortaliças são marcadores de consumo saudável, o aumento no consumo desses alimentos constitui estratégia de promoção da alimentação adequada e saudável. Desenvolvimento de ações em mídias sociais do Ministério da Saúde com base nas Diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho, instituída pela Portaria nº 1.274, de 7 de julho de 2016, que tem por objetivo contribuir para a promoção da saúde dos trabalhadores, contribuindo para a redução dos agravos relacionados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e dos seus fatores de risco modificáveis, especialmente sobrepeso e obesidade e alimentação inadequada. Em relação à informação quantitativa para 2016, a área técnica não tem os dados, pois o monitoramento é feito anualmente pelo Vigitel e ainda não foi publicado. Na publicação do Vigitel, em 2016, com dados referentes a 2015, informa que no conjunto da população adulta estudada, a frequência de consumo regular de frutas e hortaliças foi de 37,6%, sendo menor em homens (31,3%) do que em mulheres (43,1%). Pontos Críticos: Mudança de práticas alimentares da população que não contribuem para promoção da saúde.

Essa meta tem como objetivo evitar o crescimento do percentual de adultos com excesso de peso, sendo este entendido como importante fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis e outros agravos. Participação na Conferência Internacional Políticas Integradas e Regulação em Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Quito no Equador. A conferência foi uma estratégia extremamente importante para a discussão de políticas regulatórias contra a epidemia de doenças crônicas e excesso de peso que afetam milhares de pessoas em países da América do Sul. Os governos sul-americanos estão implementando políticas para a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis, que são a principal causa de morte na região. Políticas fiscais, regulamentos de rotulagem de alimentos, promoção de municípios saudáveis e da atividade física,

regulamentação da publicidade de alimentos não saudáveis e da venda destes alimentos nas escolas, são alguns exemplos de ações que vem sendo desenvolvidas em vários países do bloco para lidar com o aumento do consumo de alimentos processados ricos em gordura, açúcar e sódio que aumentam o risco de doença como a obesidade, diabetes e hipertensão. A participação do Brasil neste evento contribuiu para aprofundar a discussão de como avançar em ações regulatórias para o enfrentamento das doenças crônicas e sobrepeso e obesidade no país e subsidiar as decisões governamentais em relação a este cenário no contexto brasileiro. Em relação à informação quantitativa para 2016, a área técnica não tem os dados, pois o monitoramento é feito anualmente pelo Vigitel e ainda não foi publicado. Na publicação do Vigitel, em 2016, com dados referentes a 2015, informa que no conjunto das 27 cidades, a frequência de excesso de peso foi de 53,9%, sendo maior entre homens (57,6%) do que entre mulheres (50,8%). Entre homens, a frequência dessa condição tendeu a aumentar com a idade até os 54 anos; e entre mulheres, essa tendência de aumento foi observada até os 64 anos. Pontos Críticos: Articulação com outros setores para enfrentamento da obesidade e implementação da estratégia de prevenção e controle da obesidade nos estados e municípios.

O Beribéri é um agravo decorrente da carência de vitamina B1, geralmente associada a formas graves de insegurança alimentar e nutricional, que apesar de facilmente tratável pode evoluir para o óbito. Até o momento o problema está concentrado em 3 estados – Maranhão, Roraima e Tocantins e atinge em sua maioria população indígena. O esforço na redução dos casos novos notificados prevê um conjunto amplo de ações intersetoriais que perpassam a realização de diagnóstico precoce, a notificação, o monitoramento e acompanhamento periódico dos casos novos, suspeitos e confirmados. Em 2015, foram notificados 34 casos confirmados e, em 2016, foi registrada a ocorrência de 76 casos suspeitos de Beribéri nos estados do Maranhão, Roraima e Tocantins; e após a conclusão da prova terapêutica, 31 casos foram confirmados (18 na forma de beribéri seco, 10 beribéri úmido e 3 Síndrome de *Wernicke-Korsakoff*). Entre os casos confirmados, 25 acometeram pacientes indígenas (80,6%) nos Dsei Leste de Roraima e Tocantins. Nos dias 18 e 19 de agosto, foi realizada uma Oficina de enfrentamento do Beribéri no Dsei Maranhão, com objetivo de capacitar os profissionais das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), incluindo sete médicos cubanos do Programa Mais Médicos para o Brasil. Quantidade alcançada: Redução de 8,8% entre os anos de 2015 e 2016 (resultado parcial) Data de Referência: 25/01/2017 (número de casos registrados até o dia 31/12/2016) – os dados são parciais pois os municípios e Dsei apresentam até o dia 15/02 para consolidar e registrar no FormSUS o encerramento dos casos.

A tabela a seguir ilustra o acompanhamento das metas relativas ao objetivo em questão.

Tabela 22 - Consumo de alimentos adequados e saudáveis (objetivo 1109).

Meta	Meta Quantificável	Unidade de Medida	Meta Final PPA	Quantidade Alcançada	Data de Referência
04DY - Reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial de 20,8% para 14% da população, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	sim	%	14	19	2015-12-31
04DZ - Ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	sim	%	43	37,6	2015-12-31
04E0 - Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	sim	%	52,5	53,9	2015-12-31
04E1 - Reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	sim	%	50	8,8	2016-12-31

Fonte: Siop

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
14.707.817	10.970.614	13.392.850	Não há	Não há	Não há

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise de Desempenho

O quadro abaixo sintetiza a execução da ação 2000 pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos - SAA distribuídos por áreas responsáveis:

Tabela 23 - Execução da ação 2000 pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos - SAA distribuídos por áreas responsáveis

R\$1,00

Área do MDS	Dotação (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	% Emp. (B/A)	% Liq. (C/A)	% Pag. (D/A)
CGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	75.329.550	74.934.845	65.434.512	65.425.190	99%	87%	87%
ASCOM - Assessoria de Comunicação	11.058.021	11.058.021	9.707.260	9.707.260	100%	88%	88%
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	9.238.043	9.167.635	8.771.575	8.771.575	99%	95%	95%
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação	6.110.539	6.110.539	4.443.192	4.443.192	100%	73%	73%
SENARC - Secretaria Nac. de Renda de Cidadania	418.752	418.752	418.752	418.752	100%	100%	100%
TOTAL	102.154.904	101.689.792	88.775.291	88.765.969	100%	87%	87%

Fonte: SISPOAD/MDS

As despesas constantes do quadro acima compreendem: serviços administrativos; pessoal temporário; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Cabe registrar que as despesas necessárias para manutenção dos programas finalísticos constam de orçamento próprio das respectivas unidades responsáveis pelas ações.

No que diz respeito às despesas referentes aos espaços físicos ocupados em edifícios cuja gestão é de responsabilidade de outros órgãos, informa-se abaixo os valores descentralizados,

em 2016, a título de cota condominial, para o Condomínio do Bloco C e do DNIT e, quanto ao Bloco A, passou a ser administrada pelo MDSA no decorrer do exercício por intermédio da Unidade Gestora 550025 – Condomínio Bloco “A”:

- Condomínio do Bloco “A” – MDA: R\$ 2.245.564,00 (PI 02000405036);
- Condomínio do Bloco “A” – ME: R\$ 2.333.835,00 (PI 02000405036);
- Condomínio do Bloco “C” – MPOG: R\$ 2.516.000,00 (PI 02000405037);
- Condomínio Ocup. do DNIT – MTR: R\$ 1.265.441,00 (PI 02000405065); e
- Condomínio do Bloco “A” – MDSA: R\$ 2.431.160,00 (PI 02000405036).

Por meio da Medida Provisória nº 726/2016, que promoveu a junção de alguns órgãos do Poder Executivo Federal e ocasionou alterações nos percentuais de ocupação do Condomínio do Bloco “A”, este Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário assumiu a Administração do Condomínio do Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios), por meio de Ata de reunião realizada em 16 de junho de 2016.

A Portaria MARE nº 3044, publicada no Diário Oficial da União em 29 de setembro de 1997, estabelece que o rateio das despesas do condomínio deva ser percentualmente proporcional ao espaço ocupado por essa Unidade Condominial.

Com relação aos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, no valor de R\$ 26,4 milhões, destaca-se que os mesmos foram realizados ao longo do exercício, restando apenas 8% para serem saldados no exercício de 2017, conforme detalhado no quadro a seguir:

Tabela 24 – Restos a pagar da ação 2000 pela Subsecretaria e Assuntos Administrativos - SAA distribuídos por áreas responsáveis

R\$ 1,00

UNIDADE	INSCRITO / REINSCRITO	VALORES CANCELADOS	VALORES PAGOS	VALORES A PAGAR
CGRH	305.106	-219.059	61.447	24.600
DTI	8.688.088	-3.880.276	4.430.433	377.379
ASCOM	2.063.301	-1.229.172	834.129	0
CGLC	15.283.243	-8.064.343	5.644.605	1.574.295
TOTAL:	26.339.738	-13.392.850	10.970.614	1.976.274

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 5 – Ações do OFSS – Ação 2015 - Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	2015			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Garantir a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários.			Código	0251	
Programa	Previdência Social	Código: 2061		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	Ministério do Trabalho e Previdência Social - 40101					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Pago	Processados	Não Processados
17.210.653	19.000.543	18.477.131	18.476.824	18.476.824	-	307
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto (ano)	Reprogramado	Realizado (ano)	
Processo analisado		Unidade	450.000	-	331.543	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise de Desempenho

A dotação orçamentária não foi executada totalmente em razão da greve dos servidores do INSS. Isso porque os recursos a serem apreciados pelo CRPS são protocolados e encaminhados pelas Agências da Previdência Social - APS do INSS. Durante o ano de 2016, além da greve dos servidores e peritos médicos do INSS, foram registrados pela DATAPREV dois incidentes de segurança que culminou na paralização do sistema usado pelo INSS e CRPS prejudicando o julgamento dos recursos especiais e ordinários no período de 10/11 a 06/12/2016, onde muitos julgamentos foram adiados ou retirados de pauta. O CRPS também sofreu limitação orçamentaria, o que obrigou o Conselho a limitar o quantitativo de processos julgados no ano de 2016.

Quadro 6 - Ações do OFSS – Ação 2587 - Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social

Identificação da Ação						
Código	2587		Tipo: Atividade			
Título	Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social					
Iniciativa	Representa o próprio objetivo					
Objetivo	Garantir a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários.			Código	0251	
Programa	Previdência Social	Código: 2061	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Ministério do Trabalho e Previdência Social - 40101					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira – janeiro a dezembro de 2016						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos 2016	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Pago	Processados	Não Processados
6.047.205	6.676.108	6.675.634	6.569.119	6.569.119		106.514
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto (ano)	Reprogramado	Realizado (ano)	
Registro processado		Unidade	220.000	-	212.435	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
39.068	31.406	7.661	Registro processado		Unidade	-

Análise de Desempenho

Esta ação é originária do extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social, foi transferida a esta Pasta por intermédio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016; convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.

A referida ação, Serviços de Ouvidoria – 2587, do período de janeiro a dezembro de 2016, teve como realizado físico 212.435 manifestações de ouvidoria cadastradas, pouco mais de 96,50% do previsto para o ano de 2016, com a execução orçamentária ultrapassando 99% do empenho liquidado. Resumindo a execução tanto da meta física quanto da orçamentária estão dentro dos limites previstos pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social – OUGPS.

A execução dos Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores ocorreu no órgão 33000 – Extinto Ministério da Previdência Social, UO 33101.

Quadro 7 – Ações do OFSS – Ação 4907 – Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Agrário

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Ação						
Código	4907			Tipo: Atividade		
Título	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
Objetivo	Não se aplica		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Código: 2122 Tipo: Programa de Gestão					
Unidade Orçamentária	55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.239.139	11.690.909	11.690.909	10.829.385	10.829.385	0	861.524
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Pessoa Atendida	Unidade	2.953.000	2.953.000	2.071.343		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.008.864	1.493.911	909.966	Pessoa Atendida	Unidade	206.141	

Fonte: Siop

Análise de Desempenho

Conforme descrito na seção da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento, a ação 4907-Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome assegura recursos para a manutenção de dois contratos administrativos: um contrato para a prestação de serviço telefônico fixo, na modalidade discagem gratuita (0800) – Contrato Administrativo nº 48/2014; o outro para assegurar a prestação de serviços especializados de Contact Center – Contrato Administrativo nº 17/2013.

No tocante ao Contrato Administrativo nº 17/2013, a execução financeira, em 2016, totalizou R\$ 10.613.006,83. Esse valor inclui os atendimentos realizados na Coordenação-Geral da

Central de Relacionamento e na Ouvidoria. Considerando apenas o valor pago pelos serviços relacionados à Ouvidoria a execução financeira totalizou R\$ 350.852,68, representando 3,3% do montante total pago no âmbito daquele Contrato.

A média de desembolso mensal referente aos serviços de Ouvidoria foi de R\$ 29.237,68. A análise da execução orçamentária da Ouvidoria, considerando as diferentes modalidades de atendimento previstas no Contrato nº 17/2013. Assim, os dois serviços mais representativos em termos financeiros, são a telefonia e o e-mail. No primeiro caso, foram pagos R\$ 271.556,06. Aproximadamente 77% da execução financeira da Ouvidoria estiveram concentradas em telefonia. O serviço de e-mail somou R\$ 47.758,01, ou cerca de 13% do total.

A tabela abaixo apresenta os dados orçamentários da Ouvidoria desagregados conforme as modalidades de atendimento abarcadas pelo Contrato nº 17/2013, distribuídos ao longo de 2016 e de seus meses:

Tabela 25 - FATURAMENTO CONTRATO Nº 17/2013 - OUVIDORIA 2016

R\$ 1,00														
FATURAMENTO CONTRATO Nº 17/2013 - OUVIDORIA 2016														
Canais de Atendimento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	Total	Média Mensal
Telefonia	24.085,91	18.821,96	20.581,06	18.854,97	19.656,70	20.764,99	20.486,73	27.731,33	29.614,74	28.424,43	23.167,53	19.365,71	271.556,06	22.629,67
E-mail	3.583,94	2.584,02	4.404,79	3.623,15	5.094,47	4.073,74	4.101,33	4.334,51	3.600,03	3.753,42	4.932,18	3.672,44	47.758,01	3.979,83
Ativo de resposta	1.366,37	968,11	1.007,46	1.554,48	1.345,91	1.424,61	1.652,87	2.567,78	1.421,13	2.445,36	3.291,49	2.997,21	22.042,79	1.836,90
Carta	318,37	193,11	625,31	349,44	487,38	423,01	588,53	465,52	403,45	144,76	299,86	341,38	4.640,12	386,68
Atendimento Presencial	227,41	165,52	266,68	340,24	183,92	137,94	349,44	217,24	217,24	227,48	320,57	124,14	2.777,82	231,48
Memorando	36,39	36,78	64,37	82,76	91,96	128,74	128,74	51,72	124,14	103,40	72,38	113,79	1.035,17	86,26
Ofício	27,29	36,78	64,37	64,37	73,57	119,55	128,74	93,10	134,48	103,40	82,72	113,79	1.042,16	86,85
TOTAL	29.645,68	22.806,29	27.014,04	24.869,41	26.933,90	27.072,57	27.436,38	35.461,20	35.515,21	35.202,25	32.166,73	26.728,46	350.852,12	29.237,68

A meta física global, de 2016, referente à Ação 4907 foi de 2.071.343 atendimentos faturados. O quantitativo de demandas faturadas no ano, referentes aos serviços de Ouvidoria contemplados no Contrato nº 17/2013, foi de 65.792, ou aproximadamente 3% do total da meta física executada. A telefonia e o e-mail, que são os serviços que concentram a maior parte dos recursos da Ouvidoria, registraram, respectivamente, 54.606 e 4.953 atendimentos faturados. A média mensal de atendimento faturado no ano foi de 5.482,67.

Com relação ao Contrato de Telefonia (Contrato nº 48/2014), o desembolso anual correspondeu a R\$ 999.580,21. As informações acerca da execução física desse contrato podem ser encontradas na seção da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento, que é a unidade responsável pela gestão do contrato. Aqui, vale relatar que não há distinção do volume de ligação informado na sessão da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento, tendo em vista que as ligações recebidas no 0800 são faturadas independentemente se serão tratadas pela Coordenação-Geral da Central de Relacionamento ou pela Ouvidoria.

Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A dotação inicial designada ao Programa 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi de R\$ 192.017.725,00, sendo que ao final do exercício atingiu o valor de R\$ 208.299.236,00,00. Deste montante, foram empenhados 98% e efetivamente liquidados e pagos 89% da dotação final.

Ressalte-se que não ocorreram alterações relevantes na execução das ações do Programa tanto neste exercício como em exercício anteriores, a exceção ocorreu durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária no Congresso Nacional, especialmente no corte efetuado na ação 2000, no montante de R\$ 26,6 milhões, que equivale a 26% do valor do PLOA, que acabou sendo recomposto durante o exercício.

Cabe enfatizar que não ocorreram alterações significativas na execução orçamentária neste exercício em relação ao anterior, tanto nos créditos originários da UPC, assim como nos créditos executados diretamente e os executados por movimentação. Tal desempenho é consequência da contínua melhoria de gestão na UPC, mesmo com o contingenciamento e as limitações de empenho nas despesas administrativas.

Em que pese o contingenciamento que atingiu o MDSA nas ações do programa de gestão acabou não prejudicando substantivamente a execução das políticas finalísticas sob responsabilidade da Pasta, tendo em vista a implementação de um novo planejamento das ações inicialmente programadas com a mudança de gestão e atribuições no final do exercício.

Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 8 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21311.0400		Contas a Pagar Credores Nacionais			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
550005	11.182.905/0001-46	0,00	5.804,02	5.804,02	0,00
550005	24.936.973/0001-03	0,00	4.607,21	4.607,21	0,00
550005	974133	36.145,91	44.906,74	8.760,83	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21312.0400		Contas a Pagar Credores Nacionais – Intra OFSS			
Linha Detalhe					

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
550005	115406	0,00	7.145,94	7.145,94	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 9 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21111.0102		Decimo terceiro salário a pagar			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
550006	-	345.535,60	345.535,60	4.895.555,43	4.895.555,43
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 10 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21111.0103		Férias a pagar			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2015	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2016
550006		1.499.562,78	0,00	1.514.046,01	3.013.608,79
Fonte: Tesouro Gerencial					

Análise Crítica

21311.0400 - Contas a Pagar Credores Nacionais

Em relação à UG 550005 - CGLC, os maiores montantes são reconhecimento de passivos de fornecedores que foram reconhecidos e resolvidos no próprio exercício.

O saldo no final de 2015 de reconhecimento de passivos, no valor de R\$ 36.145,91, refere-se despesas junto à CEB – Distribuição S.A., cujo lançamento contábil foi feita de forma indevida. A conta contábil será ajustada no próximo exercício.

Pelo exposto, observa-se que os impactos dos passivos reconhecidos sobre 55000a gestão orçamentária e financeira desta UPC, tanto neste exercício como em anteriores, é de valor irrelevante e residual.

21111.0102 - Decimo Terceiro Salário a Pagar

Em relação à UG 550006, trata-se de provisão de décimo terceiro salário do exercício de 2012 em que não foi efetuada a baixa na conta contábil quando do efetivo pagamento. Informa-se que esta conta contábil foi ajustada em março de 2016. A baixa da provisão no final do exercício foi feito em fevereiro de 2017.

Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	21.780.831	14.316.780	-4.972.705	2.491.346
2014	10.915.782	73.414	-10.742.998	99.370
2013	2.141.201	0	-2.141.201	0
2012	56.482	0	0	56.482
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	884	656	-229	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Restos a Pagar Não Processados

O impacto dos restos a pagar pagos no exercício, no valor de R\$ 14,4 milhões, na gestão financeira da UPC equivale a um doze avos das despesas totais pagas. Neste sentido, o valor é adequado à gestão orçamentária e financeira do MDS.

Quanto aos exercícios de 2013 a 2014, os saldos em restos a pagar não processados são resultantes de diversos empenhos em aberto, em que a UPC SE tomou providências no sentido de pagar ou cancelar estes contratos, haja vista o significativo cancelamento observado nos empenhos de 2013 e 14 e do pequeno saldo a pagar em 2017.

Em relação ao montante dos restos a pagar não processados inscritos em 2015 corresponde a 62% do total inscrito pela UPC SE. Do valor total referente a este exercício, apenas 11% deste montante ficou para 2017.

Restos a Pagar Processados

Com relação aos Restos a Pagar Processados não há saldo ao final de 2016.

Execução descentralizada com transferência de recursos

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 12 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria Executiva MDS					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação	1	-	1	104.628	-	29.088
Totais	1	-	1	104.628	-	29.088
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação Geral de Logística e Contratos MDS					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação	1	4	12	1.173.737	4.160.680	11.264.868
Totais	1	4	12	1.173.737	4.160.680	11.264.868
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação Geral de Recursos Humanos MDS					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação	4	1	1	71.311	45.780	9.100
Totais	4	1	1	71.311	45.780	9.100
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação	-	1	1	-	0	895.303
Totais	-	1	1	-	0	895.303

Fonte: Siafi Operacional

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Quadro 13 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria Executiva MDS					
Exerc da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termos de Cooperação	Contratos de Repasse
Exerc do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	104.628	-
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	29.088	-
Nome: Coordenação Geral de Logística e Contratos MDS					
Exerc da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termos de Cooperação	Contratos de Repasse
Exerc do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	1.173.737	-
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	12	-
		Montante Repassado	-	16.600.248	-
Nome: Coordenação Geral de Recursos Humanos MDS					
Exerc da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termos de Cooperação	Contratos de Repasse
Exerc do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	2	-
		Montante Repassado	-	53.528	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	2	-
		Montante Repassado	-	3.163	-
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	45.780	-
Nome: II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS					
Exerc da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termos de Cooperação	Contratos de Repasse
Exerc do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	0	-

Fonte: Siasi Operacional e SAA

Quanto aos Termos de Execução Descentralizados que não foram concluídos informamos o seguinte:

No tocante aos Termos de nºs 678758 e 681540, os recursos foram repassados e devolvidos no exercício de 2014. Em 2015, foram transferidos para a conta contábil 812210206 – Valor Não Repassado.

A Nota de Lançamento de Sistema 2014NS004121 registrou a conclusão do Termo de Compromisso nº 676798, na conta contábil 199622505 – Concluído.

Todos os processos foram instruídos com despachos, solicitando a viabilização da execução dos TED, com posterior prestação de conta até o final do exercício. Após essa solicitação, foram enviados e-mails às áreas demandantes e, por diversas vezes reiterados.

Já neste exercício, a Unidade Gestora da CGLC está providenciando, junto às áreas responsáveis, a regularização dos Termos vencidos, cujas prestações de contas restam pendentes.

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 14 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria Executiva MDS				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Coordenação Geral de Logística e Contratos MDS				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Coordenação Geral de Recursos Humanos MDS				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de		Instrumentos		

referência do relatório de gestão		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	2
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	53.528
Nome: II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-
Fonte: Siafi Operacional e SAA				

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 15 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Executiva/ MDS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de Repasse	-	-	-	-	-
Termos de Cooperação	-	-	-	-	2
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação Geral de Logística e Contratos MDS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de Repasse	-	-	-	-	-
Termos de Cooperação	1	-	-	-	12
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação Geral de Recursos Humanos MDS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-

Contratos de Repasse	-	-	-	-	-
Termos de Cooperação	-	2	-	-	1
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de Repasse	-	-	-	-	-
Termos de Cooperação	-	-	-	-	1

Fonte: Siafi Operacional e SAA

Análise Crítica

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não há transferências nessa situação.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Não houve oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios nas Unidades Gestoras da UPC SE.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

No exercício de 2016 as situações de prestações de contas identificadas em atraso, especialmente na UG CGLC, estão sendo tomadas providências no sentido de regularizar a prestação de contas junto aos parceiros da Pasta.

Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Como em exercícios anteriores, as Unidades Gestoras da SE não têm realizado transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de execução descentralizada. Nesta forma de transferência a operacionalização tem sido efetuada pelas Unidades Gestoras recebedora dos recursos. Tal procedimento tornou as operações mais eficientes.

Também com verificado anteriormente, as Unidades Gestoras da SE têm apenas executado prioritariamente os contratos administrativos do MDS como um todo, e para isso está com disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais, deixando para as Secretarias finalísticas a execução por meio de convênios com entidades governamentais e não governamentais.

Destaca-se, ainda, que com a incorporação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS e Ouvidoria da Previdência, que estão sendo transferidos para a Pasta, estão demandando por mais apoio para manterem suas competências em pleno funcionamento, o que requer adequação dos materiais e pessoal, especialmente no final de 2016 e início de 2017.

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Como orientação administrativa, as Unidades Gestoras da SE não realiza transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de cooperação. Desta forma se transfere a operacionalização de serviços especializados utilizando-se da estrutura das Unidades Gestoras receptoras dos recursos da própria estrutura do governo com os mesmos mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC.

As transferências efetuadas pelo MDS visam otimizar os recursos disponíveis, na medida em que se busca parcerias especializadas em assuntos diversos de interesse desta Pasta, sem necessidade de criação de instrumentos próprios, como, por exemplo, capacitação de servidores, onde se utiliza a estrutura da ENAP e pesquisas diversas, utilizando-se ferramentas específicas do IBGE.

Quanto aos Termos de Execução Descentralizada que não foram concluídos informamos o seguinte:

Nos Termos de Números 678758 e 681540, os recursos foram repassados e devolvidos no exercício de 2014. Em 2015, foram transferidos para a conta contábil 812210206 – Valor Não Repassado;

A Nota de Lançamento de Sistema 2014NS004121 registrou a conclusão do Termo de Compromisso nº 676798, na conta contábil 199622505 – Concluído;

Em todos os processos foi instruído despacho, solicitando a viabilização da execução dos TED, com posterior prestação de conta até o final do exercício. Após essa solicitação, foram enviados e-mails as áreas demandantes e, por diversas vezes, reiterados.

Já neste exercício, a Unidade Gestora da CGLC está providenciando, junto às áreas responsáveis, a regularização dos Termos vencidos e não prestado conta.

Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Conforme orientação administrativa, as Unidades Gestoras da SE não realizam transferências por meio de convênios, apenas por meio de termos de execução descentralizada.

Desta forma de transferência a operacionalização dá-se com o auxílio da estrutura das Unidades receptoras dos recursos.

Informações sobre a execução das despesas

DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Quadro 16 - Despesas por Modalidade de Contratação

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	106.398.351,72	53,0%	113.944.207,40	55,2%	94.335.814,73	51,6%	97.361.684,27	52,8%
a) Convite	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
b) Tomada de Preços	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
c) Concorrência	12.129.574,87	6,0%	20.777.192,79	10,1%	10.604.787,00	5,8%	18.310.156,87	9,9%
d) Pregão	65.810.269,12	32,8%	70.134.768,83	34,0%	57.766.475,25	31,6%	57.931.344,64	31,4%
e) Concurso	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
f) Consulta	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	28.458.507,73	14,2%	23.032.245,78	11,2%	25.964.552,48	14,2%	21.120.182,76	11,4%
2. Contratações Diretas (h+i)	15.503.779,47	7,7%	12.529.066,89	6,1%	13.456.872,27	7,4%	10.327.266,15	5,6%
h) Dispensa	9.570.730,10	4,8%	7.409.933,64	3,6%	8.634.447,19	4,7%	6.701.157,17	3,6%
i) Inexigibilidade	5.933.049,37	3,0%	5.119.133,25	2,5%	4.822.425,08	2,6%	3.626.108,98	2,0%
3. Regime de Execução Especial	865,13	0,0%	6.935,00	0,0%	865,13	0,0%	1.458,98	0,0%
j) Suprimento de Fundos	865,13	0,0%	6.935,00	0,0%	865,13	0,0%	1.458,98	0,0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	78.767.193,52	39,3%	79.851.231,24	38,7%	74.955.808,71	41,0%	76.859.315,29	41,6%
k) Pagamento em Folha	77.940.138,00	38,8%	78.943.446,92	38,3%	74.310.713,83	40,7%	75.951.530,97	41,2%
l) Diárias	827.055,52	0,4%	907.784,32	0,4%	645.094,88	0,4%	907.784,32	0,5%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	200.670.189,84	100,0%	206.331.440,53	100,0%	182.749.360,84	100,0%	184.549.724,69	100,0%
6. Total das Despesas da UPC	200.670.189,84	100,0%	206.331.440,53	100,0%	182.749.360,84	100,0%	184.549.724,69	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 17 - Despesas por grupo e elemento de despesa

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	77.940.137	78.943.447	74.310.714	75.951.532	3.629.423	2.991.915	74.310.714	75.951.532
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.929.455	61.456.409	59.595.791	60.535.979	1.333.664	920.430	59.595.791	60.535.979
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	11.128.258	10.256.000	9.797.942	10.036.664	1.330.316	219.336	9.797.942	10.036.664
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	2.502.649	2.965.000	1.992.039	2.106.321	510.610	858.679	1.992.039	2.106.321
96 - RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.435.000	2.513.138	1.185.107	1.870.170	249.893	642.968	1.185.107	1.870.170
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.147.623	1.352.900	1.147.623	1.133.923	0	218.977	1.147.623	1.133.923
07 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	450.000	350.000	323.339	262.009	126.661	87.991	323.339	262.009
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	264.918	0	186.639	0	78.279	0	186.639	0
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	82.234	50.000	82.234	6.466	0	43.534	82.234	6.466
3. Outras Despesas Correntes	117.735.569	124.085.137	106.446.228	108.442.018	11.289.341	15.643.119	106.436.906	108.441.134
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	7.788.756	7.245.842	7.751.116	6.927.037	37.640	318.805	7.751.116	6.927.037
08 - OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	389.583	125.000	379.522	104.612	10.061	20.388	379.522	104.612
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	827.056	907.784	645.095	907.784	181.961	0	645.095	907.784
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.065.768	395.273	317.241	285.162	1.748.527	110.111	317.241	285.162
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.419.592	5.238.874	3.677.376	4.179.804	742.216	1.059.070	3.677.376	4.179.804

36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.134.958	1.031.482	1.012.901	1.001.259	122.057	30.223	1.012.901	1.000.375
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	49.900.363	48.469.954	47.259.268	43.850.447	2.641.095	4.619.507	47.259.268	43.850.447
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	43.802.075	55.313.287	38.801.207	46.133.348	5.000.868	9.179.939	38.791.885	46.133.348
46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	3.233.093	2.805.000	3.217.793	2.765.055	15.300	39.945	3.217.793	2.765.055
47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	28.943	21.381	18.689	17.268	10.254	4.113	18.689	17.268
49 - AUXILIO-TRANSPORTE	293.072	231.000	290.572	225.641	2.500	5.359	290.572	225.641
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.134.200	122.320	683.277	122.320	450.923	0	683.277	122.320
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.718.110	2.147.940	2.392.171	1.902.978	325.939	244.962	2.392.171	1.902.978
96 - RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	0	30.000	0	19.303	0	10.697	0	19.303
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	4.994.485	3.302.855	2.001.740	157.058	2.992.745	3.145.797	2.001.740	157.058
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.341.639	1.337.606	1.924.614	154.258	2.417.025	1.183.348	1.924.614	154.258
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	575.720	1.962.449	0	0	575.720	1.962.449	0	0
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	77.126	0	77.126	0	0	0	77.126	0
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0	2.800	0	2.800	0	0	0	2.800

Análise Crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreram alterações significativas neste exercício em relação ao exercício anterior nos créditos originários da UPC, assim como nos créditos executados diretamente pela UPC e os executados por movimentação.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

Dos créditos originários da UPC estas modalidades de contratação representaram menos de 1% dos recursos liquidados e pagos no exercício.

A principal modalidade de licitação da UO 55101 é a classificada como “não se aplica” em face da ação 8442 – Transferência de Renda Diretamente às Famílias Em Condição de Pobreza Extrema (Lei nº 10.836, de 2004), com R\$ 26,4 bilhões, que representa 96% dos recursos liquidados e pagos da UO, ação responsável pelo pagamento do benefício do Programa Bolsa Família sob gestão da SENARC.

Contingenciamento no exercício:

Neste exercício os efeitos na gestão orçamentária provocada pela limitação de empenho foi bastante significativo, obrigando o Ministério a reprogramar-se a fim de minimizar os efeitos dos mesmos, especialmente, na execução das políticas finalísticas, além da mudança de gestão e incorporação do INSS durante o exercício provocado pela mudança de governo.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

O evento positivo em 2016 foi que, apesar do contingenciamento que atingiu o MDS, as políticas sob responsabilidade da Pasta não foram prejudicadas substantivamente em relação à execução orçamentária, para tanto foi necessário um novo planejamento das ações inicialmente programadas.

Destaca-se também o elevado índice de empenho e pagamento do orçamento do Órgão em que se empenhou 100% da dotação, com liquidação de 98% e pagamento de 97% da dotação orçamentária do exercício.

Cabe registrar que, em relação aos restos a pagar, houve expressiva redução destes em 2016, equivalente a 88% do valor global, seja pelo cancelamento ou pagamento do mesmo.

Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 18 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	550005	CGLC/SAA	-	-	4	12.000,00	6.000,00
2015	550005	CGLC/SAA	-	-	9	20.800,00	6.000,00

Fonte: SIAFI

Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 19 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	550005	CGLC	-	-	-	-	865,13	865,13
2015	550005	CGLC	-	-	-	-	1.458,98	1.458,98

Fonte: SIAFI

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 20 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

R\$ 1,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
550005	CGLC	30	16 – Material de Expediente	806,81
			22 – Material de Limpeza	795,40
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	90,32

		39	63 – Serviços Gráficos e Editoriais	631,58
--	--	----	-------------------------------------	--------

Fonte: Siafi

Análise Crítica

Em comparação com o exercício de 2015, pode-se observar, de acordo com os quadros acima, que houve redução dos gastos realizados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, responsável pelo controle dos cartões de pagamento e respectivas prestações de contas, tem repassado aos supridos as principais orientações e normas a serem observadas na utilização do cartão.

Os supridos estão cientes que o CPGF é um meio de pagamento que proporciona à administração pública mais agilidade, porém são conhecedores dos mecanismos de controle estabelecidos em legislação que são por si só, bem rigorosos quanto a utilização do cartão. Desse modo, percebe-se que este Ministério tem feito opção pelo cartão apenas em situações excepcionais e urgentes.

Todas as operações realizadas por meio do cartão são registradas no sítio Comprasnet, podendo ser acompanhadas pelos órgãos de controle e no Portal da Transparência, por qualquer cidadão.

Os limites são registrados nas agências de relacionamento do Banco do Brasil S.A., mediante autorização expressa do ordenador de despesa.

Desempenho operacional

A dotação inicial designada ao Programa 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi de R\$ 192.017.725,00, sendo que ao final do exercício atingiu o valor de R\$ 208.299.236,00. Deste montante, foram empenhados 98% e efetivamente liquidados e pagos 89% da dotação final.

Cabe enfatizar que não ocorreram alterações significativas na execução orçamentária neste exercício em relação ao anterior, tanto nos créditos originários da UPC, assim como nos créditos executados diretamente e os executados por movimentação. Tal desempenho é consequência da melhoria de gestão implementada na UPC em face do contingenciamento e das limitações de empenho nas despesas administrativas.

Como evento positivo em 2016, no que pese o contingenciamento que atingiu o MDS, as ações do programa de gestão não prejudicaram a execução das políticas finalísticas sob responsabilidade da Pasta, tendo em vista a implementação de um novo planejamento das ações inicialmente programadas.

Apresentação e análise de indicadores de desempenho

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

Indicador 1 – Força de trabalho

Fórmula do Indicador	Quantitativo de servidores efetivos pertencentes ao quadro do Órgão, comparado com o total da força de trabalho do Órgão (dados do SIAPE)
Objetivo do Indicador	Aferir o percentual de servidores efetivos pertencentes ao quadro do Órgão em relação ao total da força de trabalho do MDSA (dados SIAPE)
Meta do Indicador	50%
Frequência da Apuração	Anual
Percentuais Apurados em 2016	31,27%

Fonte: SIAPE

Análise:

O quantitativo de servidores efetivos do MDSA, composto por cargos da Carreira do PGPE e dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais, representam apenas 1/3 dos servidores da força de trabalho do Órgão, ratificando a necessidade de realização de concurso público no âmbito desta Pasta.

Indicador 2 – Monitoramento da folha de pagamento

Fórmula do Indicador	Valor pago na folha de pagamento relativamente a cargos em comissão, comparado com o total de gastos brutos com a folha de pagamento de pessoal (dados do SIAPE)												
Objetivo do Indicador	Aferir o percentual gasto com pagamento de cargos em comissão na folha de pagamento de pessoal do Órgão (dados SIAPE)												
Meta do Indicador	50%												
Frequência da Apuração	Mensal												
Percentuais Apurados em 2016	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
	36,58	37,62	37,82	37,77	35,54	28,40	37,31	35,12	38,07	38,87	21,27	32,78	

Fonte: SIAPE Gerencial - >GRFINANCE>GRCOFINDDP. Ref: Dezembro/2016.

Indicador 3 – Monitoramento de cessões

Fórmula do Indicador	Quantidade de servidores cedidos comparado com o total de servidores efetivos do Órgão (dados do SIAPE)
Objetivo do Indicador	Aferir o percentual de servidores cedidos em relação ao total de servidores do Órgão
Meta do Indicador	10%
Frequência da Apuração	Anual

Percentuais Apurados em 2016	20,07%
------------------------------	--------

Fonte: CGRH/SAA/SE/MDSA

Indicador 4: Percentual de Acidente de Trabalho no âmbito da UPC em relação ao total de servidores da UPC em 2016.

Fórmula do Indicador	Valor absoluto de acidentes ocorridos no âmbito da UPC com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UPC.
Objetivo do Indicador	Demonstrar a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de acidentes de trabalho.
Meta do Indicador	0
Frequência da Apuração	Anual
Resultado do Indicador no Exercício	1 (um) acidente com possibilidade de ser enquadrado como acidente de trabalho.

Análise:

O ambiente de trabalho do MDSA, por sua própria natureza, não oferece grandes riscos aos servidores. No entanto, medidas preventivas de rotina são adotadas, a fim de evitar acidentes, como por exemplo, a indicação de placas e avisos de áreas perigosas.

Indicador 5: Percentual de Doenças Ocupacionais no âmbito da UPC em relação ao total de servidores da UPC em 2015.

Fórmula do Indicador	Valor absoluto de afastamentos em função de doenças ocupacionais ocorridos no âmbito da UPC com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UPC.
Objetivo do Indicador	Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de doenças ocupacionais.
Meta do Indicador	0
Frequência da Apuração	Anual
Resultado do Indicador no Exercício	15 servidores entregaram atestados que poderiam ser enquadrados como doenças ocupacionais.

Análise:

A apuração do resultado referente a doenças ocupacionais utilizou como indicador os principais afastamentos passíveis de tal classificação.

Essa forma de apuração foi adotada, visto as dificuldades enfrentadas por este MDSA para homologação dos atestados médicos. Ocorre que, em 2013 a homologação dos atestados dos servidores, era realizada pelo Ministério da Fazenda, entretanto de maneira precária, o que foi descontinuado em 2014, gerando um grande passivo. Somente após julho de 2015, por meio de parceria com o Hospital das Forças Armadas – HFA, esta pasta conseguiu passar a integrar uma Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.

Observou-se, contudo, que em relação a 2015, houve uma redução de cerca de 60% (sessenta por cento) o número de atestados médicos apresentados.

COORDENAÇÃO - GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Serviço de Desarquivamento e Arquivamento de Processos	100%	100%	100%	12 meses	Todas as solicitações de desarquivamento e/ou arquivamento foram atendidas conforme solicitado.
ICAS - Índice de Consumo de Água por Servidor	0,85	0,85	0,98	Mensal	(Metros cúbicos mensais de água consumidos nos imóveis alugados)/(quantitativo de servidores nos imóveis alugados)
ICES - Índice de Consumo de Energia Elétrica por Servidor	144,35	144,35	156,80	Mensal	(Kilowatts mensais de energia elétrica consumida no conjunto de imóveis alugados)/(quantitativo de servidores nos imóveis alugados)
Consumo de papel	8.993	8.993	7.346	anual	Quantidade de resmas consumidas no exercício de 2016 com referência ao ano de 2015.
Monitoramento de gastos dos insumos de limpeza	300 mil unidades mensais.	280 mil unidades mensais	290 mil unidades mensais	Mensal	Quantidade média mensal de papel toalha utilizada pelos servidores e demais usuários. (média aferida pela soma de todos os papéis consumidos durante o ano dividido por 12 meses)
Substituição de copos plásticos por copos ecológicos	45 mil unidades mensais	30 mil unidades mensais	25 mil unidades mensais	Mensal	Quantidade média mensal de copos de 200 ml utilizadas pelos servidores e demais usuários. (média aferida pela soma de todos os copos consumidos durante o ano dividido por 12 meses)

Observação:

1) Nos indicadores ICAS E ICES foi considerada a média nas unidades alugadas do Edifício Ômega, SAF e SAAN. O quantitativo considerado foi a soma dos servidores, mão de obra terceirizada, estagiários e de consultores que trabalham de modo permanente nos imóveis alugados.

INDICADOR 6 - Serviço de Desarquivamento e Arquivamento de Processos/Documentos

Método: Monitoramento das solicitações de desarquivamento e/ou arquivamento atendidas conforme solicitado.

Objetivo do indicador:

Redução de tempo das atividades que requerem a análise de documentos, visando à otimização de espaço físico, mantendo a agilidade e eficiência no atendimento das demandas.

Meta do indicador: 100%

Frequência da apuração: Mensal

Percentuais apurados em 2015

Mês	Quantidade de Processos Recebidos e Desarquivados	Percentual utilizado em 100%
Janeiro	257	4,60%
Fevereiro	192	3,44%
Março	1.582	28,34%
Abril	418	7,49%
Maio	311	5,57%
Junho	305	5,46%
Julho	324	5,80 %
Agosto	527	9,44%
Setembro	199	3,56%
Outubro	248	4,44%
Novembro	668	11,96%
Dezembro	552	9,89%
Total	5.583	100%

Percentuais apurados em 2016

Mês	Quantidade de Processos/Documents Recebidos e Desarquivados	Percentual utilizado em 100%
Janeiro	2.783	34,31%
Fevereiro	381	4,69%
Março	254	3,13%
Abril	298	3,67%
Maio	422	5,20%
Junho	390	4,80%
Julho	788	9,71%
Agosto	6.036	43,88%
Setembro	467	5,75%
Outubro	684	8,43%
Novembro	449	5,53%
Dezembro	802	9,89%
Total	13.754	100%

Obs: Com a criação do SEI, passamos a arquivar e desarquivar documentos recebidos dos Correios pelas unidades das Secretarias.

INDICADOR 7 - ICAS – Indicador de Consumo de Água por Servidor

Método:

ICAS = Metros cúbicos de água consumidos nos imóveis alugados

Quantitativo de servidores em imóveis alugados

Objetivo do Indicador:

Mensurar, no conjunto de imóveis locados, as variações de consumo de água, possibilitando aferir a ocorrência de desperdícios, que podem decorrer de problemas nas instalações hidráulicas (vazamentos, defeitos em torneiras, etc.) e, até mesmo, do uso indevido pelos consumidores dos edifícios.

Unidade de Medida: Metros Cúbicos Mês por Servidor (m³ mês / servidor).

Mês de referência	Total		
	m ³	peças	ICAS
jan/15	640	865	0,74
fev/15	743	865	0,86
mar/15	663	865	0,77
abr/15	746	865	0,86
mai/15	777	865	0,90
jun/15	742	865	0,86
jul/15	761	865	0,88
ago/15	836	865	0,97
set/15	718	865	0,83
out/15	836	865	0,97
nov/15	718	865	0,83
dez/15	610	865	0,71
jan/16	624	865	0,72
fev/16	722	783	0,92
mar/16	722	783	0,92
abr/16	848	783	1,08
mai/16	955	783	1,22
jun/16	953	783	1,22
jul/16	765	783	0,98
ago/16	891	783	1,14

set/16	508	783	0,65
out/16	311	757	0,41
nov/16	306	395	0,77
dez/16	337	195	1,73

Índice de Referência (2015)	Índice Previsto (2016)	Índice Observado (2016)
0,85	0,85	0,98

Ao longo do ano de 2016 foram mantidas rotinas de manutenção no sistema hidrossanitário para a identificação e eliminação de desperdícios, além do acompanhamento do padrão de consumo (verificação do relógio) para identificação e correção de anormalidades.

Ocorreu um aumento no índice médio anual de aproximadamente 15,3% (quinze vírgula três por cento) causado em sua maior parte pela desocupação parcial de 2 (dois) dos prédios alugados, afetando o valor registrado nas faturas a partir de outubro de 2016, em que o consumo apesar de ter diminuído, teve uma redução proporcionalmente menor do que a quantidade de pessoas, por ser necessário continuar executando a manutenção e limpeza mesmo com menos ocupantes nos edifícios.

INDICADOR 8 - ICES – Indicador de Consumo de Energia Elétrica por Servidor

Método:

ICES = $\frac{\text{Kilowatts mensais de energia elétrica consumida no conjunto de imóveis alugados}}{\text{Quantitativo de servidores nos imóveis alugados}}$

Quantitativo de servidores nos imóveis alugados

* Potência Ativa (kW)

Objetivo do Indicador:

Mensurar, no conjunto de edificações alugadas, as variações de consumo de energia elétrica, possibilitando aferir a ocorrência de desperdícios desse recurso, que podem decorrer de falhas nas instalações (instalações antigas e ineficientes) ou de mal uso pelos consumidores das edificações (lâmpadas e equipamentos elétricos que são deixados ligados após o expediente).

Unidade de Medida: Kilowatt mês por servidor (kW mês / servidor).

Mês de referência	Total		
	Kw	peçoas	ICES
jan/15	108015	865	124,9
fev/15	146773	865	169,7
mar/15	122494	865	141,6
abr/15	131970	865	152,6
mai/15	97353	865	112,5
jun/15	136644	865	158,0
jul/15	98519	865	113,9
ago/15	98736	865	114,1
set/15	119327	865	137,9
out/15	142361	865	164,6
nov/15	141971	865	164,1
dez/15	154209	865	178,3
jan/16	134209	865	155,15
fev/16	127755	783	163,16
mar/16	137392	783	175,47
abr/16	142455	783	181,93
mai/16	136450	783	174,27
jun/16	135970	783	173,65
jul/16	107354	783	137,11
ago/16	107848	783	137,74
set/16	108281	783	138,29
out/16	91933	757	121,44
nov/16	54274	395	137,40
dez/16	36266	195	185,98

Índice de Referência (2015)	Índice Previsto (2016)	Índice Observado (2016)
144,35	144,35	156,80

Ao longo do ano de 2016 foram executadas rotinas de manutenção para a identificação e eliminação de desperdícios, tais como: desligamento dos disjuntores dos circuitos de iluminação após horário previamente fixado e o fechamento das janelas para não prejudicar o funcionamento do ar condicionado e minimizar a interferência dos usuários no funcionamento dos aparelhos.

Ocorreu um aumento no índice médio anual de aproximadamente 8,6% (oito vírgula seis por cento) causado em sua maior parte pela desocupação parcial de 2 (dois) dos prédios alugados, afetando o valor registrado nas faturas a partir de outubro de 2016, em que o consumo teve uma redução proporcionalmente menor do que a quantidade de pessoas, por ser necessário manter em funcionamento alguns setores de iluminação, condicionamento de ar e elevadores mesmo com menos ocupantes nos edifícios.

INDICADOR 9 - Consumo de Papel

Método:

Monitoramento do quantitativo de PAPEL utilizado, comparando o ano de 2014 e 2015

Objetivo do indicador:

Reduzir o consumo de papel A4, visando às ações de sustentabilidade que estão sendo implantadas no MDSA.

Meta do indicador: Manter o consumo atual sem que haja aumento.

Frequência da apuração: Mensal

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
0	0	10	3	0	0	5	8	21	0	3	0	50

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2014

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
417	977	925	1.006	897	985	910	853	577	1.065	953	810	10.375
Soma dos papéis – Clorado e Reciclado – Exercício 2014												
417	977	935	1.009	897	985	915	861	598	1.065	956	810	10.425

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2015

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
5	8	5	0	6	0	13	17	5	0	7	0	66

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2015

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
756	585	653	721	819	615	832	754	835	846	797	714	8.927
Soma dos papéis – Clorado e Reciclado – Exercício 2015												
761	593	658	721	825	615	845	771	840	846	804	714	8.993

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 CLORADO apurados em 2016

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
2	2	5	8	6	10	24	28	6	3	35	28	157

Quantitativos de Resmas de Papéis A4 RECICLADO apurados em 2016

Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
642	737	549	717	580	515	809	290	467	563	740	580	7.189
Soma dos papéis – Clorado e Reciclado – Exercício 2016												
644	739	554	725	586	525	833	318	473	566	775	608	7.346

Houve uma diminuição de 18.31% (dezoito vírgula trinta e um por cento) na quantidade de resmas consumidas no exercício de 2016, devido entre outras coisas, à implantação do Sistema SEI.

INDICADOR 10 - Monitoramento dos gastos

Método:

Monitoramento dos gastos com insumos utilizados nos serviço de limpeza, asseio conservação e higienização nas unidades do MDSA, comparando o ano de 2015 e 2016.

Objetivo:

Reduzir os gastos com a aquisição de papel toalha.

Frequência de apuração: Mensal

Meta: Redução de gastos em até 6,6% (seis vírgula seis por cento)

Avaliação:

- Foram realizados esforços para o acompanhamento e monitoramento junto à empresa prestadora dos serviços de limpeza, visando à conscientização e maior controle com os gastos de insumos.
- O acompanhamento foi realizado por meio da solicitação de Notas Fiscais que comprovassem a aquisição junto aos fornecedores e controle da entrega e distribuição dos materiais.

- Foi observada uma redução de 3,3% (três vírgula três por cento) no consumo de papel toalha nas unidades do MDSA, comparando o ano de 2015 e 2016.

INDICADOR 11 - Soluções ecologicamente sustentáveis

Método:

Monitoramento da quantidade média mensal de copos de 200 (duzentos) ml utilizada pelos servidores e demais usuários.

Objetivo:

Apresentar soluções ecologicamente corretas para utilização de materiais biodegradáveis e insumos que não agridam ao meio ambiente nos serviços de copa no âmbito do MDSA, incluindo a substituição de copos plásticos por ecológicos e/ou de vidro reduzindo o alto custo de aquisição dos descartáveis-e o impacto ambiental.

Frequência de apuração: Mensal

Meta: Redução de 33,3% (trinta e três por cento) na aquisição de copos descartáveis.

Avaliação:

- Realizado trabalho em conjunto com a Secretaria-Executiva, por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), propondo estudos e soluções ecologicamente sustentáveis.
- Paralelamente foi realizado monitoramento da distribuição e consumo dos copos nas diversas unidades do MDSA mês a mês. Por meio deste controle, verificamos uma redução considerável. A média mensal de copos passou para 25.000 (vinte e cinco mil) em 2016, representando uma redução de aproximadamente 44,4% (quarenta e quatro vírgula quatro por cento).
- Essa redução ocorreu por conta de iniciativas de conscientização dos servidores, afixação de cartazes do Projeto Esplanada Sustentável, restrições à distribuição de copos descartáveis aos servidores por parte do serviço de copeiragem, etc.

COORDENAÇÃO - GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLC

Na **Coordenação de Contratos** foram firmados 7 (sete) Contratos de Tecnologia da Informação, sendo 2(dois) contratos na ação 2000, 3 (três) na ação 6414 e 2 (dois) na ação 215I e 44 (quarenta e quatro) demais Contratos, sendo 38 (trinta e oito) na Ação 2000, 4 (quatro) na Ação 215I, 1 (um) na Ação 2784 e 1 (um) na Ação 8893, conforme disponibilizados conforme disponibilizados nos anexos V e VI deste Relatório de Gestão.

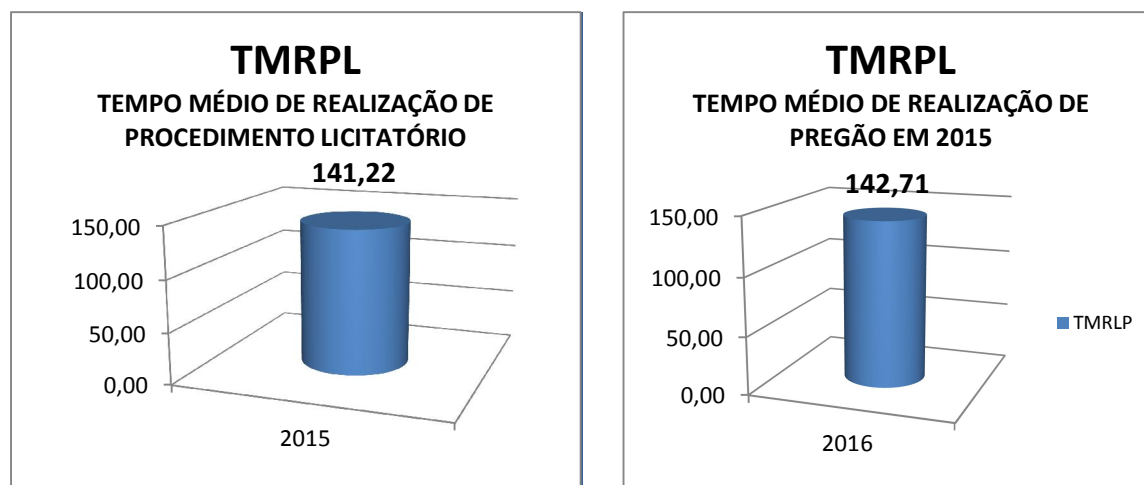
No exercício de 2016, foram realizadas na **Coordenação de Compras e Licitações** 33 (trinta e três) licitações na modalidade Pregão Eletrônico, destes 7 (sete) foram revogados e 02 (dois) fracassados; 22 (vinte e duas) dispensas de licitação; 08 (oito) inexigibilidades de Licitação e 25 (vinte e cinco) adesões a Atas de Registro de Preços.

No tocante aos indicadores de desempenho, a Coordenação de Compras e Licitações-CCLIC, criou 4 (quatro) indicadores, com a intenção de avaliar, monitorar e identificar avanços e melhorias na qualidade dos serviços prestados pela área.

Pode-se observar, de acordo com os gráficos a seguir, no que tange ao indicador Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório (TMRPL), que houve um pequeno aumento no tempo de conclusão dos processos licitatórios. O referido aumento decorreu, provavelmente, da mudança de gestão no âmbito deste Ministério, no decorrer de 2016, impactando, inclusive, na majoração no Índice de Alteração do Termo de Referência (IATR), haja vista a necessidade de reanálise de alguns processos em curso. O indicador TMRPL, calculado em dias, considera a data de entrada do processo na CCLIC, incluindo o tempo de realização da pesquisa de mercado, até a homologação do certame.

No cálculo foram computados 24 (vinte e quatro) processos autuados nos exercícios de 2015/2016, cujas licitações foram concluídas em 2016, não levando em consideração as licitações revogadas, considerando, ainda, uma periodicidade anual.

Gráfico 3 – Indicador Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório

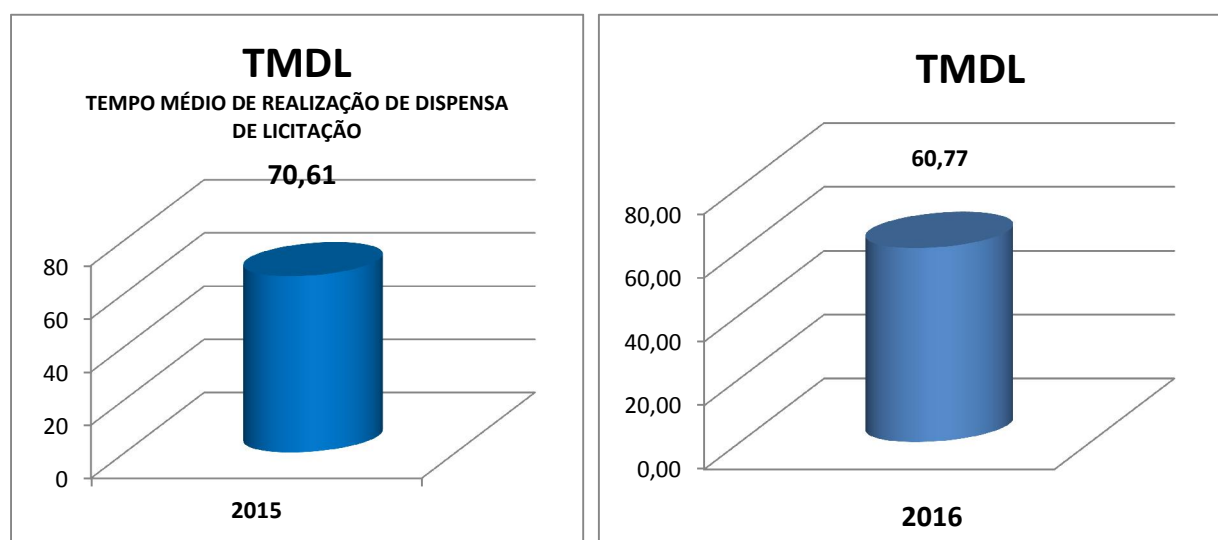


No gráfico a seguir é possível observar que o Tempo Médio de Dispensa de Licitação (TMDL) apurado foi de 60,67 dias, levando-se em conta a data de entrada do processo na CCLIC, incluindo o tempo de realização da pesquisa de mercado, até a Emissão da Nota de Empenho.

No cálculo foram computados 22 (vinte e dois) processos autuados nos exercícios de 2015/2016, cujos processos foram concluídos em 2016.

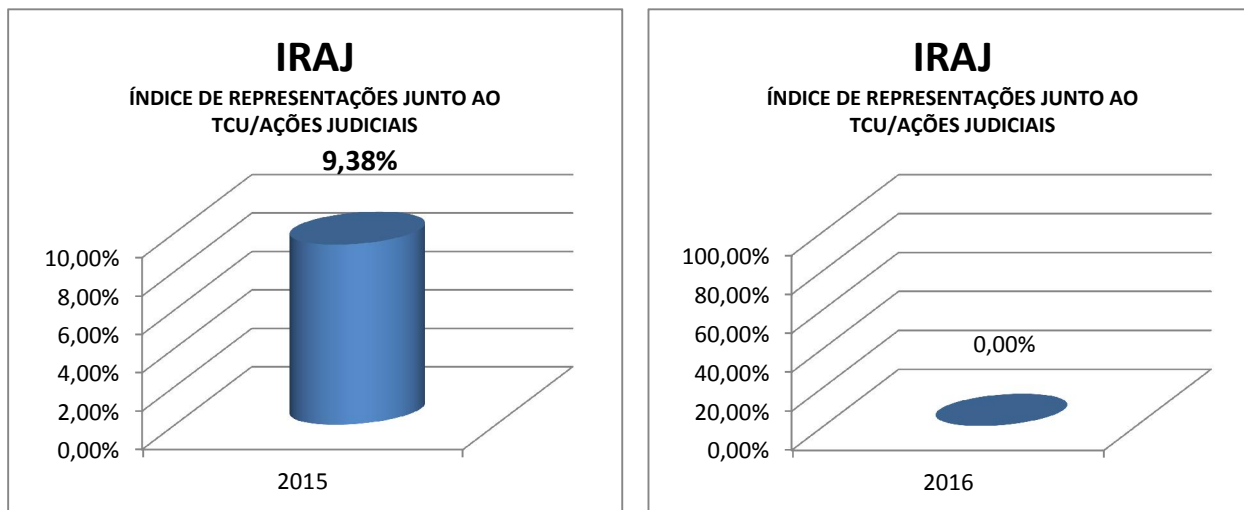
Em comparação ao exercício de 2015, observa-se que houve uma redução no TMDL, resultado de um maior controle de processos na área demandante, por meio de encaminhamento de correspondência (e-mail), “cobrando” o andamento dos autos, com a finalidade de promover a ativação de processos paralisados.

Gráfico 4 – Indicador Tempo Médio de Realização de Dispensa de Licitação



Quanto ao Índice de Representações junto ao Tribunal de Contas da União–TCU/Ações Judiciais, no ano de 2016 não houve ações judiciais ou representações, o que correspondeu a uma diminuição em relação ao índice registrado no exercício de 2015.

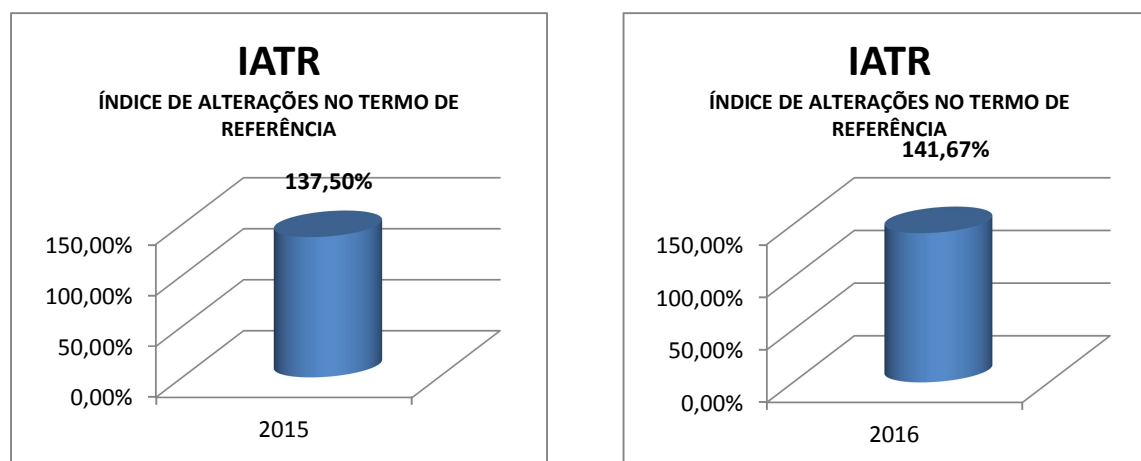
Gráfico 5 – Índice de Representações Junto ao TCU/Ações Judiciais



No que se refere ao Índice de Alterações no Termo de Referência (IATR), observa-se que houve um aumento em relação ao índice apurado no exercício de 2015. Contudo, pode-se afirmar que tal variação justifica-se pela alteração de Gestão em quase todas as unidades do Ministério no decorrer do exercício. Tal fato fez com que os setores revisassem suas demandas as atuais necessidades.

Em comparação ao Índice do tempo médio de realização de procedimento licitatório (TMRPL), percebe-se que o aumento na quantidade de alterações no Termo de Referência implicou no aumento do tempo de conclusão das licitações em 2016.

Gráfico 6 – Índice de Alterações no Termo de Referência



GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Descrição das estruturas de governança

Neste quesito, compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta e de pessoa jurídica que contrata com o Poder Público, tipificadas na Lei nº 12.846/13, bem como planejar e coordenar as correções ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, bem como examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata, e realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União. Como dito alhures, a Portaria GM nº 110, de 04 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 232, Seção 2, em 04 de dezembro de 2015, pag. 45, delegou competência à esta Corregedoria/SE/MDS para apuração de atos ilícitos praticados por pessoa jurídica, tipificadas na Lei nº 12.846/13, por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Quanto à atuação da Corregedoria, em 2015 foram instaurados quatro processos disciplinares; sendo três Sindicâncias Investigativas, e um Processo Administrativo Disciplinar-PAD.

Foram concluídos (julgados) cinco procedimentos disciplinares, sendo os dois referentes a Sindicâncias Investigativas. Ainda nesse contexto e remanescentes da gestão anterior foram julgadas uma Sindicância Acusatória, um Processo Administrativo Disciplinar – PAD, e uma Sindicância Servidor Temporário (art. 10. da Lei 8.745/93), esta culminou com a aplicação da penalidade de demissão e o registro do fato nos assentamentos funcionais do ex-servidor. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos,

Entre os resultados das ações executadas ao longo do exercício, vale destacar a manutenção atualizada de todos os processos disciplinares instaurados no MDS desde a sua criação no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares, administrado pela Controladoria Geral da União – (CGU-PAD), dentro do prazo estabelecido pela norma.

Dando prosseguimento ao seu papel institucional, cumpre registrar que, por meio de instrumentos técnicos (Pareceres e Notas) a Corregedoria orientou as autoridades do Órgão com relação às recomendações emanadas dos órgãos de controle sobre indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos.

Gestão de riscos e controles internos

O prazo para a publicação da política de gestão de riscos dos órgãos do poder executivo federal foi definido pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01 de 2016 como sendo até maio de 2017. O MDSA encontra-se em fase de capacitação dos servidores acerca do tema, no intuito de qualificar a gestão da política e disseminar informações relevantes para a efetiva adoção da prática em todo o órgão.

As áreas responsáveis pela elaboração da política e, posteriormente, pela sua implantação no ministério encontram-se em processo de constante diálogo, internamente no ministério e com parceiros externos que já apresentam estruturas consistentes de gestão de riscos, para a construção do normativo legal e definição das bases para a formulação do plano de ação.

Ademais, visando a melhor estruturação das funções pertinentes, foi criada a Assessoria Especial de Controle Interno - AECI do MDSA pelo Decreto 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para vigorar a partir de 17 de janeiro de 2017.

ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Gestão de pessoas

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH está subordinada administrativamente à SAA e exerce as atividades relacionadas ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC em consonância com as orientações normativas emanadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão SEGRT/MP, que atua como órgão central do sistema.

A CGRH é responsável pela proposição de diretrizes gerais para a preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, bem como o desenvolvimento e gestão de recursos humanos, coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades de recrutamento, de seleção, de administração e pagamento de pessoal e das atividades de desenvolvimento de recursos humanos, bem como o gerenciamento do pagamento de diárias e emissão de passagens e a promoção das atividades relacionadas à saúde e seguridade social do servidor.

À unidade, cabe também propor normas complementares e procedimentos relativos à área de recursos humanos, subsidiando proposta orçamentária na matéria pertinente à unidade, bem assim na promoção de ações que visem à valorização do servidor, e na orientação e uniformização de procedimentos decorrentes da avaliação de desempenho individual dos servidores, nos termos da legislação vigente.

As atividades e ações desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos visam prover a estrutura de pessoal adequada à execução dos projetos e programas incumbidos a cada uma das unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Estrutura de pessoal da unidade

Força de Trabalho da UPC

Em 31 de dezembro de 2016, a força de trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário totalizava 908 (novecentos e oito) profissionais ativos (exceto a mão-de-obra terceirizada e estagiários), classificados nas situações dispostas no quadro a seguir:

Quadro 21 - Força de Trabalho do MDSA - Distribuição por Situação

Situação	Quantidade	Percentual
Ministro de Estado	1	0,11%
Ativo Permanente	284	31,28%
Cedidos a Outros Órgãos	45	4,96%
Nomeado Cargo Comissionado (Sem Vinculo)	223	24,56%
Requisitado (Poder Executivo Federal)	105	11,56%

Requisitado (Estados e Municípios)	21	2,31%
Exercício Descentralizado de Carreira	93	10,24%
Anistiado	21	2,31%
Exercício Provisório	10	1,10%
Contrato Temporário	104	11,45%
Aposentado	1	0,11%
Total Geral	908	100%

Fonte: SIAPE Gerencial (GRCADAS>GRCOSITCAR - Ref. Dezembro/2016).

O quadro a seguir, relativo à distribuição destes profissionais entre as áreas técnicas responsáveis por macroprocessos finalísticos e as unidades responsáveis pelos macroprocessos de suporte, demonstra concentração de servidores nas unidades finalísticas, em razão da necessidade de assegurar o cumprimento da missão institucional do MDSA.

Tabela 26 – Distribuição dos servidores da UPC SE/MDSA

GM	SE	CONJUR	CNAS	SNAS	DEFNAS	SESAN	SENARC	SESEP	SAGI	TOTAL
89	231	23	17	149	40	121	133	49	52	904
9,85%	25,55%	2,54%	1,88%	16,48%	4,42%	13,38%	14,71%	5,42%	5,75%	100,00%

Fonte: CGRH_Força_Trabalho/SAA-SE-MDSA - Ref. 31/Dezembro/2016.

Nota: Em função da utilização de fonte de dados alternativa ao SIAPE, a divergência em relação ao total do quadro anterior decorre da movimentação de pessoal em processo de atualização não concluído no momento em que os dados foram extraídos.

Trata-se de um corpo funcional relativamente jovem e com nível escolar elevado, conforme se verifica nos quadros a seguir, conforme Distribuição por Faixa Etária e Distribuição Segundo o grau de escolaridade, em que se verifica que 54% do pessoal têm até 40 anos de idade e cerca de 80% da força de trabalho possui instrução de nível superior ou mais.

Quadro 22 - Força de Trabalho do MDSA - Distribuição por Nível de Escolaridade

NÍVEL - DENOMINAÇÃO	Quantidade ⁽¹⁾	(%)
4ª Série do Ensino Fundamental Completo	1	0,10%
Ensino Fundamental Incompleto	2	0,21%
Ensino Fundamental	8	0,83%
Ensino Médio - Completo	15	1,56%
Ensino Médio - Incompleto	91	9,46%
Superior Incompleto	71	7,38%
Ensino Superior	660	68,61%
Mestrado	98	10,19%
Doutorado	16	1,66%
Total Geral	962	100,00%

Quadro 23 - Força de Trabalho do MDSA - Distribuição por Faixa Etária

NÍVEL - DENOMINAÇÃO	Quantidade ¹	(%)
Até 30 anos	145	15,07%
de 31 a 40 anos	372	38,67%
de 41 a 50 anos	183	19,02%
de 51 a 60 anos	144	14,97%
maior de 60 anos	64	6,65%
Total Geral	908	94,39%

Fonte: SIAPE Gerencial (Extrator) - Ref. Dezembro/2016.

No que diz respeito à transitoriedade dos profissionais, a relação entre servidores permanentes (ativo permanente) e temporários (contrato temporário), o quadro a seguir indica a prevalência de servidores efetivos pertencentes ao quadro permanente do MDSA, da ordem de 73,2% em relação aos 26,8% de contratados por tempo determinado.

Tabela 27 - Relação entre servidores permanentes (ativo permanente) e temporários (contrato temporário)

Situação	Quantidade	%
ATIVO PERMANENTE	284	73,2
CONTRATO TEMPORÁRIO	104	26,8
Total Geral	388	100,00

Fonte: SIAPE Gerencial (GRCADAS>GRCOSITCAR) - Ref. Dezembro/2016.

Qualificação do Corpo Funcional do MDSA

Tem sido permanente o esforço para qualificação do corpo funcional, sendo importante destacar que a capacitação dos servidores do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário está alinhada à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituída em 2006, pelo Decreto nº 5.707.

Busca-se, no MDSA, capacitar os servidores com vistas ao desenvolvimento das competências individuais necessárias ao alcance dos objetivos institucionais, identificadas por meio de consistente análise e diagnóstico das necessidades de treinamento e desenvolvimento. O modelo de gestão por competências está estabelecido como um referencial para a gestão da capacitação, embora não tenha sido efetivamente implantado no âmbito do MDSA. Adicionalmente, tem-se como referência a racionalização e a efetividade dos gastos com capacitação.

O instrumento norteador das ações de capacitação é o Plano Anual de Capacitação (PAC), que é elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.707, bem como com a Portaria nº 249, de 14 de novembro de 2016, que institui a Política de Capacitação no MDSA, estabelecendo as seguintes diretrizes:

- I. promoção da excelência na qualidade dos serviços prestados à sociedade, partindo das premissas: transparência, eficiência, eficácia e efetividade;
- II. promoção da formação e da educação contínua dos servidores;

III. adequação das competências dos servidores aos objetivos do MDSA, tendo como referência o Plano Plurianual – PPA e as diretrizes estratégicas do MDSA;

IV. envolvimento das unidades do MDSA na avaliação das necessidades, bem como no acompanhamento dos resultados das ações de capacitação e desenvolvimento.

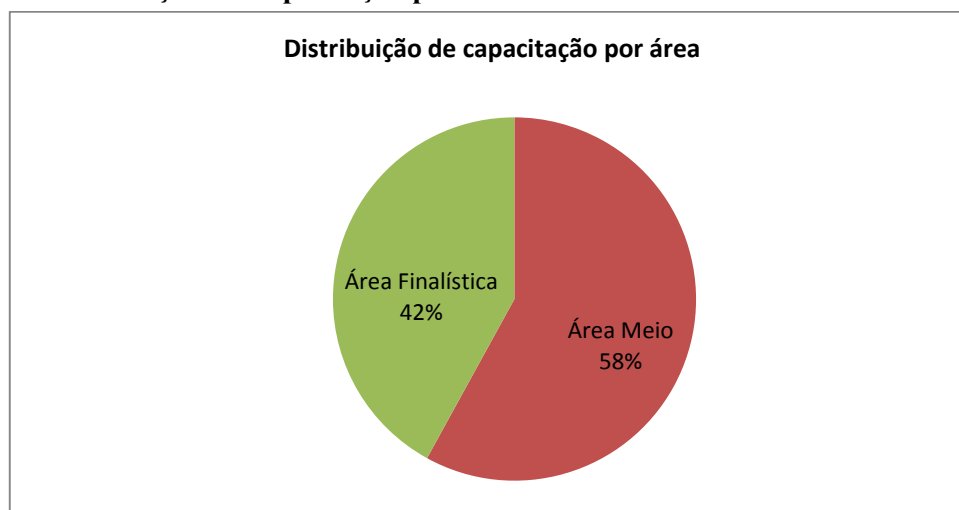
Em parceria com diversas instituições públicas e privadas, foram realizadas diferentes modalidades de capacitação, tais como: cursos presenciais, cursos à distância, seminários, congressos, inclusive em turmas fechadas. Nas ações de capacitação, realizadas no exercício de 2016, servidores da Administração Pública Federal, inclusive do próprio MDSA, foram contratados como instrutores, remunerados com Gratificação por Encargo de Curso e Concurso – GECC. Essa alternativa, além de valorizar e motivar os servidores, permite a seleção de profissionais qualificados, com experiência comprovada no âmbito da Administração Pública, possibilitando, ainda, a celeridade da realização das turmas e minimizando custos, o que converge com o princípio da economicidade.

A Lei Orçamentária Anual de 2016 disponibilizou um orçamento inicial de R\$ 370.498,00 (trezentos e setenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais) para as ações de capacitação e estipulou a meta física em 240 (duzentos e quarenta) servidores para serem capacitados. Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016, houve contingenciamento e novo limite foi estabelecido, no montante de R\$ 234.616,00 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e dezesseis reais). Em função do volume reduzido de recursos em comparação há anos anteriores, foram buscadas alternativas para realização de capacitações com menores custos para o órgão. Desse modo, foi possível realizar um número considerável de capacitações, superando a meta física estabelecida inicialmente.

No decorrer de 2016, foram possibilitadas 1.083 (mil e oitenta e três) oportunidades de capacitação e atualização profissional, envolvendo a capacitação de 539 (quinhentos e trinta e nove) servidores, em 16.653 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e três) horas de capacitação.

No que concerne à distribuição de investimento por unidade do MDSA, observa-se o maior investimento em capacitação na área meio, ainda que exista certo equilíbrio no orçamento destinado a ambas as áreas. A diferença se explica pela maior demanda proveniente das áreas meios, em relação às áreas finalísticas.

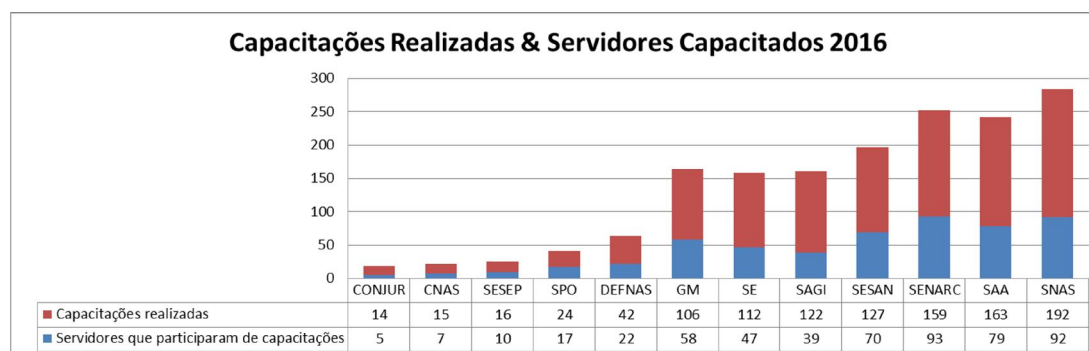
Gráfico 7 – Distribuição de Capacitação por Área



Fonte: CODEP/CGRH/SAA/SE/MDSA

No que se refere à distribuição de oportunidades de capacitação entre os servidores, verifica-se que existe sobreposição de servidores, nas unidades do MDSA, que realizam as capacitações. Isto é, em cada área, há servidores que participaram de mais de uma ação de capacitação e servidores que participaram apenas de uma, como pode ser observado no gráfico a seguir. Ainda, tendo em tela o universo da força de trabalho, boa parte do quadro de servidores não participou de qualquer ação de capacitação no exercício de 2016.

Gráfico 8 – Capacitações Realizadas e Servidores Capacitados 2016



Fonte: CODEP/CGRH/SAA/SE/MDSA

O Plano de Capacitação do MDSA em 2016 prevê a utilização de indicadores de Alcance de Meta Física (AMF) e da relação de horas de capacitação por servidor (HSC), que apresentam os resultados dispostos no quadro a seguir:

Tabela 28 – Indicadores CGRH/SAA

QUADRO DE INDICADORES			
DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	FÓRMULA	RESULTADO
Alcance da Meta Física: AMF	% de servidores capacitados em relação à meta física programada para o exercício	$\frac{\text{Total anual de servidores capacitados} \times 100}{\text{Meta prevista para o ano}}$	$\text{AMF} = \frac{(539 \times 100)}{240} = 225\%$
Horas/servidor despendidas com capacitação: HSC	Carga horária média anual de capacitação por servidor	$\frac{\text{Total anual de horas de capacitação}}{\text{Total anual de servidores capacitados}}$	$\text{HSC} = \frac{16.653}{539} = 30,9$

PONDERAÇÃO DOS INDICADORES			
AMF		HSC	
100% – 80%	ÓTIMO	40 – 25 HORAS	ÓTIMO
79% – 50%	ATENÇÃO	25 – 15 HORAS	BOM
49% – 0%	CRÍTICO	15 – 10 HORAS	ATENÇÃO
		10 – 0 HORAS	CRÍTICO

Distribuição da Lotação Efetiva

O quadro a seguir demonstra os quantitativos referentes à estrutura de pessoal referente à posição de 31 de dezembro de 2016, contemplando a Secretaria Executiva e o Gabinete do Ministro.

Quadro 24 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1	236	21	31
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	235	20	30
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	120	1	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	45	8	10
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	70	11	15
2. Servidores com Contratos Temporários (CDT)		14	-	4
3. Servidores s/vínculo com a Administração Pública		92	23	17
4. Total de Servidores (1+2+3)	1	342	44	52

Fonte: Força de Trabalho - Ref. Dezembro 31/12/2016. Exercício de 2016 (01/01/2016 a 31/12/2016).

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 25 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	169	66
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	169	66
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	96	24
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	23	22
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	50	20
2. Servidores com Contratos Temporários	9	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	52	40

4. Total de Servidores (1+2+3)	230	111
---------------------------------------	-----	-----

Fonte: Força de Trabalho - Ref. Dezembro 31/12/2016. A contagem não inclui o cargo de Natureza Especial (Ministro), atuante em ambas as áreas, tanto meio quanto finalística.

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Quadro 26 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	192	38	39
1.1. Cargos Natureza Especial	-	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	191	37	38
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	33	-	-
1.2.2. Serv. de Carreira em Exerc. Descentralizado	-	29	4	9
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	38	10	12
1.2.4. Sem Vínculo	-	91	23	17
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	38	-	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	14	-	1
2.2. Serv. de Carreira em Exerc. Descentralizado	-	1	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	23	-	2
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	230	38	42

Fonte: Força de Trabalho - Ref. Dezembro 31/12/2016. Exercício de 2016 (01/01/2016 a 31/12/2016).

Análise Crítica

A reforma ministerial promovida pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, extinguiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, resultando em transferência de algumas atribuições e vinculação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a esta Pasta.

Nesse sentido, merece destaque a situação do Conselho de Recursos do Seguro Social, que passou a integrar a estrutura básica do MDSA, cujo quadro de pessoal é composto de servidores oriundos do extinto MTPS e cedidos pelo INSS, possuindo peculiaridades nas leis de regência das respectivas carreiras, o que exigiu uma série de estudos e resultou em questionamentos sobre a possibilidade de incorporação da força de trabalho do órgão extinto ao MDSA. Devido à complexidade, algumas destas questões ainda aguardam posicionamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP e podem necessitar até mesmo de alterações legais para sua solução.

Estes fatores impactaram sobremaneira a área de recursos humanos, aprofundando ainda mais o problema da escassez de pessoal identificado nos anos anteriores no MDSA e que se buscava enfrentar mediante a apresentação de propostas para realização de concurso público, as quais, embora concluídas, tiveram que ser descontinuadas, em razão das novas diretrizes que apontavam para redução de gastos, inclusive de cargos em comissão.

Ademais, durante quase todo o ano, havia incerteza quanto à dimensão final que teria o MDSA, em face de possível incorporação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Parte das questões decorrentes da reforma ministerial ficou definida somente ao final do ano após a aprovação da Estrutura Regimental deste MDSA, por meio do Decreto 8.949, de 29 de dezembro de 2016.

No entanto, quanto ao aproveitamento de pessoal do extinto MTPS e sobre a situação funcional de servidores cedidos do INSS ainda há ações em curso junto ao MP.

Demonstrativo das despesas com pessoal

Em termos de recursos financeiros, as despesas associadas à manutenção do pessoal totalizaram R\$ 23.525.400,21 (vinte e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos reais e vinte e um centavos), em 2015, e R\$ 24.644.562,82 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), em 2016 - o que representa um acréscimo de 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento) em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento das remunerações de servidores efetivos e dos cargos em comissão concedido pela Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012, a qual dispõe sobre remuneração e reajuste de diversas categorias e dá outras providências.

Quadro 27 - Despesas com pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	-	321.720,87	10.311,57	61.869,40	1.625,55	-	-	-	-	395.527,39
2015		371.216,40	30.934,70	10.311,56	4.476,00	3.346,92	-	-	-	420.285,58
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	3.038.003,95	1.097.608,79	710.531,39	229.153,01	630.463,36	189.537,42	3.816.900,70	773,18	-	9.712.971,80
2015	2.889.158,69	985.436,20	688.389,41	267.434,04	484.597,40	135.441,81	3.659.027,84	1.016,14	-	9.110.501,53
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
2016	95.477,76	2.996.051,36	368.551,12	133.022,51	117.995,53	110.729,47	250.670,69	-	-	4.072.498,44
2015	159.152,40	3.400.055,86	390.458,57	139.415,34	117.995,53	48.700,77	364.897,14	-	-	4.620.675,61
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	5.102.726,25	-	451.854,50	248.264,08	665.069,32	154.948,44	75.149,88	61,71	-	6.698.074,18
2015	5.007.302,90	-	438.891,04	204.807,22	517.372,52	109.601,95	76.552,31	19,98	-	6.354.547,92
Servidores cedidos com ônus										
2016	975.799,79	-	183.972,56	59.107,56	150.698,51	45.191,88	1.134.662,39	-	-	2.549.432,69
2015	882.062,06	93,78	178.146,07	65.881,97	122.169,63	27.416,97	1.051.181,88	-	-	2.326.952,36
Servidores com Contrato Determinado de Trabalho (CDT)										
2016	1.011.815,01	-	86.105,00	40.153,01	77.985,30	-	-	-	-	1.216.058,32
2015	948.766,67	-	80.599,99	28.049,76	55.520,93	-	-	-	-	1.112.937,35

Fonte: SIAPE GERENCIAL/EXTRATOR/Ref. 31.12.2016

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A insuficiente quantidade de servidores pertencentes ao quadro permanente do MDSA pode constituir risco à continuidade das ações desenvolvidas pela Pasta para cumprimento de todas as atribuições necessárias a missão institucional.

Esta situação decorre da falta de reposição dos cargos vagos, por meio de concurso público, em que pese a evasão de servidores aprovados em outros concursos públicos que oferecem remuneração mais vantajosa.

Destaque-se que desde 2010 não ocorre autorização para realização de concurso público que permita recompor o número de servidores ocupantes do cargo de Agente Administrativo.

Situação semelhante ocorre para o cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, para o qual, embora o provimento das vagas tenha se dado a partir de 2013, com autorização inicial para admissão de 200 servidores, e posteriormente mais 20 vagas, das quais nove eram em virtude de candidatos que não tomaram posse, ficando assim o total de admissões em 211. Até o encerramento de 2016, ocorreram 7 desligamentos de ocupantes deste cargo que solicitaram vacância ou exoneração. Essa situação impacta na diminuição da força de trabalho, sem perspectiva do MDSA realizar o preenchimento das vagas.

Para enfrentar tal questão, o MDSA tem buscado junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorização para realização de concurso público para provimento de cargos efetivos, com o objetivo de promover o fortalecimento institucional.

No que tange à capacitação, as ações abrangem tanto ocupantes de cargos efetivos quanto ocupantes de cargos em comissão e contratados por tempo determinado, cujo vínculo provisório com a Administração Pública pode representar risco ao investimento realizado, bem como ao cumprimento da missão institucional. Contudo, cumpre ressaltar que os servidores ocupantes de cargos efetivos que passaram a integrar o quadro do Ministério nos últimos quatro anos têm sido alvo prioritário das ações de capacitação promovidas por este MDSA.

Controles de Riscos - Acumulação de Cargos

A acumulação de cargos é averiguada, inicialmente, já no momento da posse e/ou assinatura dos novos servidores, sendo monitorada, mediante o preenchimento de formulário de declaração pertinente ao tema.

A atualização das informações ocorre anualmente, por meio do encaminhamento de formulário aos servidores do órgão.

Assim, o controle é realizado mediante preenchimento do formulário, no qual os servidores atestam a veracidade da informação prestada e, nos casos em que há declaração sobre outro vínculo, é requerido o fornecimento de declaração sobre a carga horária, a fim de verificar a compatibilidade de horário e, adicionalmente é solicitado o envio de cópia do contracheque, conforme disposto na Portaria Normativa nº 2, de 8 de novembro de 2011.

No período de referência deste relatório, com base nas informações prestadas, não foi identificado nenhum caso de acumulação indevida.

Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratação de Pessoal de Apoio

A força de trabalho total desta Pasta em 31.12.2016 era de 1.321 (um mil trezentos e vinte uma) pessoas, contemplando 907 (novecentos e sete) servidores, efetivos, requisitados, anistiados, contratos temporários e outros e 414 colaboradores referentes à mão-de-obra terceirizada contratada para a prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares, o que corresponde à proporção de 68,66% (sessenta e oito vírgula sessenta e seis por cento) e 31,33% (trinta e um vírgula trinta e três por cento), respectivamente.

As informações sobre a terceirização de mão-de-obra referente a apoio administrativo encontram-se disponíveis na página da internet, no link: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/servidores>

A contratação de empresa de terceirização tem como objetivo aperfeiçoar o funcionamento administrativo, para alcance de melhores resultados, inclusive em termos de economicidade e aproveitamento dos recursos humanos. Os serviços propostos para terceirização destinam-se à realização de atividades materiais administrativas, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do Ministério, necessárias ao bom funcionamento da instituição e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

Quadro 28 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos						
UG/Gestão: 550005 / 00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares	54.419.492/00001-09	07/02/2011	23/02/2016	Nível Fundamental (Apoio I) e Nível Médio (Apoio II, III e IV)	E
2016	Serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares.	54.419.492/00001-09	24/02/2016	24/02/2017	Nível Médio	A

Fonte: Contratos Administrativos n. 06/2011 e n. 07/2016

Contratação de Estagiários

O Programa de Estágio Remunerado no MDSA cumpre as disposições contidas na Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, bem como os demais atos normativos vigentes relacionados ao tema editados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Inexiste norma interna que discipline regras, exigências, restrições e procedimentos específicos para a contratação de estagiários no MDSA.

Importa ressaltar, contudo, que o Programa Estágio Remunerado no MDSA é operacionalizado em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, agente de integração que tem como finalidade precípua fazer a interlocução entre instituições de ensino, os estagiários e o MDSA, bem como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio. As responsabilidades acometidas ao CIEE na operacionalização do Programa de Estágio Remunerado no MDSA foram acordadas por meio do Contrato nº 45/2014, e são objeto de permanente acompanhamento e fiscalização por parte da unidade responsável pela gestão do Programa de Estágio.

O Quadro a seguir explicita, em termos quantitativos, a composição do quadro de estagiários do MDSA ao final de cada semestre dos últimos três exercícios, agregados por área e nível de escolaridade. Os dados demonstram que predomina a contratação de estagiários que cursam nível superior, e que a ampla maioria dos contratados atua em unidades finalísticas do MDSA.

Tabela 29 - Composição do quadro de estagiários do MDSA

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
	1º Semestre / 2014	2º Semestre / 2014	1º Semestre / 2015	2º Semestre / 2015	1º Semestr e / 2016	2º Semestre / 2016
1. Nível Superior	22	33	48	43	40	35
1.1. Área Fim	13	21	26	24	22	18
1.2. Área Meio	9	12	22	22	18	17
2. Nível Médio	24	28	22	22	20	17
2.1. Área Fim	15	20	15	15	12	10
2.2. Área Meio	9	8	7	7	8	7
TOTAIS	46	61	70	65	60	52

Fonte: CODEP/CGRH/MDSA

Considerando os últimos três exercícios, observa-se que houve aumento do número de estagiários contratados no início de 2015, seguido de diminuição desse quantitativo após a publicação do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015. Ao final de 2016, o quadro de estagiários estava mantido muito aquém do número total de vagas disponíveis, com uma taxa de ocupação de aproximadamente 38% (trinta e oito por cento).

Quanto à evolução das despesas com contratações de estagiários, o quadro a seguir apresenta dados referentes aos totais das despesas praticadas nos últimos três exercícios:

Tabela 30 - Evolução das despesas com contratações de estagiários

DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS			
Tipo de Despesa	Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016
1. Bolsa de Estágio	217.513,31	298.489,36	274.319,52

2. Auxílio Transporte	80.382,00	106.904,32	92.698,00
3. Outras despesas*	10.393,12	4.658,23	13.629,46
TOTAIS	308.288,43	410.051,91	380.646,98

Fonte: Demonstrativos da folha de pagamento processada via SIAPE.

*Acertos financeiros decorrentes de recessos não usufruídos, conforme o disposto no Art. 15, § 3º da Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016.

Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O 2º Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841/BR foi assinado em 21 de setembro de 2011, para implementação do Projeto “Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil sem Miséria”, com vigência até 30 de junho de 2017. O valor do empréstimo é de US\$ 200.000.000,00, com contrapartida nacional no valor de US\$ 15.000.000,00.

Os recursos do empréstimo são distribuídos da seguinte forma: US\$ 185 milhões são destinados ao Componente 1 do Acordo: Reembolso do Banco ao Tesouro Nacional de 1,85% das Transferências de Benefícios do PBF já realizadas pelo MDSA com orçamento próprio; e US\$ 15 milhões do Banco + US\$ 15 milhões de contrapartida para os Componentes 2 a 6 do Acordo (Ações de Assistência Técnica).

A execução técnica das ações do acordo é realizada parcialmente por meio do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO – 914BRZ3002 (consultorias e capacitações) e por meio da execução direta do MDSA (licitações, publicações, etc.).

Projeto UNESCO 914BRZ3002

Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza

Objetivo: Contribuir para a consolidação da política de desenvolvimento social no Brasil, fortalecendo programas, ações sociais e serviços sob responsabilidade do MDSA.

Áreas executoras: SAGI, SE, SENARC, SESAN, SESEP e SNAS.

Particularidade da execução: O Projeto UNESCO 914BRZ3002 é executado inteiramente com recursos do Projeto BIRD – Acordo de Empréstimo 7841/BR. Sua execução está, portanto, contida nas informações de execução do Projeto BIRD, acima.

Vigência: 15/12/2011 a 14/06/2017

Estrutura/Resultados esperados:

Objetivo Imediato 1 – Desenvolver, aperfeiçoar e monitorar aspectos conceituais, metodológicos e de planejamento gerencial e operacional necessários ao aprimoramento do Cadastro Único.

Objetivo Imediato 2 – Capacitar gestores e desenvolver aspectos metodológicos, de planejamento gerencial e operacional necessários ao fortalecimento do Programa Bolsa Família e da gestão de condicionalidades.

Objetivo Imediato 3 – Fortalecer e aprimorar o Sistema de Avaliação e Monitoramento do MDSA

Objetivo Imediato 4 – Desenvolver, aperfeiçoar e implantar aspectos conceituais, metodológicos e de planejamento gerencial e operacional necessários à implementação do Plano para Superação da Extrema Pobreza.

Tabela 31 - Contratação de consultores - UNESCO

R\$ 1,00

Secretaria MDSA	2012		2013		2014		2015		2016	
	Consultor Contrat.	Valor	Consultor Contrat.	Valor	Consultor Contrat.	Valor	Consultor Contrat.	Valor	Consultor Contrat.	Valor
SAGI	11	809.148	27	1.935.465	13	1.281.435	9	768.532	0	0
SENARC	16	1.934.107	18	1.523.313	31	2.879.203	6	560.685	10	1.501.459
SESAN	0	0	17	1.487.725	7	524.915	0	0	2	324.000
SESEP	1	28.539	0	0	0	0	0	0	1	126.720
SNAS	0	0	0	0	4	401.000	4	247.795	0	0
Total	28	2.771.794	62	4.946.503	55	5.086.553	19	1.577.012	13	1.952.179

Fonte: CCC/CGEACT/DPISE/MDSA

Tabela 32 - Produtos pagos a consultores individuais - UNESCO

R\$ 1,00

Secretaria MDSA	Produtos pagos				
	2012	2013	2014	2015	2016
SAGI	10	93	67	59	14
SENARC	18	92	113	9	40
SESAN	0	24	69	0	5
SESEP	1	0	0	0	0
SNAS	0	0	3	19	7
Total	29	209	252	87	66

Fonte: CCC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Principais ações do Projeto – UNESCO:

Por meio deste Projeto, no exercício de 2016, foram contratados consultores individuais para gerar novos conhecimentos e aprimorar os programas, projetos e serviços do MDSA, bem como foram realizados eventos de suma importância para a realização dos objetivos das políticas sociais do MDSA.

Os principais resultados alcançados neste ano incluem:

- Realização de estudos referentes às condicionalidades de educação, tendo como finalidade monitorar e avaliar os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre os resultados educacionais dos beneficiários e transição para o mercado de trabalho, com vistas a subsidiar o aprimoramento da política de condicionalidades.
- Elaboração de conteúdos de suporte à proposta conceitual e metodológica para a indução ao desenvolvimento social nos territórios no âmbito do Plano Nacional de Inclusão Social e Produtiva.
- Realização de estudos referentes à inserção em Acompanhamento Familiar das famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, buscando identificar

padrões de ocorrência nos municípios e de acesso ao Sistema de Condicionais – Sicon pelas gestões municipais.

- Realização de cruzamento de dados entre os sistemas de informação do Programa Bolsa Família com sistemas relativos à educação, visando o aperfeiçoamento da identificação de beneficiários em acompanhamento das condicionalidades de educação do Programa.
- Desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos do processo utilizado pela Senarc para identificar e controlar os alunos formados nos cursos presenciais "Formulários do Cadastro Único" e "Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família" pelos estados e/ou municípios, bem como do processo de inscrição e envio do material para essas capacitações, a fim de identificar e propor ferramentas que podem ser utilizadas para aprimorar a gestão da informação dos alunos capacitados, inscritos e dos materiais enviados.
- Realização de estudos acerca de informações relativas às condicionalidades por meio da manipulação de bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para analisar os efeitos das condicionalidades em diferentes partes do território nacional.
- Análise e proposição de aprimoramentos na arquitetura do Sistema de Condicionais (Sicon) para melhor disponibilização dos dados para a gestão das condicionalidades pelos gestores do Programa Bolsa Família – PBF.
- Elaboração de estudos acerca da integração das políticas de saúde, educação e o PBF, considerando as condicionalidades como um dos fatores de fortalecimento da intersetorialidade, tendo como foco a diminuição da desigualdade social em seus diversos aspectos.
- Elaboração de pesquisa de informações sobre experiências exitosas de integração de bases de dados para políticas sociais em diferentes países, seleção das experiências mais adequadas à realidade brasileira, proposta de evento e sistematização das trocas de experiências entre os países selecionados e o Brasil.
- Análise do acesso de Povos e Comunidades Tradicionais ao Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas), modalidade água para produção, e propor estratégias de intervenção para promoção e ampliação destes públicos ao Programa.
- Análise do Sistema de Cadastro Único e sua documentação técnica visando identificar (i) as insuficiências no levantamento de requisitos realizado (desenho de regras incompletas), (ii) possíveis erros na implantação das regras, (iii) revisar as críticas cruzadas de verificação de consistência e (iv) a necessidade de inclusão de novas regras.
- Análise do acesso de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e propor estratégias de intervenção para promoção e ampliação desses públicos ao mercado institucional.
- Formulação de um modelo sistemático de organização e publicação de informações relevantes aos objetivos estratégicos, gerenciais e operacionais do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, à luz das necessidades comunicativas e informacionais da gestão federal do Programa e do MDSA.

Projeto PNUD BRA/12/006 - Projeto de Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

Objetivo: Ampliar e consolidar o apoio do MDSA aos entes federados na gestão descentralizada da política nacional de assistência social e assim permitir a efetivação do pacto entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do SUAS no Brasil.

Áreas executoras: SAGI e SNAS

Vigência: 14/01/2013 a 31/12/2017

Estrutura/Resultados esperados:

Resultado 1. Implantação da Vigilância Socioassistencial no âmbito estadual, do DF e municipal fomentada

Resultado 2. Melhorias no Sistema Nacional de Informação do SUAS desenvolvidas

Resultado 3. Planejamento e Gestão Descentralizada do SUAS aprimorados Resultado 4. Gestão do Trabalho consolidada

Resultado 5. Serviços Socioassistenciais qualificados e consolidados Resultado 6.

Gestão dos Benefícios Socioassistenciais aprimorada Resultado 7. Integração de Serviços e Benefícios fortalecida

Resultado 8. Avaliação e Produção de dados para Gestão Descentralizada da Assistência Social ampliada

Os beneficiários previstos destas ações são:

- A sociedade brasileira em geral;
- O MDSA, a SNAS e a SAGI;
- Os órgãos gestores e executores da política de Assistência Social no Brasil; e
- Os beneficiários/usuários dos serviços e benefícios da Assistência Social.

Contratações realizadas desde o início do Projeto

Tabela 33 - Contratação de consultores - PNUD

R\$ 1,00

Secretaria MDSA	2013		2014		2015		2016	
	Consultor contratado	Valor	Consultor contratado	Valor	Consultor contratado	Valor	Consultor contratado	Valor
SAGI	1	85.025	4	464.640	0	0	1	104.280
SNAS	32	2.109.629	23	1.828.686	13	877.655	3	245.575
Total	33	2.194.654	27	2.293.326	13	877.655	4	349.855

Fonte: CCC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Tabela 34 - Produtos pagos a consultores - PNUD

Secretaria MDSA	2013	2014	2015	2016
SAGI	1	12	13	0
SNAS	18	114	64	21
Total	19	126	77	21

Fonte: CCC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Tabela 35 - Concessão de diárias e passagens - PNUD

R\$ 1,00

Secretarias MDSA	2013		2014		2015		2016	
	Diárias Conced.	Passagens Conced.	Diárias Conced.	Passagens Conced.	Diárias Conced.	Passagens Conced.	Diárias Conced.	Passagens Conced.
SAGI	228,95	464,6	-	-			0	0
SNAS	121.393,44	215.031,00	101.953,15	137.307,84	65.800,05	101.629,30	27.962,63	42.078,64
Total	121.622,39	215.495,60	101.953,15	137.307,84	65.800,05	101.629,30	27.962,63	42.078,64

Fonte: CGEACT/DPI/SE/MDSA

Principais contribuições das consultorias durante o período - PNUD:

- Realização de pesquisa qualitativa para avaliação de efeitos do programa CapacitaSUAS, a fim de contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências das funções de gestão, do provimento de serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, e do exercício do controle social, por meio do apoio aos estados e ao distrito federal na execução dos seus Planos de Capacitação do SUAS.
- Realização de levantamento, sistematização e análise qualitativa dos normativos publicados no âmbito do SUAS no período de 2001 a 2015
- Sistematização e avaliação do processo de execução das ações de capacitação e de formação no âmbito do Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS, em todas regiões do Brasil.

Projeto FAO UTF/BRA/085/BRA - Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivo: Fortalecer e consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e avaliar e monitorar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Vigência: 10/12/2013 a 09/07/2018 (execução iniciada em abril de 2014) Áreas executoras: SAGI e SESAN.

Estruturas/Resultados esperados:

(1) metodologias específicas para a efetivação do modelo de gestão descentralizada do sistema, envolvendo os entes federados, e para o incentivo à participação social por meio da atuação dos conselhos;

(2)estratégias para o fomento, a estruturação e a inclusão da produção de alimentos por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais e para o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos em áreas rurais de diferentes regiões do país;

(3)metodologias que subsidiem a implantação do novo modelo de operacionalização do PAA e a ampliação de sua base social, enfatizando a maior inserção de agricultores familiares pobres, mulheres rurais e povos e comunidades tradicionais;

(4)estratégias para a qualificação e ampliação dos serviços ofertados pelos equipamentos de abastecimento, alimentação e nutrição, para a elaboração de ações de educação alimentar e nutricional integradas aos programas já existentes e às redes de serviços de saúde, assistência social e educação e para a o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana, e

(5)materiais educativos e programas de capacitação e formação para a qualificação de beneficiários, gestores públicos e representantes da sociedade civil. No que se refere à avaliação e ao monitoramento da PNSAN, particularmente das ações que integram o plano Brasil Sem Miséria.

Contratações realizadas desde o início do Projeto:

Tabela 36 - Contratação de Consultores - FAO

R\$ 1,00

Secretarias MDSA	2014		2015		2016	
	Consultor Contrat.	Valor	Consultor Contrat.	Valor	Consultor Contrat.	Valor
SAGI	1	116.161	0	0	0	0
SESAN	30	2.615.608	16	1.379.528	20	2.123.039
Total	31	2.731.769	16	1.379.528	20	2.123.039

Fonte: CCC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Tabela 37 - Produtos pagos a consultores - FAO

Secretarias MDSA	2014	2015	2016
SAGI	1	7	0
SESAN	29	135	41
Total	30	142	41

Fonte: CCC/CGEACT/DPI/SE/MDSA

Tabela 38 - Concessão de Diárias e Passagens - FAO

R\$ 1,00

Secretarias MDSA	2014		2015		2016	
	Diárias Concedidas	Passagens Concedidas	Diárias Concedidas	Passagens Concedidas	Diárias Concedidas	Passagens Concedidas
SAGI	-	-	-	-	0	0
SESAN	17.295,55	19.723,15	95.000,30	106.470,42	35.760,00	41.636,90
Total	17.295,55	19.723,15	95.000,30	106.470,42	35.760,00	41.636,90

Fonte: CGEACT/DPI/SE/MDSA

Principais contratações de consultorias em 2016 – FAO:

- Elaboração de subsídios técnicos para a utilização da ferramenta “Mapa de Feiras Orgânicas”, no âmbito da Campanha Brasil Saudável e Sustentável, visando à ampliação do acesso da população aos alimentos orgânicos
- Proposição de estratégias para a execução da ADA-Ação de Distribuição de Alimentos junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visando ao atendimento do público em insegurança alimentar para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).
- Elaboração de estratégia de divulgação e articulação da Modalidade PAA - Compra Institucional junto aos órgãos estaduais e municipais, visando a sua implementação enquanto instrumento de política pública de fortalecimento da Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Local.
- Realização de estudos analíticos sobre a composição dos preços instituídos pelo Programa Cisternas por meio das Instruções Operacionais de padronização das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água.
- Realização de estudos que subsidiem o aperfeiçoamento da estratégia de integração do PAA - Termo de Adesão com as redes de Unidades Receptoras do Programa (Rede socioassistencial; Rede de equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional; Rede pública de Educação; Rede Pública e privada sem fins lucrativos de Saúde e Justiça).
- Avaliação do desenvolvimento da modalidade PAA Leite, com foco nos beneficiários fornecedores, visando aprimorar a efetividade da modalidade.
- Fornecimento de subsídios técnicos para a qualificação e aprimoramento do processo de compras de produtos da agricultura familiar na modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Apoio ao processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016/19), por meio do levantamento e análise das propostas oriundas da V Conferência de SAN, levantamento e sistematização das ações que irão compor o mesmo.
- Avaliação e proposição de estratégias para a consolidação do SISAN nas regiões Nordeste, Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, a partir das adesões municipais e demandas das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Elaboração de proposta para otimização da participação de municípios com maior vulnerabilidade em relação à insegurança alimentar e nutricional no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a partir da avaliação da execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, executada por meio de Termo de Adesão e pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.
- Avaliação da efetividade do processo de implementação de tecnologias de acesso à água, com o objetivo de propor o seu aprimoramento, à luz do novo marco regulatório, para implementação em municípios dos estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.
- Elaboração de subsídios técnicos que contribuam para a construção de uma política setorial para abastecimento de alimentos saudáveis.

- Avaliação e proposição de estratégias para a consolidação do SISAN nas regiões Nordeste, Sudeste, Norte, Sul e Centro-Oeste, a partir das adesões municipais e demandas das Conferências Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Análise da atuação das organizações da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, visando aprimorar a articulação entre estes programas de compras públicas da agricultura familiar.
- Avaliação da metodologia e dos resultados dos Mapeamentos de Segurança Alimentar e Nutricional de 2014 e 2015 e propor reformulações para o MapaSAN 2016.
- Proposição de material educativo focado na capacitação dos gestores das CAISANs Estaduais, Distrital e Municipais e conselheiros dos CONSEAs Estaduais, Distrital e Municipais no apoio à promoção, universalização e orientações acerca das ações de SAN voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).
- Elaboração de documentos técnicos sobre os Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias apoiados pelo MDSA, bem como instrumentos orientativos direcionados para manutenção e custeio destes equipamentos no território, por parte dos estados, municípios e Distrito Federal.

Gestão do patrimônio e infraestrutura

Gestão da frota de veículos

Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade de Prestação de Contas****a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;**

A forma de utilização da frota de veículos segue os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 6.403/2008, Instrução Normativa MP nº 3/2008 e Portarias MDSA nº 35/2004 e nº 257/2014, que dispõem sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do Ministério. Ainda o Decreto nº 8.541/2015, estabelece medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

Devido à estrutura organizacional do MDSA, com instalações físicas em 7 (sete) locais distintos no Plano Piloto, as demandas diárias requerem o transporte de servidores durante todo o horário de expediente, necessidade essa decorrente das próprias atividades de cada Unidade.

O MDSA atualmente possui 15 (quinze) veículos próprios, sendo 3 (três) inservíveis (em processo de desfazimento) e 12 (doze) em circulação, caracterizados como de representação, de transporte institucional e utilitários para diversas finalidades institucionais.

Em complemento à frota própria, o Ministério conta ainda com a prestação de serviços de transporte por empresa terceirizada no total de 18 (dezoito) veículos, sendo 15 (quinze) básicos para a necessidade diária dos servidores e 3 (três) executivos, para atender as autoridades descritas nos incisos I a IV do art. 5º do Decreto nº 6.403/2008.

Para o transporte de bens do ativo imobilizado, pequenas cargas e atendimento em geral ao Setor de Almoxarifado e ainda para os diversos eventos programados ao longo do ano, solicitados pelas Unidades, utiliza-se a prestação de serviços por empresa terceirizada compreendendo transporte de passageiros para eventos (Vans) e cargas (caminhonete e caminhão). Contudo, a disponibilização ao MDSA ocorre somente quando há demandas efetivas, mediante solicitação, não ficando à disposição do Órgão em tempo integral.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

O MDSA possui 15 (quinze) veículos dos quais 12 (doze) estão em circulação, a saber:

REPRESENTAÇÃO

1 (um) FIAT LINEA

INSTITUCIONAL

1 (um) FIAT LINEA

2 (dois) FORD FOCUS

USO COMUM

1 (um) FIESTA – 5 (cinco) FIAT UNO – 1 (um) SANTANA – 1 (um) FORD COURRIER - veículos para transportes institucionais de uso comum.

Além disso, o Órgão possui 3 (três) veículos em processo de desfazimento, – 1 (um) GM CORSA (fora de uso) – 2 (duas) VW KOMBI (fora de uso).

d) Quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

- Veículos de Representação: 1 (um) veículo: 26.778 km rodados em 2016
- Veículos de Transporte Institucional: 3 (três) veículos; 13.779 km rodados em 2016
- Veículos Transporte Comum: 8 (oito) veículos; anual 164.042 km rodados em 2016
- **Total de Km rodados em 2016: 227.846 km**
- Média anual por veículo = 18.987 km
 - (1 (um) GM Corsa e 2 (dois) VW Kombi estão fora de uso).

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

- Veículos de Representação – 8 (oito) anos
- Veículos Transporte Institucional – 11 (onze) anos
- Veículos Transporte Comum – 12 (doze) anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Licenciamento e Seguro obrigatório – R\$ 2.037,87 (dois mil, trinta e sete reais e oitenta e sete centavos) anual para todos os veículos.
- Gastos com Revisão e Conserto dos Veículos – R\$ 34.915,38 (trinta e quatro mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos) para todos os veículos.
- Gastos com combustíveis - R\$ 58.970,66 (cinquenta e oito mil, novecentos e setenta reais e sessenta e seis centavos) anual para todos os veículos.
- **Custos totais de manutenção: R\$ 95.923,91 (noventa e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos).**

g) Plano de substituição da frota;

Conforme consta do Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV, temos uma frota de 15 (quinze) veículos, sendo 12 (doze) em uso e 03 (três) inservíveis e todos, em média, com mais de 10 (dez) anos de fabricação. Cabe frisar que os ocupantes dos cargos de Ministro, Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto, atualmente, não são atendidos por nossos veículos.

Em virtude de desgaste pelo longo tempo de uso, somente em 2.016 foram gastos com licenciamento, combustível, revisão e manutenção corretivas da nossa frota a cifra de mais de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Pelo fato de os ocupantes dos cargos de Ministro, Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto atualmente não serem atendidos por veículos da frota própria do Ministério, há interesse e previsibilidade de que ocorra a aquisição de veículos, bem como, substituição da frota existente.

No planejamento da contratação dos serviços de veículo com motorista foi levantado a preocupação de ter 100% (cem por cento) da frota do Ministério contratada por empresa terceirizada, uma vez que poderão haver falhas na disponibilização do serviço, tais como: dificuldades financeiras, greve de motoristas, falência etc. Portanto, prestar o serviço de transporte no Ministério com parte da frota composta de veículos próprios é uma maneira de reduzir riscos de ficarmos totalmente dependentes de empresa terceirizada para o deslocamento de servidores.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A opção principal do MDSA não foi pela aquisição de novos veículos.

O Ministério utiliza a locação e terceirização de serviços de transporte, visto que na modalidade de terceirização os custos relacionados à gestão de pessoal, manutenção, abastecimento e substituição da frota são absorvidos pela empresa contratada. Esse modelo de prestação dos serviços desonera o Ministério dos custos anteriormente listados, diminuindo a necessidade de servidores ocupante do cargo efetivo de motorista, função esta extinta na Administração Pública, e garante a prestação dos serviços por frota renovada regularmente.

Entretanto, mantém em funcionamento a prestação do serviço por meio de veículos próprios, a fim de minimizar eventuais problemas como paralização do atendimento caso ocorra algum impasse junto à empresa contratada, atraso na licitação, etc.

Portanto, a solução escolhida é a de continuar a disponibilizar veículos institucionais para os cargos de Ministro, Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto por meio de frota própria, porque, apesar de gerar mais contratos com manutenção e combustível, atende à necessidade de ação mitigadora do risco de o Ministério ficar subitamente sem veículos para atendimento de suas autoridades caso ocorram falhas graves nos contratos terceirizados.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- As autorizações de transporte “*vouchers*” são emitidas apenas por servidor designado para autorizar a utilização dos serviços e requisitar o transporte mediante preenchimento e assinatura dos formulários apropriados.
- A ficha de requisição de transporte contém: nome do usuário, setor de trabalho, itinerário, veículo/placa, nome do motorista, quilometragem e horários de saída e chegada. Essas informações permitem rastrear todos os dados do atendimento

realizado, além de garantir amplo controle sobre os deslocamentos e gastos registrados.

- Os serviços são cobrados por quilômetro rodado, os quais são lançados em planilha de controle dos “*vouchers*” emitidos, onde é possível avaliar os setores e usuários que mais demandam os serviços, as principais rotas e respectivas distâncias, os horários de maior demanda, dentre outras informações.
- Para assegurar a eficiência e celeridade na prestação dos serviços, a frota foi dividida em 2 (duas) bases de atendimento facilitando os deslocamentos entre unidades.
- Todas as rotas e destinos registrados nas requisições de transportes são avaliados com a finalidade de garantir a economicidade, eficiência e celeridade do atendimento.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UPC, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Os estudos que subsidiam a opção pela terceirização foram realizados por ocasião dos processos licitatórios para a contratação dos respectivos serviços, sendo que o mais recente ocorreu em 2016, por meio do processo SEI nº 71000.009399/2016-16.

Dentre as razões apontadas, destacamos que o Órgão não possui frota própria suficiente para atendimento das demandas e o seu quadro de pessoal, não possui a função de Motorista Oficial, levando em consideração que o cargo em questão encontra-se em extinção, em virtude da Lei nº 9.632/98, impedindo assim a recomposição da força de trabalho por meio de concurso público.

Ademais, conforme explicitado no item anterior, no modelo de terceirização dos serviços, todos os custos relacionados a manutenção da frota, gestão de pessoal, contratação, substituição de mão de obra, gestão de abastecimentos e substituição dos veículos são absorvidos pela empresa contratada.

Dessa forma, a fiscalização dos contratos concentra esforços no controle descentralizado dos serviços prestados, buscando a prestação eficiente, célere e econômica dos serviços, desonerando a Administração de possuir uma grande estrutura de pessoal técnico para controle das atividades.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

GL TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 08.295.197/0001-45

INVESTICAR VEICULOS LTDA. - CNPJ: 01.615.224/0001-70

ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA. – CNPJ 37.287.521/0001-81

MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME - CNPJ 63.859.961/0001-76

FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA - CNPJ 04.201.934/0001-42

c) **Nº do contrato assinado, vigência do contrato e valor contratado;**

GL TRANSPORTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 08.295.197/0001-45.

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de pequeno e médio porte, aferido por quilômetros rodados, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos serviços, para o transporte de pessoas, documentos, encomendas e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDSA.

Contrato nº 17/2014 - Processo nº 71000.075662/2011-42

Início: 04/04/2014 – Término: 04/04/2017.

15 (quinze) veículos básicos e 3 (três) executivos.

Valor anual contratado: R\$ 1.724.516,69 (um milhão, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

INVESTICAR VEICULOS LTDA - CNPJ: 01.615.224/0001-70

Objeto: prestação de serviços de locação de veículos de médio e grande porte, aferidos por diárias, incluindo combustível, motorista habilitado e todos os encargos para a execução dos serviços, para o transporte de pessoas documentos, encomendas e pequenas cargas no Distrito Federal e Entorno, para atender as necessidades do MDSA.

Contrato nº 39/2012 - Processo nº 71000.075662/2011-42

Início: 10/08/2012 – Término: 10/08/2017

Veículos tipo: (uso comum) VAN, CAMINHONETE, CAMINHÃO BAÚ.

Valor anual contratado: R\$ 229.918,80 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e dezoito reais e oitenta centavos).

ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA. – CNPJ 37.287.521/0001-81

Serviços continuados de locação de veículos para o transporte de autoridades e grupo de trabalho do MDSA, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquias de quilometragem.

Contrato nº 29/2015 – Processo nº 71000.055504/201-08

Início: 15/09/2015 – Término: 15/09/2017

Locação de veículos para transporte de autoridades no Centro-Oeste, exceto Distrito Federal, e região Sul.

Valor anual do contrato: R\$ 116.600,00 (cento e dezesseis mil e seiscentos reais).

MARAJÓ LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME - CNPJ 63.859.961/0001-76

Prestação de serviços continuados de locação de veículos, em âmbito nacional, exceto Distrito Federal e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquias de quilometragem, para atender às necessidades do MDSA, conforme especificações do Termo de Referência e da proposta da contratada.

Contrato nº 30/2015 – Processo nº 71000.055504/2015-08

Início: 18/09/2015 – Término: 18/09/2017

Valor anual do contrato: R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais).

FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA - CNPJ 04.201.934/0001-42

Prestação de serviços continuados de locação de veículos executivos, na Região Nordeste, para o transporte de autoridades, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquia de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do MDSA.

Contrato nº 4/2016 – Processo nº 71000.105392/2015-35

Início: 11/01/2016 – Término: 11/01/2018

Valor anual do contrato: **R\$ 53.424,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).**

FAST AUTOMOTIVE E TURISMO LTDA - CNPJ 04.201.934/0001-42

Prestação de serviços continuados de locação de veículos executivos, na Região Sudeste, para o transporte de autoridades, incluindo combustível e motorista devidamente habilitado, sem franquia de quilometragem, com vistas a atender às necessidades do MDSA.

Contrato nº 5/2016 – Processo nº 71000.105402/2015-32

Início: 01/02/2016 – Término: 01/02/2018

Valor anual do contrato: **R\$ 53.424,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).**

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Decreto nº 6.403/2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

IN nº 3/2008 - MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Portarias MDSA nº 35, de 14 de junho de 2004 e nº 257, de 9 de julho de 2014 - Dispõem sobre o serviço de transporte oficial e terceirizado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A frota terceirizada é fundamental para contornar as dificuldades do Ministério, tendo em vista estar em 7 (sete) prédios diferentes, permitindo a interação entre as unidades em situações em que se exige a presença física de seus colaboradores, tais como: reuniões, treinamentos, encontros, eventos, manutenção predial e gestão dos contratos administrativos. Para tanto, a base de atendimento dos serviços terceirizados para receber ligações, agendar pedidos e realizar o suporte se encontrava no Ed. Ômega, na 515 Norte, sendo posteriormente deslocada para o Edifício The Union.

Para gerenciar e fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços há a necessidade de manutenção da equipe própria do MDSA, responsável pela realização de vistorias regulares nos veículos à serviço do Ministério, bem como, consultas aos usuários de forma a aferir a qualidade e agilidade do atendimento prestado.

O serviço de transporte conta com 2 (dois) servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, além da equipe de apoio com 2 (dois) colaboradores terceirizados.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

- 3 (três) veículos Institucionais
- 15 (quinze) veículos de Uso Comum
- 18 (dezoito) veículos ao todo.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

Veículos Institucionais – quilômetros rodados anual = 41.243 km – Média anual por veículo = 3.436,92 km;

Veículos de Uso Comum – quilômetros rodados anual = 153.534 km – Média anual por veículo = 12.795,50 km.

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

- Idade média da frota veículos Institucionais – 2 (dois) anos
- Idade média da frota veículos de Uso Comum – 2 (dois) anos

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Os custos de manutenção e abastecimento, entre outros, estão incluídos no contrato firmado, sendo que o Ministério paga somente por quilometragem.

j) Estrutura de controle existente na UPC para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

- As autorizações de transporte “*vouchers*” são emitidas por servidor designado para autorizar a utilização dos serviços e requisitar o transporte mediante preenchimento e assinatura dos formulários apropriados.
- A Ficha de requisição de transporte contém: nome do usuário, setor de trabalho, itinerário, veículo/placa, nome do motorista, quilometragem e horário de saída e

chegada. Essas informações permitem rastrear todas as informações do atendimento realizado, além de garantir amplo controle sobre os deslocamentos e gastos registrados.

- Os serviços são cobrados por km rodado, os quais são lançados em planilha de controle dos “*vouchers*” emitidos, onde é possível avaliar setores e usuários que mais demandam os serviços, as principais rotas e distâncias, os horários de maior demanda, dentre outras informações.
- Para assegurar a eficiência e celeridade na prestação dos serviços, a frota foi dividida em 2 (duas) bases de atendimento facilitando os deslocamentos entre unidades.
- Todas as rotas e destinos registrados nas requisições de transportes são avaliados com a finalidade de garantir a economicidade, eficiência e celeridade do atendimento.

Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No que concerne às políticas de destinação dos veículos inservíveis, o MDSA segue a orientação exarada pela Instrução Normativa nº 03/2008, *in verbis*:

“Art. 32. Os órgãos ou entidades procederão ao desfazimento de veículos classificados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), na forma do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, e desta Instrução Normativa.

Art. 33. O veículo classificado como irrecuperável (sucata) será alienado pelo órgão ou entidade, obedecidos os dispositivos contidos no Decreto nº 1.305, de 09 de novembro de 1994, e na Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998.

Art. 34. A cessão ou a alienação, atendidas as exigências legais e regulamentares, será realizada mediante o preenchimento do Termo de Vistoria (Anexo VIII), Termo de Cessão/Doação (Anexo IX) e Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados (Anexo X).

Art. 35. O órgão ou a entidade proprietária de veículo cedido ou alienado comunicará sua baixa ao Departamento de Trânsito, a Circunscrição Regional de Trânsito e aos demais órgãos competentes, para fins da retirada da isenção do IPVA, quando for o caso, bem como alteração de propriedade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização do evento.”

Ademais, o Órgão utiliza os veículos por tempo indeterminado, observando durante todo o período os gastos relacionados com reparo e manutenção, até que possa definir e identificar veículos cujos custo/benefício não justifique a sua permanência de utilização.

Nestes casos, os veículos são avaliados por pessoal técnico, em consonância com o previsto no art. 34 da IN 03/2008 supracitada e destinados ao desfazimento por meio de processo formal, seja por doação ou alienação dos mesmos.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

Atualmente, o Ministério é responsável por um único imóvel de propriedade da União, um terreno destinado à futura Sede do MDSA, localizado no Setor de Administração Federal Sul, ao lado do Bloco “C” da Esplanada dos Ministérios.

Por possuir como finalidade específica a construção de edifício anexo ao Bloco “C” e já que, para tanto, são necessários os Projetos Arquitetônicos (os quais são objetos de contratação junto ao escritório Oscar Niemeyer), tal terreno encontra-se sem uso, não havendo necessidade de estrutura de controle e gestão ou de manutenção. Entretanto, são realizadas, periodicamente, visitas ao terreno para averiguar que suas condições estão mantidas.

O imóvel em questão encontra-se cadastrado no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet sob o número RIP 97.0127261.500-7, cadastro este que se encontra completo e com dados atualizados (prazo de validade da avaliação: 03/03/2018).

Por fim, dadas as circunstâncias retromencionadas, entendemos não haver riscos na gestão do imóvel em questão, o que acarreta na não adoção de medidas mitigadoras.

Seguem quadros com informações resumidas:

Quadro 29 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SAA/MDS

Imóveis Sob a Responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel funcional

Tabela 39 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	97.0127261.500-7	10	8	1.043.076,50	09/02/2017			
Total							0,00	0,00

Fonte: Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal.

Nota explicativa: Terreno destinado à futura Sede do MDSA, localizado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 01, Lote nº 03, Brasília - DF, medindo 69,52m pelos lados norte e sul e 137m pelos lados leste e oeste, perfazendo a área de 9.524,24m².

Fonte: CGLA/SAA/MDSA

Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O MDSA é cessionário, por meio de termos de cessão de uso firmado junto a outros Órgãos, de espaços físicos em 4 (quatro) imóveis, a saber: Edifícios Bloco “A”, Bloco “C” e Anexo do Bloco “F” (todos na Esplanada dos Ministérios – Brasília-DF) e Edifício Núcleo dos Transportes (DNIT, situado no Setor de Autarquias Norte – Brasília-DF). Por não dispor de sede própria e por ter carência de espaço para abrigar por completo toda sua estrutura regimental, o MDSA não cede partes de seus imóveis para outros órgãos da Administração.

Demonstração da situação dos imóveis da União

O terreno localizado aos fundos do Edifício Bloco “C”, da Esplanada dos Ministérios é objeto de termo de Cessão firmado entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e este MDSA, destinado a construção da sede desta Pasta. Este terreno, identificado por uma placa situada à lateral defronte a via S1, encontra-se atualmente desocupado, aguardando a finalização dos projetos de construção do Edifício Anexo do Bloco “C”.

Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 30 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal	3	3
	Brasília	3	3
	Subtotal Brasil	3	3
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: CGLA/SAA

* Nota explicativa: Atualmente o MDSA possui os seguintes contratos de locação:

- 1) Edifício Ômega: SEP/Norte 515 Bloco B (em fase de desocupação e ajustes para devolução aos proprietários)
- 2) Edifício SAAN: SAAN Quadra 04 Lote 916
- 3) SMAS Trecho 03, Lote 01, Ed. The Union (ocupação iniciada em setembro/2016)
- 4) Edifício FNAS: SAF/SUL Quadra 02 Lote 08 Bloco H (desocupação iniciada em setembro e finalizada em dezembro/2016, com devolução aos proprietários e finalização da locação já efetivadas)

Análise Crítica:

A locação de imóveis pelo MDSA faz-se necessária, uma vez que este Ministério, por não possuir sede própria, ocupa parcialmente, por meio de cessão de uso, áreas em imóveis da União sob a gestão de outros órgãos da Administração Pública Federal, não sendo essas áreas suficientes para abrigar todas as Unidades de sua estrutura regimental, bem como servidores e colaboradores que laboram nesses setores.

As despesas com manutenção e pequenas reformas nesses imóveis locados junto a terceiros é de responsabilidade do MDSA e se dão por meio do Contrato Administrativo nº 01/2011, firmado com a empresa RCS Tecnologia Ltda.

Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Não se aplica a CGLA

Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

No que concerne a imóveis, o MDSA não faz uso de Patrimônio de propriedade da União, uma vez que a ocupação de áreas dos Edifícios Bloco “A”, Bloco “C”, Anexo do Bloco “F” e Núcleo dos Transportes (DNIT) foram concedidos por meio de termos de Cessão de Uso assinados entre os Órgãos gestores de cada um daqueles edifícios e este Ministério.

Informações sobre a infraestrutura física

O MDSA apresentou, no exercício de 2016, grandes alterações quanto à sua estrutura física. No que se refere aos imóveis da União, além de aumentar a quantidade de espaço ocupado no Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios (ocupação integral dos 7º e 8º andares e parcial do Térreo), a partir de meados de 2016, o Ministério desocupou, no mesmo período, o 5º andar do Bloco “C”.

Quanto aos imóveis locados de terceiros, o imóvel intitulado The Union passou a compor o conjunto de edifícios ocupados por este MDSA, com sua preparação (instalação de mobiliário e infraestrutura) iniciada em julho de 2016 e ocupação por colaboradores iniciada em setembro do mesmo ano.

Endereço		Local	Área (m ²)
1	Bloco "A" (Ocupação Parcial) Esplanada dos Ministérios - Ocupação atual	Subsolo – Depósito	131,90
		Subsolo – CPD	39,00
		Térreo – Protocolo	528,16
		3º andar	1.781,76
		4º andar	1.781,76
		7º andar	1.781,76
		8º andar	1.781,76
	TOTAL	7.826,10	
2	Bloco "C" (Ocupação Parcial) Esplanada dos Ministérios - Ocupação atual	Garagem – Transporte	40,66
		4º andar	1.763,25
		6º andar	1.763,25
		9º andar	686,15
	TOTAL	4.253,31	
3	Bloco "F", Anexo, Ala "A" (Ocupação Parcial) Esplanada dos Ministérios - Ocupação atual	Subsolo – Arquivo	194,10
		1º Andar	588,04
		TOTAL	782,14
4	DNIT (Ocupação Parcial) Edif. Núcleo dos Transportes Quadra 3 Lote "A" - Ocupação atual	1º Subsolo	761,15
		2º andar	1.572,08
		TOTAL	2.333,23
5	SAAN (Ocupação Total) Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 4 Lote 916 - Ocupação atual	Subsolo	145,64
		Térreo	262,77
		1º Andar	273,11
		2º Andar	265,90
		TOTAL	2.052,18
6	Edif. Ômega (Ocupação Total) - SEPN - W3 Norte - Quadra 515 Lote 02 - Imóvel em fase de desocupação e adequação para devolução aos proprietários	2º Subsolo (garagem)	2.268,00
		1º Subsolo	2.211,81
		Térreo	996,81
		Pavimento Tipo – (1º ao 4º)	3.987,24
		5º Pavimento	532,81
		Cobertura-Casa de Máquinas	29,52
		TOTAL	10.026,19
7	FNAS (Ocupação Total) - SAF Sul, Quadra 02, Lote 08, Bloco "H" - Imóvel com desocupação e devolução aos proprietários concluídas em dezembro/2016	Subsolo	905,31
		Térreo	652,22
		1º Andar	652,22
		2º Andar	387,68
		TOTAL	2.597,00
8	The Union (Ocupação Total) - SMAS Trecho 03, Conjunto 01 - Ocupação atual	Espaço coletivo (laboratório de treinamento, sala de convivência, refeitório e auditório)	983,25\
		Garagem	1.035,44\
		2º Subsolo (garagem)	3.345,50
		Semienterrado	3.078,78

	Térreo	2.129,69
	1º Pavimento	2.222,22
	2º Pavimento	2.222,22
	TOTAL	15.017,10
ÁREA TOTAL		44.887,25 m ²

Fonte: CPMT/CGLA

Gestão da tecnologia da informação

Principais sistemas de informações

O MDSA interage com os Estados, os municípios e o DF por meio de sistemas de informação, pelos quais é possível trocar, gerenciar e controlar dados de informação. Em 2016, foram utilizados os seguintes sistemas, sob a gestão da DTI, já associados à célula especializada de atendimento, conforme listados abaixo:

Tabela 40 - CATÁLOGO DE SISTEMAS SOB GESTÃO DA DTI (*)

ID	Sistema	Descrição do Sistema	Célula Especializada Responsável
1	COOP INTERNAC - Sistema Cooperação Internacional	Sistema Cooperação Internacional que abriga as informações sobre políticas, programas e ações para o desenvolvimento social, dos países membros da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
2	SendMail – Sistema de Envio de Informações	Sistema para envio de informativos sobre os serviços, programas e benefícios que o MDSA oferece. Mailing Digital.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
3	PORTAL INTRANET	Portal de comunicação interna do MDSA.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
4	PORTAL MDSA	Portal Oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM (Assessoria de Comunicação).	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
5	PORTAL CARTA AO CIDADÃO	Portal de divulgação dos serviços providos ao Cidadão pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ferramenta de gerenciamento de conteúdo, administrada pela equipe de comunicação eletrônica da ASCOM (Assessoria de Comunicação).	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
6	SISCOP - Sistema de Controle Orçamentário de Publicidade	Sistema de controle dos recursos financeiros utilizados nos contratos com as agências de publicidade de atendem ao MDSA.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
7	SISDTI – Sistema da Diretoria da Tecnologia de Informação.	Sistema de Gestão do Fluxo de Atendimento de Demandas da Coordenação Geral de Sistemas	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
8	DiciVIP – Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas	O DiciVIP funciona como um compêndio de dicionários. Atualmente são apresentados quatro dicionários: o de variáveis, o de indicadores, o de programas sociais e o de fontes. O processo de construção de cada um destes dicionários permite que se estabeleça uma base de conhecimento, a partir de dados básicos, utilizados em questionários, formulários eletrônicos, documentos técnicos, planilhas de micro dados, dentre várias outras fontes	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
9	CENSO SUAS	Sistema que gera questionários eletrônicos utilizados para aplicar os questionários eletrônicos do Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e do Mapeamento SAN (Segurança Alimentar e Nutricional). Sistema	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação -

		Gerador de Questionários Eletrônicos - SGQE	SENARC/SE/SAGI
10	AVADES - Sistema de Avaliação de Desempenho	Sistema de Avaliação de Desempenho dos servidores em exercício no MDSA, com base no decreto nº 7.133/2010, com objetivo de acompanhar o alcance das metas organizacionais.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
11	SISPRO – Sistema de Protocolo	Sistema de tramitação de documentos avulsos ou processos administrativos no âmbito do MDSA.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
12	SCC – Sistema de Controle de Contratos	Sistema para acompanhamento dos contratos administrativos firmados por todo o MDSA. Gerenciado pela Coordenação de Contratos.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
13	SIEXP – Sistema de Expedição de Correspondências	Sistema de cadastro e rastreamento das correspondências expedidas pelo Serviço de Protocolo por meio da Empresa Brasileira de Correios. O sistema é gerenciado pela equipe da Coordenação-Geral de Documentação e Arquivo e propicia o cadastramento prévio dos dados das postagens pelas unidades do MDSA com consulta a base de CEPs.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
14	SIAIN – Sistema de Acordo Internacionais	Sistema de acompanhamento e controle de programas de cooperação e acordos de empréstimos que o MDSA mantém junto aos órgãos internacionais.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
15	SISCONTEL - Sistema de Controle de Telefonia	Sistema para o acompanhamento dos gastos com telefonia fixa e móvel do MDSA.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
16	SIASC – Sistema de Apoio a Seleção de Consultor	Sistema para dar suporte à avaliação e seleção dos candidatos nos processos de contratação de consultores pessoa física.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
17	Portal EAD – Portal de Ensino a Distância	Portal que provê cursos de capacitação nas políticas e programas gerenciados pela SENARC (Distribuição de Renda)	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
18	OBSERVATÓRIO – Sistema Observatório de Boas Práticas do Programa Bolsa Família	Sistema observatório de Boas Práticas na gestão do Programa Bolsa Família nos Estados e Municípios com o objetivo de apoiar a construção de uma rede de gestores.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
19	SIGPBF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família**	O SIGPBF é um sistema de gestão destinado, especificamente, aos Gestores e Técnicos municipais e Coordenadores e Técnicos estaduais que trabalham na gestão do PBF. Porém, outros grupos que participam do processo de gestão também podem fazer uso desta ferramenta, tais como: os órgãos de controle, as Instâncias de Controle Social, os cidadãos e os beneficiários que buscam obter informações sobre a gestão local.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
20	SICON - Sistema de Condicionais**	O SICON permite o acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Através dele, o MDSA acompanha se os beneficiários estão cumprindo as condições estabelecidas pelo PBF nas áreas de saúde, educação e assistência social. O principal objetivo é, através do acompanhamento, identificar as famílias vulneráveis, para que a assistência social possa dar as orientações necessárias.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
21	SIMAC Questionário – Sistema de Monitoramento de Atualizações Cadastrais	Sistema de aplicação de questionários online possibilitando o monitoramento e identificação de indícios de irregularidades no Programa Bolsa Família.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
22	SIMAC	Sistema de auditoria que auxilia a identificação de irregularidades na	Célula 3: Distribuição de

	Processamento - Sistema de Monitoramento de Atualizações Cadastrais	operacionalização do Cadastro Único e no pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família.	Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
23	GUARDIÃO	O Guardiã V7 é um aplicativo de monitoramento da disponibilidade e desempenho do Sistema do Cadastro Único V7 Online. O aplicativo faz uma consulta a cada 05 (cinco) minutos entre as 07 e 21 horas diariamente.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
24	SISFIS - Sistema de Fiscalização	Sistema de fiscalização que permite o controle e o acompanhamento dos processos da área de fiscalização relacionados às denúncias recebidas sobre irregularidades no Programa Bolsa Família. O sistema permite o cadastro de ofícios, denúncias e o registro da análise do processo. Todo o ciclo de vida da denúncia é registrado no sistema.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
25	SISTAC – Sistema de Isenção de Taxa de Concurso	Sistema de consulta, na base do CadÚnico (Cadastro Único), dos candidatos a concursos públicos, com o objetivo de conceder o benefício de isenção da taxa de inscrição aos beneficiários do Programa Bolsa Família que se enquadrem no perfil.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
26	SIGD - Sistema de Índice de Gestão Descentralizada	Sistema responsável pela consolidação dos dados e taxas da educação, saúde, gestão dos SUAS e demais dados necessários para o cálculo do IGD (Índice de Gestão Descentralizada). Este sistema permite o cálculo e recálculo deste índice, assim como controle da conta corrente dos recebimentos e compensações realizadas no repasse de recursos financeiros a cada município.	Célula 3: Distribuição de Renda, Área meio e Gestão da Informação - SENARC/SE/SAGI
27	SISPAA – Sistema de Acompanhamento do Programa de Aquisição de Alimentos. **	Sistema de execução, acompanhamento e geração de folha de pagamento do Programa de Aquisição de Alimentos, com acesso direto pelos Estados e Município e recepção dos dados da execução da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
28	CISTERNAS - Sistema do Programa Cisternas **	Sistema de execução e acompanhamento do programa de construção de Cisternas financiado pelo MDSA.	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
29	SISFOMENTO – Sistema de Fomento às Atividades Produtivas e Rurais	Sistema para execução e acompanhamento do programa de Fomento às Atividades Produtivas e Rurais.	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
30	SISEPAN - Sistema de Informações dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Sistema para execução do programa e acompanhamento das rotinas dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
31	ADESAN – Sistema Virtual de Adesão ao SISAN	Sistema de Adesão ao SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
32	SISPAA LEITE - Sistema de Incentivo à Produção de Leite **	Sistema de execução, acompanhamento e Incentivo à Produção de Leite.	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
33	Feiras Orgânicas Web e Mobile – Sistema de Localização de Feiras Orgânicas	Sistema de gestão de dados e moderação do aplicativo móvel de incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis, com vistas à realização de ações de educação alimentar e nutricional, por meio da campanha Brasil Saudável e Sustentável (BRASS).	Célula 1: Segurança Alimentar - SESAN
34	CADSUAS - Sistema de cadastro Nacional do SUAS	Sistema de cadastro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que comporta todas as informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades prestadoras de serviços sócio assistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de Assistência Social e dos trabalhadores e	Célula 2: Assistência Social - SNAS

		conselheiros que atuam no âmbito do SUAS.	
35	SUASWEB NOB	Versão antiga do SUASWEB concebido para disponibilizar as funcionalidades de gestão de planos de ação e demonstrativos sintéticos anuais da execução físico-financeira. Atualmente é usado apenas para consulta das informações.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
36	SUASPLANDEM (SUASWEB) – Sistema de Registro do Plano de Ação e Demonstrativo**	Sistema responsável pelo registro do Plano de Ação que será executado dentro dos estados e municípios para um ano específico. Possui funcionalidades para a prestação de contas das ações realizadas (Demonstrativo), previstas no Plano de Ação, com os repasses financeiros disponibilizados.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
37	CARTEIRA DO IDOSO	Sistema de emissão da Carteira do Idoso.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
38	SAA WEB – Sistema de Autenticação e Autorização**	Sistema responsável pela autenticação e autorização de usuários dos sistemas da assistência social e da maioria dos sistemas internos e de segurança alimentar e nutricional.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
39	SAA WEB GESTÃO - Sistema de gestão do SAA WEB**	Sistema de gestão do SAA WEB com funções e relatórios para gestão dos sistemas que fazem acesso por meio do SAA WEB e gestão dos perfis desses sistemas.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
40	SISDILIGÊNCIA – Sistema de Diligências	Sistema de acompanhamento de diligências do MDSA, oriundas de demandas de órgãos de controle.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
41	CERTIFICAÇÃO SUAS – Sistema de Certificação SUAS	Sistema de automatização das rotinas de concessão e renovação da Certificação das Entidades Beneficentes da Assistência Social.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
42	SIGPC – Sistema de Prestação de Contas	Sistema gerencial de prestação de contas do Fundo Nacional de Assistência Social. Processo posterior ao executado no Sistema SUASWEB.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
43	SISFAF – Sistema de Repasse Fundo a Fundo	Sistema de Repasse Fundo a Fundo de gestão dos repasses de recursos financeiros do SUAS por intermédio do Fundo Nacional de Assistência Social aos Fundos Estaduais e Municipais de assistência social.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
44	SIAORC - Sistema de Acompanhamento Orçamentário	Sistema de acompanhamento orçamentário do SUAS; específico para gestão orçamentária do recurso gerido pelo Fundo Nacional de Assistência Social. O sistema interage com o SISFAF (Sistema de Repasse Fundo a Fundo) e SISCO (Sistema de Convênios) e é alimentado pelos dados exportados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).	Célula 2: Assistência Social - SNAS
45	SEGFAP	Sistema de processamento de pagamento do SUAS, integrado com SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) e Banco do Brasil. Atualmente utilizado apenas como fonte de informação do SUAS.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
46	SISDOC - Sistema de Controle de Documentos	Sistema de controle dos documentos que tramitam no Gabinete da SNAS.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
47	SISC – Sistema de Informação Social de Convivência	Sistema de gestão do Serviço de Informação Social de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), pelo MDSA, dos serviços que são prestados pelos municípios, gerando informações para o co-financiamento.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
48	BPC na ESCOLA**	Sistema de execução e acompanhamento do programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
49	SISCONFERÊNCIA - Sistema Integrado da Conferência Nacional de Assistência Social	Sistema responsável por dar suporte à Conferência Nacional de Assistência Social, evento em que se avalia a situação atual da Assistência Social e se propõe novas diretrizes para o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).	Célula 2: Assistência Social - SNAS
50	SICNAS - Sistema de Gestão dos Processos Administrativos	Sistema de gestão dos processos administrativos do Conselho Nacional de Assistência Social. Tem como objetivo tornar públicas as informações referentes à situação e tramitação de processos junto ao CNAS.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
51	SISJOVEM - Sistema	Sistema de acompanhamento e gestão do Projovem Adolescente. Ele fornece	Célula 2: Assistência

	de Gestão do Projovem Adolescente	aos gestores de assistência social das três esferas de governo informações detalhadas e consolidadas sobre a execução deste serviço socioeducativo. O sistema possibilita o acompanhamento on-line das principais regras estabelecidas para a oferta do serviço e subsidia as tomadas de decisão. Atualmente, é usado somente para consulta de informações.	Social - SNAS
52	Portal CNAS	Portal do Conselho Nacional de Assistência Social para divulgação de notícias, investimentos, capacitações e boas práticas dos conselhos de assistência social.	Célula 2: Assistência Social - SNAS
53	Novo SUASWEB	Sistema de geração de relatórios das informações oriundas do SISFAF para os municípios e estados, permitindo o cruzamento de informações presentes no SUASWEB e SISFAF. Este sistema realiza o registro de auditoria interna armazenando informações de acessos a relatórios e às consultas realizadas por usuários.	Célula 2: Assistência Social - SNAS

Fonte : DTI

* A manutenção de todos os sistemas é terceirizada e as despesas estão demonstradas no Quadro 9. Os sistemas que foram desenvolvidos em 2016 estão demonstrados no Quadro 7.

** Principais sistemas que contribuem de forma relevante para a missão, negócio e objetivos deste Ministério.

Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Planejamento da Diretoria de Tecnologia da Informação está materializado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que é o instrumento de planejamento dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), cuja elaboração está prevista na Instrução Normativa MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014.

O plano tem como intuito registrar objetivos, diretrizes, metas e ações de planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) alinhados com os objetivos institucionais, de forma a apoiar e suportar as políticas, programas e ações públicas de forma organizada.

O Comitê Gestor de Tecnologia e Informação (CGTI) é a instância responsável pela aprovação do PDTI. A criação desse Comitê, no âmbito do MDSA, deu-se pela Portaria nº 556 de 11 de novembro de 2005 e tem por finalidade formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação de tecnologia, informação e conhecimento do MDSA e, em especial, assessorar as suas unidades organizacionais na discussão e decisão a respeito desses temas. O CGTI possui um caráter de permanência com o registro de todas as decisões estratégicas tomadas e tem a missão de garantir uma memória persistente das discussões que balizam as ações previstas no plano.

O CGTI constitui-se em uma instância consultiva e deliberativa com o propósito de pronunciar-se a respeito de temas na área de Tecnologia e Informação no âmbito de interesse de todas as Secretarias do Ministério, com suas decisões e deliberações referendadas pela Secretaria-Executiva (SE) e registradas por meio de recomendações, exposição de motivos, notas técnicas e outros documentos, conforme o tema em questão. Todas as Secretarias estão representadas no Comitê, cujo regimento interno está publicado à página 114 do DOU nº 234, de 7 de dezembro de 2006, e seus membros são formalmente nomeados pela Secretaria-Executiva.

O PDTI vigente contempla todas as ações e metas de TI associadas às áreas das políticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, sintonizadas com as metas e diretrizes das estratégias gerais estabelecidas pelo SISP,

pela Estratégia de Governança Digital - EGD e com as necessidades apresentadas pelo Comitê Gestor de TI, conforme quadro a seguir:

Tabela 41 - NECESSIDADES DO PDTI

ID	Necessidades (problema/opportunidade)	2013	2014	2015	2016
N1	Desenvolvimento e manutenção de software para operacionalização das políticas sociais e suportar as atividades administrativas do MDSA.	X	X	X	X
N2	Manutenção dos enlaces de comunicação para transmissão de voz, dados e vídeo.	X	X	X	X
N3	Aquisição de equipamentos para transmissão de voz, dados e vídeo.	X	X	X	X
N4	Ampliação da capacidade de processamento de dados.	X	X	X	X
N5	Ampliação da capacidade de armazenamento de dados.	X	X	X	X
N6	Aquisição de microcomputadores e periféricos.	X	X	X	X
N7	Aquisição, atualização e manutenção de licenças para uso de software.	X	X	X	X
N8	Manutenção de ativos de TI.	X	X	X	X
N9	Serviços de impressão e digitalização para todas as áreas do Ministério.	X	X	X	X
N10	Manutenção e Migração do Datacenter.	X	X	X	X
N11	Serviços de Pesquisa e Aconselhamento e de Apoio Técnico à Gestão	X	X	X	X
N12	Serviços de hospedagem para contingência.	X			
N13	Serviço de tratamento, verificação, avaliação e análise de bases de dados sociais	X	X	X	X
N14	Monitoramento de ativos de hardware e software	X	X	X	X

Fonte: DTI

Ao final de 2015, por meio do Memorando 154/2015/DTI/SE-MDSA, esta DTI manifestou-se a respeito do Término da vigência do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, solicitando ao CGTI uma manifestação sobre a pertinência da prorrogação da vigência do PDTI, em face aos trabalhos internos já em curso, relacionados a instituir, formalmente, uma Política de Governança de TI que contemple as estruturas de tomada de decisão, definição de papéis organizacionais e respectivos responsáveis pelas decisões (atores, competências e responsabilidades); princípios; diretrizes; processos formais de integração, tais como o monitoramento e controle dos projetos de TI, critérios de priorização de demandas de TI; comunicação dos resultados dos processos decisórios, plano de comunicações e mecanismos de

transparência, trabalho iniciado em resposta à recomendação constante do Relatório de Auditoria Anual de Contas, RA 201503523. Assim, o PDTI 2013-2015 foi estendido tornando-se PDTI 2013-2016.

O PETI/PDTI 2017-2018 foi iniciado já com base no novo Guia de PDTIC do SISP versão 2.0

No exercício de 2016, ocorreram quatro reuniões do CGTI, nas quais foram debatidos o Plano de Dados Abertos (PDA), o Plano de Contratações de Tecnologia da Informação (PCTI), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) – criação de critérios de priorizações de projetos dentre outros –, Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI), a solicitação da Diretoria de Gestão da Informação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (DGI/SAGI) para se tornar um Órgão Correlato do SISP, Plano de Trabalho do MDSA junto à STI/MP, novo modelo de desenvolvimento de software (Atelier de Software) e questões orçamentárias, dentre outros assuntos.

Devido à alta rotatividade de diretores na DTI, não foi possível ter um Plano de Capacitação efetivo, contudo foram realizados os treinamentos apresentados no quadro abaixo.

Tabela 42 - TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2016

Treinamento	Carga Horária
Seminário Governança em TI	7
World Congress on Information Technology	21
Agile Trends GOV 2016 Brasília	16
COBIT 5 para Risco	4
Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação - ENAP	20
Elaboração de Plano de Dados Abertos - ENAP	20
Introdução a Gestão de Projetos - ENAP	20
Gestão de Riscos e Controle Interno – CGU/MP	16
Curso sobre Sistema Eletrônico de Informação-SEI - Licitações e Contratos	7
Elaboração de Termos de Referência e Projetos Básicos para Contratação de Bens e Serviços no Setor Público	16
Análise de Dados – Curso Básico	40
Teradata <i>Database Physical Implementation</i>	24
QlikView Administrator	8
Lei de Acesso à Informação (LAI)	20
Análise de Dados Aplicada 1 - Estatística Descritiva	20
Workshop Oracle BPM Suite	16
Especialização em Gestão Pública	401

Fonte: DTI

Foram adotadas ferramentas de apoio à gestão como o REdMine e o FENG, bem como ferramenta de tramitação e gestão eletrônica de documentos, o SEI, além de algumas melhorias na ferramenta de gestão de demandas (OTRS) e no sistema utilizado para acompanhamento das demandas da fábrica de software, o SISDTI.

A força de trabalho da DTI, abrangendo servidores e terceirizados, totalizou 105 (cento e cinco) profissionais e está detalhada no Quadro 6, a seguir.

Tabela 43 - FORÇA DE TRABALHO DA DTI

	Gabinete	CGSS Infraestrutura	CGBD Banco de Dados	CGS Sistemas	Total
Servidores/empregados efetivos da área de TI da Unidade	-	-	-	-	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	-	4	1	4	9
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	2	-	5	6	13
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	-	1	-	-	1
Servidor de TI da Unidade – contrato temporário	-	2	1	-	3
Terceirizados	1	29	24	22	76
Estagiários	-	-	2	1	3
TOTAL	3	36	33	33	105

Fonte: DTI

Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas

Ações e Resultados da Assessoria da Diretoria de Tecnologia da Informação

A equipe de assessoria da Diretoria de Tecnologia da Informação se dedica a assessorar diretamente o Diretor de TI em todos os temas de TI. Assim, foram elaboradas minutas de documentos como Plano de Dados Abertos – PDA, Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, Relatório de Gestão de 2015, acompanhamento do Plano de Trabalho para os Analistas em TI da STI/MP, respostas a questionamentos do TCU, CGU e MP, entre outros documentos e atividades do dia-a-dia.

Ademais, em 25 de fevereiro de 2016 foi assinado o Contrato administrativo nº 08/2016, de apoio técnico à gestão e à fiscalização. Esse contrato teve a finalidade de apoiar as três

Coordenações Gerais em melhorias para diminuir a sobrecarga dos gestores e fiscais das áreas, sendo utilizados diversos perfis de profissionais para esse fim.

Com esse apoio, foi possível a realização de melhorias em arquiteturas de sistemas, bancos de dados e processos de atendimento ao usuário, entre outras diversas ações.

Esse Contrato é executado por Hora de Serviços Técnico – HST de acordo com o Catálogo de Serviços correspondente, sendo executadas, em 2016, a quantidade de HSTs conforme quadro a seguir:

Tabela 44 - Hora de Serviços Técnico – HST

ÁREA DE CONHECIMENTO	GRUPO DE SERVIÇO TÉCNICO	PERFIL TÉCNICO	TOTAL Concluído	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
SISTEMAS	Análise de Métricas	Analista de Métricas	223,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	56,5	87,1	0,0	0,0	0,0
		Analista de Negócio	10.311,0	0,0	0,0	100,0	612,0	1.218,5	1.366,0	1.247,0	1.068,0	1.061,5	953,5	1.370,5	1.314,0
	Análise de Sistemas	Analista de Configuração	1.467,0	0,0	0,0	0,0	135,0	168,0	166,0	174,0	140,0	186,0	138,0	192,0	168,0
		Analista de Sistemas Java	3.192,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	396,0	396,0	556,0	494,0	708,0	642,0
		Analista de Sistemas PHP	2.848,5	0,0	0,0	28,0	80,0	370,5	364,0	299,0	404,0	340,0	316,0	325,0	322,0
		Arquiteto de Solução	1.272,0	0,0	0,0	0,0	82,0	146,0	132,0	87,0	138,0	204,0	175,0	114,0	194,0
		Analista de Relacionamento	575,5	0,0	0,0	0,0	18,0	183,0	45,0	12,0	249,0	5,5	60,0	3,0	0,0
		Analista de Qualidade	2.873,5	0,0	0,0	44,0	206,0	316,0	363,0	396,0	174,0	405,5	282,0	349,0	338,0
		Design de Interface	Web Designer	36,0	0,0	0,0	24,0	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	BANCO DE DADOS	Administração de Dados	Analista Especialista em Administração de Dados	1.856,0	0,0	0,0	0,0	96,0	168,0	176,0	192,0	208,0	192,0	184,0	192,0
Analista Especialista em Business Intelligence			1.640,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	152,0	168,0	184,0	0,0	448,0	336,0	352,0
Administração de Banco de Dados		Analista Especialista em Administração de Banco de Dados Oracle	818,0	0,0	0,0	0,0	0,0	48,0	0,0	54,0	138,0	126,0	160,0	104,0	188,0
		Analista Especialista em Administração de Banco de Dados DB2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Analista Especialista em Administração de Banco de Dados PostgreSQL e	510,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,0	114,0	120,0	106,0	0,0	152,0	0,0	0,0
		Analista Especialista em Administração de Banco de Dados Teradata	1.440,0	0,0	0,0	0,0	104,0	168,0	176,0	168,0	168,0	168,0	160,0	160,0	168,0
SUSTENTAÇÃO	Administração de Operações	Analista de Service Desk	1.024,0	0,0	0,0	0,0	0,0	224,0	120,0	112,0	88,0	80,0	80,0	160,0	160,0
		Analista de Infraestrutura de TI e Redes	1.536,0	0,0	0,0	0,0	160,0	116,0	40,0	200,0	160,0	140,0	280,0	199,0	241,0
		Analista de Produção	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Administração de Segurança	Analista de Segurança da Informação	201,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	165,0	36,0
		Analista de Backup	565,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	280,0	165,0	120,0	0,0	0,0	0,0
	Administração de Ambiente	Analista de Suporte Linux	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Analista de Suporte Windows	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Analista de Suporte Mainframe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	TOTAL			32.389,1	0,0	0,0	196,0	1.505,0	3.144,0	3.214,0	3.985,0	3.842,5	3.671,6	3.882,5	4.377,5

Fonte : DTI

Ações e Resultados da Coordenação-Geral de Sistemas

Os resultados obtidos pela Coordenação-Geral de Sistemas são decorrentes do desenvolvimento e manutenção de sistemas. Suas principais atividades foram o desenvolvimento de sistemas e portais (quadros 7 e 8), a manutenção de sistemas e de portais (quadro 9), mapeamento de processos de negócio (quadro 10), atividades estruturantes relacionadas às disciplinas de desenvolvimento de sistemas, a auditoria de contagem de pontos de função e o planejamento da contratação e gestão de contratos (quadro 11).

Com relação à avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade, os sistemas em produção são monitorados continuamente com o objetivo de detectar problemas relacionados ao desempenho. Os dados provenientes deste serviço de monitoramento são insumos

para a realização de medidas proativas, a fim de mitigar os potenciais riscos de indisponibilidade e lentidão nos sistemas. Essas medidas envolvem o redimensionamento de recursos dos ambientes de produção dos sistemas (memória, capacidade de processamento, número de instâncias de servidor de aplicação entre outros) com base na demanda real por capacidade de processamento e armazenamento.

O Quadro 7, a seguir, informa os sistemas que tiveram seu desenvolvimento concluído no ano de 2016.

Tabela 45 - SISTEMAS CONCLUÍDOS NO ANO DE 2016

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas/Aplicativos	Descrição	Data de Entrega	Quantitativo de Pontos de Função (PF)
1	SE	Sistema de Apoio a Seleção de Consultor (SIASC)	Sistema para dar suporte à avaliação dos candidatos nos processos de contratação de consultores.	ago/16	212,98
2	SENARC	Sistema de Índice de Gestão Descentralizada (SIGD)	Sistema responsável pela consolidação dos dados e taxas da educação, saúde, gestão dos SUAS e demais dados necessários para o cálculo do IGD (Índice de Gestão Descentralizada). Este sistema permite o cálculo e recálculo deste índice, assim como controle da conta corrente dos recebimentos e compensações realizadas no repasse de recursos financeiros a cada município.	dez/16	339,96
3	SESAN	Adesão ao SISAN (ADESAN)	Sistema de Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).	jan/16	220,00
4	SESAN	Sistema de Informações dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SISEPAN)	Sistema para execução do programa e acompanhamento das rotinas dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.	jun/16	736,87
5	SESAN	Sistema de Fomento às Atividades Produtivas e Rurais (SISFOMENTO)	Sistema de Fomento às Atividades Produtivas e Rurais	mai/16	114,21
6	SESAN	Feiras Orgânicas (Sistema de Gestão de Dados das Feiras de Produtos Orgânicos) e Aplicativo Feiras Orgânicas (2ª versão)*	Aplicativo para dispositivos móveis responsável por localizar feiras de produtos orgânicos e sistema para moderação dos comentários e avaliações sobre estas feiras.	mar/16	225,87
7	SNAS	Certificação SUAS (CNEAS)	Sistema de automatização das rotinas de concessão e renovação da Certificação das Entidades Beneficentes da Assistência Social.	Jun/16	207,00
Subtotal SE:					212,98
Subtotal SENARC					339,96
Subtotal SESAN					1.296,95

Subtotal SNAS	207,00
Total:	2.056,89

Fonte de dados: SISDTI – Sistema de Informação da DTI.

1) Foram consideradas realizadas em 2016 as demandas com data de homologação no ano de 2016.

(*)Feiras Orgânicas (2ª versão): compreende o escopo de cadastro e gestão de Receitas e Produtos Orgânicos

O processo de desenvolvimento de sistemas, utilizado na construção dos sistemas citados no Quadro 7, é baseado em práticas de mercado derivadas do modelo em cascata e abrange as seguintes etapas: concepção, elaboração, construção e transição. De forma geral, a concepção consiste no entendimento inicial dos requisitos e dos processos de negócio, os quais serão suportados pelo sistema construído. A etapa elaboração compreende o detalhamento dos requisitos e projeto do sistema. A construção envolve a codificação e testes em ambientes controlados pelos demandantes. Por fim, a transição compreende a instalação, configuração e testes do sistema em seu ambiente definitivo. Essas etapas foram realizadas no trabalho de desenvolvimento de cada sistema mencionado no Quadro 7.

O Quadro 8, a seguir, apresenta os sistemas que estavam em desenvolvimento em 2016, mas foram suspensos devido ao término do contrato de fábrica de software em 10/12/2016. Em virtude disso, os prazos de entrega, os riscos e o orçamento dos projetos de desenvolvimento de sistemas serão reavaliados quando da contratação e início da execução do novo contrato de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Tabela 46 - SISTEMAS EM DESENVOLVIMENTO NO ANO DE 2016 (*)

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas/ Aplicativos	Descrição	Quantitativo de Pontos de Função (PF)
1	SENARC	Sistema de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Programa Bolsa Família (SIGAF)	Sistema de gerenciamento, armazenamento e operacionalização das atividades de acompanhamento, fiscalização e controle previstos nas ações de sustentação e execução do Programa Bolsa Família.	118,62
2	SNAS	Sistema de Gestão de Convênios (SISCON)	Sistema de gestão de convênios de repasse de recursos referentes a ações de proteção social a indivíduos e famílias previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.	66,00
Total				184,62

Fonte de dados: SISDTI

1) Foram consideradas realizadas em 2016 as demandas com data de homologação no ano de 2016.

O Quadro 9, a seguir, apresenta as manutenções de sistemas realizadas pela DTI no ano de 2016.

Tabela 47 - MANUTENÇÕES REALIZADAS NOS SISTEMAS (*)

Nº	Secretaria	Sistemas/Ferramentas/Applicativos	Qtde. de Manutenções Realizadas	Quantitativo de Pontos de Função (PF)
1	SAGI	Censo SUAS	2	195,87
2	SAGI	Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas (DICIVIP)	5	26,64
Total SAGI			7	222,51
3	SE	Sistema de Avaliação de Desempenho (AVADES)	22	86,46
4	SE	Cooperação Internacional	3	3,10
5	SE	Portal do BSM	1	3,00
6	SE	Portal do MDSA	7	22,94
7	SE	Sistema de Controle de Contratos (SCC)	1	0,60
8	SE	Sistema de Envio de Informação (SendMail)	4	4,56
9	SE	Sistema da Assessoria Internacional (SIAIN)	5	12,60
10	SE	Sistema de Controle de Telefonia (SISCONTEL)	4	15,10
11	SE	Sistema de Controle Orçamentário da Publicidade (SISCOP)	4	44,40
12	SE	Sistema de Protocolo (SISPRO)	4	16,91
13	SE	Agente de Sincronização da Agenda do Outlook das autoridades com o Portal do MDSA	1	0,60
Total SE			56	210,27
14	SESAN	Sistema Virtual de Adesão ao Sisan (ADESAN)	6	121,84
15	SESAN	Sistema de Informações dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SISEPAN)	2	95,90
16	SESAN	SISFOMENTO	1	78,50
17	SESAN	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA)	82	428,23
18	SESAN	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA LEITE)	8	16,00
19	SESAN	Sistema de Controle do Programa CISTERNAS	28	160,10
Total SESAN			127	900,57
20	SENARC	Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON)	11	54,77
21	SENARC	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF)	7	988,50
22	SENARC	AFAC - módulo do SIGPBF	3	14,50
23	SENARC	SIGAF - módulo do SIGPBF	11	35,52
24	SENARC	DEBEN - módulo do SIGPBF	16	94,43
25	SENARC	DEOP - módulo do SIGPBF	17	52,60
26	SENARC	GUARDIÃO - SIGPBF	1	3,00
27	SENARC	Sistema de índice de Gestão Decentralizada (SIGD)	1	1,42
28	SENARC	Sistema de Fiscalização (SISFIS)	4	17,40
29	SENARC	Sistema de Isenção de Taxa de Concursos (SISTAC)	9	47,82
Total SENARC			80	1.309,96

30	SNAS	Sistema de Benefícios de Prestação Continuada na Escola (BPC na ESCOLA)	25	126,88
31	SNAS	Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CADSUAS)	25	1.308,62
32	SNAS	Sistema da Carteira do Idoso (CARTEIRA IDOSO)	2	10,40
33	SNAS	Sistema de Certificação SUAS (CNEAS)	40	304,25
34		SICNAS	1	0,80
35	SNAS	Novo SUASWEB	14	61,10
36	SNAS	SUASWEB (Plano de Ação e Demonstrativo)	50	311,35
37	SNAS	Sistema de Autenticação e Autorização via WEB (SAA-WEB)	14	67,40
38	SNAS	Sistema de Gestão do SAA-WEB (SAA-WEB-GESTÃO)	23	264,93
39	SNAS	Sistema de acompanhamento orçamentário do SUAS (SIAORC)	2	7,00
40	SNAS	Sistema de Gestão do Benefício de Prestação Continuada (SIGBPC)	1	2,20
41	SNAS	Sistema de Gestão da Prestação de Contas (SIGPC)	50	255,57
42	SNAS	Sistema da Conferência Nacional de Assistência Social (SISCONFERENCIA)	2	25,65
43	SNAS	Sistema de Diligências (SISDILIGENCIA)	36	196,30
44	SNAS	Sistema de Gestão de Ordens de Serviços de Sistemas da Diretoria de Tecnologia (SISDTI)	8	190,25
45	SNAS	Sistema de Repasse Fundo a Fundo (SISFAF)	19	190,33
46	SNAS	SUASWEB NOB	10	16,25
Total SNAS			332	3.339,28
TOTAL DTI / MDSA			602	5.982,59

Fonte de dados: SISDTI

1) Foram consideradas realizadas em 2016 as demandas com data de homologação no ano de 2016.

2) Demandas corretivas na garantia foram desconsideradas, uma vez que não geram ônus para o Órgão.

3) Foram consideradas manutenções todas as demandas que não são do tipo desenvolvimento de sistemas (inclui apuração especial, verificação de erros e todos os demais tipos presentes no TR de fábrica de software).

Os serviços mencionados nos quadros 7, 8 e 9 foram submetidos ao processo de auditoria da contagem de pontos de função, métrica prevista em contrato para quantificar e remunerar o trabalho de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Com o início do contrato de apoio à gestão e fiscalização em 2016, foram desenvolvidas atividades relacionadas ao mapeamento de processos de negócio (Quadro 10), acompanhamento negocial e apoio à gestão de demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas, verificação e validação de entregas de software e análises técnicas em sistemas. Adicionalmente, foram conduzidas atividades estruturantes relacionadas ao processo de desenvolvimento de software, tais como gestão de configuração de software, estudos técnicos para implantação de integração contínua, definição de arquitetura de referência para novos sistemas na linguagem PHP e mapeamento de processo ágil de testes de entregas de software.

Tabela 48 - PROCESSOS DE NEGÓCIO MAPEADOS

Nº	Política Pública / Negócio	Fluxos de Processo Mapeados
1	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Macroprocesso Adesão à Compra e Doação Simultânea Compra Institucional Incentivo de Produção e Consumo de Leite Pacto de Valores e Metas Aquisição e Doação de Alimentos Análise de Encerramento Repasse de Verba Formalização de Convênio Execução do Programa Pagamento de Parcela Prestação de Contas
2	Acompanhamento e Fiscalização do Programa Bolsa Família	Macroprocesso Apuração de Irregularidades Apuração de Acompanhamento sobre Gestão Instauração de Processo Administrativo
3	Pagamento de Benefícios Fundo a Fundo da Assistência Social	Macroprocesso de Pagamento Fundo a Fundo Análise e Tratamento de Demandas
4	Transferências Voluntárias do Fundo Nacional de Assistência Social	Criação de Programação Execução de Recurso Transferência de Recurso Proposição de Emendas Criação de Cesta de Possibilidades Emendas de Incremento

Fonte de dados: SISDTI

O Quadro 11, na sequência, apresenta as atividades administrativas realizadas para dar suporte à execução das atividades dos quadros 7, 8, 9 e 10.

Tabela 49 - PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS DA CGS

Nº	Tipo de Contrato	Descrição das Atividades
1	Fábrica de Software	Gestão do contrato de fábrica de software
2	Contagem de Pontos de Função	Gestão do contrato de contagem de pontos de função.
3	Administração de Material e Patrimônio	Fiscalização técnica do contrato.
4	Sistema para Gestão e Suporte às atividades do gabinete ministerial	Fiscalização técnica do contrato.
5	Contratação de Serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e monitoramento de sistemas, com base nas ideias e práticas dos movimentos “ágil” e “ <i>software craftsmanship</i> ”	Planejamento da Contratação
6	Contratação de Ferramenta de Auditoria de Código Fonte e Testes de Segurança	Planejamento da Contratação realizado em colaboração com a Coordenação Geral de Banco de Dados (CGBD)
7	Contrato de apoio à gestão e fiscalização	Fiscalização do contrato

Fonte de dados: SISDTI

A tabela a seguir (Quadro 12) apresenta os valores executados ao longo de 2016, com orçamento de 2016, segmentados por mês, para os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Chegando ao total de R\$ 2.250.923,58 em 2016. Adicionalmente, estão evidenciados os valores inscritos em restos a pagar de 2015, entregues e liquidados em 2016, no valor de R\$ 3.743.106,83.

Tabela 50 - VALORES INVESTIDOS POR MÊS EM DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Mês	Valores de Restos a Pagar 2015 pagos em 2016	Valores do Orçamento 2016 pagos em 2016
Janeiro	R\$ 637.436,24	R\$ 1.340,90
Fevereiro	R\$ 127.794,02	R\$ 77.125,60
Março	R\$ 700.739,83	R\$ 30.546,20
Abril	R\$ 614.025,01	R\$ 238.016,42
Maio	R\$ 359.990,20	R\$ 67.648,90
Junho	R\$ 640.884,21	R\$ 728.126,47
Julho	R\$ 195.673,78	R\$ 225.287,55
Agosto	R\$ 279.668,96	R\$ 549.625,91
Setembro	R\$ 95.054,80	R\$ 75.039,47
Outubro	R\$ 38.021,92	R\$ 55.338,86
Novembro	R\$ 10.348,25	R\$ 138.850,40
Dezembro	R\$ 43.469,61	R\$ 63.976,90
TOTAIS	R\$ 3.743.106,83	R\$ 2.250.923,58
TOTAL GERAL	R\$ 5.994.030,41	

Complementarmente, com o intuito de demonstrar todo o investimento direcionado para os serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas ao longo de 2016, é pertinente destacar o valor de cerca de R\$ 2 milhões, estimados em 2016 e que, devido aos trâmites processuais de homologação, aferição e pagamento, foram inscritos em restos a pagar de 2016, com liquidação que ocorrerá ao longo de 2017.

Cabe acrescentar, que em janeiro de 2016 foi aberto o processo para contratação de nova empresa para a prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e monitoramento de sistemas, com base nas ideias e práticas dos movimentos “ágil” e “software craftsmanship”, porém devido a mudanças internas, houve a necessidade de revisão do termo de referência impactando no prazo para início do novo modelo de trabalho. Os procedimentos licitatórios estão previstos para serem realizados no primeiro trimestre de 2017.

Ações e Resultados da Coordenação-Geral de Banco de Dados

A Coordenação Geral de Banco de Dados (CGBD), atendendo ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do MDSA para o quadriênio 2013/2014/2015/2016, em cumprimento às obrigações regimentais da DTI e em atendimento às necessidades impostas à operação de banco de dados, desempenhou em 2016 as atividades associadas à área de

Administração de Dados e de Administração de Banco de Dados, de Business Intelligence, além de cuidar da gestão e fiscalização de contratos correlatos.

Atividades previstas e realizadas pela Coordenação Geral de Banco de Dados:

Atividades técnicas de Administração de Banco de Dados, Infraestrutura e Segurança de Banco de Dados:

- Atualização dos Bancos de Dados Oracle de homologação e produção para a versão 12.1;
 - Atualização da versão do Appliance Teradata de 14.10 para 15;
 - Migração dos Bancos de Dados DB2 de homologação e produção do mainframe Z10 para o mainframe ZEC12;
 - Migração de bancos de dados PostgreSQL visando otimização do uso de servidores;
 - Melhorias nos scripts de backup dos bancos de dados Oracle, PostgreSQL, DB2;
 - Criação do ambiente Hadoop;
 - Criação do ambiente GreenPlum;
 - Desenvolvimento de nova solução de backup para os bancos de dados Teradata, usando ferramenta DSA;
 - Implementação de autenticação via LDAP no appliance Teradata;
 - Limpeza de usuários e permissões nos bancos de dados DB2, Oracle e Teradata;
 - Criação dos ambientes de homologação e produção do Oracle BPM Suite;
- Atividades técnicas de Administração de Dados, Integração de Dados e Business Intelligence (BI):
 - Desenvolvimento da solução Regra de Permanência em ambiente Teradata;
 - Integração de dados para o Sistema do Índice de Gestão Descentralizada dos Estados/Municípios (SIGD);
 - Melhoria do processo de cargas dos dados do Seguro Defeso;
 - Cargas de dados do Departamento de Benefícios (DEBEN): Folha do Bolsa Família, Cartões, Operações de Pagamento, Folha Pacto e Reversão de Cancelamento no ambiente Teradata;
 - Evolução do projeto “Melhorias PA” (geração dos Públicos de Acompanhamento) do Departamento de Condicionalidades (DECON);
 - Desenvolvimento de qualidade de dados para o BI Condicionalidades do DECON;
 - Evolução do projeto do BI Condicionalidades / Fase de Suspensão do DECON;
 - Implantação do processo de carga e geração de relatórios sobre o Benefício Variável à Gestante (BVG);

- Criação de visão para consulta de dados de Cartões pelo SIGAF;
- Participação no Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), composto pelos órgãos MDSA, INSS, PR, MF, MPOG, MTFC, MPF, CAIXA e TCU, que promoveu melhorias nas rotinas de qualificação da base do Cadastro Único;
- Construção do processo de carga dos dados do Cadastro Único para a aplicação CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico);
- Construção do processo de extração dos dados do Cadastro Único para disponibilização aos órgãos externos parceiros e pesquisadores;
- Atualização da versão dos ambientes de homologação, publicação e produção do QlikView de 11 para 12;
- Desenvolvimento e/ou evolução, em QlikView, dos produtos:
 - Painel Acompanhamento Acórdão TCU 1009;
 - Painel da Central em Números;
 - Painel de Execução Orçamentária da DTI;
 - Painel de Governance Dashboard;
 - Painel do RI SNAS;
 - Painel do SEI;
 - Painel do SISDTI;
 - Painel do SisoadWeb;
 - Painel Gestão DataInfo;
 - Painel Observatório da Ouvidoria;
- Implantação dos seguintes produtos em QlikView:
 - Painel Acompanha Concessão Pagto;
 - Painel Acompanhamento Pagtos PBF;
 - Painel Aplicações DGI;
 - Painel de Acompanhamento Familiar no SICON;
 - Painel de Gestão da SESAN;
 - Painel do SISPAA;
 - Painel de Gestão DRSP;
 - Painel Premiore SAGI;
 - Painel Relatórios Administrativos SNAS;
 - Painel Relatórios Financeiros SNAS;
 - Painel SIGE;
 - Painéis SIMA, SIMA 2.0 e SIMA Questionário;
 - Painel SPO;
- Criação do ambiente de homologação da ferramenta Business Objects (BO);

- Desenvolvimento, como prova de conceito (POC), de um Painel de Informações Sociais com a ferramenta QlikSense,
- Administrativas e Contratações:
 - Renovação do contrato de operação assistida para o appliance Teradata;
 - Renovação do contrato de serviços de Banco de Dados;
 - Renovação do contrato de suporte do banco de dados DB2;
 - Reorganização e renovação dos contratos de suporte do banco de dados Oracle;
 - Contratação de suporte das ferramentas de ETL IBM Data Stage / Quality Stage;
 - Contratação de suporte da ferramenta de modelagem de dados Power Designer;
 - Contratação de suporte do appliance Teradata;
 - Aquisição de novo appliance Teradata para expansão do existente;
 - Ajustes e melhorias do Termo de Referência para contratação de serviços de BI/DW;
 - Colaboração na elaboração de Termo de Referência para contratação de ferramenta de Auditoria de Código Fonte e Testes de Segurança.

O Quadro 13, a seguir, apresenta o quantitativo de tickets executados, por tipo de serviço, em 2016 pela CGBD.

Tabela 51 - QUANTITATIVO DE TICKETS EXECUTADOS POR TIPO DE SERVIÇO EM 2016

Serviço	Descrição	jan/ 16	fev/ 16	mar/ 16	abr/ 16	mai/ 16	jun/ 16	jul/ 16	ago/ 16	set/ 16	out/ 16	nov/ 16	dez/ 16	Tot ais
AD1	Elaboração de modelo de dados e dicionário de dados	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3	5
AD2	Alteração de modelo de dados e dicionário de dados	13	33	17	20	16	21	16	9	7	4	3	9	168
AD3	Validação de modelo de dados e dicionário de dados	22	9	1	7	2	0	0	0	1	0	0	0	42
AD4	Manutenção de dicionário de dados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
AD5	Elaboração e execução de scripts	148	188	85	96	94	156	111	93	103	69	82	78	1303
AD6	Geração de modelo de dados físico (Engenharia Reversa)	0	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	5
AD7	Elaboração de procedimento de automatização para carga ou para extração de dados	6	2	5	5	11	13	37	11	11	9	5	2	117

AD8	Alteração de procedimento de automatização para carga ou para extração de dados	5	13	1	3	5	7	19	7	5	48	3	9	125
AD9	Extração de dados	20	50	50	32	35	40	60	59	47	37	45	42	517
AD10	Melhoria de desempenho em procedimentos e transações no SGBD	23	0	2	3	7	8	3	12	2	3	1	0	64
AD11	Integração de dados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD12	Construção de modelo multidimensional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD13	Alteração de modelo multidimensional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD14	Criação de relatório analítico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AD15	Alteração de relatório analítico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BD1	Manutenção preventiva do banco de dados	44	47	62	47	57	37	41	65	55	57	72	59	643
BD2	Manutenção corretiva do banco de dados	6	2	6	14	16	4	9	15	5	4	10	6	97
BD3	Monitoramento de banco de dados, cluster e servidor	795	902	1028	956	1082	1066	1056	1207	1043	1144	1136	1092	12507
BD4	Monitoramento específico de banco de dados	7	0	8	2	5	4	11	10	2	0	0	0	49
BD5	Documentação de arquitetura e processos do banco de dados	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
BD6	Restauração de backup	1	1	1	2	1	4	4	3	2	0	1	3	23
BD7	Permissão de acesso ao banco de dados	15	148	19	15	63	22	18	15	20	16	7	13	371
BD8	Análise de implementação de serviços	2	0	6	2	9	11	3	0	6	0	2	3	44
BD9	Implementação de projetos de banco de dados	0	0	2	8	23	16	18	11	11	11	15	13	128
BD10	Migração de dados e/ou estrutura	5	2	10	8	15	8	17	31	15	11	9	5	136
BD11	Aplicação de patches e/ou atualização de SGBD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10
BD12	Instalação/Atualização e configuração de banco de dados	7	2	15	3	16	3	10	4	4	2	5	18	89
BD13	Instalação/Atualização	7	0	0	0	0	0	0	1	13	3	0	9	33

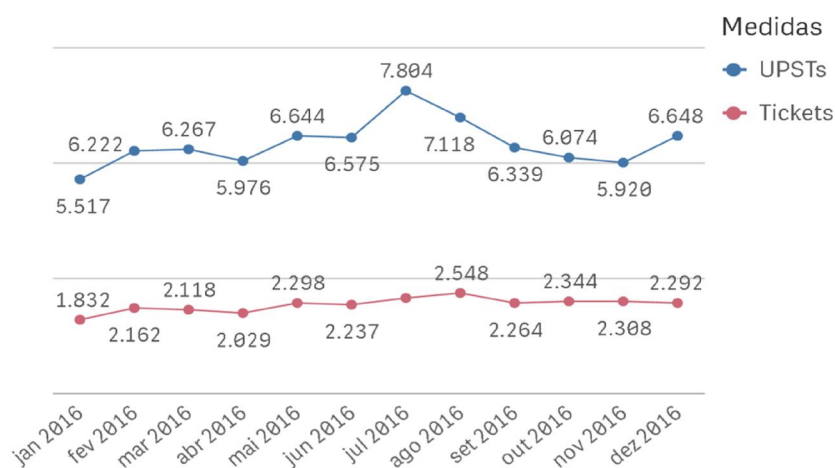
	ção e configuração de ferramentas de banco de dados													
BD14	Backup de banco de dados	497	550	590	584	643	619	712	755	650	742	689	698	7729
BD15	Validação de script de rollup	54	47	46	43	43	31	21	21	27	5	9	11	358
BD16	Execução de script de rollup	52	49	52	53	66	47	34	31	33	12	15	15	459
BD17	Execução de carga de dados	94	112	103	121	86	113	210	177	193	161	187	192	1749
BD18	Otimização de ambiente de banco de dados	8	0	0	0	0	2	1	0	1	1	0	0	13
BD19	Investigação de incidente	1	3	7	3	3	5	8	11	7	4	5	2	59
Total		1832	2162	2118	2029	2298	2237	2419	2548	2264	2344	2308	2292	26851
UPST (*)		5517	6222	6267	5976	6644	6575	7804	7118	6339	6074	5920	6648	77104

(*) Unidade de Prestação de Serviço Técnico

Os serviços do tipo BD3 e BD14 são rotineiros. Os demais são executados sob demanda.

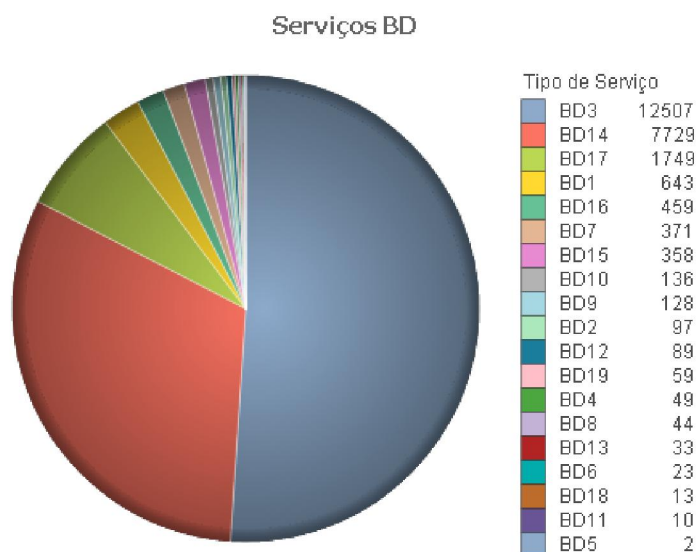
A figura a seguir, ilustra, ao longo de 2016, as curvas dos totais de tickets e de Unidades de Prestação de Serviços Técnicos (UPSTs) demandadas pela CGBD para atendimento ao MDSA.

Gráfico 9 - Totais de tickets e de Unidades de Prestação de Serviços Técnicos (UPSTs) demandadas pela CGBD



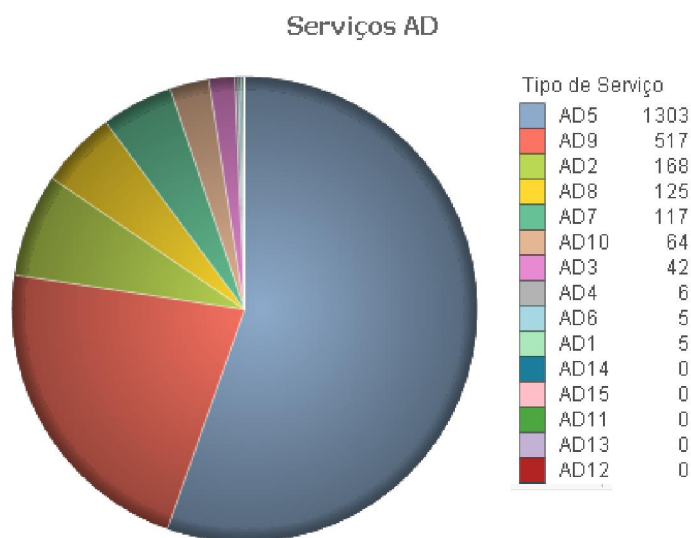
O gráfico a seguir demonstra a proporcionalidade entre os tipos de serviço, para os serviços de Administração de Banco de Dados (BD), ao longo de 2016 pela CGBD.

Gráfico 10 - Proporcionalidade entre os tipos de serviço da Administração de Banco de Dados (BD)



A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre os tipos de serviço, para os serviços de Administração de Dados (AD), ao longo de 2016 pela CGBD.

Gráfico 11 - Proporcionalidade entre os tipos de serviço da Administração de Dados (AD)



O Quadro a seguir apresenta, para cada tipo de banco de dados (SGBD) custodiado pela CGBD, o quantitativo de servidores e o respectivo o volume de dados ocupado, ao final de 2016.

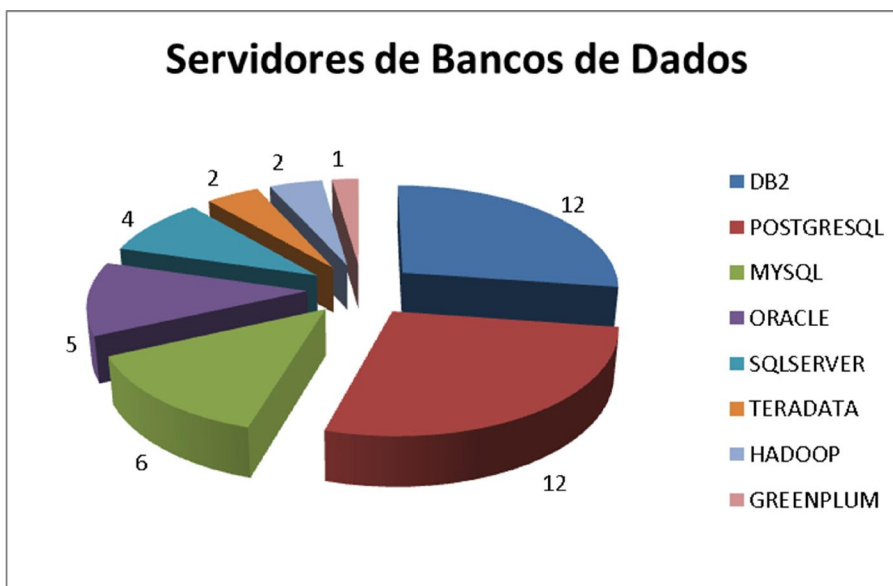
Tabela 52 - VOLUME E QUANTIDADE DOS BANCOS DE DADOS EM 2016

SGBD	Qtde	Volume ocupado (Tb)
TERADATA	2	12,00
DB2	12	17,52
ORACLE	5	8,79
POSTGRESQL	12	31,00
MYSQL	6	0,04
SQLSERVER	4	0,02
GREENPLUM	1	4,80
HADOOP	2	4,30
TOTAL	44	78,47

Fonte: DTI

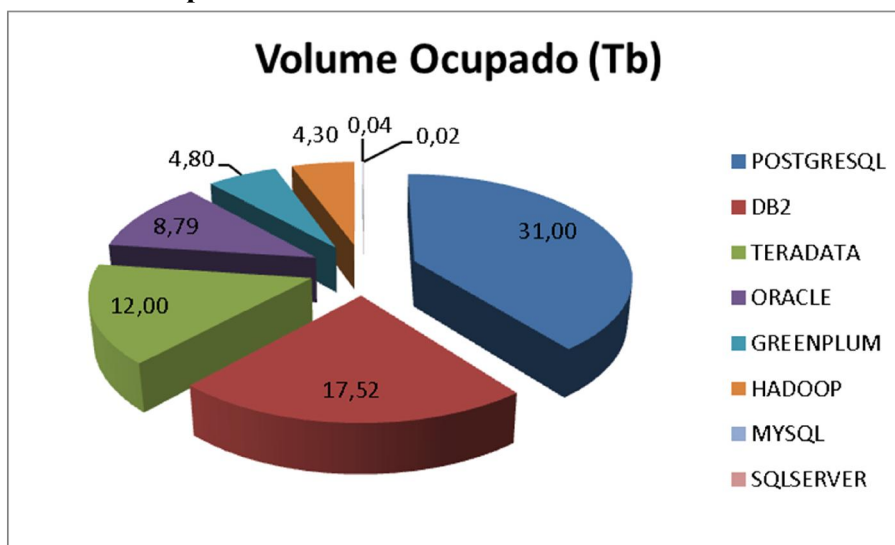
A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD, organizados por SGBD.

Gráfico 12 - Proporcionalidade entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD



A figura a seguir demonstra a proporcionalidade entre o volume de dados distribuídos entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD, organizados por SGBD.

Gráfico 13 - Proporcionalidade entre o volume de dados distribuídos entre os servidores de bancos de dados custodiados pela CGBD



Ações e Resultados da Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança

A **Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança (CGSS)**, atendendo ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MDSA para o período de 2013 a 2016 e em cumprimento às obrigações regimentais da DTI, desempenhou em 2016 as atividades a seguir elencadas.

1) Central de Serviços

Ao longo de 2016 a Central de Serviços registrou 36.068 demandas em diversas categorias, compreendendo desde suporte técnico em microinformática à comunicação de dados, sustentação de TI, banco de dados e de sistemas em produção.

2) Sustentação de Sistemas Operacionais e Rede

Em 2016, os tickets abertos via Central de Atendimento geraram 11.057 serviços, para a sustentação dos ambientes de comunicação (rede) e processamento de dados (produção, homologação, desenvolvimento e treinamento) do Ministério. O parque computacional possui atualmente 587 servidores físicos e virtuais de processamento de dados. O Quadro 15, a seguir, detalha as quantidades de Unidade de Serviço Técnico (UST) e os valores faturados, para os serviços de sustentação e segurança.

Tabela 53 - QUANTITATIVO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELO CONTRATO DE SUSTENTAÇÃO E SEGURANÇA EM 2016

Mês	Quantidade de UST	Valor Faturado em R\$
JAN/16	9.970	342.833,55
FEV/16	8.549	320.851,48
MAR/16	8.617	323.412,15
ABR/16	8.120	304.751,10
MAI/16	6.180	231.916,64
JUN/16	5.941	222.976,99
JUL/16	8.519	319.710,56
AGO/16	8.843	331.874,79
SET/16	7.459	279.940,40
OUT/16	5.736	215.265,32
NOV/16	7.144	268.119,20
DEZ/16	10.972	411.769,40
TOTAL	96.050	3.573.421,58

3) Comunicação de Dados

Foram movimentados aproximadamente 50 switches para atender a mudanças ocorridas nas dependências do MDSA. Atualmente o Ministério possui aproximadamente 300 switches/comutadores.

4) Centro de Dados (Datacenter)

O MDSA hospeda seus ativos de TIC no SERPRO em Brasília por meio do Contrato nº 25/2013. Os serviços continuados de armazenamento e Datacenter compreende hospedagem nas modalidades de *Colocation* e *Hosting*. Em 2016, a CGSS coordenou esforços para migração de cerca de 90% das máquinas de infraestrutura da modalidade *hosting* para o *collocation*, garantindo maior autonomia do parque computacional e contribuindo para o aumento da disponibilidade de suas soluções. Dentre as migrações realizadas, destacamos:

- Migração de infraestrutura web balanceada: efetuamos a migração do serviço Web para as infraestruturas do MDSA e a criação de 6 máquinas instalando o NGINX;
- Migração de bancos de dados: migração de banco DB2, PostgreSQL e da base do OTRS, além da instalação de máquinas HADOOP para equipe de banco de dados.
- Migração de aplicações críticas como o “Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos” e o “Sistema de Autenticação de Usuários”;
- Migração de mais 100 aplicações e 10 portais do MDSA.

5) Segurança da Informação

Foi iniciada a revisão da Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério (POSIC), para adequar à nova estrutura do MDSA e mantê-la atualizada. Para maior segurança foram atualizados os servidores de virtualização.

6) Capacidade de Armazenamento de Dados

O crescimento do volume de dados na ordem de 30% ao ano exigiu que o MDSA iniciasse o processo de aquisição de solução integrada para armazenamento de dados, composta de placas, memória, controladora e gaveta. A futura contratação prevê a aquisição de mais 600 TB líquidos, para migrar os dados dos antigos storages e armazenar os dados das novas aplicações.

7) Parque de Computadores

O parque de computadores do MDSA possui cerca de 1.900 estações de trabalho.

8) Rede Sem Fio

A solução padronizada em redes sem fio – Wifi foi instalada de acordo com a distribuição prevista no projeto, no entanto, devida à troca de governo foi constatada a necessidade de ampliar a rede para atender a nova reestruturação física do Ministério.

9) Virtualização e Consolidação de Servidores da Infraestrutura Computacional

Atualmente o MDSA possui 28 servidores de virtualização. Deste total, 10 foram instalados em 2016, sendo 8 com 20 CPUs e 128 GB de memória RAM e 2 com 64 CPUs e 520 GB de memória RAM. Adicionalmente, todo o ambiente foi atualizado para a versão mais recente do software de virtualização, que trouxe ganho em segurança e em eliminação de erros das versões anteriores.

10) Outsourcing de Impressão

A despesa em 2016 com a contratação foi de R\$ 480.868,92. Neste período foram feitas 4.385.470 cópias monocromática preta e 326.477 cópias coloridas. A média mensal foi de 36 mil cópias monocromáticas e 27 mil cópias coloridas.

11) Antivírus

Com o intuito de garantir a segurança de dados nas estações de trabalho e nos servidores o MDSA adquiriu a solução de segurança integrada, para estação de trabalho e ambiente corporativo com suporte técnico, pelo prazo de 12 meses. O investimento foi de R\$ 895.700,00.

Gestão ambiental e sustentabilidade

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Este Ministério têm pautado suas ações relacionadas à agenda socioambiental conforme as diretrizes estabelecidas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +20 (Rio de Janeiro, 13 a 22 de junho de 2012).

Para tanto, constituiu a Comissão de Coleta Seletiva Solidária/MDSA Sustentável (Portaria nº 47, de 28 de março de 2012), responsável por implementar estratégias voltadas à gestão sustentável do Ministério, contribuindo para a obtenção de resultados efetivos de sustentabilidade no Governo Federal. Nesse contexto, implementou a Coleta Seletiva Solidária, conforme determina o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável – PES e ao Plano de Logística Sustentável e Compras Sustentáveis, ambos coordenados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que consolidam o tema da sustentabilidade na agenda da administração pública.

Além dessas adesões, o MDSA firmou o Termo de Adesão MDSA – MMA – A3P da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, em 20 de maio de 2013. Inclusive recebeu o Selo A3P Prata que certifica a entrega do Relatório Anual da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública referente ao ano de 2014.

Nessa linha, a Comissão tem realizado atividades de sensibilização com a promoção de eventos e visitas as unidades deste Ministério visando a adoção de medidas de redução do consumo de energia, de água e outros recursos naturais utilizados.

Para a Coleta Seletiva Solidária, o MDSA realizou em março de 2015 a segunda chamada pública para a seleção da organização de catadores, na qual foram selecionadas quatro candidatas para a assinatura do Termo de Compromisso conforme colocação do sorteio realizado em audiência pública. No momento está se elaborando a terceira chamada uma vez que está em final de vigência da quarta colocada do biênio da segunda chamada.

A responsabilidade socioambiental envolve aspectos que vão além do impacto local ao meio ambiente, busca a eliminação dos impactos em toda a cadeia produtiva, como investimentos na aquisição de produtos e serviços que incentivam padrões responsáveis de produção e consumo, assim como a melhoria na qualidade de vida e do ambiente de trabalho.

Embora a agenda socioambiental deste Ministério tenha avançado em muitos critérios preconizados para uma gestão sustentável, em 2016, com a reestruturação da gestão no governo federal, a Comissão constituída para desenvolver as ações ficou fragilizada tendo em vista a saída significativa de seus membros. Esse fato gerou dificuldades para realização das ações planejadas, notadamente com relação a elaboração do Plano de Logística Sustentável - PLS, no qual se encontra em fase de diagnóstico.

Outro aspecto que dificultou a realização do diagnóstico para PLS se refere à mudança de algumas unidades para um novo prédio cuja motivação foi a de melhorar as condições de trabalho de seus colaboradores, diminuir os gastos com a manutenção predial tendo em vista deterioração das instalações antigas, bem como diminuir a distribuição das unidades físicas administrativas deste Ministério.

Em continuidade as mudanças, cumpre destacar a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI que tem como características principais a redução do consumo de papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. Assim sendo, tendo em vista que este processo está sendo implementado em etapas, não houve tempo hábil para aferição dos seus impactos.

No entanto, com o fim da reestruturação do Ministério e a acomodação das unidades e implementação do SEI, será possível completarmos o diagnóstico e, conseqüentemente o Plano de Logística Sustentável, o que nos fornecerá ferramentas facilitadoras para vencermos essas dificuldades e melhorarmos a implementação dessa agenda.

Gestão de fundos e de programas

Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP foi instituído por intermédio da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, com previsão para subsistir até 2010.

Ao final do exercício de 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010, pela qual foi prorrogado por tempo indeterminado o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Até o início de 2003 a gestão do FCEP ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP. Esta gestão foi alterada pelo Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, que definiu o extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA como órgão gestor.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, designou ao então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A última alteração na gestão do FCEP foi implementada pela Lei nº 13.341 (originalmente Medida Provisória nº 726/2016), de 29 de setembro de 2016, que transformou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Por sua vez, o Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, delegou a este ministério o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Quanto ao Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, seu funcionamento foi definido pelo Decreto nº 4.564/2003. Entretanto, como da redução significativa de recursos deste Fundo no decorrer dos últimos exercícios, este Conselho Consultivo não tem sido convocado.

O FCEP visa proporcionar aos brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, sendo que seus recursos devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou de relevante interesse social voltado à melhoria da qualidade de vida.

Os recursos do Fundo são direcionados a ações que tenham como alvo: famílias cuja renda per capita seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda; e as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

Dessa maneira, esses recursos são consignados de forma complementar em ações orçamentárias cujo objetivo contemple o público alvo estabelecido pela Lei Complementar nº 111/2001. Salienta-se que estas ações podem estar alocadas em diversos Órgãos e que sua gestão administrativa é de responsabilidade da respectiva unidade executora.

Destaca-se que o FCEP não se constitui um Fundo Especial, como especificado na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, uma vez que não possui estrutura própria e não é instituído como Unidade Orçamentária ou Gestora. Neste sentido, este Fundo sempre foi gerenciado como fonte de recursos, que são as seguintes fontes atualmente no orçamento:

- 79 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e
- 94 – Doações para o Combate à Fome.

A fonte de recursos 94 é proveniente de doações ao Programa Fome Zero e seus recursos devem ser destinados à construção de cisternas no semiárido brasileiro, conforme determinado pela Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, realizada em 16 de julho de 2003.

A fonte 79 do Fundo era substancialmente mais significativa e proveniente de parcela da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF. Estes recursos oriundos da CPMF eram, inicialmente, destinados a ações de diversos ministérios e posteriormente foram centralizados no Programa Bolsa Família, no âmbito do antigo MDS, até a extinção da citada contribuição. Eventualmente ocorrem resíduos de arrecadação da CPMF em face de antigos processos em tramitação na Receita Federal.

Com relação às doações, estas são feitas por intermédio de contas bancárias vinculadas à Caixa Econômica Federal - CAIXA (agência nº 0647, conta corrente nº 2003-3 e operação 006) e Banco do Brasil (agência 1607-1 e conta corrente 1.002.003-9). Em 2016 estas doações atingiram o montante de R\$ 184.603,16, conforme tabela a seguir:

Tabela 54 – Doações ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 2016

Mês	Tipo de Doador			Total
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Não Identificado (*)	
Janeiro	671,63	0,00	729,61	1.401,24
Fevereiro	667,80	0,00	291,72	959,52
Março	378,39	0,00	136.105,42	136.483,81
Abril	151,86	0,00	731,93	883,79
Mai	593,00	0,00	913,00	1.506,00
Junho	65,01	0,00	1.419,61	1.484,62
Julho	59,00	0,00	643,31	702,31
Agosto	97,55	0,00	461,99	559,54
Setembro	81,29	0,00	137,82	219,11
Outubro	306,74	0,00	441,00	747,74
Novembro	436,22	0,00	420,00	856,22
Dezembro	25.679,26	0,00	13.120,00	38.799,26
Total	29.187,75	0,00	155.415,41	184.603,16

(*) Doações financeiras feitas nas agências da CAIXA e Banco do Brasil que não tiveram o tipo de pessoa (física

ou jurídica) identificada.

Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial

Cabe registrar que a SPO tem acompanhado a execução orçamentária e financeira da arrecadação e aplicação dos recursos das doações em dinheiro do FCEP, em atenção ao disposto no art. 9º do Decreto nº 4.564, de 2003.

O quadro a seguir detalha a execução das doações ao FCEP em 2016:

Tabela 55 - Execução das doações ao FCEP em 2016

R\$ 1,00

Órgão / Programa / Ação / Fonte	Dot. Inicial	Dot. Final	Empenhado	Liquidado	Pago
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	12.270	12.270	12.270	0	0
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	12.270	12.270	12.270	0	0
8948 – Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	12.270	12.270	12.270	0	0
194 – Doações para Combate à Fome	12.270	12.270	12.270	0	0
Total	12.270	12.270	12.270	0	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Cabe informar que no decorrer do exercício foi solicitada a incorporação dos superávits e excesso de arrecadação tanto da fonte 79 quanto da 94 ao orçamento de 2016, entretanto esta suplementação não foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com a Portaria MDS nº 173, de 29 de março de 2016 a fonte 79 possui superávit de R\$ 5.328.694,00 e o da fonte 94 é de R\$ 1.428.085,00.

Quanto aos gastos com despesas administrativas realizadas com recursos do Fundo, a Lei Complementar nº 111, 6 de julho de 2001, determina que o percentual máximo destinado a este tipo de despesa será definido a cada ano pelo Poder Executivo. Entretanto, em função do montante reduzido e da concentração dos recursos em uma única ação, o MDS optou pela política de não executar despesas de caráter administrativo com dotações do FCEP. Neste sentido, tornou-se desnecessário o encaminhamento de Decreto para regulamentar o assunto.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento constituem os três canais formais de comunicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA com a sociedade. Diferente do SIC, que recepciona pedido de acesso a informações ou dados públicos, e da Central de Relacionamento, que presta informações e esclarece dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do MDSA, a Ouvidoria é responsável por recepcionar, analisar e encaminhar sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias aos programas e ações desenvolvidas por este Ministério, ao tempo em que atua como um mecanismo de participação e controle social.

Atualmente, a Ouvidoria possui quatro canais de atendimento, listados abaixo:

- **Presencial ou por Carta:**

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA

Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco C, 9º andar, salas 936 e 944.

CEP 70.046-900 – Brasília/DF

Horário de atendimento: das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

- **Telefone:**

0800 707 2003 (Opção 5)

Horário de atendimento: das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira.

- **Formulário Eletrônico:**

Disponibilizado no Portal do MDSA, por meio do endereço: <http://mds.gov.br/fale-com-o-mds>

No decorrer dos anos, devido ao grande número de demandas recepcionadas pelos canais de atendimento do Ministério, foram criados sistemas para registro, acompanhamento e resolução de demandas. Atualmente, o sistema utilizado é o Sistema de Gestão de Demandas – SGD, o qual compete à Ouvidoria, em parceria com a Central de Relacionamento do MDSA, a sua gestão.

No SGD foram criados módulos de acordo com os canais de atendimento da Ouvidoria. **Módulo** é a forma de recepção e saída de uma mensagem, seja ela uma sugestão, elogio, solicitação, reclamação ou denúncia. Cada módulo de atendimento possui formas distintas de entrada e saída, conforme figuras abaixo:

Figura 1 - Módulo Carta

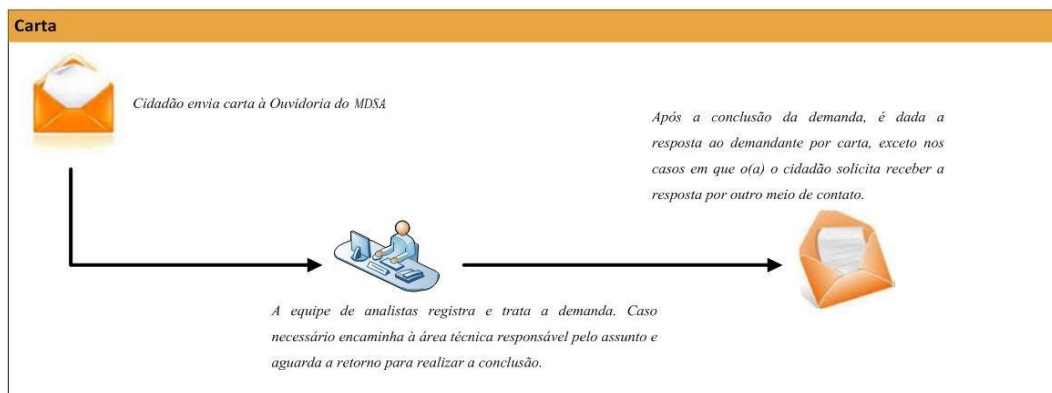


Figura 2 - Módulo Formulário Eletrônico



Figura 3 - Módulo Telefonia:

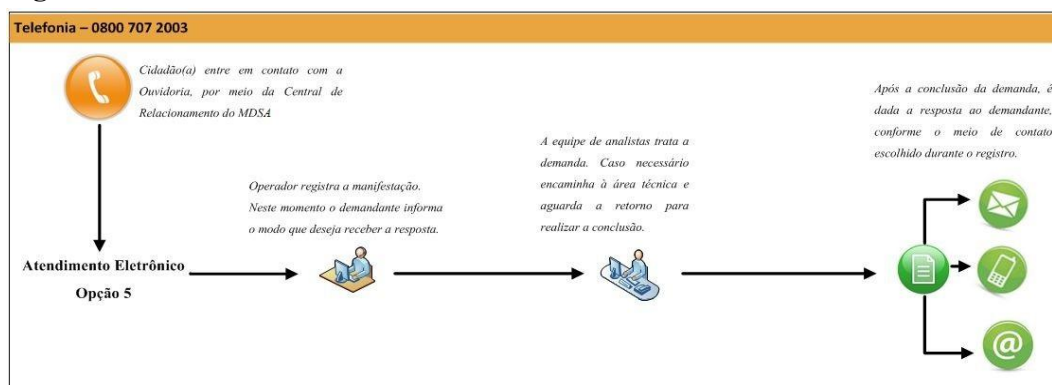
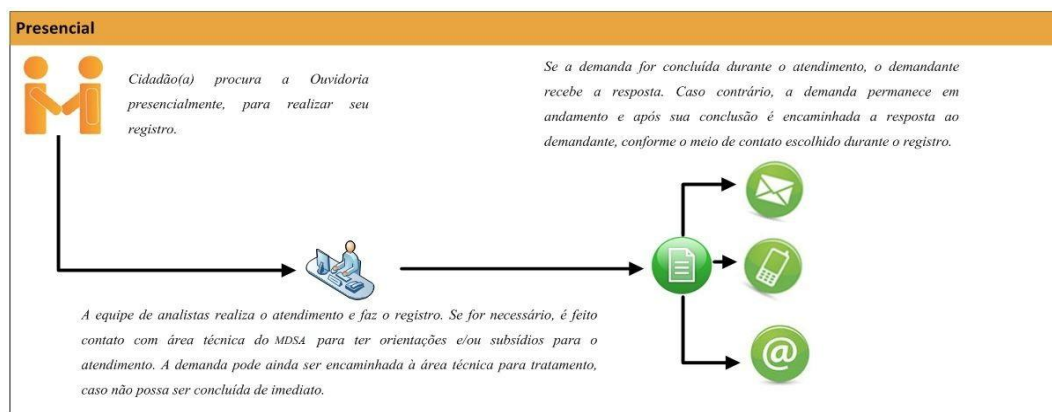


Figura 4 – Módulo Atendimento Presencial:

O Serviço de Informações ao Cidadão -SIC do MDSA é vinculado regimentalmente à Ouvidoria. O SIC relaciona-se com a sociedade mediante pedidos de acesso à informação. No MDSA, os canais de acesso às solicitações ocorrem:

- Presencialmente, no Balcão SIC, localizado no térreo do Bloco C da Esplanada dos Ministérios; e
- Formulário eletrônico do sistema e-SIC. (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>)

A Central de Relacionamento do MDS, por sua vez, presta informações gerais e esclarece dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do Ministério, por meio dos seguintes canais:

- Ligação gratuita para o telefone 0800 707 2003; e
- Formulário eletrônico da Central de Relacionamento, também disponível no Portal do MDS.

Importante mencionar que as informações obtidas por meio dos registros estatísticos das demandas, cujos números, referentes ao exercício de 2016, encontram-se logo abaixo, são utilizadas para subsidiar os tomadores de decisão do MDSA, com vistas a propiciar melhorias nas políticas públicas sob responsabilidade deste Ministério.

A seguir, encontram-se informações estatísticas sobre o atendimento prestado por esta Unidade.

Volume de ligações recebidas pelo 0800 707 2003 na Ouvidoria

Abaixo, apresenta-se o volume de demandas registradas na Ouvidoria, no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na Central de Relacionamento, durante o ano de 2016, a partir do 0800 707 2003.

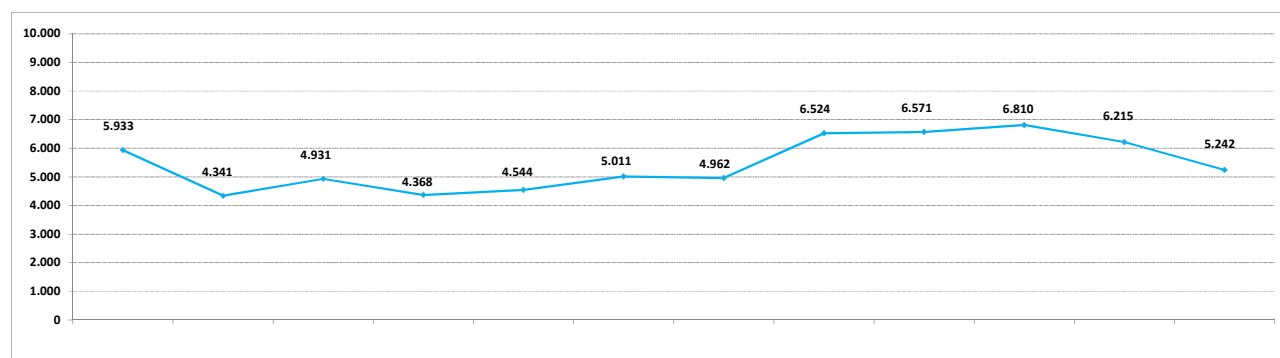
Vale salientar que o 0800 da Central de Relacionamento do MDSA não é o único canal de atendimento da Ouvidoria. Este é o canal que mais recebe demandas. No entanto, têm-se ainda análise, encaminhamento e tratamento de demandas recepcionadas por meio de carta, formulário eletrônico, atendimento presencial.

Tabela 56 – Volume de ligações, mensalmente, durante o exercício.

2016												Total
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
5.933	4.341	4.931	4.368	4.544	5.011	4.962	6.524	6.571	6.810	6.215	5.242	65.452

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No mês de outubro, a Ouvidoria recebeu o maior volume de ligações que totalizou em 6.810, conforme demonstrado graficamente:

Gráfico 14 – Volume de ligações

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas por Módulo – Ouvidoria

Na Tabela 2, destaca-se o meio de contato Telefonia, sendo este o canal da Ouvidoria mais acessado.

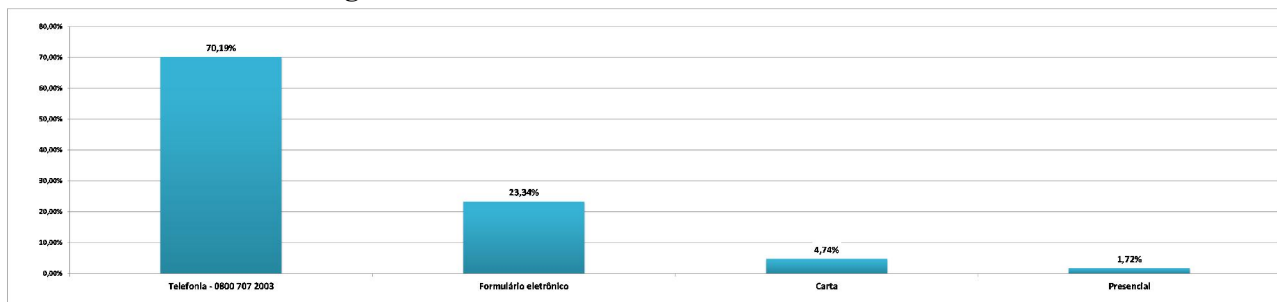
Tabela 57 - Total de demandas registras, mensalmente, durante o exercício.

Formas de Contato	2016												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Telefonia - 0800 707 2003	607	683	895	856	926	1.080	964	986	959	1.403	1.267	1.188	11.814	70,19%
Formulário eletrônico	317	236	398	299	413	284	331	345	307	326	378	295	3.929	23,34%
Carta	45	50	77	42	61	96	142	80	53	36	48	68	798	4,74%
Presencial	26	18	29	37	20	15	38	21	21	22	31	12	290	1,72%
Total	995	987	1.399	1.234	1.420	1.475	1.475	1.432	1.340	1.787	1.724	1.563	16.831	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No gráfico a seguir, observa-se que o meio de contato Telefonia representa 70,19% das demandas registradas na Ouvidoria.

Gráfico 15 – Demandas registradas na ouvidoria



Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação

No ano de 2016, a Ouvidoria recebeu 16.831 demandas da sociedade. Observa-se na tabela a seguir que a classificação “Reclamação” possui o maior índice, totalizando 10.388 registros.

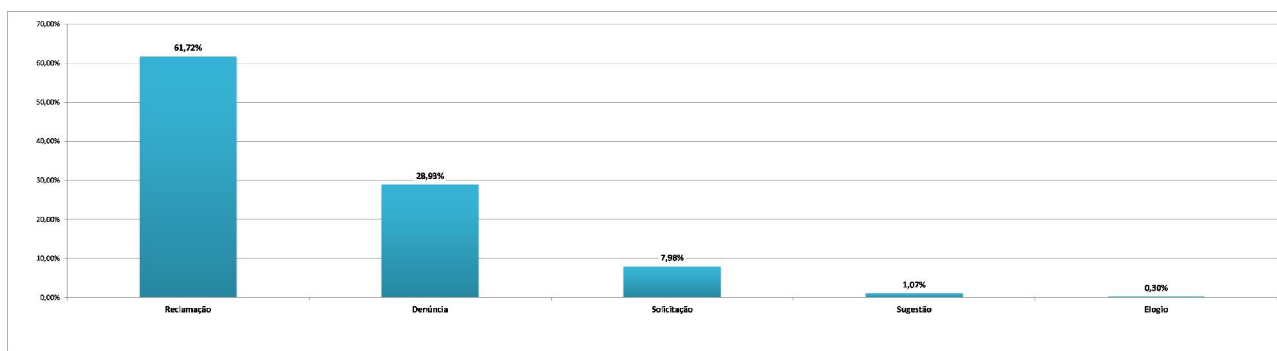
Tabela 58 – Demandas registradas na Ouvidoria por Classificação:

Classificação	2016												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Reclamação	580	578	820	697	772	863	846	876	847	1.177	1.176	1.156	10.388	61,72%
Denúncia	324	314	446	407	493	422	412	429	379	484	430	330	4.870	28,93%
Solicitação	75	86	113	114	125	165	189	111	95	98	101	71	1.343	7,98%
Sugestão	13	8	15	14	23	21	23	10	16	21	11	5	180	1,07%
Elogio	3	1	5	2	7	4	5	6	3	7	6	1	50	0,30%
Total	995	987	1.399	1.234	1.420	1.475	1.475	1.432	1.340	1.787	1.724	1.563	16.831	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

A classificação “Reclamação” representa 61,72% das demandas registradas na Ouvidoria, de acordo com o gráfico 3:

Gráfico 16 – Demandas registradas na Ouvidoria

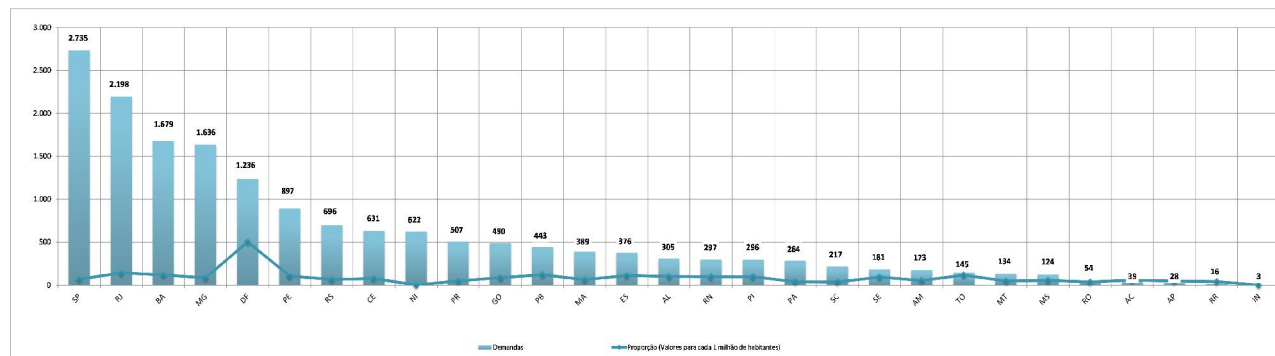


Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas Registradas na Ouvidoria por Estado

Os maiores índices de demandas concentram-se nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Conforme apresentado no Gráfico 4, o Estado de São Paulo destaca-se com 2.735 demandas registradas na Ouvidoria.

Gráfico 17 – Comparativo entre o valor absoluto e o proporcional das demandas registradas por Estado.



Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria

Na Tabela 5, expõem-se as demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria e observa-se que o maior índice de registros concentrou-se na Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), responsável pelo Programa Bolsa Família e pelo Cadastro Único, que suscitam o maior número de manifestações dos cidadãos.

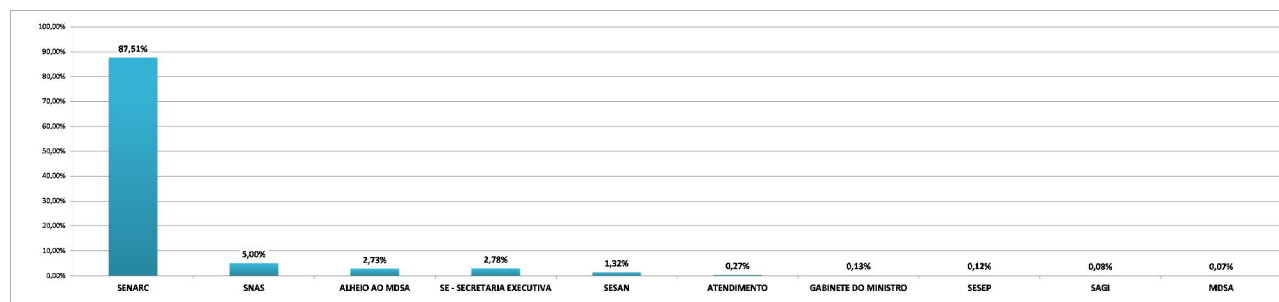
Tabela 59 - Demandas registradas na Ouvidoria por Secretaria

Secretaria/Setor	2016												Total	%
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
SENARC	859	864	1.180	1.061	1.269	1.236	1.229	1.240	1.203	1.591	1.565	1.432	14.729	87,51%
SNAS	65	57	106	87	63	64	65	57	56	100	69	52	841	5,00%
ALHEIO AO MDSA	26	24	35	25	24	91	104	48	16	26	22	18	459	2,73%
SE - SECRETARIA EXECUTIVA	1	9	44	34	41	58	59	61	28	40	50	43	468	2,78%
SESAN	14	9	28	24	14	24	11	22	30	23	10	14	223	1,32%
ATENDIMENTO	23	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	0,27%
GABINETE DO MINISTRO	3	0	2	1	5	1	5	0	0	2	2	1	22	0,13%
SESEP	3	0	3	1	2	1	1	2	1	2	2	2	20	0,12%
SAGI	1	2	1	1	2	0	1	2	2	0	1	0	13	0,08%
MDSA	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	3	1	11	0,07%
Total	995	987	1.399	1.234	1.420	1.475	1.475	1.432	1.340	1.787	1.724	1.563	16.831	99,93%

Fonte: Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

No Gráfico abaixo, 87,51% representam o número de demandas registradas na Ouvidoria relacionadas à SENARC, também refletindo os dois assuntos mais demandados desta área – Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

Gráfico 18 – Percentual de demandas registradas na Ouvidoria que tratam de assuntos relacionados às Secretarias do MDSA.



Fonte: Dados extraídos do Sistema de Gestão de Demandas (SGD)

Em 2016, das 15.840 demandas recebidas na Ouvidoria, 62,7% foram tratadas e respondidas diretamente pela equipe da Ouvidoria, sem necessidade de acionar as áreas técnicas. Isto é resultado do esforço de treinamento da equipe interna, que exige constante atualização de conteúdo de programas e ações do MDSA.

Tabela 60 - Resumo: Demandas recebidas na Ouvidoria

Tramitação Eletrônica - 2016

Secretaria*	Total de Demandas Recebidas	Tratadas diretamente pela Ouvidoria		Enviadas às Secretarias		Respondidas pelas Secretarias		Em Andamento nas Secretarias
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total
SENARC	14.731	9.591	65,1%	5.140	34,9%	2.644	51,4%	2.496
SNAS	842	261	31,0%	581	69,0%	526	90,5%	55
SESAN	223	61	27,4%	162	72,6%	157	96,9%	5
SISP	20	8	40,0%	12	60,0%	11	91,7%	1
SAGI	13	4	30,8%	9	69,2%	5	55,6%	4
SNPDH	11	1	9,1%	10	90,9%	10	100,0%	0
TOTAL	15.840	9.926	62,7%	5.914	37,3%	3.353	56,7%	2.561

*Principais Secretarias que se relacionam com a Ouvidoria do MDSA.

A média de tempo de resposta das Secretarias variou conforme as áreas mais acionadas pela população. A SENARC, responsável pelo Programa Bolsa Família e Cadastro Único, foi a área com maior média.

Tabela 61 - Média de tempo para resposta das Secretarias à Ouvidoria - 2016

Secretaria	Média de Tempo
SENARC	113 dias
SAGI	111 dias

SNAS	88 dias
SESAN	46 dias
SNPDH	37 dias
SISP	11 dias

Obs: a média de tempo para conclusão da demanda diretamente pela Ouvidoria, sem a necessidade de envio à Área Técnica é de 24 horas.

Em 2016 o SIC realizou 639 atendimentos, todos por meio de formulário eletrônico via sistema e-SIC. Esse dado representa um aumento de 31% com relação ao ano anterior (2015):

Tabela 62 - Evolução mensal pedidos de acesso à informação pública entre 2015 e 2016

Pedidos registrados no e-sic por ano		
Mês	2015	2016
Janeiro	35	43
Fevereiro	28	48
Março	37	46
Abril	37	38
Maio	19	60
Junho	28	64
Julho	27	60
Agosto	35	65
Setembro	57	57
Outubro	50	57
Novembro	54	64
Dezembro	35	39
Total	442	641

Fonte: e-SIC

O mesmo aconteceu com o número de recursos recebidos em 2016. Em comparação com o ano anterior, houve um aumento de aproximadamente 23%. Segue abaixo o compilado:

Tabela 63 - Evolução mensal de recursos entre 2015 e 2016

Recursos de 1ª, 2ª e 3ª Instâncias registrados no e-SIC por ano		
Mês	2015	2016
Janeiro	1	3
Fevereiro	1	0
Março	12	3
Abril	2	3
Maio	0	4
Junho	0	2
Julho	1	3
Agosto	2	6
Setembro	3	10
Outubro	4	8

Novembro	4	1
Dezembro	4	1
Total	34	44

Fonte: e-SIC

Carta de Serviços ao Cidadão

Para facilitar o acesso à informação sobre os serviços ofertados pelo Ministério por parte da sociedade, a Ouvidoria coordenou o processo de criação da Carta de Serviço ao Cidadão, seguindo orientação ao disposto no Decreto nº 6.932 de agosto de 2009, por meio do Grupo de Trabalho da Carta de Serviços, instituído pela Portaria nº 545, de 12 de novembro de 2013.

O MDSA lançou, no dia 11 de dezembro de 2014, o Hotsite da Carta de Serviços ao Cidadão, disponível no seguinte endereço: <http://mdspravoce.mds.gov.br/>. Trata-se de uma plataforma digital, de fácil navegação, com linguagem simples e direta, intitulada “O MDS pra Você”. Destaca-se como mecanismo de acessibilidade a adequação do conteúdo ao formato da tela (desktop, tablet ou celular) e a existência do módulo de acessibilidade para deficientes visuais - daltonismo.

A Carta de Serviços apresenta os programas, os serviços e as ferramentas do MDSA de forma simples para o cidadão, agrupados por assuntos, e não por secretarias. Assim, o Hotsite foi desenvolvido em linhas temáticas para garantir mais eficiência no acesso ao conteúdo – Cadastro Único, Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional, Cursos de Qualificação Profissional, Assistência Social e Informações Sociais. Em 2016, foram 193.931 acessos ao hotsite da Carta.

O “O MDS Pra Você” também é um instrumento de participação social, através da opção de acesso “Participe. É um direito seu.” É possível participar com sugestões, solicitações, elogios, reclamações ou denúncias para todas as áreas do MDSA, pelos canais de comunicação da Ouvidoria.

Como parte da estratégia de difundir a cultura da transparência ativa no órgão, a Carta de Serviços é atualizada constantemente. Além disso, há uma parceria com a Assessoria de Comunicação para difundir a Carta e seu uso para público interno e externo, divulgando seu endereço nas redes sociais e na intranet do Ministério. Diante das mudanças de Secretarias e Programas ocorridas ao longo de 2016, iniciou-se um novo ciclo de esforço de atualização das informações disponibilizadas.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Na tentativa de aferir a qualidade do atendimento e a satisfação do cidadão que procura um atendimento da Ouvidoria, ao final de cada atendimento telefônico, a equipe de operação da Ouvidoria pede para que o cidadão responda à Pesquisa de Satisfação. A resposta é voluntária por parte do cidadão.

As perguntas da pesquisa de telefonia são as seguintes:

- 1) Como você avalia o atendimento prestado pela Ouvidoria?

2) Qual a sua avaliação sobre a clareza da informação recebida?
 3) Você considera que a Ouvidoria contribui para melhorar os serviços prestados pelo MDS?

4) Caso necessário, você entraria em contato com a Ouvidoria novamente?

A Ouvidoria disponibiliza em seu sistema informatizado uma pesquisa de satisfação por meio do qual o cidadão avalia a resposta dada à manifestação. Logo após o recebimento da resposta, o sistema encaminha automaticamente e-mail ao cidadão solicitando que responda à pesquisa, em que constam os seguintes questionamentos:

- 1) A resposta enviada foi útil para você?
- 2) Como você avalia a resposta recebida?
- 3) O que podemos melhorar no serviço?(Você pode marcar mais de uma opção)
- 4) Você entraria em contato com a Ouvidoria novamente?

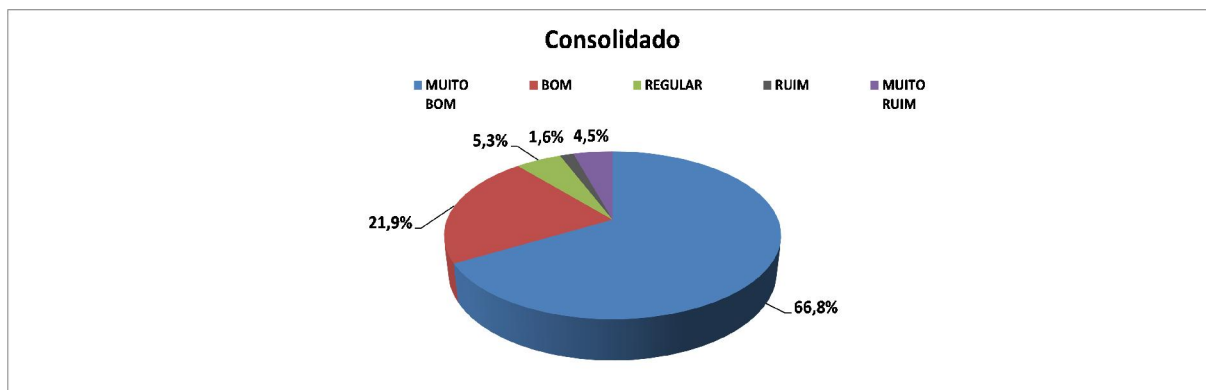
Os resultados da pesquisa auxiliam o diagnóstico de fragilidades e a priorização de ações. Por fim, sua implantação corrobora o compromisso institucional de buscar melhores padrões na qualidade de atendimento. Vale salientar que a pesquisa de satisfação é sugerida ao cidadão quando da resposta final, ficando a critério do destinatário a decisão de responder ao questionário.

Em 2016 tivemos melhoria na avaliação do cidadão em todas as respostas, refletindo o esforço constante de aprimoramento da qualidade das respostas. Destacamos como grande contribuição para este resultado duas ações. O Projeto Lado a Lado, que consiste na visita dos colaboradores da Ouvidoria até a operação, onde ocorre a escuta simultânea do atendimento. Em média, são avaliadas, semanalmente, 15 ligações. A cada ligação os colaboradores da Ouvidoria preenchem um formulário específico, contendo nove questões relacionadas à qualidade do atendimento. Após o fechamento do mês, as considerações e pontos de melhoria são encaminhados para o fiscal titular do Contrato Administrativo nº 17/2013, que solicita as correções junto à empresa executora do serviço de teleatendimento.

A segunda ação é a realização de reuniões de monitoramento das ligações, entre a equipe da Ouvidoria, da Central de Atendimento do MDS e com os responsáveis pela execução do serviço de Ouvidoria da empresa executora do contrato. São escutadas quatro ligações, selecionadas conforme apresentem pontos de melhoria, sendo uma de ativo (quando a Ouvidoria liga para passar a resposta ao cidadão) e três de receptivo. No caso da escuta da ligação de ativo, o operador responsável pelo atendimento é avaliado em 11 itens. Na avaliação da ligação de receptivo, o operador é avaliado em 14 quesitos. Nesses dois casos, as observações atinentes a cada item que precisam ser melhoradas no atendimento do operador avaliado são realizadas durante a reunião.

O índice total da Pesquisa de Satisfação, que engloba as quatro questões, demonstra que 94% dos usuários que responderam à pesquisa da Ouvidoria estão satisfeitos com o atendimento oferecido, conforme observado no gráfico abaixo. Este índice corresponde à soma das notas de Muito bom, Bom e Regular.

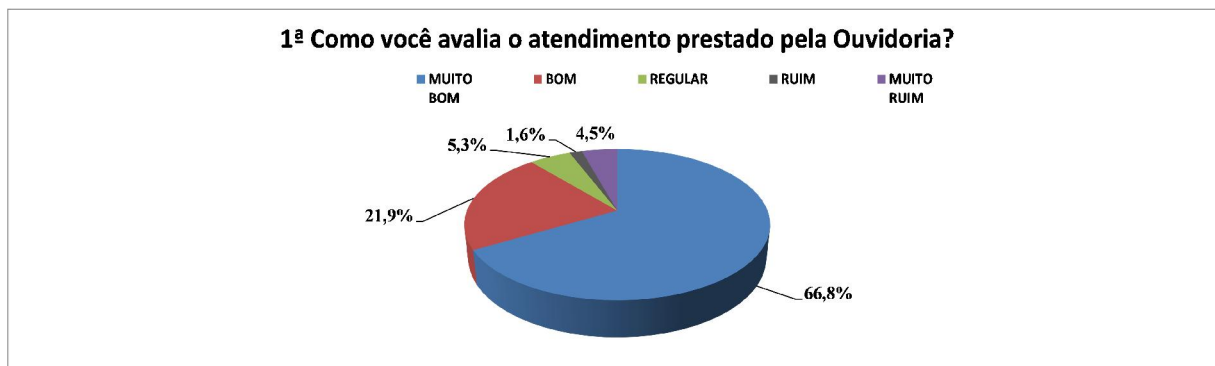
]

Gráfico 19 – Consolidado: Pesquisa de Satisfação

Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, Dezembro/2016.

Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de Regular, Satisfeito e Muito Satisfeito.

Para a questão 01 da Pesquisa de Satisfação realizada ao longo de 2016, quanto ao atendimento prestado pela Ouvidoria, obteve-se o percentual de 94% de satisfação.

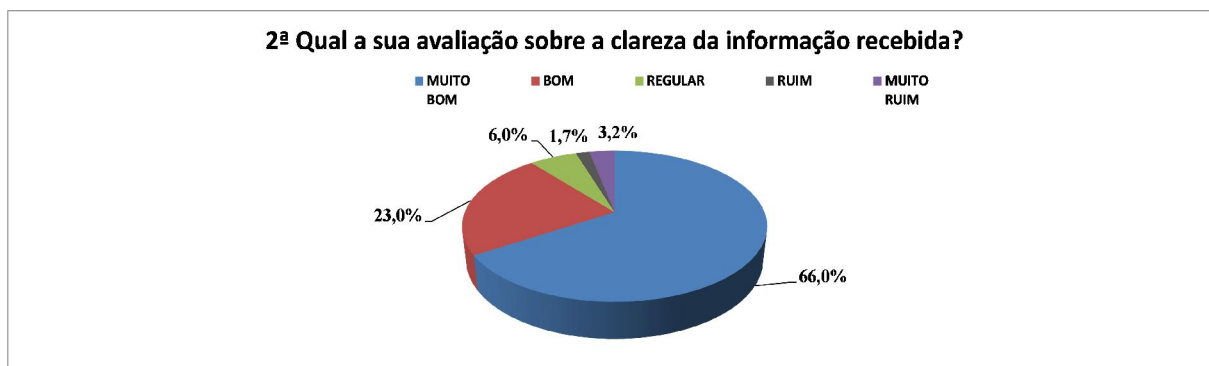
Gráfico 20 – Atendimento prestado pela Ouvidoria

Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, Dezembro/2016.

Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de Muito Bom, Bom e Regular.

Com relação à questão 02 da Pesquisa, que trata da avaliação da informação transmitida pela Ouvidoria, o percentual do período foi de 95% de satisfação.

Gráfico 21 – Avaliação da informação recebida

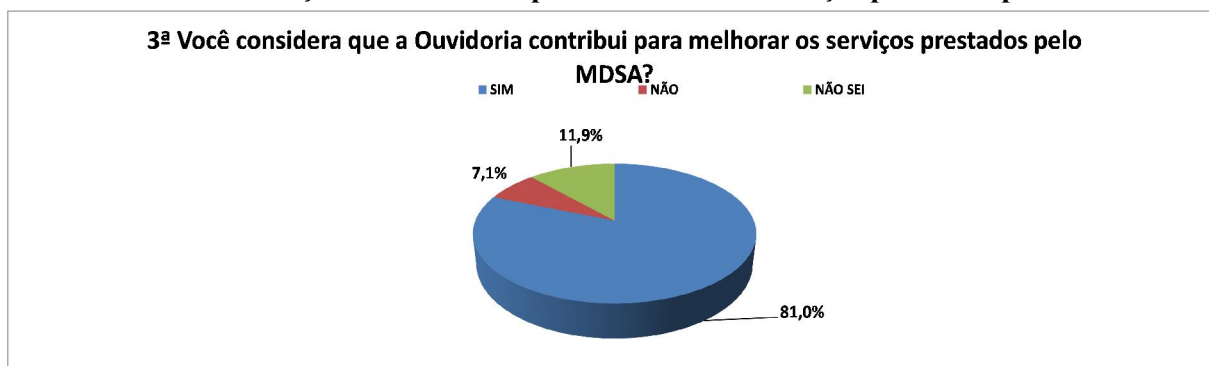


Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, Dezembro/2016.

Observação: O percentual de satisfação é a mensuração de notas de Muito Bom, Bom e Regular.

Com relação à questão 03 da Pesquisa, 81,0% consideram que a Ouvidoria contribui para melhorar os serviços prestados pelo MDSA.

Gráfico 22 – Contribuição da Ouvidoria para melhorar os serviços prestados pelo MDSA.



Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, Dezembro/2016.

Quanto à questão 04 da Pesquisa de Satisfação, 81,4% das pessoas que responderam a questão, afirmou que entrariam em contato com a Ouvidoria novamente, caso necessário.

Gráfico 23 – Novo contato com a Ouvidoria, caso necessário.



Fonte: Dados extraídos do Relatório Pesquisa de Satisfação, Dezembro/2016.

Em relação ao SIC, os dados sobre a satisfação de atendimento são extraídos diretamente do e-SIC. No momento em que é postada uma resposta de pedido no sistema e-SIC, é disponibilizada uma pesquisa de satisfação, de livre resposta por parte do demandante.

Para o ano de 2016, dos 639 pedidos respondidos, 145 demandantes preencheram a pesquisa de satisfação, o que corresponde a 23% de participação na enquete. O questionário é aberto a todos os tipos de resposta, conforme demonstra a tabela abaixo, com seus respectivos quantitativos para o ano mencionado:

Tabela 64 - Acesso Concedido

Opções de resposta	A resposta concedida atendeu plenamente ao seu pedido?	A resposta concedida foi de fácil compreensão?
Opção 1 - Não Atendeu/ Difícil Compreensão	12	2
Opção 2	6	3
Opção 3	8	5
Opção 4	20	20
Opção 5 - Atendeu plenamente/Fácil Compreensão	57	73
Total	103	
Qtd de Comentários	34	

Fonte: e-SIC

Nota: elaboração SIC/MDSA

A pesquisa é composta por três perguntas: duas objetivas com níveis de 1 a 5 (notas) e uma subjetiva (comentário). A primeira pergunta diz respeito à satisfação com a resposta recebida, podendo receber notas de 1 a 5, sendo 1 “Não atendeu” e 5 “Atendeu plenamente”. A segunda pergunta diz respeito à compreensão da resposta, podendo receber notas de 1 a 5, sendo 1 “Difícil compreensão” e 5 “Fácil compreensão”. Entre o nível 1 e 5 são intercaladas aferições que utilizam a variável “opção”.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Os mecanismos abaixo especificados são aqueles que envolvem a atuação direta da Ouvidoria. O MDSA mantém outros mecanismos de transparência de suas informações relevantes. Porém, tais mecanismos fogem ao escopo de atuação da Ouvidoria, motivo pelo qual nos atemos exclusivamente àqueles de nossa responsabilidade.

Entendemos que o sítio institucional do MDSA é um importante mecanismo de transparência das informações sobre a atuação da unidade. Assim, visando facilitar o acesso às informações públicas, o MDSA divulga espontaneamente informações relevantes. Há um processo constante de construção dessa definição de informações que podem estar disponibilizadas no site, sem provocação da sociedade. Neste sentido, é fundamental o diálogo constante da Ouvidoria e do SIC com as áreas finalísticas e a Assessoria de Comunicação do MDSA.

1. A divulgação ativa de dados e informações relativas à Lei de Acesso à Informação é feita em seção específica denominada “Acesso à Informação”. Essa seção é disponibilizada como um dos menus principais no sítio eletrônico do MDSA. O “Menu Acesso à Informação” é composto por diversos itens, cada um deles aberto em página própria, obedecendo à seguinte ordem:
 - Institucional
 - Ações e Programas
 - Auditoria
 - Convênios
 - Despesas
 - Licitações e contratos
 - Servidores
 - Perguntas frequentes
 - Serviço de Informação ao Cidadão – SIC
 - Carta de serviços ao cidadão
 - Informações classificadas
 - Legislação
 - Fale com o MDS
 - MDS Digital
 - Doação de bens

A Ouvidoria é responsável pelas páginas “Serviço de Informação ao Cidadão – SIC”, “Ouvidoria”, “Carta de serviço ao Cidadão”, “Informações Classificadas” e “Fale com o MDSA”, dentro de suas atribuições.

2. Especificamente quanto ao atendimento prestado pela Ouvidoria MDSA, na página “Fale Conosco” são disponibilizados todos os relatórios gerenciais dos atendimentos da Ouvidoria. Estão publicados os relatórios anuais da Ouvidoria desde 2006, até o

ano de 2016, bem como os relatórios mensais que passaram a ser publicados a partir de janeiro de 2016.

3. A Carta de Serviços ao Cidadão do MDSA também se constitui uma ferramenta de transparência ativa. Para mais informações sobre a Carta de Serviços ao Cidadão, indicamos o item 6.2 do presente relatório de gestão.

O Comitê da Transparência da Informação, instituído no âmbito do MDSA pela Portaria nº 112, de 1º de outubro de 2014, é outro importante espaço institucional em que são discutidas ações de aperfeiçoamento permanente das diretrizes da política de transparência do MDSA e melhorias para a integração das ações da transparência. O Comitê é constituído por dois representantes, um titular e um suplente, das Secretarias finalísticas e de órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro do Estado.

O Plano de Dados Abertos do MDSA (PDA) é outro instrumento que contribui para a promoção da transparência ativa. Nele encontra-se um Plano de Ação cujo texto prevê uma série de atividades para adequar os dados que já se encontram abertos aos ditames da Política Nacional de Dados Abertos do Poder Executivo, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; bem como para organizar a abertura de outros dados que se encontram sob custódia do MDSA. Nesse contexto, coube à Ouvidoria contribuir para a elaboração do Plano, tendo em vista tendo em vista que o Decreto nº 8.777/2016 definiu a autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) como responsável por monitorar a execução e a atualização do Plano de Dados Abertos. Ademais, o Modelo de Governança do Plano de Ação reserva ao Comitê da Transparência o papel de acompanhar a execução do Plano de Ação e propor alterações no Plano.

A transparência ativa é estimulada por meio das respostas aos pedidos de acesso à informação pública. O SIC, com o apoio das áreas responsáveis pela informação requerida, adotou a prática de indicar, nas respostas às requisições de informação, onde a informação solicitada pode ser encontrada no Portal do MDSA Outra forma por meio da qual o MDSA estimula a transparência ativa, consiste na sistematização das informações públicas mais frequentemente solicitadas. Por meio da análise dos pedidos de acesso à informação, a equipe do SIC elabora documentos contendo sugestões de inclusão ou aprimoramento de informações públicas no Portal institucional do órgão. Os documentos são, então, compartilhados com as Secretarias responsáveis pelas informações para que tomem conhecimento das informações públicas mais solicitadas no SIC.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O MDSA não possui imóveis próprios, entretanto sempre se busca, em conjunto com os administradores ou proprietários dos imóveis utilizados pelo Ministério, que executem obras no sentido de garantir a acessibilidade a esses prédios.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

A UPC aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10, e, principalmente, os contidos na Macrofunção da Secretaria do Tesouro Nacional 020330 – Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta de União, suas Autarquias e Fundações.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

Não se aplica.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia para se estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020330, em seu item 6.3, que apresenta tabela usada por todos os órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações Públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estabelecida de forma padronizada para cada conta contábil, viabilizando, assim, a divulgação nas Notas Explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

O cálculo da depreciação é realizado pelo sistema de controle patrimonial do órgão, conhecido como Administrative Solutions Integration (ASI), que realiza mensalmente o cálculo da depreciação dos bens e, após aprovação dos valores, são lançados no SIAFI. Para a determinação da quota mensal de depreciação dos bens, a decisão foi pela utilização do Método Linear ou de Quotas constantes de cálculos de depreciação, que distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo. O cálculo da depreciação é feito utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são determinadas pela Macrofunção 020330, em seu item 6.3, onde apresenta, em anos, o tempo de vida útil de cada bem, por conta contábil, além do valor residual, em percentual, de cada um deles após o término desse período.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Por se tratar de UPC pertencente a órgão da Administração Pública Direta, e por seguir a normatização da STN citada, não foram realizada avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobiliário, do intangível e do diferido, já que essas situações não estão previstas na Macrofunção.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

A contabilização da depreciação provocou um impacto negativo de R\$ 4.728.435,17, no resultado apurado pela UPC no exercício de 2016.

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Pela Portaria SE/MDS nº 362, de 5 de setembro de 2014, foi criada a Setorial de Custos do MDS, e suas competências delegadas à Secretaria-Executiva (SE). Criou-se também o Grupo de Trabalho de Custos (GT-Custos) para auxiliar no exercício do papel de órgão setorial de custos do governo federal, composto por quatorze membros, onde a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento exerce a função de coordenação.

No ano de 2016, estabeleceu-se um cronograma de trabalho e um padrão para envio das informações de custos às Secretarias do MDS com objetivo de disseminar a metodologia e as informações de custos desenvolvidas pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

A portaria STN 716/2011 instituiu o sistema informacional de custos, o qual tem por finalidade o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades federais. Baseado nas informações deste sistema, no âmbito da Secretaria-Executiva, elaborou-se o quadro abaixo que retrata os custos constantes nas ações 20IY, 4907 e 4572, relacionadas ao Programa de Gestão e Manutenção do MDS (programa 2122), no ano de 2016.

Inicialmente, vale lembrar que a metodologia padronizada definida para a apuração de custos neste período pelo Tesouro Nacional pode levar a interpretações distorcidas das execuções física e financeira, portanto, dos custos unitários. Os dados financeiros capturados no SIAFI são apropriados ao exercício em que ocorreu a liquidação, o mesmo ocorrendo em relação à execução física registrada no SIOP. Essa métrica pode levar a distorções quando o produto da ação se refere a serviços/atividades continuadas, os quais nem sempre podem ser cumulativos (valor das execuções física e financeira da LOA + valor das execuções física e financeira do RAP). Nessas situações, poderão ocorrer duplas contagens das unidades existentes, com reflexos indesejáveis no custo unitário.

O quadro a seguir retrata os custos constantes das ações ação 4907, 20IY e 4572, relativas ao programa 2122.

Produtos/Serviços	Custo Total de 2016 (R\$)	Custo Unitário		Economia Total em 2016 com base em 2015
		2016	2015	2016/2015
Ouvidoria (ação 4907)	12.323.295,87	5,95	4,13	1,13
Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social (ação 201Y)	1.019.223,45	1.019.223,45	2.302.388,24	5,73
Capacitação de Servidores Públicos Federais (ação 4572)	261.159,60	624,78	971,35	0,87

Fonte: TESOURO GERENCIAL/STN -2017 e SIOP-2017

A ação 4907 visa intermediar a relação entre o cidadão e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio do recebimento de reclamações, sugestões ou representações e adotar o procedimento legal pertinente, exercendo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao denunciante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos.

Em 2016, foram atendidas 2.071.343 pessoas, verificando-se uma redução de cerca de 21,6% do volume atendido em 2015, ocasionando um aumento no custo unitário de 44 % por pessoas atendida.

No que concerne à meta física para ação, esta varia ano a ano na execução dos termos cooperados o que prejudica a análise do custo, especialmente, quando se compara diversos exercícios. Isto explicaria as alterações no valor do custo unitário encontrado desta ação.

A ação 4572 tem por objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Em 2016 foram capacitados 418 servidores ultrapassando a meta física, mesmo com corte orçamentário de mais da metade do orçamento inicial.

O quadro seguinte apresenta demonstrativo de eficácia das ações para 2016, calculados a partir das métricas padronizadas definidas pela orientação normativa nº 1, de 16 de dezembro de 2016 do Tesouro Nacional.

Programa 2122 - Demonstrativo de Eficácia (2016)					
Ação	Descrição	Eficácia	Faixa de Atingimento	Execução Física Prevista	Execução Física Real
4907	Ouvidoria	0,6	Eficácia contida	2.953.000	2.071.343
201Y	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social	0,05	Ineficaz	18	1
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais	2,82	Eficácia Excedente	148	418

Fonte: SIOP 2017

Eficácia é o grau de alcance das metas programas de bens e serviços, independente dos custos implicados. Em relação às ações 4572 e 4907 há tendência à eficácia, enquanto a ação que destinou recursos para programas (201Y) mostrou-se ineficaz, em razão da priorização já comentada, e também por conta da relação entre dólar e real ter variado ao longo deste dois últimos anos de maneira muito significativa onerando os contratos já firmados.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Notas explicativas.

1. Reavaliação de Ativos

Houve reavaliação de um bem imóvel de uso especial no SPIUnet realizado pela UG 550005, em consonância com o demonstrativo do IPTU, aumentando em R\$ 170.162,85 o valor do mesmo.

2. Indenizações

A conta 39.961.01.00 sofreu um aumento significativo no exercício de 2016 em razão de pagamentos referentes à ajuda de custos a vários servidores, seja por nomeações ou exonerações ou para retorno às suas origens.

3. Deduções da Receita Orçamentária

Aumento de R\$ 1.186.362,49 em 2015 para R\$ 365.822.761,47 no exercício de 2016 na conta 62.132.00.00 – Retificações devido a retificações de RA's (71, 72, 73, 74 e 95) da UG 550007, totalizando R\$ 364.385.248,33, a respeito de devolução de recursos inscritos em RP Processados de 2016 com código de devolução de exercícios anteriores, que afetou a conta citada na setorial financeira 550002.

4. Resultado do Exercício.

Superávit do exercício - UG 550002	71.711.478,15
Déficit do exercício - UG 550003	-89.691.852,04
Superávit do exercício - UG 550005	23.858.699,72
Déficit do exercício - UG 550006	-5.226.058,53
Déficit do exercício - UG 550017	-18.535.759,78
<u>Superávit do exercício - UG 550025</u>	<u>20.412.213,28</u>

Resultado do exercício – Superávit	2.528.721,33
------------------------------------	--------------

O resultado do exercício da UPC que apresenta as contas ficou com superávit no valor de R\$ 2.528.721,33. Deduzindo o déficit de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.932.197,69, o resultado acumulado apresentou superávit de R\$ 596.523,64, para o próximo período.

5. Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo.

O montante de R\$ 4.895.555,43, registrado na conta 13º Salário a Pagar no passivo circulante, ficou a maior no valor de R\$ 2.414.263,01, por falta da baixa de provisão de 13º salário pago.

O montante de R\$ 3.013.608,79, registrado na conta Férias a Pagar no passivo circulante, ficou a maior no valor de R\$ 688.030,59, por falta da baixa de provisão de férias.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Diretoria de Projetos Internacionais - DPI

Quadro 31 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento - TC 033.589/2015-1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 033.589/2015-1	nº 5501/2016-TCU-Primeira Câmara	1.8.1.1	25/8/2016	28/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva/Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.1.1. Adote medida preventiva visando afastar os elementos críticos que caracterizaram o risco de conflito de interesse nas contratações de consultoria de pessoa física, utilizando-se da regulação dos instrumentos e procedimentos de seleção;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A respeito do subitem 1.8.1.1, foi adotado o interstício de 6 meses para contratação de ex-servidores do MDSA, tendo como referencial a data do desligamento e a contratação da consultoria, tendo base legal diferenciada para projetos com recursos nacionais daquele com recursos externos.</p> <p>No caso dos projetos executados com recursos do tesouro, FAO e PNUD, tem-se como referência a Lei nº 12.813/2013. O seguinte texto consta dos modelos de Termos de Referência adotados pela DPI.</p> <p><i>"Conforme a Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6º):</i></p> <p>...</p> <p><i>II – no período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:</i></p> <p>...</p>				

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;...

A autorização da contratação pela CGU deverá dar-se nos termos da Portaria Interministerial nº 333/2013 e da Portaria 351/2014 do MDS.

Ainda, nos termos da Lei nº 12.813/13, o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor do Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão."

No esforço de mitigar o risco de conflito de interesses, no caso do projeto UNESCO 914BRZ3002, a DPI/SE consultou o Banco Mundial, que concordou, por meio de comunicação oficial com a aplicação excepcional do item 1.13 das Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores, de janeiro de 2011, apesar do fato de as Diretrizes vinculadas ao Acordo de Empréstimo serem as Diretrizes Para Seleção e Contratação de Consultores Pelos Mutuários do Banco Mundial, de maio de 2004, revisadas em 2006 e 2010. Assim, o texto abaixo consta dos Termos de Referência utilizados no Projeto em referência:

"Conforme as Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Manco Mundial, é vedada a contratação de candidatos, neste processo de seleção, que tenham relação familiar ou comercial próxima com um profissional da equipe do Mutuário (ou da agência executora do projeto ou de um beneficiário de parte do empréstimo) e estejam envolvidos direta ou indiretamente em qualquer etapa: (i) elaboração do Termo de Referência, (ii) do processo de seleção referente a esse contrato ou (iii) da supervisão do referido contrato.

Ainda, de acordo com Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID pelos Mutuários do Manco Mundial, funcionários do governo e servidores públicos do país do Mutuário só poderão ser contratados para serviços de consultoria no país do Mutuário, tanto individualmente ou como membros da equipe proposta por uma empresa de consultoria, se essa contratação não for conflitante com as leis, regulamentos e políticas, trabalhistas ou não, do país do Mutuário; e se (i) estiverem em licença sem vencimento ou tiverem pedido demissão ou se aposentado; (ii) não tiverem sido contratados pela instituição para a qual trabalhavam antes de entrar em licença sem vencimento, pedir demissão ou se aposentar e (iii) a sua contratação não gerar qualquer tipo de conflito de interesses. No caso de licença sem vencimento, pedido de demissão ou aposentadoria a contratação fica vedada por um período de pelo menos seis (6) meses entre o início da licença sem vencimento ou a desvinculação do candidato do Ministério e o início do contrato da consultoria.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão".

Além das restrições adotadas, foram elaborados 2 tipos de declarações a fim de mitigar o risco de conflito de interesses:

- a) Termo de compromisso: Documento que deve ser assinado pelos membros da comissão de seleção, no qual se comprometem a:
- Manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais - DPI/SE;
 - Não permitir acesso de terceiros ao Termo de Referência desde o momento da sua elaboração até a sua publicação, exceto para os demais membros da Comissão de Seleção do presente processo e aos responsáveis pela tramitação do processo, análise e aprovação da contratação;
 - Não se inscrever no referido Processo Seletivo; Tratar todos os candidatos com igualdade; e
 - Declarar-me impedido de compor as demais fases do processo de seleção caso algum candidato inscrito seja meu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, ou seja meu amigo íntimo, ou meu inimigo capital, ou que mantenha comigo qualquer vínculo profissional ou comercial.
- b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação: Documento que deve ser assinado pelo candidato selecionado, no qual declara que:
- Não teve acesso ao Termo de Referência e ao Edital antes de sua publicação;
 - Não ser cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, amigo íntimo, ou manter qualquer vínculo profissional ou comercial com membro da Comissão de Seleção ou Supervisor do Contrato.
 - Não ter mantido vínculo empregatício com nenhum órgão de governo, tanto em âmbito federal quanto estadual ou municipal, bem como com suas autarquias e empresas.
 - Não ter mantido vínculo empregatício o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário nos últimos 6 (seis) meses.
 - Não estar cumprindo contrato de consultoria por produto em qualquer outro projeto de cooperação técnica internacional, comprometendo-me a respeitar os prazos estipulados nos incisos I a I, § 5º, artigo 21 da Portaria MRE nº 717 de 09/12/2006.

Quadro 32 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento - TC 033.589/2015-1

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 033.589/2015-1	nº 5501/2016-TCU- Primeira Câmara	1.8.1.2	25/08/2016	28/09/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva/Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.8.1.2. Institucionalize a atualização periódica dos dados funcionais dos servidores, implantando marcos de monitoramento, e aprimore o mecanismo de consulta à Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) pela Diretoria de Projetos Internacionais (DPI) a respeito da existência e disponibilidade de servidor com perfil para o trabalho demandado para o qual pode ser efetivada futura contratação de consultoria de pessoa física;</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A respeito do subitem 1.8.1.1, que envolve não somente a DPI, mas também a CGRH, que é o risco de descumprimento do disposto do parágrafo 6º do artigo 4º do Decreto nº 5.151 de 22/07/2004, que diz respeito à comprovação prévia de que os serviços não podem ser desempenhados por servidores do órgão.</p> <p>No sentido de maximizar a objetividade de parâmetros que permitam “mitigar a assimetria informacional entre as duas Unidades”, na consulta pela DPI à CGRH sobre existência de servidor com perfil para o trabalho a ser desenvolvido pela consultoria, objeto da Recomendação 2, a DPI aprimorou o procedimento utilizado. Após análise do Termo de Referência recebido da Secretaria demandante, esta DPI encaminha a consulta à CGRH. São destacadas, no corpo da mensagem eletrônica, as informações que permitem definir o perfil necessário para a execução das atividades técnicas das consultorias, conforme o Termo de Referência elaborado pela área demandante. A CGRH procede então a consulta às Secretarias do MDSA. Somente a partir da resposta que a CGRH enviará a DPI sobre a inexistência ou indisponibilidade de servidor para executar as atividades previstas na consultoria, esta Diretoria pode dar continuidade no processo seletivo, nos termos do parágrafo 6º do artigo 4º do Decreto nº 5.151.</p>				

Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

O acompanhamento das recomendações emitidas para a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, relativamente a pessoal, que foram atendidas no exercício de 2016 são as apresentadas abaixo:

Recomendação 88740: Recomendamos a adoção de providências no sentido de regularizar a requisição dos outros servidores para o MDSA, que se encontram na mesma situação.

Providências: Desde o apontamento da Controladoria-Geral da União o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA vem requerendo a regularização das cessões dos servidores de Órgão da Administração Pública Federal.

As solicitações foram encaminhadas por meio de Ofícios às Unidades de Gestão de Pessoas/Recursos Humanos dos diversos órgãos.

Atualmente resta solucionar o caso da cessão da servidora Angela Cristina Mendes Gonsioroski, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Universidade de Brasília – UNB.

A regularização de diversas cessões, conforme constam no processo nº 71000.54994/2008-71.

Vale destacar, que a resolução da constatação da CGU não depende exclusivamente do MDSA, o que tem feito com que o processo não seja concluído, visto que aguardamos a publicação do ato para regularização da cessão pelos órgãos de origem dos servidores.

A servidora foi aposentada em 07 de abril de 2016, portanto entende-se que a recomendação foi atendida.

Recomendação 156208: Aprimorar o mecanismo de consulta à CGRH pela DPI a respeito da existência de servidor com perfil para o trabalho para o qual pode ser aventado a contratação de consultoria de pessoa física, a partir de parâmetros objetivos que possam mitigar a assimetria informacional entre as duas Unidades.

Providências: O processo de seleção foi aperfeiçoado com a introdução de consulta a todas as unidades organizacionais do MDSA, de modo a obter maiores garantias da inexistência de servidores efetivos que possam realizar as atividades previstas para a contratação de consultoria proposta, bem como estipular que somente possam ser contratados como consultores ex-servidores após decorrido o prazo de 6 (seis) meses do desligamento.

Além da medida apontada está em andamento a implementação de banco de competências e talentos, onde será possível obter dados sobre o currículo dos servidores com informações que não estão disponíveis no SIAPE.

A providência adotada de consulta às unidades do MDSA traz uma garantia da inexistência de servidor com o perfil a ser contratado.

Ademais, a implementação de Banco de competências e talentos, que permitirá o MDSA conhecer melhor as habilidades de seus servidores, bem como a consulta detalhada de todas as unidades do MDSA são fatores positivos que estão aprimorando os procedimentos para contratação de consultoria de pessoa física, permitindo ao Gestor atender essas demandas com maior segurança.

As regras propostas estão em execução e o processo de contratação de consultoria de pessoa física para DPI está obtendo resultados positivos, portanto entende-se que a recomendação foi atendida.

Recomendação 142798: Providenciar, para o caso concreto, observando a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, a devida restituição ao erário dos valores pagos equivocadamente ao servidor, relativamente a pagamento de GSISTE acima do teto estabelecido na legislação.

Providências: Após o apontamento da CGU sobre o pagamento de GSISTE acima do teto estabelecido na legislação, no montante de R\$ 12.035,76, o servidor foi devidamente comunicado da constatação, por meio da Carta nº 72/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS.

No entanto, o servidor rechaçou a devolução do valor. E a partir da folha de pagamento de março/2015, o valor pago foi ajustado para que não mais ocorresse pagamento da GSISTE acima do teto estabelecido na legislação.

Na sequência o processo nº 71000.036097/2015-21, foi enviado à Consultoria Jurídica - Conjur para análise e manifestação. A Conjur/MDS manifestou-se para que o servidor restituísse os valores.

Em 21 de outubro de 2015, o servidor foi comunicado, pela Carta nº 432/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS, da emissão do parecer da Conjur e foi solicitado sua manifestação quanto a forma de devolução do débito.

Em 04 de novembro de 2015, o servidor manifestou-se para que a devolução ocorresse na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

O referido desconto iniciou-se na folha de pagamento de novembro de 2015.

De acordo com os descontos efetuados no contracheque do servidor, o débito será quitado na folha de pagamento de julho/2017, portanto entende-se que a recomendação foi atendida.

Recomendação 156834: Adotar os procedimentos necessários para priorizar o andamento e a conclusão do processo administrativo MDSA nº 71000.069143/2015-79, que trata de restituição de valores ao erário no montante de R\$ 2.756,64 (dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), decorrentes do apontamento realizado na Trilha 027 do Sistema

Trilhas de Auditoria (Competência 06/2015, UPAG 296 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos).

Providências: Após o apontamento da CGU sobre o pagamento de GSISTE acima do teto estabelecido na legislação, no montante de R\$ 2.756,64 (dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), o servidor foi devidamente comunicado da constatação, por meio da Carta nº 215/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS.

No entanto, o servidor rechaçou a devolução do valor. E a partir da folha de pagamento de julho/2015, o valor pago foi ajustado para que não mais ocorresse pagamento da GSISTE acima do teto estabelecido na legislação.

Na sequência o processo foi enviado à Consultoria Jurídica - Conjur para análise e manifestação. A Conjur/MDSA manifestou-se para que o servidor restituísse os valores.

Em 21 de outubro de 2015, o servidor foi comunicado, pela Carta nº 431/2015/COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS, da emissão do parecer da Conjur e foi solicitado sua manifestação quanto a forma de devolução do débito.

Em 04 de novembro de 2015, o servidor manifestou-se para que a devolução ocorresse na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

O referido desconto iniciou-se na folha de pagamento de novembro de 2015.

Os descontos no contracheque do servidor para quitação da dívida foram efetuados de novembro/2015 a março/2016, portanto entende-se que a recomendação foi atendida.

COORDENAÇÃO - GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLC

Em acompanhamento às recomendações emanadas a este Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA pelo Órgão de Controle Interno no exercício de 2016, verificamos 05 (cinco) recomendações atendidas, referentes a exercícios anteriores, nenhuma inclusão no exercício de 2016 e 01 (uma) pendências de exercício anterior, conforme abaixo.

ATENDIMENTO

Cinco recomendações, oriundas dos relatórios referentes aos exercícios de 2011, 2013 e 2015, foram atendidas conforme abaixo.

Recomendação: 89821: Apresentar informações acerca da conclusão do processo sancionador nº 71000.070203/2013-34 em desfavor da empresa contratada, visando o ressarcimento ao erário, decorrentes do pagamento de faturas com cobranças irregulares.

Providência: As providências administrativas que cabiam ao MDSA, quanto à cobrança de reposição ao erário por parte da empresa UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., esgotaram-se. Dessa forma, foi solicitado junto à Consultoria Jurídica do MDSA a inscrição na Dívida Ativa da União, em desfavor da referida empresa, no montante de R\$ 303.571,76 (trezentos e três mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos), a qual se

encontra inscrita sob o número 10.6.15.005428-45, Processo nº 0044854.11.2014.4.01.3400, junto a PRU/AGU. A Controladoria-Geral da União-CGU, em 14/01/2016, por meio de e-mail, posicionou-se pelo “Atendimento” da recomendação. Assim, estamos aguardando aprovação e baixa no sistema Monitor Web.

Recomendação: 89822: Apresentar informações acerca da conclusão da apuração de responsabilidade em função das irregularidades decorrentes da condução imprópria na gestão do contrato administrativo nº 19/2007.

Providência: A apuração de responsabilidade em função das irregularidades na condução imprópria na gestão do Contrato Administrativo nº 19/2007 está sendo conduzida pela Corregedoria do MDSA, conforme preceitua o art. 7º do Regimento Interno do MDSA.

Recomendação: 7702: Adotar providências no sentido de apurar a alíquota percentual de ISSQN (de 5% ou 2% devida pelas empresas Solução Serviços Especializados Ltda. e pelo consórcio MSA, no âmbito, respectivamente, dos Contratos nº 07/2009 e 11/2009, e após conferência e acerto das planilhas de custo de formação de preço, providenciar a alteração contratual e a devolução dos valores pagos a maior.

Providência: O Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 111, de 29.08.2013, apurou o montante de R\$ 606.121,63 a ser restituído ao MDSA, tendo sido a empresa notificada em 17.10.2013, conforme Ofício nº 137/2013 – SAA/SE-MDSA. Ante a notificação, a empresa apresentou Defesa Prévia em 22.11.2013, a qual foi devidamente analisada pelos Fiscais dos Contratos nºs 4, 5, 6 e 7/2009, conforme Memorandos S/Nº, todos de 02.10.2014, os quais opinaram pela compensação do valor devido com as notas fiscais ainda pendentes de adimplemento. Assim, no mês de fevereiro de 2015 foi promovida a respectiva compensação restando um saldo de R\$ 45.818,24 a ser recolhido, resultando no montante atualizado de R\$ 58.789,78.

Notificada da compensação e instada a recolher o saldo atualizado, a empresa Solução Serviços Especializados Ltda. apresentou Recurso Administrativo, o qual já foi analisado e julgado improcedente, restando um saldo atualizado a ser recolhido de R\$ 64.211,84.

Mister informar que, no mês de fevereiro de 2016, a empresa recolheu aos cofres da União, o valor de R\$ 64.211,84 (sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), cuja informação será inserida no sistema monitor da Controladoria-Geral da União – CGU.

No que se refere ao Contrato Administrativo nº 11/2009, esclarecemos que esta unidade já encaminhou a CGU documentação comprobatória demonstrando ter providenciado a devolução dos valores pagos a maior, conforme consta da Nota Técnica nº 2178/DSEDES/DS/SFC/CGU-PR.

Observa-se que as recomendações **89821** e **7702** já foram finalizadas e os resultados encaminhados à CGU, momento em que aguardamos a baixa dessas no sistema monitor.

Recomendação: 156216: Estabeleça plano de ação diante dos resultados (achados) apresentados para as constatações vinculadas aos componentes de controle (quadro 3), com cronograma e estratégia de implementação, visando a instituição de um manual de gestão e fiscalização de contratos para o MDSA; a formalização e atualização do manual de rotinas da

CCONT; o aperfeiçoamento do sistema de controle de contratos (SCC) da CCONT; o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e transparência da CGLC; e a instituição de programa de capacitação para gestão e fiscalização de contratos; observando os referenciais descritos no quadro 6.

Providência: Quanto ao aprimoramento dos mecanismos de planejamento e transparência da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos-CGLC, com a adoção do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos para o MDSA aliado ao Manual de Procedimentos para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços esperamos dar maior robustez ao tema, realizando o acompanhamento e monitoramento dos eventos desde a fase de planejamento e aferição dos riscos envolvidos nas atividades de fiscalização de contratos, visando à eliminação/redução dos desvios e assegurar o pleno alcance dos objetivos das contratações na forma inicialmente planejada. Por fim, a CGLC consolidou seu plano anual de capacitação para 2016, o qual foi encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDSA.

Recomendação: 156217: Diante das oportunidades de melhoria propostas para os componentes de controle, apresente documento com avaliação do entendimento da Unidade sobre as situações dispostas no (Quadro 4), contemplando as possíveis propostas de implementação com prazo factível, observando os referenciais descritos no quadro 6. Aportar no plano de ação previsto para a recomendação 1 aqueles item com decisão pela implementação.

Providência: Foi encaminhado o Memorando nº 126/2015 – CCONT/CGLC/SAA/SE/MDSA a Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA, contendo a análise dos apontamentos e a avaliação quanto ao entendimento da Unidade sobre as situações dispostas no quadro 4, sendo contemplado todas as propostas possíveis de implementação. As ações a serem implementadas por meio do Plano de Ação foram informadas, pela SAA, à Controladoria Geral da União por meio do Sistema Monitor.

INCLUSÃO

Não houve novas inclusões no sistema monitor/CGU.

PENDÊNCIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Por fim, consignamos a existência de 1 (uma) recomendação pendente de atendimento, referente ao exercícios de 2015:

Recomendação 156557: Adotar medidas para avaliar a existência e, caso confirmado, buscar administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) nos contratos encerrados mencionados nº 2/2009 e nº 7/2009, firmados com empresas beneficiadas de desoneração da folha de pagamento nos termos da Lei nº 12.546/2012.

Providência: No decorrer da execução dos trabalhos foi impetrado recurso quanto às determinações constantes do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (Desoneração da folha de pagamento), sendo acolhido o parecer do Ministério Público e concedido efeito suspensivo aos subitens 9.2 e 9.3, na forma do Despacho exarado pelo Ministro Relator, Raimundo Carreiro, bem como a SLTI/MPOG, órgão central normatizador do sistema SISG, veiculou comunicado dando ciência da suspensão promovida pelo Ministro Relator, informando que após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse contexto, tendo em vista que não há julgamento do recurso pelo Tribunal de Contas da União até o presente momento e que eventuais avaliações e análises a serem realizadas por esta UPC podem ser frustradas se houver acolhimento do recurso, informamos que as análises permanecem sobrestadas até que se dê o exame final da matéria pelo TCU.

Diretoria de Projetos Internacionais - DPI

No exercício de 2016, ocorreu a auditoria na gestão do projeto PNUD/BRA/12/006 – Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e a auditoria na gestão do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil sem Miséria, parcialmente financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, por intermédio do Contrato de Empréstimo BIRD 7841-BR.

Auditoria na gestão do projeto PNUD/BRA/12/006 – Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – SUAS

Os trabalhos de auditoria na gestão do projeto PNUD/BRA/12/006 – Apoio à Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, executado sob a responsabilidade da Diretoria de Projetos Internacionais – DPI, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (DPI/SE/MDS) durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram realizados na sede da Controladoria Geral da União em Brasília/DF, no período de 12/02/2016 a 04/03/2016, tendo em vista que os processos requeridos foram disponibilizados digitalmente à equipe por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, do MDSA, que resultou no Relatório nº 201505845.

Considerando que a contratação de serviços de pessoas físicas (consultorias) representou em 2015 aproximadamente 84% da execução do projeto, a amostra dos gastos analisados concentrou-se nessa categoria, considerando-se os resultados e objetivos do projeto, bem como a materialidade dos valores pagos no exercício auditado, produzindo as seguintes constatações:

Baixa Execução Físico-Financeira do Projeto

O Projeto BRA/12/006 tem como objetivo principal ampliar e consolidar o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aos entes federados na gestão

descentralizada da política nacional de assistência social e, assim, permitir a efetivação do pacto entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil.

O projeto contempla temáticas e ações como desenvolvimento de capacidades; aplicação e desenvolvimento de metodologias; sistemas de informação, de monitoramento e avaliação; formação e treinamento; revisões de normas e regulamentos; construção de mecanismos de controle social e metodologias de construção de consenso; estudos e pesquisas; que coadunam com a atuação do PNUD no campo do desenvolvimento social.

Para atingir esse objetivo, foi prevista a alocação de recursos da ordem de US\$ 11.570.571,02, sendo US\$ 2.149.007,45 para o exercício objeto da auditoria, de acordo com a revisão orçamentária de 29 de maio de 2014. Durante o exercício, o Projeto executou despesas no valor de US\$ 542.804,21, culminando com uma execução total acumulada de US\$ 2.011.300,45, que representa uma implementação de, aproximadamente, 17% do orçamento total do Projeto.

Os exames incluíram a avaliação quanto à execução das atividades programadas e ao cumprimento dos resultados pactuados, tendo por base os controles internos de monitoramento e avaliação mantidos pela UCP, os relatórios de avaliação existentes e os investimentos realizados no período.

Como resultado, a auditoria concluiu que o projeto tem atingido um baixo nível de execução das atividades programadas. Até o exercício de 2015, apenas 17% dos recursos previstos foram executados. No exercício sob análise, 25% do previsto foi executado. Cabe destacar que a própria Unidade Executora do Projeto no relatório de progresso destaca que “a execução do Projeto em 2015 ficou aquém do desejado, com volume baixo de contratações, apesar dos bons resultados entregues em 2015 por consultorias contratadas no ano anterior”. Além disso, destaca que “correções de rumo se fazem necessárias uma vez que a execução está abaixo do esperado”.

Verificou-se que essa baixa execução está relacionada principalmente aos seguintes aspectos:

- i. suspensão de todos os processos de seleção de consultoria individual entre os meses de abril a outubro de 2015, em razão da necessidade de ajustes nos procedimentos dessas contratações em face de situações apontadas no relatório de auditoria do exercício anterior;
- ii. mudança na gestão da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); e
- iii. realização das conferências municipais, estaduais e nacional de assistência social, que demandaram alto engajamento da SNAS.

Esse cenário de baixa execução se explica, em parte, pelo baixo volume de contratações de consultorias individuais ocorridas no exercício, a qual possui grande relevância no contexto dos gastos previstos para o projeto (86% do orçamento planejado para 2015 refere-se a consultorias). De um total de US\$ 1.841.077,95, planejado para ser executado em 2015, apenas US\$ 457.921,25 foi executado o que representou 25% do total. Observa-se que a execução dos valores disponíveis para consultoria reflete o total executado do projeto para 2015, que também foi de 25%.

Observou-se que a execução física, assim como a financeira, mostrou-se baixa. Nesse sentido, reiterou-se o observado no relatório de auditoria anterior (2014): a concretização do arranjo em grau inferior ao planejado (tanto no aspecto financeiro quanto no físico) impõe a realização de mudanças por meio de redefinição de prioridades, as quais possibilitem maior correspondência entre os recursos planejados e executados.

Apesar dessa baixa execução observada, cabe destacar o empenho da UCP/DPI em superar os desafios inerentes à mudança de gestão e à mudança de procedimentos de seleção e contratação de consultorias, necessários para que os resultados do Projeto sejam realmente efetivos.

Acompanhamento de Recomendações da CGU

Visão Geral sobre o Atendimento às Recomendações da CGU

Foi apresentado à equipe de auditoria, pela direção do projeto, o Plano de Seguimento das Recomendações de Exercícios Anteriores, bem como o detalhamento das providências ou justificativas relativas a essas recomendações.

- 1) Desenvolver providências para avaliar os casos registrados neste relatório quanto à configuração do conflito de interesses, adotando, a partir dos resultados, as medidas cabíveis a cada caso.**
- 2) Fazer constar nos editais de seleção de consultoria de pessoa física a vedação para contratar servidores que mantiveram vínculo com o Ministério até 90 dias antes da publicação do edital e eram ocupantes de cargos no âmbito da secretaria demandante da contratação.**

A fim de atender a esta Recomendação, as seguintes medidas já foram adotadas:

- Adoção, desde o mês de outubro, do impedimento de contratação de consultor que manteve vínculo com o ministério no prazo de 6 meses antes da contratação. [...].
- Formalização da Comissão Técnica de Seleção de Consultor Individual de cada processo de seleção de consultor individual por meio de publicação de portaria do Secretário da área demandante em boletim interno do MDSA. [...]
- Assinatura, pelos membros da Comissão de Seleção, de Termo de Compromisso, em que eles se comprometem a:
 - a) Manter confidencialidade durante todo o processo de elaboração do Termo de Referência e de seleção do consultor até a divulgação do resultado final pela Diretoria de Projetos Internacionais - DPI/SE;
 - b) Não permitir acesso de terceiros ao Termo de Referência desde o momento da sua elaboração até a sua publicação, exceto para os demais membros da Comissão de Seleção do presente processo e para a equipe da Diretoria de Projetos Internacionais;
 - c) Não se inscrever no referido Processo Seletivo;
 - d) Tratar todos os candidatos com igualdade; e
 - e) Declarar-me impedido de compor as demais fases do processo de seleção caso algum candidato inscrito seja meu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, ou seja meu amigo íntimo, ou meu inimigo capital, ou que mantenha comigo qualquer vínculo profissional ou comercial.
- Outro aprimoramento dos procedimentos do processo seletivo de consultor acontece no momento de envio, por parte do candidato selecionado, da documentação comprobatória de atendimento aos requisitos pontuados. Além dela, também deverá

ser enviada declaração assinada, por meio da qual o candidato afirma não ter vínculo com a administração pública; não ter tido vínculo com o MDS nos seis meses anteriores; não ter tido acesso às informações do TR antes de sua publicação, entre outros pontos;

- Em relação à consulta à CGRH sobre a existência de vínculo do candidato selecionado com a Administração Pública, a DPI estendeu o questionamento a fim de identificar ocorrência de vínculo anterior com o MDSA e a data de desligamento. A CGRH envia cópia da tela do SIAPE com a informação solicitada;
- Ademais, a fim de conferir maior formalidade ao processo, foi adicionada uma etapa ao fluxo do processo de seleção e contratação de consultor. Após análise dos documentos de seleção, resultado e
- solicitação de contratação, a DPI encaminha o processo ao Secretário Executivo para ciência do resultado final antes do envio ao organismo para contratação.

Avaliação e Monitoramento Externo

Visão Geral quanto à Atuação de Órgãos Externos ao Projeto

Não foi constatada a existência de determinações ou recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) ou outros órgãos de controle expedidas ao projeto durante o exercício objeto dos exames. Os exames incluíram ainda a verificação sobre a existência, no exercício auditado, de recomendações decorrentes de reuniões tripartites ou missões realizadas pelo organismo internacional e/ou ABC/MRE.

Como resultado da análise, constatou-se a existência de recomendações ou orientações pendentes ou não de implementação por parte da agência executora do projeto elencadas na Ata da Reunião Tripartite, ocorrida em 07/05/2015, conforme abaixo:

Decisão/Recomendação Medida Adotada Posição

1. Revisão Substantiva - O MDSA deverá priorizar a elaboração da revisão substantiva, uma vez superados os impedimentos vinculados à mudança de gestão na Agência executora.

O Projeto informou que o processo de elaboração da revisão teve início no segundo semestre de 2015, tendo sido considerados temas importantes como as prioridades da agenda da Política Nacional de Assistência Social, a capacidade de execução do orçamento previsto inicialmente dada a alta cotação do dólar e a necessidade de expansão de parceria com o PNUD em projetos de avaliação de resultados e disseminação da política. A revisão encontra-se no PNUD para apreciação.

2. Contratação de consultoria, sugerida pelo PNUD, para elaboração de documento técnico relatando os resultados concretos da cooperação Técnica.

O MDSA avalia realizar essa contratação em 2017, último ano do Projeto.

3. O PNUD sugeriu ao MDSA que abrisse espaço para as agências da ONU divulgarem seus trabalhos durante a realização da X Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2015.

O MDS informou que as decisões a cerca da organização das conferências nacionais não são exclusivas da SNAS nem do MDSA e que o principal órgão decisor de assuntos relativos a participação social é o CNAS. Ressalta que não foi firmado acordo dessa natureza.

4. O PNUD ofereceu ao MDSA a possibilidade de divulgar suas ações de assistência social durante a realização dos jogos mundiais dos povos indígenas.

O tipo de divulgação da política de assistência social proposta pelo organismo não entrou nas prioridades da Secretaria Nacional de Assistência Social, uma vez que fóruns de discussão de conteúdo são priorizados pela área.

5. O PNUD informou a respeito da possibilidade de elaboração de um Atlas de desenvolvimento humano específico com dados da assistência social e sugeriu a realização de uma reunião com a coordenação da Unidade de Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Essa discussão tem ocorrido no âmbito da SAGI/MDS, que trabalha em parceria com o PNUD nas ações relacionadas a estudos de desenvolvimento humano, em especial nas ações correlatas a assistência social e redução da pobreza. Atividades correlatas estão sendo incluídas na revisão substantiva do projeto em seu resultado nº 8. O encaminhamento proposto acima necessita de grandes discussões e parcerias profundas, não sendo de resultado imediato.

6. A ABC pediu o preenchimento completo dos dados no SIGA.

O projeto informou que os dados estão atualizados até o mês de janeiro/2016

7. Os participantes da reunião concordaram com a retomada dos cursos para auditores e gestores oferecidos anteriormente.

O MDSA informou que não foram realizadas capacitações em parceria com a ABC e o PNUD e que não dispõe de informações respeito da oferta de cursos pelo PNUD ou ABC a este público.

Apesar da importância da discussão de temas transversais na pauta da reunião tripartite, não foi observado no conteúdo da Ata apresentada assuntos de grande importância diretamente relacionados com a execução do projeto, tais como: a baixa execução físico-financeira, o planejamento superdimensionado de contratações de consultoria e a busca de soluções para os problemas apresentados nas contratações de consultoria pessoa física.

Demonstrações Financeiras

Adequabilidade dos Registros do CDR

Da análise do relatório financeiro Combined Delivery Report (CDR), verificou-se que os valores registrados no documento são fidedignos e estão sustentados por documentação de suporte e registros válidos, refletindo adequadamente a situação financeira do projeto ao final do exercício auditado. Ressalta-se que das despesas revisadas duas não foram adequadamente convertidas (Real para Dólares), porém essas despesas não são materialmente relevantes no contexto do total dos gastos.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS

Informações sobre a Gestão de Contratação e Execução de Serviços de Consultoria - Pessoa Física.

Verificou-se, por amostragem, que os procedimentos relativos à seleção e pagamento de serviços de consultoria de pessoas físicas realizadas no âmbito do Projeto, em seus aspectos mais relevantes, foram efetivados de acordo com as disposições do Manual de Execução Nacional e da Legislação Nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

Verificou-se ainda que os trabalhos realizados referem-se a atividades especializadas e não continuadas, as quais contribuem diretamente para o alcance dos objetivos preconizados no Documento de Projeto.

Estrutura, Organização e Sistema de Informação

Visão Geral dos Controles Internos Administrativos da Unidade

Cabe à Diretoria de Projetos Internacionais (DPI), Unidade da Secretaria Executiva do MDSA, a coordenação técnica e administrativa, tendo competência para coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades do projeto BRA12/006.

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), juntamente com DPI, são as responsáveis pela execução das atividades previstas e pelo alcance das metas e dos produtos definidos no projeto.

No que se refere à avaliação da estrutura de controles internos com base na metodologia do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), analisou-se o Projeto sob a ótica dos seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento, de forma a identificar boas práticas e oportunidades de melhoria. A partir dessa avaliação, considerando conjuntamente a resposta da unidade ao questionário de autoavaliação dos controles internos, apresentando as considerações a seguir:

Quanto ao ambiente de controle, verificou-se que os elementos "Estrutura Organizacional e de Governança" e "Atribuição de Autoridade e Responsabilidade" mostraram-se adequados, haja vista que as competências e responsabilidades estão formalmente estabelecidas.

Quanto à avaliação de riscos, verificou-se que os objetivos e metas do projeto estão formalizados e servem como referência para as decisões que são tomadas no âmbito da UCP.

No entanto, apesar de a autoavaliação da Unidade informar que a identificação dos processos críticos para o alcance dos objetivos e metas do projeto é uma atividade integralmente

aplicada no contexto da Unidade, esse aspecto não foi objeto de exame por parte da equipe de auditoria.

Quanto às atividades de controle estabelecidas, verificou-se que a Unidade contempla separação entre funções de autorização, execução, controle e contabilização. Nesse sentido, há adequada segregação de funções nos processos e atividades da Unidade no que se refere à execução do Projeto.

Entretanto, observaram-se fragilidades no processo de seleção, contratação e execução das consultorias de pessoa física as quais já haviam sido identificadas na auditoria do exercício 2014. Cabe destacar que medidas foram adotadas para mitigar as situações apontadas a partir de outubro de 2015 e os efeitos serão analisados em auditoria futura, haja vista que nenhum processo da nova sistemática estava na amostra da auditoria.

Ainda, quanto às atividades de controle, identificou-se controles estabelecidos para diminuir os riscos e alcançar os objetivos do projeto, entre os quais destaca-se a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Já em relação ao quesito de informação e comunicação, verificou-se que, de modo geral, a Unidade é capaz de identificar, armazenar e comunicar tempestivamente as informações relevantes às pessoas adequadas e ao organismo cooperante, a fim de permitir a realização, a contento, dos procedimentos estabelecidos.

No que se refere ao monitoramento, identificou-se que os controles relacionados a esse componente são satisfatórios. Identificou-se clara supervisão da gestão máxima do órgão por meio de reuniões, em especial a reunião tripartite, e diversas correspondências formais. Além disso, verificamos a atuação do organismo cooperante por meio de correspondências, notadamente ligadas às atividades financeiras do projeto.

Movimentação de Recursos do Projeto

Visão Geral sobre o Gerenciamento de Recursos Financeiros

Verificou-se a compatibilidade entre os valores aportados pela Agência Executora do Projeto, a título de contribuição local, com os registros mantidos pelo Organismo Internacional, bem à conciliação dos saldos financeiros do Projeto informados pelo PNUD com as movimentações de entrada e saída de disponibilidades do Projeto.

Verificou-se ainda a adequada apropriação, no exercício objeto de nossos exames, dos valores relativos à recuperação de custos, sendo observada sua conformidade aos limites estabelecidos no Documento de Projeto e na legislação nacional aplicável.

Por fim, com base nos trabalhos de auditoria realizados, concluiu-se que são mantidos controles internos adequados para a implementação das atividades do Projeto, em seus aspectos mais relevantes.

Auditoria na gestão do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil sem Miséria, parcialmente financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, por intermédio do Contrato de Empréstimo BIRD 7841-BR

Foi realizada auditoria na gestão do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Plano Brasil sem Miséria, parcialmente financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, por intermédio do Contrato de Empréstimo BIRD 7841-BR, executado sob a responsabilidade da Diretoria de Projetos Internacionais/DPI da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, que resultou no Relatório nº 201600461.

Os trabalhos de auditoria foram realizados em Brasília/DF no período de 09/03/2016 a 30/06/2016.

A vigência do Acordo de Empréstimo teve sua duração inicial estimada em pouco mais de 4 anos (setembro de 2011 a dezembro de 2015), sendo, entretanto, prorrogada, em 2014, até a data de 30 de junho de 2017. O empréstimo celebrado é da ordem de US\$ 215,000,000.00, sendo US\$ 200,000,000,00 provenientes do financiamento externo e US\$ 15,000,000.00 de contrapartida nacional.

Os exames tiveram como referência a avaliação da execução das atividades programadas e o cumprimento dos resultados pactuados, tendo por base os controles internos de monitoramento mantidos pela DPI, os relatórios de avaliação disponibilizados e os investimentos realizados no período.

Com o propósito de acompanhar o planejamento, monitorar a execução, bem como sanear as eventuais pendências, a DPI se utiliza de instrumentos de apoio e gerenciais, dos quais os principais consistem em: reuniões de ponto de controle com as secretarias executoras; missões de supervisão realizadas semestralmente e vídeos-conferências eventuais com o agente de financiamento; e relatórios de progresso semestrais sintetizando os avanços e os desafios a superar.

Acompanhamento de Recomendações da CGU Atendimento às recomendações do Plano de Providências.

Para aferir o atendimento às recomendações relativas ao Projeto, foi realizado um levantamento

prévio das recomendações efetuadas pelas Unidades de Controle Interno da CGU, registradas nos Relatórios de Auditoria dos exercícios anteriores, Notas Técnicas e Notas de Auditoria previamente emitidas.

Foi avaliado o atendimento das recomendações e suas consequências ao alcance dos resultados do projeto, enfatizando aspectos como prevenção adequada aos riscos, conformidade com a normatização vigente, orientação à gestão e ações corretivas de eventuais distorções no exercício de 2015.

Com base nesse critério, foram consideradas as três recomendações do item 1.1.9.2 do Relatório de Auditoria nº 201502797, que tratou da contratação de consultores pessoa física, atendidas em sua totalidade. Para atender às recomendações, a Unidade adotou medida preventiva no sentido de mitigar os riscos inerentes ao processo de seleção e contratação de consultores, e realizou, ainda, verificações quanto aos casos específicos relatados (sendo subsidiada, em sua manifestação pelos posicionamentos da ABC e pela STPC). Por fim, submeteu os casos específicos ao BIRD, o qual manifestou-se de forma favorável quanto à elegibilidade das despesas referentes aos contratos de consultoria.

A Nota de Auditoria nº 201502797, também considerada atendida, evidenciou o aprimoramento dos controles internos inerentes à entrega de produtos pelos consultores, assim

como a conferência dos demonstrativos dos gastos do projeto. A participação da CONJUR no processo de aquisição também foi analisada e as medidas adotadas pela unidade auditada foram consideradas suficientes para esse caso específico.

Avaliação de Controles Internos

Estrutura de controles internos adequada para o atingimento dos objetivos do Projeto

De acordo com as competências delimitadas no âmbito do MDSA, compete à Diretoria de Projetos Internacionais (DPI), Unidade vinculada à Secretaria Executiva do Ministério, a coordenação técnica e administrativa de projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional, tendo atribuições para coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas aos projetos, em conformidade com as diretrizes da

Secretaria-Executiva, conforme estabelecido no Decreto nº 7.493, de 2.6.2011. Da mesma forma, a Portaria GM/MDS nº 120, de 12.6.2012, que aprovou o regimento interno do MDSA, especifica em seu art. 13 as atividades a cargo da DPI, com destaque para a coordenação, o planejamento, a supervisão e a execução, inclusive orçamentária e financeira, das atividades relativas aos projetos, em conformidade com as diretrizes da Secretaria. Cabe ressaltar que, no âmbito do Projeto BIRD nº 7841/BR, a DPI é responsável pela execução do Componente Técnico 6 – Apoio Operacional à Unidade de Implementação do Projeto.

A respeito da estrutura e funcionamento dos controles internos para o Projeto, registra-se que, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 201600461-01, a Unidade realizou autoavaliação contemplando aspectos do sistema de controle interno fundamentados nos princípios do COSO I (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)¹. Integram a estrutura do COSO, os componentes: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e o Monitoramento.

A partir dos exames realizados, registrados em tópicos específicos e confrontados com a autoavaliação da Unidade, verificou-se que a UCP apresenta estrutura adequada para o desempenho das atividades e atingimento dos objetivos e metas previstos no Manual Operacional do Projeto, mantendo controles internos adequados no que se refere aos fundamentos dos componentes do COSO. Todavia, em tópico específico deste relatório foram registradas ocorrências relevantes, aqui ressaltadas, que vem sendo tratadas pela Unidade, sobretudo por relacionar-se com os resultados e o atingimento dos objetivos do projeto. Neste sentido, consigna-se a rescisão do contrato celebrado com a empresa responsável pela Pesquisa Painel de Mobilidade Ocupacional e Acesso a Programas Sociais/PPP, cuja não realização deve impactar os resultados quantitativos e qualitativos do projeto. Contudo, há expectativa de que a pesquisa ainda seja realizada, definição que prevista para ocorrer a partir de tratativas com o Bird, no primeiro semestre de 2016.

Como boas práticas no contexto dos controles administrativos, destaca-se a medida preventiva implementada pela Unidade quanto ao impedimento de contratar consultor pessoa física que manteve vínculo com o MDS no prazo de 6 meses antes da assinatura do contrato. A medida foi adotada em atendimento à recomendação da CGU referente à auditoria do exercício 2014, fundamentada no risco potencial da ocorrência do conflito de interesses, nos princípios da Lei nº 12.813/2013 e nas Diretrizes de 2011 do Banco Mundial.

¹ Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway.

Cumprimento de Cláusulas Contratuais

Atendimento das cláusulas e artigos do Acordo de Empréstimo.

Esta averiguação teve como objetivo verificar se as principais cláusulas e artigos do Acordo de Empréstimo e seus Anexos de caráter contábil/financeiro/gerencial foram atendidas pelo mutuário e demais executores durante a execução do Projeto, no exercício de 2015.

Dentre as análises realizadas verificou-se que os cumprimentos das disposições anticorrupção constaram nos contratos de eventos e consultoria, objeto de avaliação amostral. Confirmou-se, também, o envio dos Relatórios do Projeto ao BIRD em atenção aos dispositivos contratuais. Além disso, as aquisições de bens e serviços atenderam às Diretrizes do Banco e foram cumpridos os cronogramas de Amortização e pagamento de juros do Projeto.

Ademais, observou-se a adequação da cláusula referente aos Arranjos Institucionais, Anexo 2 do Acordo, seção I-A, a qual foi registrada no item específico de Avaliação de Controles Internos. Desta forma, concluímos que a Agência Executora do Projeto cumpriu regularmente as principais cláusulas do Acordo de Empréstimo para o exercício de 2015.

Comprovação de Gastos junto ao Agente Financeiro

Gastos realizados atendem os critérios de comprovação, elegibilidade e são compatíveis com as finalidades do Projeto.

Foram analisados os pedidos de desembolsos nº 13, 14, 15, 16, 17 e 18, correspondentes a gastos realizados para execução da Categoria 1, apresentados ao Banco e, por amostragem, de forma integrada aos respectivos processos de aquisição e pagamento, as despesas neles informadas. Do resultado da análise das despesas foi constatado que:

- i) estavam apoiadas em documentação original comprobatória;
- ii) tiveram sua conversão para moeda da operação efetivada corretamente;
- iii) são elegíveis para alocação ao programa e para financiamento do Banco, conforme o caso; e,
- iv) foram aplicadas em atendimento exclusivo às finalidades do Programa.

Cabe ressaltar que, no tocante ao Componente 1 (transferências condicionadas de renda), não houve pedidos relativos ao reembolso de gastos efetivados no período em exame, considerando que os recursos destinados ao referido componente (Categoria 3) foram integralmente executados até o final do exercício de 2013.

Demonstrações Financeiras

Regularidade na análise das Demonstrações Financeiras do Projeto.

O exame das Demonstrações Financeiras do projeto apontou regularidade no aporte de recursos e na execução das despesas, em consonância com o Acordo de Empréstimo.

Após a análise dos demonstrativos, verificou-se também que as despesas foram devidamente comprovadas nas categorias e componentes programáticos do projeto e foram observados os limites de despesas fixados no Acordo.

As notas explicativas contemplaram as movimentações das contas envolvidas no projeto, os arranjos financeiros realizados e as informações da Conta Designada.

Gerenciamento dos deslocamentos

Gerenciamento de Deslocamentos com situação regular no exercício auditado.

Foi verificado, por amostragem, que as despesas relacionadas à concessão de diárias e passagens foram destinadas para o exercício de atividades exclusivas do projeto. Ademais, os valores executados no contexto da concessão de diárias e passagens atenderam os critérios previstos nos normativos de referência do projeto (Manual Operacional do Projeto e Instruções para emissão de passagens e diárias), além das normas nacionais que regulam o assunto.

Sob a perspectiva dos controles utilizados pela Unidade na gestão do processo de deslocamentos (solicitações, pagamentos, reembolsos, devoluções e prestação de contas), observou-se que são adequados e suficientes em seus aspectos mais relevantes. Conforme já registrado em auditorias anteriores, em quase toda sua extensão o processo é operacionalizado por meio da utilização do Sistema da UNESCO, o qual está integrado com o sistema da empresa Flytour, responsável pela emissão dos bilhetes de viagens.

Aquisição de Bens, Obras e Serviços

Regularidade nos processos de aquisição de bens e serviços analisados. Fato

As análises, realizadas por amostragem, tiveram por objeto as aquisições e pagamentos de bens e serviços, confirmando-se a observância, em seus aspectos mais relevantes, às diretrizes do Banco e à legislação nacional aplicável. Os processos foram suportados por documentação válida, correspondente a atividades elegíveis, que contribuíram para o alcance dos objetivos pactuados.

As contratações financiadas com recursos do empréstimo se realizaram de forma direta (Comissão Especial de Licitação – CEL, atualmente regulada pela Portaria/SE/MDS nº 193, de 25.5.2015, que operacionalizou processos seletivos) e por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, vinculada ao Projeto mediante Cooperação Técnica Internacional nº 914BRZ3002. Em conformidade com o arranjo previsto no Manual Operacional, a UNESCO viabiliza a utilização de contratos relacionados à prestação de serviços de realização de eventos e aquisição de passagens aéreas, além de operacionalizar a contratação de consultores (pessoa física) e a concessão de diárias, estes últimos tratados em itens específicos deste relatório.

Foram analisados processos de aquisições realizadas por meio de shopping (serviços gráficos e evento), operacionalizados, respectivamente pela CEL e pela UNESCO (evento). Ademais, foi avaliada a execução prevista no contrato formalizado com a empresa responsável pela realização da Pesquisa PAINEL da Pobreza - PPP. Os exames abrangeram, além dos procedimentos licitatórios, a execução e eventuais pagamentos realizados no período sob exame. No que se refere ao contrato NCB nº 01/2014, celebrado com a Datamétrica, empresa contratada em 2014 para fins

de realização da PPP, cabe registrar que o ajuste foi rescindido unilateralmente por meio de Termo de Encerramento de 26.2.2016.

Contratação de Consultorias

Regularidade nos procedimentos de seleção, contratação e pagamento de consultorias de pessoa física

A contratação de consultores individuais ocorre por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional nº 914BRZ3002, firmado com a Unesco. Em análise, por amostragem, de forma integrada, junto aos processos de seleção e pagamento de consultores individuais realizados com recursos do projeto, apurou-se, no que se refere aos seus aspectos mais relevantes, que os procedimentos de contratação e pagamento foram realizados em observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

Verificou-se ainda que os trabalhos realizados correspondem a atividades elegíveis ao projeto e contribuem efetivamente para o alcance dos objetivos pactuados.

Com base nos trabalhos de auditoria realizados, o relatório de auditoria concluiu que a execução e os respectivos controles internos estão adequados para a implementação das atividades do Projeto no âmbito do Agente Executor, em seus aspectos mais relevantes.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Quadro 33 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
Acerto financeiro negativo após desligamento do Órgão. Processo nº 71000.095249/2016-17	R\$ 1.792,79							
Recebimento indevido de remuneração por dias não trabalhos. Processo nº 71000.095243/2016-31	R\$ 4.293,56							
Acerto financeiro negativo após desligamento do Órgão. Processo nº 71000.095249/2016-17	R\$ 2.969,45							
Acerto financeiro negativo após desligamento do Órgão. Processo nº 71000.095234/2016-41	R\$ 5.665,58							
Acerto financeiro negativo após desligamento do Órgão. Processo nº 71000.095237/2016-84	R\$ 3.965,14							
Acerto financeiro negativo após desligamento do Órgão. Processo nº 71000.098926/2016-41	R\$ 4.142,79							

Fonte: Controle da Coordenação de Gestão de Pessoas

Análise Crítica

Nos casos em que, eventualmente, foram realizados pagamentos indevidos a servidores, empregados públicos ou contratados temporários, em virtude de desligamento desta Pasta, pelos dias não trabalhados e outros valores como adiantamento de gratificação natalina ou férias, são adotadas medidas com o objetivo de se obter o devido ressarcimento aos cofres públicos, destacando-se:

- Envio de Carta, em meio físico e magnético, detalhando a constatação e informando da necessidade de devolução de valores de acordo com a Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013; e
- Encaminhamento da Guia de Recolhimento da União – GRU para que seja efetivada a devolução dos valores recebidos indevidamente, com vencimento para o mês subsequente ao ato do desligamento.

Vale destacar que art. 47, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dispõe que o servidor terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar a quitação do débito. Caso não ocorra, é efetivada nova cobrança.

Cabe informar ainda que, nas respectivas correspondências, a CGRH informa aos servidores, empregados públicos ou contratados temporários que a não quitação dos débitos ensejará sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como a inscrição em Dívida Ativa e na conta de diversos responsáveis.

Caso a devolução dos valores seja feita por servidor que tenha requerido vacância, após sua manifestação de que o desconto poderá ser efetuado no novo Órgão, conforme dispõe o art. 46, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é providenciado o encaminhamento do Ofício aquele Órgão, comunicando-o da referida situação.

Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, são realizadas verificações e se houver identificação de casos em que não houve o pagamento do débito são adotadas as providências para abertura de processo de reposição ao erário, o qual é devidamente instruído e encaminhado à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, com vistas à Coordenação de Contabilidade, para atualização dos valores, e posteriormente, se for o caso, a inscrição do CPF do devedor na conta de diversos responsáveis no SIAFI, bem como a necessidade de abertura de processo de tomadas de contas especial.

Quando do retorno dos autos à Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP, esta identifica se o valor do débito é superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), para assim proceder a inscrição do CPF do devedor no CADIN e realizar a abertura de novo processo a ser enviado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para a inscrição em dívida ativa.

Nos casos de desligamentos em que há débitos a serem restituídos ao MDS, na margem de 10% (dez por cento) a 12% (doze por cento) sobre o total das movimentações anuais, a Unidade de RH tem envidado esforços no sentido de recuperar os valores por meio dos procedimentos descritos.

Para os casos de ressarcimento ao erário, que não se tratam de devolução de remuneração por desligamento, são adotados os procedimentos estabelecidos na Orientação Normativa nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2013, que são:

- Instauração de processo administrativo;

- Levantamento de documentação para compor o processo e justificar a devolução do valor apurado;
- Elaboração de Nota Técnica;
- Notificação do servidor, empregado público ou contratado temporário, dando o prazo estabelecido na citada legislação, para manifestação; e
- Análise jurídica quando for o caso do servidor, empregado público ou contratado temporário rechaçar a devolução, alegando boa fé e a CGRH tenha dúvida quanto a dispensa de devolução por este motivo.

Quando a análise jurídica apresenta parecer favorável para devolução dos valores, a Unidade de RH providencia a comunicação ao interessado para que este apresente manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a forma do ressarcimento ao Erário, seja em única parcela ou na forma do art. 46, da Lei nº 8.112/90.

Caso a manifestação do interessado para quitação do débito seja nos termos do art. 46, da Lei nº 8.112/90, são adotadas as medidas para o lançamento do débito na folha de pagamento, sendo comunicado ao servidor as providências adotadas.

O acompanhamento da devolução dos débitos é realizado pela Coordenação de Gestão de Pessoas – COGEP. Após a quitação, a documentação comprobatória de devolução dos valores recebidos equivocadamente é apensada ao respectivo processo e arquivado conjuntamente com os assentamentos funcionais do servidor.

Cabe registrar, para os casos acima, que os valores foram atualizados via taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC no Demonstrativo de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU, os servidores inscritos na conta de diversos responsáveis e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no setor público federal – CADIN, e os processos encaminhados para Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 1ª Região para inscrição em Dívida Ativa.

Quanto aos processos citados no Relatório de Gestão de 2016 (71000.073322/2014-20, 71000.137117/2014-08 e 71000.114272/2015-29), os dois primeiros tiveram as mesmas providências do parágrafo anterior e o último foi quitado em 29/02/2016.

Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira-CEOF, responsável pelo pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locação e prestação de serviços, observa as disposições do art. 5º da Lei nº 8.666/93, quando da realização de pagamentos.

Destaca-se que a CEOF procede o controle diário da conformidade documental dos processos de pagamento.

Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Durante o exercício de 2014 foram realizados os levantamentos dos contratos elegíveis e realizada a desoneração de todos aqueles que estavam vigentes à época, conforme informado no Relatório de Gestão de 2014, restando tão somente a realização das análises dos contratos administrativos já encerrados nos 02/2009 e nº 07/2009, firmados entre o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e as empresas Módulo Security Solutions S/A e Solução Serviços Especializados Ltda., respectivamente.

Ocorre que, ainda no decorrer da execução dos trabalhos foi impetrado recurso quanto às determinações constantes do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário (Desoneração da folha de pagamento), sendo acolhido o parecer do Ministério Público e concedido efeito suspensivo aos subitens 9.2 e 9.3, na forma do Despacho exarado pelo Ministro Relator, Raimundo Carreiro.

Ressaltamos ainda, que a SLTI/MPOG, órgão central normatizador do sistema SISG, veiculou comunicado dando ciência da suspensão promovida pelo Ministro Relator, informando que após o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União expedirá orientações aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nesse contexto, tendo em vista que não há julgamento do recurso pelo Tribunal de Contas da União até o presente momento e que eventuais avaliações e análises a serem realizadas por esta UPC podem ser frustradas se houver acolhimento do recurso, informamos que as análises permanecem sobrestadas até que se dê o exame final da matéria pelo TCU.

Informações sobre ações de publicidade e propaganda

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) mantém desde 20 de outubro de 2011 o contrato nº 27/2011 com a agência de publicidade SLA Propaganda Ltda., para execução das ações de Publicidade de Utilidade Pública. Em outubro de 2016 foi celebrado o 7º Aditivo de prorrogação excepcional, com vigência por mais 12(doze) meses, podendo se encerrar antecipadamente em razão da assinatura de novo contrato, decorrente de procedimento licitatório em andamento, no valor estimado de 18.750.000,00 (dezoito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

Elencamos, abaixo, resumo da execução orçamentária em publicidade de utilidade pública, durante o exercício de 2016, sendo que **foram pagos R\$ 4.255.267,67** (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e sete centavos), conforme demonstrativo de 2016 do MDSA:

Quadro 34 – Despesas com publicidade

Despesas com Publicidade de Utilidade Pública		
Programa/Ação Orçamentária	Valores empenhados (R\$)	Valores pagos (R\$)
2122 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.	1.672.094,00	1.570.243,06
2115- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde. 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.	10.000.000,00	2.544.762,27
2071-Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária- Ministério do Trabalho 4641 – Publicidade de Utilidade Publica	413.524,00	
2071-Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária- Ministério do Trabalho 4641 – Publicidade de Utilidade Publica	4.586.476,00	140.262,34

Os quadros a seguir detalham os serviços pagos em 2016, no valor global de **R\$ 4.255.267,67** (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta e sete centavos):

Quanto ao montante de **R\$ 1.672.094,00** (um milhão, seiscentos e setenta e dois mil e noventa e quatro reais) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário destinado à realização da Campanha Criança Feliz, informamos que foram **pagos R\$ 1.484.921,06** (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e seis centavos), sendo que **R\$ 137.172,94** (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e noventa e quatro centavos) ficaram em **Restos a Pagar**. Ocorreu ainda o **cancelamento de R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais).

Em relação ao valor de **R\$ 10.000.000,00** (dez milhões) destacamos que se refere ao Termo de Descentralização nº 92/2016 do Ministério da Saúde destinado à realização da Campanha Publicitária Nacional de divulgação das ações de combate à dengue, zika e chikungunya, informamos que foram **pagos R\$ 2.544.762,27** (dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos), sendo que **o valor de R\$ 7.455.237,73** (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos) ficaram em **Restos a Pagar**.

Sobre a quantia de **R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões), ressaltamos ser proveniente do Termo de Descentralização nº 04/2016, do Ministério do Trabalho. Tal recurso foi destinado à realização da Campanha publicitária Nacional de divulgação do abono salarial ano base 2014 para contribuintes que não sacaram seu direito. Informamos que do valor total foram **pagos R\$ 140.262,34** (cento e quarenta mil, duzentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), sendo que **o valor de R\$ 4.859.737,66** (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos) estão em **Restos a Pagar**.

Tabela 65 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO		
PEÇA / SERVIÇO	CAMPANHA	VALOR (R\$)
Criação e produção de 01 (um) Filme 60" com 01 redução de 30", intitulado "CRIANÇA FELIZ".	CRIANÇA FELIZ	287.279,01
Finalização de 13 cópias de veiculação para internet (Redes de Vídeo e Sociais), em formato de links e de 02 (duas) cópias físicas correspondentes ao filme de 60' com redução de 30', Intitulado "CRIANÇA FELIZ".	CRIANÇA FELIZ	8.025,00
Legendagem do Filme 60' com 01(uma) redução de 30', intitulado "CRIANÇA FELIZ".	CRIANÇA FELIZ	6.955,00
Reedição do Filme 60" e da versão de 30", intitulado "É POSSIVEL", Campanha SUAS.	CAMPANHA SUAS	5.486,41
Criação de 02 (dois) Posts para Rede Social Facebook, para a campanha CRIANÇA FELIZ.	CRIANÇA FELIZ	1.191,20
Custo referente ao serviço de TECNOLOGIA e ADSERVER, para a campanha "CRIANÇA FELIZ", com veiculação Nacional, pelo período de 20 dias.	CRIANÇA FELIZ	36.780,74
Custo referente à criação e produção de Banners de Internet, em Redes de Conteúdo, Redes de	CRIANÇA FELIZ	35.951,31

Vídeo e Blogs, para a campanha "CRIANÇA FELIZ", com veiculação Nacional, pelo período de 01 mês.		
Custo referente ao serviço de MONITORAMENTO DIGITAL e BUSINESS INTELLIGENCE (BI), para a campanha "CRIANÇA FELIZ".	CRIANÇA FELIZ	256.286,40
Criação e Produção de 01 VT 60" com 01 versão de 30" intitulado "É POSSÍVEL".	Campanha SUAS, intitulado " É POSSÍVEL.	53.331,15
Custo referente à produção de 700 unidades de Guias de Emendas 2017.	GUIA DE EMENDAS 2017	10.186,40
Custo referente a criação e finalização de anúncio formato 21x29,7cm "1 página" para revista voto.	CRIANÇA FELIZ	698,68
Total		702.171,30

MÍDIA – INTERNET		
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$)
IN GLOBO.COM	CRIANÇA FELIZ	69.160,00
IN JORNAL DE IBIA-MONTENEGRO/RS	CRIANÇA FELIZ	1.448,16
IN GAZETA DO SUL- SANTA CRUZ DO SUL/RS	CRIANÇA FELIZ	5.643,00
IN VEVO MUSIC2	CRIANÇA FELIZ	23.025,15
IN SMARTCLIP	CRIANÇA FELIZ	13.486,93
IN TVXTENDER	CRIANÇA FELIZ	13.449,49
IN GUAIBA AM-PORTO ALEGRE/RS	CRIANÇA FELIZ	2.964,00
IN DIÁRIO POPULAR-PELOTAS/RS	CRIANÇA FELIZ	4.602,75
IN CORREIO DO POVO-PORTO ALEGRE/RS	CRIANÇA FELIZ	18.734,00
IN ADMAN MEDIA	CRIANÇA FELIZ	12.052,30
IN R7	CRIANÇA FELIZ	48.662,83
IN CAZAMBA	CRIANÇA FELIZ	10.776,99
IN ZOOM.IN TV	CRIANÇA FELIZ	12.934,25
IN PORTAL UOL	CRIANÇA FELIZ	42.291,91
IN NO ZEBRA NETWORK	CRIANÇA FELIZ	7.276,87
IN SAMBA ADS	CRIANÇA FELIZ	11.700,67
IN TWITTER/NACIONAL NET	CRIANÇA FELIZ	95.000,00
IN SPIDER ADVERTISING	CRIANÇA FELIZ	15.203,66
IN DIÁRIO DA MANHÃ-ERECHIM/RS	CRIANÇA FELIZ	7.296,00
IN TEADS SITES	CRIANÇA FELIZ	10.780,01

IN BOO-BOX	CRIANÇA FELIZ	8.038,14
IN RÁDIO GAÚCHA AM -PORTO ALEGRE/RS	CRIANÇA FELIZ	8.322,00
IN ZERO HORA	CRIANÇA FELIZ	22.800,00
IN DYNADMIC	CRIANÇA FELIZ	11.399,71
IN REVISTA VOTO-PORTO ALEGRE	CRIANÇA FELIZ	18.392,00
IN FACEBOOK/SP	CRIANÇA FELIZ	104.488,52
IN FACEBOOK/SÃO PAULO(ESTADO)SP	CRIANÇA FELIZ	117.779,92
IN FACEBOOK	CRIANÇA FELIZ	59.323,34
IN TWITTER	CRIANÇA FELIZ	33.364,17
IN JR.NOROESTE-SANTA ROSA/RS	CRIANÇA FELIZ	13.825,35
IN PORTAL COLETIVA.NET-PORTO ALEGRE/RS	CRIANÇA FELIZ	3.800,00
IN MSN	CRIANÇA FELIZ	40.049,64
Total		868.071,76

Tabela 66 - Ministério da Saúde - Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chikungunya.

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO		
PEÇA / SERVIÇO	CAMPANHA	VALOR (R\$)
TV GLOBO EXPRESS- Custo referente a Geração e envio de links para veiculação dos 03 (três) Filmes 30" cada	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	9.000,00
Total		9.000,00

MÍDIA – INTERNET		
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$)
IN GLOBO.COM	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	47.424,00
IN CAZAMBA- SÃO PAULO- SP	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	28.555,10
Total		75.979,10

MÍDIA – TV		
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$)
TV GLOBO- NET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	1.256.090,00

TV EPTV RIBEIRÃO - GLOBO - RIBEIRÃO PRETO/SP	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	18.185,85
TV VANGUARDA (GLOBO) S. JOSÉ DOS CAMPOS/SP	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	8.181,40
TV VERDES MARES - FORTALEZA/CE	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	15.453,65
TV GLOBO NORDESTE/RECIFE/PE	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	16.761,80
TV EPTV CAMPINAS - GLOBO/CAMPINAS/SP	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	44.021,10
TV BAHIA (GLOBO)SALVADOR/BA	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	35.524,30
TV GAZETA - NACIONAL - NACIONAL - NET/ET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	41.196,27
TV CULTURA - SAO PAULO - SP	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	98.490,61
TV SBT-NET - NACIONAL - NET/ET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	573.543,50
TV REDE TV - NET - NACIONAL - NET/ET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	148.793,27
TV BAND - NACIONAL-NET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	139.135,86
TA BAND SPORTS- NACIONAL-NET/ET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	17.245,98
TA BANDNEWS - NACIONAL - NET/ET	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	14.669,58
Total		2.427.293,17

MÍDIA EXTERIOR		
VEÍCULO	CAMPANHA	VALOR (R\$)

ME MOBTV- BRASILIA- DF	Campanha Nacional de Combate a Dengue, Zika e Chik.	32.490,00
-------------------------------	---	------------------

Tabela 67 - Ministério do Trabalho- Campanha Abono Salarial 2014.

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO		
PEÇA / SERVIÇO	CAMPANHA	VALOR (R\$)
Custo referente a criação e produção de 01 (um) Filme e 01 (um) Spot de 30" (cada), ambos intitulados "DINHEIRO NO BOLSO", para a campanha ABONO SALARIAL, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.	Campanha Abono salarial - 2014	140.262,34

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei nº 4.320/64

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	194.681.584,75	259.189.320,76	Despesas Orçamentárias	275.331.526,06	254.364.412,24
Ordinárias	443.163.130,73	143.375.287,76	Ordinárias	14.487.487,00	942.521,36
Vinculadas	117.341.215,49	116.394.395,49	Vinculadas	260.844.029,06	253.421.890,88
Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.766,00	102.711,03	Seguridade Social (Exceto RGPS)	252.829.790,46	249.659.176,87
Doações	172.333,16	52.902,64	Operação de Crédito	3.014.238,60	3.762.714,01
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	117.166.116,33	116.838.781,82	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.000.000,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-385.822.761,47	-1.186.362,40			
Transferências Financeiras Recebidas	82.615.429.408,38	70.982.780.130,36	Transferências Financeiras Concedidas	82.272.200.256,12	70.770.132.018,16
Resultantes da Execução Orçamentária	78.362.797.728,00	69.736.891.188,28	Resultantes da Execução Orçamentária	78.022.532.504,73	69.667.874.363,13
Cota Recebida	77.182.431.240,16	69.438.050.622,42	Repasse Concedido	49.009.676.625,67	41.983.008.028,44
Repasse Recebido	903.152.522,88		Sub-repasse Concedido	29.010.670.421,90	27.492.585.923,89
Sub-repasse Recebido	277.213.964,97	298.839.359,29	Cota Devolvida	2.085.657,16	182.280.411,00
Sub-repasse Devolvido		1.208,58	Independentes da Execução Orçamentária	4.249.867.751,39	1.112.257.856,03
Independentes da Execução Orçamentária	4.252.631.680,38	1.245.889.442,08	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.247.702.966,43	1.096.376.784,82
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.251.022.764,42	1.243.480.678,99	Demais Transferências Concedidas	800.715,12	1.981.921,12
Demais Transferências Recebidas	1.307.275,29	2.014.138,32	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.164.079,84	13.898.949,09
Movimentação de Saldos Patrimoniais	301.640,67	394.126,77	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	49.438.709,71	49.634.819,81	Despesas Extraorçamentárias	227.653.090,00	275.945.852,30
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	99.794,18	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	121.348,34
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	49.297.185,56	49.544.725,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	33.795.331,64	30.224.451,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.729,97	89.209,11	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	41.729,97	41.071,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	795,40	Outros Pagamentos Extraorçamentários	193.816.028,39	245.558.980,67
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	795,40	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	795,40	
			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		1.500,00
			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	193.815.232,99	245.557.150,10
			Demais Pagamentos		330,57
Saldo do Exercício Anterior	5.316.339,29	14.160.351,08	Saldo para o Exercício Seguinte	89.681.169,95	5.316.339,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.316.339,29	14.160.351,08	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.681.169,95	5.316.339,29
TOTAL	82.864.866.042,13	71.305.758.621,93	TOTAL	82.864.866.042,13	71.305.758.621,93

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
14.02/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	60.012.270,00	60.012.270,00	156.433.210,97	96.420.940,97
Recostas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recostas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Prot.	-	-	-	-
Recosta Patrimonial	60.000.000,00	60.000.000,00	78.991.113,87	18.991.113,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	73.371,32	73.371,32
Valores Mobiliários	60.000.000,00	60.000.000,00	78.917.742,55	18.917.742,55
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Recosta Agropecuária	-	-	-	-
Recosta Industrial	-	-	-	-
Recostas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	12.270,00	12.270,00	172.339,16	160.069,16
Outras Receitas Correntes	-	-	77.269.769,94	77.269.769,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	1.668.052,43	1.668.052,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	75.598.347,31	75.598.347,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	3.364,20	3.364,20
RECEITAS DE CAPITAL	69.579.854,00	69.579.854,00	38.248.373,78	-31.331.280,22
Operações de Crédito	9.579.854,00	9.579.854,00	-	-9.579.854,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	9.579.854,00	9.579.854,00	-	-9.579.854,00
Alienação de Bens	60.000.000,00	60.000.000,00	38.248.373,78	-21.751.626,22
Alienação de Bens Móveis	60.000.000,00	60.000.000,00	38.248.373,78	-21.751.626,22
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVAMDS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS A RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	129.591.924,00	129.591.924,00	194.681.584,75	65.089.660,75
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	129.591.924,00	129.591.924,00	194.681.584,75	65.089.660,75
DÉFICIT			80.649.941,31	80.649.941,31
TOTAL	129.591.924,00	129.591.924,00	275.331.526,06	145.739.602,06
DETA LHAMEN TO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	300.000.000,00	300.000.000,00	-
Créditos Adicionais Reabertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos com Excesso de Arrecadação	-	300.000.000,00	300.000.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	29.917.337.551,00	29.295.926.983,00	256.961.420,63	214.796.313,53	214.696.519,35	29.038.365.562,37
Pessoal e Encargos Sociais	77.953.138,00	78.169.697,00	78.123.139,00	74.432.083,41	74.432.083,41	66.559,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	29.839.384.413,00	29.217.137.286,00	178.838.282,63	140.364.230,12	140.264.435,94	29.038.299.003,37
DESPESAS DE CAPITAL	151.282.763,00	143.760.166,00	18.370.105,43	11.238.026,57	11.238.026,57	125.390.060,57
Investimentos	151.282.763,00	143.760.166,00	18.370.105,43	11.238.026,57	11.238.026,57	125.390.060,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	30.069.620.314,00	29.439.087.149,00	275.331.526,06	226.034.340,50	225.934.546,32	29.163.755.622,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVAMDS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	30.069.620.314,00	29.439.087.149,00	275.331.526,06	226.034.340,50	225.934.546,32	29.163.755.622,34
TOTAL	30.069.620.314,00	29.439.087.149,00	275.331.526,06	226.034.340,50	225.934.546,32	29.163.755.622,34

ANEJO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	43.190.033,28	42.631.430,09	28.334.436,43	28.334.436,43	48.251.597,63	9.235.423,31
Pessoal e Encargos Sociais	578,81	2.991.915,95	170.986,58	170.986,58	2.821.508,18	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	43.189.454,47	39.639.514,14	28.163.449,85	28.163.449,85	45.430.089,45	9.235.423,31
DESPESAS DE CAPITAL	3.166.385,55	6.913.295,21	5.460.895,21	5.460.895,21	3.166.385,55	1.452.400,00
Investimentos	3.166.385,55	6.913.295,21	5.460.895,21	5.460.895,21	3.166.385,55	1.452.400,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	46.356.418,83	49.544.725,30	33.795.331,64	33.795.331,64	51.417.983,18	10.687.823,31

ANEJO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL					


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2016PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
14/02/2017PÁGINA
2

SUBTÍTULO SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	181.794.690,67	238.550.059,49	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.794.690,67	238.550.059,49

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	89.681.546,36	5.347.780,72	PASSIVO FINANCEIRO	60.084.809,05	403.161.994,53
ATIVO PERMANENTE	92.113.144,31	233.202.278,77	PASSIVO PERMANENTE	7.909.164,22	1.881.244,29
SALDO PATRIMONIAL		166.493.179,33	SALDO PATRIMONIAL	113.800.717,40	

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2016	2015		2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.772.720,67	17.626.849,97	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.514.327.051,90	652.541.053,40
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.772.720,67	17.626.849,97	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.514.327.051,90	652.541.053,40
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	25.528.216,51	17.382.344,81	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	244.504,16	244.504,16	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	15.312.280,02	16.430.016,79
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	1.499.014.771,88	636.111.036,61
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.772.720,67	17.626.849,97	TOTAL	1.514.327.051,90	652.541.053,40

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	2.090.186,68
Recursos Vinculados	27.566.550,63
Seguridade Social (Exceto RGPS)	31.365.136,36
Operação de Crédito	-3.798.585,73
TOTAL	29.596.737,31

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	62.815.379,06	-55.809.800,43
INGRESSOS	82.771.904.349,32	71.187.363.745,17
Receitas Derivadas e Originárias	156.260.877,81	204.441.413,06
Recetta Tributária	-	-
Recetta de Contribuições	-	-
Recetta Patrimonial	73.371,32	88.159,12
Recetta Agropecuária	-	-
Recetta Industrial	-	-
Recetta de Serviços	-	12.116,00
Remuneração das Disponibilidades	78.917.742,55	62.149.776,76
Outras Receitas Derivadas e Originárias	77.269.763,94	142.191.361,18
Transferências Correntes e Recebidas	172.333,16	52.902,64
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	172.333,16	52.902,64
Outros Ingressos das Operações	82.615.471.139,35	70.962.863.429,47
Ingressos Extraorçamentários	41.729,97	89.299,11
Transferências Financeiras Recebidas	82.615.429.408,38	70.962.780.130,36
DESEMBOLSOS	-82.709.088.970,26	-71.243.173.545,60
Pessoal e Demais Despesas	-227.139.583,07	-209.827.042,95
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-224.194.904,99	-209.719.091,48
Previdência Social	-25.451,57	-107.223,94
Saúde	-2.549.102,77	-
Trabalho	-140.262,24	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-1.522,93
Indústria	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 14/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-795,40	795,40
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.892.168,11	-17.614.492,07
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Municípios	-	-
Intragovernamentais	-11.952.168,11	-12.307.889,36
Outras Transferências Concedidas	-3.940.000,00	-5.306.602,71
Outros Desembolsos das Operações	-82.466.057.219,08	-71.015.732.070,58
Despêndios Extraorçamentários	-41.729,97	-41.071,75
Transferências Financeiras Concedidas	-82.272.200.256,12	-70.770.132.018,16
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-1.500,00
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-193.815.232,99	-245.557.150,10
Demais Pagamentos	-	-330,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21.549.451,60	46.965.788,66
INGRESSOS		
Alienação de Bens	38.248.973,78	54.689.005,06
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	38.248.973,78	54.689.005,06
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.699.922,18	-7.723.216,40
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-12.804.941,40	-7.076.219,95
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.893.980,78	-646.996,45
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 14/02/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84.864.693,66	-8.844.011,77
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.316.393,29	14.160.351,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	89.681.169,95	5.316.339,29

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ORGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14.02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	82.618.741.415,60	71.203.508.222,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	73.371,82	100.275,12
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	73.371,82	100.275,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.630,82	1.666,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	11.630,82	1.666,74
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	82.615.602.235,99	70.982.833.753,00
Transferências Intragovernamentais	82.615.429.408,38	70.982.780.850,26
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	190,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	29.187,75	8.764,27
Outras Transferências e Delegações Recebidas	143.639,86	43.948,37
Valorização e Ganhos o/Ativos e Desincorporação de Passivos	2.292.337,59	207.048.849,18
Reavaliação de Ativos	170.162,85	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.122.174,74	207.048.849,18
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	761.839,88	13.523.678,15
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ORGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14.02/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	76.1839,88	13.523.078,15
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	82.636.624.908,08	71.510.015.932,95
Pessoal e Encargos	93.914.756,31	87.473.741,81
Remuneração a Pessoal	74.590.370,56	68.266.271,67
Encargos Patronais	11.820.023,92	11.882.795,18
Benefícios a Pessoal	6.195.780,54	5.198.554,82
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.308,58	1.29,12
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	112.254,23	-
Aposentadorias e Reformas	40.107,54	-
Pensões	72.146,69	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	155.139.655,32	136.737.612,37
Uso de Material de Consumo	378.890,95	1.285.215,72
Serviços	150.027.544,70	132.526.857,23
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.733.219,67	2.935.539,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	82.384.456.559,71	70.770.132.738,16
Transferências Intragovernamentais	82.272.200.256,12	70.770.132.738,16
Transferências Intergovernamentais	112.112.862,05	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	143.441,54	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.145.882,09	515.319.444,09
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	3.413,58	58,00
Incorporação de Passivos	2.142.468,51	508.939.260,01
Destinoração de Ativos	-	6.380.026,08


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	SE - SECRETARIA EXECUTIVA/AMDS
ORGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 14.02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	19.405,61	18.979,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	19.405,61	18.979,05
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	836.394,81	333.417,47
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	836.394,81	333.417,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-17.893.492,48	-306.507.710,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Anexo II – Relatório de Licitações/Pregões concluídos em 2016

Pregão	N.º Processo	Objeto Resumido	Valor Total Homologado
Pregão 28/2015	71000.034983/2014-30	Solução de Segurança	Pregão Revogado
Pregão 34/2015	71000.105402/2015-32	Veículos Sudeste	R\$ 53.424,00
Pregão 35/2015	71000.107333/2014-11	Manuseio e Correspondência	Pregão Revogado
Pregão 36/2015	71000.093613/2015-15	Banco de Dados	Pregão Fracassado
Pregão 01/2016	71000.075569/2013-08	Apoio DTI	R\$ 8.629.992,00
Pregão 02/2016	71000.009222/2015-21	Lavagem à Seco	R\$ 14.415,60
Pregão 03/2016	71000.075453/2015-22	Apoio	R\$ 22.786.179,12
Pregão 04/2016	71000.107333/2014-11	Manuseio e Correspondência (SRP)	R\$ 1.550.000,00
Pregão 05/2016	71000.016327/2015-36	Mesa de Som	R\$ 11.649,00
Pregão 06/2016	71000.093613/2015-15	Modelagem de Dados	Pregão Fracassado
Pregão 07/2016	71000.084226/2015-98	PLANSAN	R\$ 28.916,00
Pregão 08/2016	71000.126277/2015-02	Contratação de Empresa de Eventos	R\$ 33.980,00
Pregão 09/2016	71000.016289/2015-11	Material de Consumo	R\$ 37.543,50
Pregão 10/2016	71000.126287/2015-30	II Oficina da Alimentação	Pregão Revogado
Pregão 11/2016	71000.096827/2015-43	Aquisição de Resmas de Papel A4 (SRP)	R\$ 196.887,60
Pregão 12/2016	71000.020298/2015-15	Carimbos (SRP)	R\$ 60.329,00
Pregão 13/2016	71000.010005/2015-83	Transporte para Serviço de Mudança (SRP)	R\$ 140.000,00
Pregão 14/2016	71000.003844/2016-26	Banco de Alimentos	Pregão Revogado
Pregão 15/2016	71000.031843/2016-71	Estande CONGEMAS	R\$ 39.997,00
Pregão 16/2016	71000.032593/2016-97	Manutenção Elevadores	R\$ 9.468,00
Pregão 17/2016	71000.035860/2016-88	Transporte do Arquivo Deslizante	R\$ 6.500,00
Pregão 18/2016	71000.041105/2016-32	Manutenção Telefonia	R\$ 237.492,00
Pregão 19/2016	71000.093613/2015-15	Modelagem de Dados	R\$ 258.000,00
Pregão 20/2016	71.000.049398/2015-15	Divisórias	Pregão Revogado
Pregão 21/2016	71000.049398/2015-15	Divisórias	Pregão Revogado
Pregão 22/2016	71000.029056/2016-60	Aquisição de Material de Consumo	Pregão Revogado
Pregão 23/2016	71000.032606/2016-28	Cadeira (SRP)	R\$ 49.937,00
Pregão 24/2016	71000.003844/2016-26	Banco de Alimentos	R\$ 138.000,00
Pregão 25/2016	71000.029056/2016-60	Aquisição de Canetas (SRP)	R\$ 14.864,85
Pregão 26/2016	71000.028564/2016-21	Transporte Rodoviário	R\$ 912.160,92
Pregão 27/2016	71000.049398/2015-15	Divisórias (SRP)	R\$ 11.816.110,00
Pregão 28/2016	71000.028564/2016-21	Transporte de Carga	R\$ 258.384,03
Pregão 29/2016	71000.008108/2016-64	Capacidade de Armazenamento e de Processamento	R\$ 9.717.666,67
Valor Total Homologado			R\$ 57.001.896,29

Anexo III – Relatório de Dispensa de Licitação¹

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2016 (DISPENSA DE LICITAÇÃO - Artigo 24, Incisos II e III a XXXIII da Lei Nº 8.666/93)						
UASG: 550005 - COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLC/MDSA						
Processo	Disp. Nº	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.111408/2015-49	1	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.	1	EXACT CLEAN SERVIÇOS LTDA CNPJ:11.818.593/0001-14	Art. 24º, Inciso XI da Lei nº 8.666/93	1.152.615,32
71000.129431/2015-90	2	Contratação de empresa(s) para confecção de cordões (1.300) e extensores para crachás (1.300) e a compra de protetores para crachás (1.300) e cartões de proximidade (50).	3.950	LIAN CARD INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP CNPJ:03.592.583/0001-85	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	6.206,00
71000.130305/2015-88	3	Aquisição de material de consumo (capas de processo), para atender as Unidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.	3.000	GRÁFICA E EDITORA FERNANDES E LIRA LTDA - ME CNPJ: 07.736.659/0001-50	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	2.000,00
71000.003043/2016-61	4	Contratação de empresa para impressão de 200 livretos para atender a Assessoria de Comunicação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário	200	GRÁFICA E EDITORA POSITIVA LTDA CNPJ:37.980.687/0001-89	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	3.579,08
71000.000061/2016-91	5	Aquisição de impressora de cartões de PVC para impressão automática, em ambos os lados, fitas Ribbon preta e colorida e kit de limpeza de impressoras, para atender demanda do MDSA.	6	FLEX CARDS SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO LTDA - ME CNPJ:60.139.607/0001-89	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	7.945,00
71000.061379/2016-48	6	Aquisição de 100(cem) placas em acrílico (prisma) para atender ao Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário.	100	CLEIDSON SOUSA AGUIAR CNPJ: 15.236.054/0001-28	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	2.700,00
71000.061250/2016-30	7	Aquisição de material de consumo, para atender ao Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário.	2	SHOW TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP CNPJ:09.388.567/0001-51	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	330,00
71000.008232/2016-20	8	Contratação de empresa especializada para aquisição de acessórios fotográficos (Cartão de memória Compact Flash 32GB, Leitores de cartões de memória Profissional, Mochila para Câmera Fotográfica, para atender à Assessoria de Comunicação Social-ASCOM.	8	NOTCELL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME CNPJ: 07.498.046/0001-21	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	3.370,00
71000.061220/2016-23	9	Contratação de empresa especializada para aquisição de Microfone Duplo sem fio de Mão UHF e câmera WebCam 8 megapixels (interpolado para fotos.	2	3A SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI - ME CNPJ: 17.023.484/0001-97	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	825,00
71000.00823/2016-74	10	Contratação de empresa(s) especializada para aquisição de microfones (do tipo SM7b) e pedestais (do tipo "Braço Articulado"), para atender à Assessoria de Comunicação Social-ASCOM.	4	MY COMÉRCIO DE ÁUDIO LTDA - EPP CNPJ:14.656.085/0001-75	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	6.444,00
71000.081276/2016-02	11	Contratação de empresa especializada em serviços de alimentação, necessários para o evento "Oficina de Trabalho sobre Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional", a ser realizado nos dias 20 e 21 de setembro de 2016, em Brasília.	1	SUN & TOUR VIAGENS E EVENTOS LTDA - EPP CNPJ:06.878.596/0001-03	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	4.560,00
71000.003128/2016-49	12	Contratação de empresa para execução de serviços referentes à produção e instalação de 02 (dois) adesivos a fim de atender ao gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva desse Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.	2	STUDIUM EDITORAÇÕES & ARTES LTDA - ME CNPJ:38.054.821/0001-83	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	380,00

¹ Dispensa de Licitação nº 12, foi revogada - A EBC solicitou a descontinuidade do serviço, conforme despacho às fls. 152 do Processo nº 71000.016232/2015-12.

71000.009263/2016-06	13	Aquisição de material de consumo (600 cabos de força), para atender às Unidades do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.	600	VIP COMPUTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME CNPJ:08.057.570/0001-20	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	6.000,00
71000.064421/2016-82	14	Contratação emergencial de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada a serem executados no condomínio do Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, conforme descrito no Termo de Referência.	1	BRASFORT EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA. CNPJ: 07.497.401/0001-97	Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666/93	1.504.535,16
71000.009233/2016-56	15	Contratação de empresa especializada para conserto de fragmentadoras marca COMIX – Modelo: S-611 para atender as necessidades desse Ministério do Desenvolvimento Social e a Agrário – MDSA.	7	DIGIMAQ SERVIÇOS E MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME CNPJ:01.264.555/0001-03	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	4.060,00
71000.073244/2016-25	16	Aquisição de utensílios para atender o Gabinete do Ministro deste Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, conforme encaminhamento à fls. 02 e Memorando nº 358/2016/ATA/GM/MDSA, fls. 358 do referido processo.	29	VIA COPA PRODUTOS DE LIMPEZA E UTILIDADES EIRELI - EPP CNPJ:09.271.672/0001-06	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	713,60
71000.009514/2016-44	17	Contratação de empresa especializada em transporte de cargas pesadas, para deslocamento de um gerador a combustão.	1	CARGOFLEX SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA - EPP CNPJ:08.489.292/0001-80	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	5.200,00
71000.104527/2016-26	18	Aquisição de troféus e medalhas para atender as ações referentes ao Novembro Azul, as quais promoverão a prática de atividades desportivas e de saúde no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.	64	ARTE FINA ESPORTIVOS BRASIL LTDA – EPP CNPJ: 09.134.866/0001-60	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	620,00
71000.010277/2016-64	19	Aquisição de material de consumo, para atender a porta da entrada do Gabinete do Ministro e do Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.	8	FUMANCHU CHAVES E SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - EPP CNPJ: 37.104.635/0001-49	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	2000,00
71000.082852/2016-21	20	Aquisição de material de consumo, 01 (um) Suporte para TV articulado, para atender ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.	1	WAGNO LEITE DE ANDRADE EIRELI - ME CNPJ: 21.803.296/0001-59	Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666/93	349,90
71000.011576/2016-16	22	Contratação de fornecimento e distribuição de energia elétrica ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA para uso exclusivo em unidade consumidora localizada no Setor de Múltiplas Áreas Sul – SMAS Trecho 03, Conjunto 01, Edifício The Union, Brasília-DF.	12	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ:07.522.669/0001-92	Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666	1.001.000,00
SUBTOTAL (R\$)						3.715.433,06

Anexo IV – Relatório de Adesões a Atas de Registro de Preços Finalizadas em 2016

ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS FINALIZADAS EM 2016

Processo	Objeto	Órgão/Pregão/Ata	Empresa	Valor Total
71000.032581/2016-62	Aquisição de mobiliário, com montagem, instalação e inclusão de todos os materiais necessários, para atender demandas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.	Ministério da Saúde Ata de Registro de Preços n.º 31/2015 Pregão Eletrônico n.º 07/2015	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 21.306.287/0001-52	545.280,00
71000.032582/2016-15	Aquisição de mobiliário para atender demandas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 60/2015	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 21.306.287/0001-52	277.144,00
71000.032583/2016-51	Aquisição de mobiliário para atender demandas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDSA.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais-IFMG Pregão n.º 262/2014 Ata de Registro de Preços n.º 217/2015	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 21.306.287/0001-52	100.150,00
71000.032584/2016-04	Aquisição de Mobiliário Modular, nas quantidades e especificações constantes neste Termo, para atender as necessidades dos setores de escritório do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, estabelecidos em imóveis ocupados em Brasília - DF.	DATAPREV Ata de Registro de Preços, n.º 381/2015, oriunda do Pregão n.º 381/2015	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 21.306.287/0001-52	901.275,00
71000.003072/2016-22	Contratação de empresa para prestação de serviços de organização de eventos, com a viabilização de infraestrutura e fornecimento de apoio logístico, compreendendo planejamento, estratégia, organização, coordenação e execução do IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância.	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico n.º 18/2015	FOX PRODUÇÕES LTDA CNPJ 07.443.954/0001-18	105.907,80
71000.008570/2016-61	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte de bagagem de servidor.	Ministério da Defesa Comando da Aeronáutica- Grupamento de Apoio de Brasília Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 25/2016	CSTRANS SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA – ME CNPJ 13.265.187/0001-05	33.300,00
71000.061450/2016-92	Aquisição e instalação de divisórias, portas e assessorios com prestação de serviços técnicos de montagem e fornecimento de toda mão-de-obra e materiais necessários.	Ministério da Saúde Pregão n.º 23/2015 Ata de Registro de Preços n.º 57/2015	ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA CNPJ 37.977.691/0007-83	96.950,00
71000.008628/2016-77	Aquisição de móveis, destinados a atender às necessidades do Gabinete do Secretário Executivo do MDSA.	Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Estado Maior do Exército. Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 10/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA CNPJ 09.813.581/0001-55	22.592,00
71000.008668/2016-19	Aquisição e instalação de persianas e acessórios com prestação de serviços técnicos de montagem e fornecimento de toda mão-de-obra e materiais necessários a serem instalados nas dependências do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA.	Ministério da Saúde Pregão n.º 23/2015 Ata de Registro de Preços n.º 57/2015	ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA CNPJ 37.977.691/0007-83	14.100,00
71000.008859/2016-81	Aquisição de móveis, destinados a atender às necessidades do Gabinete do Secretário Executivo do MDSA.	Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Estado Maior do Exército. Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico n.º 10/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA CNPJ 09.813.581/0001-55	34.510,00
71000.009765/2016-29	Aquisição de Móveis, destinados a atender às necessidades do Gabinete do Secretário Executivo do MDSA.	Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Estado Maior do Exército Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 10/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA CNPJ 09.813.581/0001-55	584.438,00

71000.008622/2016-08	Aquisição de mobiliário para atender o Gabinete do Gabinete do Secretário Executivo do MDSA.	Ministério da Defesa Base Administrativa do QG do Exército Ata de Registro de Preços nº 07/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA 09.813.581/0001-55	16.500,00
71000.008881/2016-21	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte de bagagem de servidor por faixas de distância, considerados os cálculos por metro cúbico.	Ministério da Defesa Comando Militar do Sul 5ª Região Militar "Região Heróis da Lapa Ata de Registro de Preços nº 01 oriunda do Pregão 62/2015	AMC – MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA – EPP CNPJ 07.960.360/0001-84	11.160,00
71000.009737/2016-10	Contratação de empresa(s) especializada para aquisição de sofás para atender o Gabinete do Secretário Executivo do MDSA.	Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Estado Maior do Exército Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 07/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA CNPJ 09.813.581/0001-55	4.900,00
71000.009682/2016-30	Aquisição complementar de mobiliários (sofás).	DATAPREV Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 381/2015	TÉCNO2000 MOBILIÁRIOS CORPORATIVOS E ESCOLAR CNPJ 21.431.046/0001-66	129.020,00
71000.010243/2016-70	Aquisição de Mobiliário (mesas).	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão nº 60/2015	TECNO2000 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ 21.306.287/0001-52	26.700,00
71000.011103/2016-19	Aquisição de móveis, destinados a compor as unidades do 8º andar do Bloco A do MDSA.	Ministério da Defesa Exército Brasileiro Estado Maior do Exército Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 10/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA CNPJ 09.813.581/0001-55	468.818,00
71000.0011638/2016-90	Aquisição de mobiliário poltronas espaldar médio com movimento giratório.	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES Pregão Eletrônico nº 24/2016 Adesão a Ata de Registro de Preços nº 19/2016	FORTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. CNPJ 08.368.875/0001-52	184.800,00
71000.011493/2016-27	Aquisição de móveis destinados a compor as unidades localizadas no Bloco A da Esplanada dos Ministérios.	Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Estado Maior do Exército Adesão a Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 10/2015	FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA CNPJ 09.813.581/0001-55	345.108,00
71000.028966/2016-25	Aquisição de 01 (uma) tela para retroprojeção para atender à demanda do Gabinete do Secretário Executivo do MDSA.	Universidade Federal da Paraíba - UFP Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 43/2015	VITEC TECNOLOGIA EM PRODUTO AUDIOVISUAIS LTDA. CNPJ 08.144.355/0001-66	2.285,00
71000.009595/2016-82	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uma "Solução integrada administrativa composta de Ferramenta de gerenciamento de portfólio e projetos, Ferramenta de controle, fiscalização, acompanhamento, auditoria e execução dos contratos administrativos, Ferramenta de Extrator de Dados para acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira do SIAFI e Ferramenta de BI - Business Intelligence.	Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 10/2015	N2O TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA CNPJ 10.671.554/0001-74	7.190.760,00
71000.028960/2016-58	Aquisição de Projetores Multimídia.	Universidade Federal de Goiás – UFG Pregão Eletrônico n.º 42/2016 Ata de Registro de Preços nº 302/2016	TES TECNOLOGIA SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA CNPJ 62.517.297/0001-14	80.520,00
71000.028963/2016-91	Aquisição de equipamentos para sala de videoconferência.	Agência Nacional de Águas – ANA Pregão n.º 36/ANA/2015 Ata de Registro de Preços nº 03/2016	SEAL TELECOM COM. E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ 58.619.404/0008-14	357.971,73
71000.107343/2016-18	Aquisição de veículos executivos para transporte de autoridades do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA.	Ministério da Defesa Comando Logístico do Exército Brasileiro Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n.º 012/2016	PEUGEOT CITROEN DO BRASIL LTDA CNPJ 67.405.936/0001-73	232.800,00

71000.0107622016-38	Fornecimento de combustíveis (gasolina comum) para a frota de veículos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA.	Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP Pregão Eletrônico nº 34/2016 Ata de Registro de Preços nº 08/2016	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA CNPJ 00.097.626/0001-68	62.337,33
PROCESSOS INSTRUÍDOS E FINALIZADOS:		25	TOTAL (R\$) 12.301.654,13	

Anexo V – Relatório de Inexigibilidade - Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2016 (INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Artigo 25 da Lei Nº 8.666/93) - COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLC/MDSA						
UASG: 550025 – Condomínio do Bloco A, Esplanada dos Ministérios						
Processo	Disp. Nº	Objeto	Qtd.	Empresa	Enquadramento	Valor Total
71000.00 8231/201 6-85	5	Fornecimento e abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, para uso exclusivo em unidade Contratante, localizada no Setor Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Brasília-DF.	4	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB CNPJ:00.082.024/0001-37	Art.25º, caput da Lei nº 8.666/93	372.000,00
TOTAL GERAL DE PROCESSOS INSTRUÍDOS E FINALIZADOS:			8	VALOR TOTAL (R\$): 3.949.503,00		

Obs.: A Inexigibilidade de Licitação nº 05 foi cadastrada na UASG: 550025 – Condomínio do Bloco A, Esplanada dos Ministérios, tendo em vista que foi criada UASG própria para o condomínio do prédio, o qual ficou a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

ANEXO VI – RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES EM 2016 EXCETO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quantidade	Contrato		Processo	Contratada	Objeto	Início	Término	Valor Global Vigente
	Nº	Ano	Número	Empresa		Data	Data	Último valor vigente
1	39	1999	71000.520252/2008-64	Stylos Engenharia LTDA	Locação de imóvel edifício ômega - SEP/Norte, Quadra 515, Lote 2, Bloco B	27/04/1999	30/06/2017	RS 5.062.347,22
2	31	2005	71000.002426/2005-69	Imãos Sarkis Ltda	Locação de imóvel saf/sul - SNAS	08/09/2005	08/03/2017	RS 2.627.557,38
3	34	2007	71000.008756/2006-49	Conbral-par empreendimentos e participações Ltda	Locação de imóvel localizado no saan, qd.4, lote 916 - asa norte	17/10/2007	17/10/2017	RS 726.702,92
4	1-ME	2011	71000.008747/2016-20	Banco do Brasil	Gratuita de uma área de 16,40 m ² (dezesseis vírgula quarenta metros quadrados) localizada no Térreo do Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, para funcionamento de um Posto de Atendimento Eletrônico - P.A.E (Terminais de auto-atendimento ATM/TMF)	03/02/2011	03/02/2017	RS -
5	1	2011	71000.012019/2010-27	RCS Tecnologia Ltda	Engenharia de manutenção predial	13/01/2011	13/01/2017	RS 1.110.030,41
6	6	2011	71000.047760/2010-17	Works Construção e Serviços LTDA	Apoio administrativo e serviços auxiliares	07/02/2011	23/02/2016	RS 7.118.508,96
7	13	2011	71000.018480/2011-74	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Fornecimento de água e rede de esgoto ao Edifício Ômega	02/05/2011	indeterminado	RS 162.724,48
8	14	2011	71000.103957/2010-35	Dígito Tecnologia S.A.	Manutenção das centrais privadas de comutação telefônica	16/05/2011	16/05/2016	RS 229.000,00
9	15	2011	71000.012008/2010-47	Over Elevadores LTDA	Engenharia de manutenção preventiva e corretiva de elevadores	15/05/2011	15/05/2016	RS 9.476,50
10	23	2011	71000.060348/2011-65	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Abastecimento de água e esgoto SAAN	06/09/2011	indeterminado	RS 61.080,47
11	27	2011	71000.124771/2010-10	SLA Propaganda Ltda	Publicidade	20/10/2011	20/10/2017	RS 18.750.000,00
12	18	2011	71000.060358/2011-09	Claro S.A.	Serviço Telefônico Fixo Comutado contínuo	31/10/2011	31/10/2017	RS 138.699,50
13	50	2011	71000.008759/2016-54	Apecê Serviços Gerais Ltda	Serviços de limpeza, conservação e asseio, a serem executadas nas dependências do Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.	20/12/2011	20/12/2017	RS 2.490.689,52
14	31	2012	71000.008726/2016-12	Exact Clean Comércio e Serviços LTDA	Condução de elevadores, para atender as Unidades Condominiais do Bloco	07/01/2013	06/01/2017	RS 378.466,80

					"A",			
15	37	2012	71000.003768/2012-25	Gelso Antonio Lorenzi EPP	Inspeção e manutenção de extintores	07/08/2012	07/08/2017	R\$ 12.226,20
16	39	2012	71000.047434/2012-63	Investcar Veiculos LTDA	Locação de veículos de pequeno, médio e grande porte	10/08/2012	10/08/2017	R\$ 331.791,60
17	42-ME	2012	71000.008310/2016-96	Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda	Serviços de instalação, operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações do edifício do Bloco "A" da Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF	01/11/2012	30/04/2017	R\$ 5.138.062,50
18	46	2012	71000.033518/2012-10	Banca Opção Comércio de Jornais e Revistas	Fornecimento e distribuição diária de jornais e revistas e impressos.	21/09/2012	21/09/2017	R\$ 121.664,06
19	59	2012	71010.000543/2011-17	Realy produções e eventos Ltda.- ME	Acompanhamento taquigráfico e registro de reuniões com gravação e degravação de cd, dvd etc.	26/11/2012	26/11/2017	R\$ 731.108,84
20	69	2012	71000.000532/2012-37	CTX Tecnologia e Equipamentos Ltda - ME	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos "servidores blade - IBM"	10/12/2012	10/12/2017	R\$ 198.099,96
21	4	2013	71000.077871/2011-21	Sefix Empresa de Segurança Ltda.	Vigilância Armada e Desarmada	01/02/2013	01/02/2017	R\$ 2.286.626,04
22	8	2013	71000.041831/2012-21	Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	Publicidade legal	16/03/2013	16/03/2017	R\$ 324.672,00
23	17	2013	71000.025149/2013-72	Call Tecnologia e serviços Ltda.	Telemarketing destinados à central de relacionamento do MDSA	16/05/2013	12/05/2017	R\$ 8.062.423,65
24	21	2013	71000.017763/2012-80	Informe Comunicação Integrada SS Ltda.	Assessoramento em comunicação e imprensa e relações públicas	11/06/2013	11/06/2017	R\$ 12.949.940,55
25	24	2013	71000.030609/2013-84	Alvorada Serviços de Reformas em Geral Ltda.	Carregadores para móveis e equipamentos em geral	16/07/2013	05/01/2016	R\$ 384.719,22
26	1-ME	2013	71000.008746/2016-85	Caixa Econômica Federal	Cessão de uso de 240 m² para instalação de Ponto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal no térreo do Bloco A	10/07/2013	09/07/2018	R\$ -
27	46	2013	71000.028886/2012-46	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap	Assessoria e consultoria técnica dos projetos arquitetônicos dos anexos aos Bloco C	20/11/2013	20/11/2016	R\$ 417.337,60
28	48	2013	71000.017865/2012-03	J & M Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda - EPP	Televisão por assinatura, com 10 pontos	26/11/2013	26/11/2017	R\$ 40.272,00
29	49	2013	71000.059325/2012-99	Rover Administração e Serviços Eireli	Limpeza e conservação e higienização, com fornecimento de materias	03/12/2013	07/01/2016	R\$ 1.298.053,11
30	53	2013	71000.107621/2013-94	Telefônica Brasil S.A.	Serviço telefônico Fixo Comutado na modalidade Local, através de entroncamento digital	31/12/2013	31/12/2017	R\$ 318.288,00

31	2	2014	71000.008301/2016-03	All Tech Elevadores e Serviços Ltda EPP	Manutenção de elevadores, com fornecimento de posto de trabalho, materiais, peças, equipamentos e mão de obra, manutenção preventiva e corretiva para 8 elevadores	25/04/2015	25/04/2017	RS 334.990,00
32	10-A	2014	71000.042874/2013-13	Carmona & Teixeira Ltda ME	Chaveiro, com reposição de peças	27/02/2014	27/02/2017	RS 45.820,00
33	17	2014	71000.014622/2013-96	GL Transportadora e Serviços Ltda - ME	Transporte de pessoas, documentos, encomendas, por meio de veículos básicos e executivos, aferidos por km incluindo combustível, motorista e encargos - DF e entorno	04/04/2014	04/04/2017	RS 1.555.163,72
34	28-ME	2014	71000.008683/2016-67	Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda	Manutenção preventiva, corretiva e operação do sistema de ar condicionado tipo água gelada (composto de resfriadores do tipo centrífugo com capacidade de 750 TR), condicionadores tipo fancoils, aparelhos de janela e split, bem como exaustores e ventiladores, com fornecimento de peças, materiais de reposição, adequação com fornecimento de componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos, no Bloco A	30/12/2014	30/12/2017	RS 1.320.328,00
35	38	2014	71000.009126/2014-00	W&E Serviços Técnicos Ltda. - EPP	Controle de pragas e vetores, desinsetização e desratização das dependências do MDSA	23/05/2014	23/05/2017	RS 10.901,60
36	43	2014	71000.021944/2014-72	Cliaa Clínica de atendimento psicológico a crianças especiais EIRELI EPP	Atendimento médico especializado - Suelaine Moreira da Costa	05/06/2014	05/06/2017	RS 81.476,75
37	45	2014	71000.096008/2013-34	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Serviço de colocação de estagiários	10/06/2014	10/06/2017	RS 12.993,24
38	48	2014	71000.093075/2013-05	Oi S.A.	Serviços telefônico fixo comutado (STFC) modalidade Discagem Gratuita (DDG) - 0800	16/06/2014	16/06/2018	RS 3.162.279,32
39	70	2014	71000.096036/2014-32	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica - Edifício Ômega	17/10/2014	17/02/2017	RS 108.973,34
40	71	2014	71000.003198/2014-35	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Impressão, manuseio e postagem de correspondência padronizada com dados variáveis, na modalidade FAC	27/10/2014	27/10/2017	RS 18.805.858,09
41	76	2014	71000.009082/2014-18	City Service Segurança Ltda	Serviços continuados de primeiros socorros	01/12/2014	01/12/2017	RS 1.962.586,73
42	61	2014	71000.081903/2014-35	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda.	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	10/09/2014	10/03/2016	RS 89.170,90
43	66	2014	71000.050186/2013-19	Dalva Aguiar Nascimento Intradoc Brasil	Tradução e versão de textos	03/10/2014	03/10/2016	RS 257.543,86

44	77	2014	71000.031414/2013-51	Link Data Informática e Serviços S.A.	Suporte técnico e manutenção continuada do software de gestão ASI - Módulo almoxarifado e patrimônio	11/12/2014	11/12/2017	R\$ 341.524,80
45	3	2015	71000.068618/2014-29	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Poço Fundo Ltda.	Aquisição de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos produzidos por beneficiários do PAA.	02/02/2015	02/02/2016	R\$ 23.375,00
46	4	2015	71000.015177/2014-62	Planalto Service Ltda.	Copeiragem, com o fornecimento de material de consumo e equipamentos	02/02/2015	02/02/2017	R\$ 6.352.800,36
47	5	2015	71000.015619/2015-51	Laicom Comércio e Serviços Ltda ME	Manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, da frota do MDSA	03/02/2015	03/02/2018	R\$ 65.877,00
48	6	2015	71000.076290/2014-14	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Abastecimento de água e esgoto FNAS (SAF Sul)	02/03/2015	indeterminado	R\$ 81.158,42
49	7	2015	71000.007303/2014-13	Clip & Clipping Ltda EPP	Monitoramento de rádios, com análise diária e mensal de conjuntura e tendências	02/03/2015	02/03/2017	R\$ 37.800,00
50	8	2015	71000.009165/2014-07	Visão Administração e Construção Ltda.	Serviços de recepção	03/03/2015	03/03/2016	R\$ 482.147,64
51	9	2015	71000.011993/2015-88	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda.	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	12/03/2015	12/09/2016	R\$ 63.693,50
52	9-ME	2015	71000.008389/2016-55	City Service Segurança Ltda	Prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de área e à prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao patrimônio por meio de Bombeiro Civil (Brigada de Incêndio) - Bloco A	04/05/2015	04/05/2017	R\$ 1.162.498,56
53	11	2015	71000.012530/2015-33	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda.	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	17/04/2015	17/10/2016	R\$ 40.763,84
54	13	2015	71000.012410/2015-36	Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda.	Consultoria para modelagem de processos organizacionais	18/05/2015	18/05/2016	R\$ 108.830,28
55	18	2015	71000.110372/2014-03	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica ao Edifício FNAS - SAF/Sul	22/06/2015	22/06/2017	R\$ 178.320,00
56	22	2015	71000.049745/2015-18	Claro S.A.	Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), com fornecimento de aparelhos	24/07/2015	24/07/2017	R\$ 491.813,84
57	28	2015	71000.060062/2015-11	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Poço Fundo Ltda.	Aquisição de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos produzidos por beneficiários do PAA.	15/09/2015	15/09/2016	R\$ 60.792,00
58	29	2015	71000.055504/2015-08	Abriltour Viagens e Turismo Ltda ME	Locação de veículos, em âmbito nacional, exceto DF e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquia de km. CENTRO-OESTE e SUL	15/09/2015	15/09/2017	R\$ 111.600,00

59	30	2015	71000.055504/2015-08	Marajó Locação e Serviços Ltda ME	Locação de veículos, em âmbito nacional, exceto DF e entorno, para o transporte de autoridades e grupo de trabalho, em serviço, incluindo combustível e motorista, sem franquia de km. NORTE	18/09/2015	18/09/2017	R\$ 35.200,00
60	32	2015	71000.007182/2015-82	Tikinet Edição Ltda EPP	Revisão ortográfica, gramatical e semântica de textos em português	28/09/2015	28/09/2017	R\$ 25.088,08
61	34	2015	71000.068320/2015-08	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Serviços dos correios	16/10/2015	16/10/2017	R\$ 2.094.571,32
62	36	2015	71000.105764/2015-23	Trips Passagens e Turismo Ltda - EPP	Agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal	16/11/2015	16/11/2016	R\$ 99.179,42
63	37	2015	71010.000779/2015-87	Cantuares Locação Serviços e Eventos Ltda	Organização de evento "X Conferência Nacional de Assistência Social	20/11/2015	31/01/2016	R\$ 2.284.997,72
64	40	2015	71000.092963/2014-83	CLX Incorporadora Ltda e PPX Empreendimentos Imobiliários Ltda	Locação de imóvel The Union - SMAS Trecho 03, cj 01, lojas 01-30, e 01-02-S, 101-108-subsolo	03/12/2015	03/12/2020	R\$ 34.080.000,00
65	41	2015	71000.095797/2015-58	CEB Distribuição S.A.	Fornecimento de energia elétrica ao SAAN	14/12/2015	14/12/2017	R\$ 45.000,00
66	1	2016	71000.069035/2015-04	Cetro RM Serviços Ltda	Carregador para móveis e equipamentos em geral, incluindo montagem e desmontagem de móveis e estações de trabalho e encarregado geral.	06/01/2016	06/01/2018	R\$ 388.312,08
67	2	2016	71000.106651/2015-45	Petronorte Combustíveis Ltda.	Aquisição de combustível	06/01/2016	31/12/2016	R\$ 57.998,91
68	3	2016	71000.111408/2015-49	Exact Clean Serviços Ltda	Serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos	08/01/2016	03/12/2017	R\$ 1.343.097,39
69	4	2016	71000.105392/2015-35	Fast Automotive e Turismo Ltda EPP	Locação de veículos - região Nordeste	11/01/2016	11/01/2018	R\$ 59.952,00
70	5	2016	71000.105402/2015-32	Fast Automotive e Turismo Ltda EPP	Locação de veículos - região Sudeste	01/02/2016	01/02/2018	R\$ 53.424,00
71	6	2016	71000.009222/2015-21	Idelcar Centro de Embelezamento Automotivo Ltda	Limpeza e lavagem a seco, sem locação de mão-de-obra, para a frotas de veículos oficiais do MDSA	10/02/2016	10/02/2017	R\$ 14.415,60
72	7	2016	71000.075453/2015-22	Works Construção e Serviços LTDA	Apoio administrativo e serviços auxiliares	24/02/2016	24/02/2017	R\$ 25.156.002,96
73	9	2016	71000.084226/2015-98	Barcelô Eventos Ltda.	Organização de evento "Seminário de elaboração do PlanSan"	02/03/2016	10/05/2016	R\$ 28.916,00
74	11	2016	71000.126277/2015-02	Vitri Eventos Ltda.	Organização de evento "Campanha Brasil Saudável e Sustentável: estratégias de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação saudável e sustentável para a população"	14/03/2016	15/05/2016	R\$ 33.980,00

75	12	2016	71000.016232/2015-12	Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	Aquisição de duas assinaturas do periódico denominado MÍDIA DIGITAL	26/02/2016	26/02/2017	RS 17.020,56
76	14	2016	71000.045437/2014-24	Criativa Cortinas Ltda- ME	Fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de persianas - APENAS ITEM 1	16/04/2016	31/12/2016	RS 88.550,00
77	15	2016	71000.045437/2014-24	Criativa Cortinas Ltda- ME	Fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de persianas e aplicação película arquitetônica - ITENS 1, 2 e 7	16/04/2016	31/12/2016	RS 81.520,00
78	16	2016	71000.045437/2014-24	Designers Películas Rodrigues Ltda - ME	Serviços de fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de persianas - ITENS 10 e 11	22/04/2016	31/12/2016	RS 7.457,00
79	18	2016	71000.031843/2016-71	Barcelô Eventos Ltda.	Organização de evento "XVIII Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social"	19/05/2016	25/08/2016	RS 39.997,00
80	19	2016	71000.032593/2016-97	Over Elevadores LTDA	Revisão, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças genuínas	06/06/2016	06/06/2017	RS 9.468,00
81	20	2016	71000.007614/2016-36	Infosec Tecnologia da Informação Ltda EPP	Aquisição de solução de segurança integrada para estações de trabalho e ambiente corporativo	30/06/2016	30/06/2017	RS 895.700,00
82	21	2016	71000.093613/2015-15	First Decision Tecnologias Inovadoras e Informática Ltda.	Serviços de suporte técnico com atualização de software de modelagem de dados	05/07/2016	05/07/2017	RS 258.000,00
83	22	2016	71000.003072/2016-22	Fox Procuções Ltda.	Organização de evento "	04/07/2016	05/09/2016	RS 105.907,80
84	23	2016	71000.008570/2016-61	CSTRANS Serviços de Transportes Ltda - ME	Transporte rodoviário de carga - mudanças de servidores	28/07/2016	31/12/2016	RS 33.300,00
85	24	2016	71000.041105/2016-32	Dígitro Tecnologia S.A.	Manutenção preventiva e corretiva, de natureza comum e de forma contínua, em Centrais de Telefonia com seus respectivos softwares básicos, incluindo reposição de peças, instalação e configuração, das Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT)	03/08/2016	03/08/2017	RS 237.492,00
86	25	2016	71000.061450/2016-92	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda	Aquisição e instalação de divisórias, portas e acessórios com prestação de serviços técnicos de montagem e fornecimento de toda mão-de-obra e materiais	04/07/2016	04/01/2017	RS 96.950,00
87	26	2016	71000.035860/2016-88	Primeflex Office e Design Corporativos Ltda.	Desmontagem, lubrificação geral, transferência e montagem de sistemas de arquivamentos deslizantes	11/08/2016	31/12/2017	RS 6.500,00
88	27	2016	71000.008668/2016-19	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda	Aquisição e instalação de persianas e acessórios com prestação de serviços técnicos de montagem e fornecimento de toda mão-de-obra e materiais necessários a serem instalados nas dependências do MDSA	17/08/2016	17/02/2017	RS 14.100,00

89	28	2016	71000.008859/2016-81	Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda	Aquisição de móveis conforme discriminação contida nos itens 43 e 44 Anexo A.do pregão SRP nº 10/2015	31/08/2016	31/12/2016	R\$ 34.510,00
90	29	2016	71000.010005/2015-83	Transamérica Transportes e Logística Eireli	Transporte rodoviário de mobiliário em geral (mesas, armários, estantes, cadeiras, poltronas, sofás, arquivos, etc.), equipamentos de informática, máquinas, aparelhos e utensílios diversos, materiais de escritório, de copa e de cozinha, processos e documentos, no âmbito do Distrito Federal.	02/09/2016	31/12/2016	R\$ 58.572,50
91	30	2016	71000.010005/2015-83	Transamérica Transportes e Logística Eireli	Transporte rodoviário de mobiliário em geral (mesas, armários, estantes, cadeiras, poltronas, sofás, arquivos, etc.), equipamentos de informática, máquinas, aparelhos e utensílios diversos, materiais de escritório, de copa e de cozinha, processos e documentos, no âmbito do Distrito Federal.	16/09/2016	31/12/2016	R\$ 70.000,00
92	31	2016	71000.008231/2016-85	Companhia de Saneamento do Distrito Federal – CAESB	Serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços - Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Brasília-DF.	04/10/2016	indeterminad o	R\$ 372.000,00
93	32	2016	71000.031801/2016-31	Trips Passagens e Turismo Ltda - EPP	Agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos não atendidos pelas companhias aéreas credenciadas, destinados aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal	18/10/2016	18/10/2017	R\$ 320.325,00
94	33	2016	71000.064421/2016-82	Brasfort Empresa de Segurança Ltda	Vigilância armada a serem executados no Edifício do Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios	21/10/2016	21/04/2017	R\$ 1.504.535,16
95	34	2016	71000.009402/2016-93	Companhia de Saneamento do Distrito Federal – Caesb	Serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços - SMAS Trecho 03. Conjunto 01, Edifício The Union – Brasília-DF	01/11/2016	indeterminad o	R\$ 179.000,00
96	36	2016	71000.008881/2016-21	AMC Mudanças e Transportes Ltda	Transporte de bagagem no território nacional, porta a porta, compreendendo desmontagem de móveis, retirada do local de origem, guarda temporária em depósito, descarga dos bens transportados, montagem e seguro específico, para atendimento de servidores	16/11/2016	16/11/2017	R\$ 11.160,00

97	37	2016	71000.003844/2016-26	Sete Serviços Empresariais e Treinamentos Especializados Ltda-ME	Planejamento, organização, execução e acompanhamento de todas as atividades de infraestrutura logística e operacionais necessárias à realização da "I Mostra de Experiências de Bancos de Alimentos" - 23 e 24/11/2016, em Brasília - locação de equipamentos, montagem e desmontagem, alimentação, hospedagem, recursos materiais e humanos para recepção, serviços de apoio e outros	17/11/2016	23/02/2017	RS 138.000,00
98	38	2016	71000.010243/2016-70	Tecno2000 Indústria e Comércio Ltda	Aquisição de mobiliário	18/11/2016	18/11/2017	RS 26.700,00
99	39	2016	71000.010243/2016-70	Tecno2000 Indústria e Comércio Ltda	Prestação de serviços de reparação ou substituição de objeto adquirido, com assitência técnica	18/11/2016	18/11/2021	
100	41	2016	71000.009765/2016-29	Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda	Aquisição de móveis, destinados a atender às necessidades do Gabinete do Secretário Executivo do MDSA	08/12/2016	08/12/2017	RS 584.438,00
101	42	2016	71000.049398/2015-15	Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda	Fornecimento e instalação de painéis, divisórias, portas, complementos, forros, luminárias, com serviço de remanejamento	19/12/2016	31/03/2017	RS 1.722.030,00
102	43	2016	71000.011493/2016-27	Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda	Aquisição de móveis destinados a compor as unidades do térreo do Bloco A do MDSA	20/12/2016	20/12/2017	RS 345.108,00
103	44	2016	71000.011103/2016-19	Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda	Aquisição de móveis destinados a compor as unidades do 8º andar do Bloco A do MDSA	20/12/2016	20/12/2017	RS 468.818,00
104	46	2016	71000.011638/2016-90	Fortline Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Aquisição de móveis para uso em adequações de espaços ocupados por este MDSA	23/12/2016	23/12/2017	RS 184.000,00
105	47	2016	71000.028963/2016-91	Seal Telecom e Serviços de Telecomunicações Ltda	Fornecimento, montagem e instalação de equipamentos audiovisuais, para o 7º andar do Bloco A	30/12/2016	30/07/2017	RS 357.941,70
106	48	2016	71000.011478/2016-89	CEB S.A. Distribuição	Medidor 1 - Energia elétrica, pela DISTRIBUIDORA ao CONTRATANTE, para uso exclusivo em sua unidade consumidora, pertencente ao grupo A	30/12/2016	indeterminado	RS 465.000,00
107	49	2016	71000.011478/2016-89	CEB S.A. Distribuição	Medidor 1 - Regular os direitos e obrigações das PARTES referentes ao uso da REDE ELÉTRICA	30/12/2016	indeterminado	RS 1.380.000,00
108	50	2016	71000.011478/2016-89	CEB S.A. Distribuição	Medidor 2 - Regular os direitos e obrigações das PARTES referentes ao uso da REDE ELÉTRICA	30/12/2016	indeterminado	RS 1.056.000,00

109	51	2016	71000.011478/2016-89	CEB Distribuição S.A.	Medidor 2 - Energia elétrica, pela DISTRIBUIDORA ao CONTRATANTE, para uso exclusivo em sua unidade consumidora, pertencente ao grupo A	30/12/2016	indeterminado	RS 320.000,00
-----	----	------	----------------------	-----------------------	--	------------	---------------	---------------

ANEXO VII – RELATÓRIO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO VIGENTES EM 2016

Quantidade	Contrato		Processo	Contratada	Objeto	Início	Término	Valor Global Vigente
	Nº	Ano	Número	Empresa		Data	Data	Último valor vigente
1	69	2012	71000.000532/2012-37	CTX Tecnologia e Equipamentos Ltda - ME	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos "servidores blade - IBM"	10/12/2012	10/12/2017	R\$ 198.099,96
2	70	2012	71000.094710/2011-00	Hitachi Data Systems do Brasil Ltda	Manutenção corretiva e preventiva com substituição de componentes para equipamentos tipo storage	14/12/2012	30/09/2017	R\$ 425.707,38
3	9	2013	71000.036646/2012-15	Algar Tecnologia e Consultoria S.A.	Suporte presencial e remoto aos usuários de solução de TI	18/02/2013	18/02/2017	R\$ 1.265.967,58
4	17	2013	71000.025149/2013-72	Call Tecnologia e serviços Ltda.	Telemarketing destinados à central de relacionamento do MDSA	16/05/2013	12/05/2017	R\$ 8.062.423,65
5	20	2013	71000.102048/2011-61	Simpres Comérci, Locação e Serviços S.A.	Outsourcing de impressão	10/06/2013	15/01/2016	R\$ 562.526,15
6	25	2013	71000.077899/2012-49	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Armazenamento e Data Center	19/07/2013	19/07/2018	R\$ 66.191.517,10
7	30	2013	71000.088150/2013-16	TI Métricas Serviços Ltda	TI e mensuração das demandas executadas pela fábrica de Software	12/09/2013	12/09/2017	R\$ 155.700,00
8	52	2013	71000.060564/2013-72	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	Serviços de tecnologia da informação e consultoria técnica para cruzamento de dados do CadUnico	20/12/2013	20/12/2017	R\$ 1.500.000,00
9	6	2014	71000.106231/2013-05	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda	Serviços especializados de Operação Assistida e Transferência de conhecimento para ambiente analítico	06/02/2014	06/02/2017	R\$ 4.596.000,00
10	30	2014	71000.087413/2013-61	Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Administração de dados e de banco de dados - firewall e proxy	13/05/2014	13/05/2017	R\$ 3.114.000,00
11	31	2014	71000.107848/2013-30	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	Atualização de versões e suporte técnico de produtos Oracle	16/05/2014	16/05/2017	R\$ 781.236,67
12	46	2014	71000.127077/2012-16	Spread Sistemas e Automação Ltda.	Serviços presenciais e não presenciais de desenvolvimento e manutenção de software com execução mediante regime de empreitada por preço unitário	10/06/2014	10/12/2016	R\$ 2.819.250,00
13	51	2014	71000.043082/2014-39	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	Prestação de serviços de Infovia Brasília	27/06/2014	27/06/2017	R\$ 768.825,39
14	52	2014	71000.027092/2014-27	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda	Suporte Técnico, atualização de versões e garantia para o Appliance de dados Teradata	24/07/2014	24/07/2016	R\$ 759.999,96
15	56	2014	71000.034986/2014-73	IBM Brasil - indústria, máquinas e serviços Ltda	Suporte técnico, atualização de versões e renovação de licença	08/08/2014	08/08/2017	R\$ 272.976,00

16	65	2014	71000.097545/2014-82	Toccatto Tecnologia em Sistemas Ltda	Fornecimento de solução de TI do tipo Data Discovery	02/10/2014	02/10/2017	RS 1.088.413,74
17	67	2014	71000.008996/2012-91	Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda	Realização de estudo qualitativo sobre as barreiras sociais de acesso à escola no âmbito do Programa BPC na Escola	08/10/2014	29/02/2016	RS 349.108,29
18	68	2014	71000.001110/2013-60	Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda	Realização de estudos para avaliar a qualidade das informações registradas no CadÚnico	16/10/2014	04/02/2017	RS 1.599.121,27
19	80	2014	71000.084615/2013-51	Business to Business Integration Brasil Ltda	Prestação de serviços de TIC, de suporte à administração, operacionalização e manutenção dos datacenters e infraestrutura computacional do MDSA	31/12/2014	31/12/2017	RS 3.576.909,24
20	17	2015	71000.132141/2014-42	Hitachi Data Systems do Brasil Ltda	Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de componentes, para Storage Hitachi Virtual Storage Platform	22/06/2015	22/06/2017	RS 281.400,00
21	23	2015	71000.129838/2014-36	Softline Internacional Brasil Comércio e Licenciamento de Software S.A.	Fornecimento continuado de Direito de Uso de Licença de software temporário Microsoft para estações de trabalho e estações servidoras, em modalidade de subscrição por 12 meses	23/07/2015	23/07/2017	RS 1.679.068,92
22	25	2015	71000.094886/2015-87	BBR Soluções, Comércio e Serviços Ltda.	Aquisição de equipamentos scanners de documentos	28/08/2015	28/08/2016	RS 41.940,00
23	26	2015	71000082831/2015-24	Appservice Soluções em Tecnologia da Informação Eireli	Fornecimento de 18 scanners	02/09/2015	02/09/2015	RS 55.530,00
24	35	2015	71000.047843/2015-11	IBM Brasil - indústria, máquinas e serviços Ltda	Assistência técnica com suporte técnico especializado para manutenção corretiva e preventiva, substituição de componentes, para o equipamento IBM Z10 BC 2098 - E10	29/10/2015	29/10/2017	RS 360.324,12
25	38	2015	71000.095541/2015-41	NTC Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda.	Aquisição de licenças e suporte para SGBD	30/11/2015	30/11/2016	RS 1.639.200,00
26	39	2015	71000.122899/2014-72	Printmax Gerenciamento de Documentos Eireli	Outsourcing de impressão	01/12/2015	01/12/2017	RS 748.992,00
27	42	2015	71000.022010/2014-58	NCT Informática Ltda	Fornecimento de solução padronizada em rede sem fio com garantia de 36 meses, com suporte e manutenção	16/12/2015	16/12/2018	RS 808.180,00
28	8	2016	71000.075569/2013-08	M.I. Montreal Informática S.A.	Apoio à gestão e fiscalização de contratos de TI e à gestão de processo de software, dimensionado em HST	25/02/2016	25/02/2017	RS 8.629.992,00
29	10	2016	71000.095540/2015-04	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	Suporte e atualização de licenças do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle	09/03/2016	09/03/2017	RS 556.719,74
30	13	2016	71000.095190/2015-78	IBM Brasil - indústria, máquinas e serviços Ltda	Suporte Técnico para a ferramenta IBM DataStage e QualityStage	30/03/2016	30/03/2017	RS 222.640,20

31	17	2016	71000.075555/2015-48	IBM Brasil - indústria , máquinas e serviços ltda	Subscrições, suporte de produtos e serviços de telessuporte para z/VM e Linux SuSE	22/04/2016	22/04/2017	R\$ 998.443,06
32	35	2016	71000.007622/2016-82	TRDT Brasil Tecnologia Ltda	Suporte técnico, atualização de versões e garantia para o ambiente Teradata	03/11/2016	03/11/2017	R\$ 830.832,00
33	40	2016	71000.008108/2016-64	Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda.	Fornecimento de solução de hardware para expansão de capacidade de armazenamento e de processamento para o Appliance Teradata	06/12/2016	31/12/2016	R\$ 8.200.000,00
34	45	2016	71000.009595/2016-82	N2O Tecnologia da Informação Ltda EPP	Fornecimento de "Solução de gerenciamento de portfolio e projetos, contratos administrativos, indicadores de desempenho e extrator SIAFI, incluindo aquisição de licenças de uso e prestação de serviços afins de instalação, treinamento de usuários, serviço de suporte técnico e manutenção e serviço de apoio estratégico"	16/12/2016	16/12/2017	R\$ 7.190.760,00